

psicologia  
revista

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

### *Reitora*

Maria Amalia Pie Abib Andery

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

### *Direção*

Patrícia Jundi Penha

### *Vice-direção*

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

### *Apoio*

Pró-Reitoria de Pós-Graduação PUC SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)  
– São Paulo: EDUC

1995 –  
Interrrompida de 2001 a 2003  
Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)  
Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

### *Indexadores*

Base, Crossref, Diadorim, Dimensions, Fatcat.wiki, Google Scholar, Latindex, LatinREV, LILACS, Miguilim, Index Psi Periódicos, ROAD, Sudoc, Ulrich's Periodicals Directory, Wikidata

ISSN 2594-3871

32  
1

psicologia  
revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

# psicologia revista

## *Editora chefe*

**Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Editora*

**Laura Marques Castelhana**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Vice editor*

**Marcelo Camargo Batistuzzo**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Conselho Executivo*

**Emerson Ferreira da Costa Leite**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Camila Santos Lima Fonteles**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Laura Marques Castelhana**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Marcelo Camargo Batistuzzo**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Maria Cristina Pinto Gattai**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Pedro Eduardo Silva Ambra**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Ricardo Radin Bueno**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Solange Aparecida Emilio**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Conselho Editorial*

**Antonio Virgílio Bittencourt Bastos**, Universidade Federal da Bahia

**Carlos Roberto Drawin**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

**Claudia Lemos**, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

**Eduardo Vianna**, City University of New York, New York

**Elaine Gomes dos Reis Alves**

**Iray Carone**, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

**Liana Fortunato Costa**, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

**Lisandro Vales**, Universidad de la Republica, Uruguay

**Luiz Roberto Monzani**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

**Magali Ravit**, Université Lumière Lyon 2, França

**Mathilde Neder**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Pedrinho Árcides Guareschi**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

**Peter Kevin Spink**, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

**Ubiratan D'Ambrosio**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Wanda C. Rodríguez Arocho**, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

## *Editoração Eletrônica*

**Waldir Alves**

## *Correspondência:*

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@pucsp.br

# Sumário

Apresentação .....	9
--------------------	---

## ARTIGOS TEÓRICOS

Entre Freud e Abraham: um estudo das pulsões e das relações de objeto nas fundações da psicanálise .....	11
<i>Between Freud and Abraham: a study of drives and object relations in the foundations of psychoanalysis</i>	
<i>Entre Freud y Abraham: un estudio de las pulsiones y relaciones de objeto en las fundaciones del psicoanálisis</i>	
<i>Ercílio Domingos Turato Junior</i>	
<i>Érico Bruno Viana Campos</i>	
<i>Josiane Cristina Bochi</i>	

## REVISÕES CRÍTICAS DA LITERATURA

Estratégias de cuidado a pessoas que tentaram suicídio segundo a literatura .....	36
<i>Care strategies for individuals who have attempted suicide according to literature</i>	
<i>Estrategias de atención a personas que intentan suicidio según la literatura</i>	
<i>Dayane Rodrigues Silva</i>	
<i>Renata Fabiana Pegoraro</i>	
Violência doméstica e seu impacto emocional sobre o adolescente: um estudo de revisão.....	56
<i>Domestic violence and its emotional impact on adolescents: a review study</i>	
<i>La violencia doméstica y su impacto emocional en los adolescentes: un estudio de revisión</i>	
<i>Sofia Creato Bonfatti</i>	
<i>Leticia Jóia Ribeiro</i>	
<i>Tania Mara Marques Granato</i>	
Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira.....	82
<i>Profile of male perpetrators of violence against women: a systematic review of the Brazilian literature</i>	
<i>Perfil de hombres autores de violencia contra las mujeres: una revisión sistemática de la literatura brasileña</i>	
<i>Letycia Maria Santana Pinheiro</i>	
<i>Thais Afonso Andrade</i>	
Estado da arte sobre a produção científica nacional da medicalização do comportamento .....	102
<i>State of the art research on the Brazilian national scientific production of medicalization of behavior</i>	
<i>Estado del arte sobre la producción científica de la medicalización del comportamiento</i>	
<i>Joyce Gomes Heuko</i>	
<i>Bruno Peixoto Carvalho</i>	

## RELATOS DE PESQUISA EMPÍRICA

Relações de trabalho e maternidade no contexto esportivo: um estudo de caso .....123

*Labor and maternity relationships in the sports context: a case study*

*Relaciones de trabajo y maternidad en el contexto deportivo: un estudio de caso*

*Livia Gomes Viana-Meireles*

*Antônia Vaneska Timbó de Lima Meyer*

*Juliana Aparecida de Oliveira Camilo*

Liderança no exercício docente no ensino superior: um olhar psicodinâmico.....150

*Leadership in teaching in higher education: a psychodynamic perspective*

*Liderazgo en la enseñanza en la educación superior: una perspectiva psicodinámica*

*Ana Mayra Berti Munhoz*

*Eneida Silveira Santiago*

Especificidades dos erros cometidos e do tempo despendido  
na actividade discriminação perceptiva de símbolos gráficos em alunos  
com dificuldades de aprendizagem.....166

*Specifics of errors and time spent in perceptual discrimination*

*of graphic symbols in students with learning difficulties*

*Particularidades de los errores cometidos y el tiempo empleado*

*en la actividad de la discriminación perceptiva de símbolos gráficos*

*en estudiantes con dificultades de aprendizaje*

*Fernando Oliveira Pereira*

## ARTIGOS METODOLÓGICOS

Instagram e COVID-19: recursos para promoção de saúde de gestantes e puérperas ..... 191

*Instagram and COVID-19: resources for health promotion of pregnant women  
and mothers*

*Instagram e COVID-19: recursos para la promoción de la salud de las mujeres  
embarazadas y las que han dado a luz recientemente*

*Ana Cristina Barros da Cunha*

*Karolina Alves de Albuquerque*

*Amanda Roseira Ramos*

*Clara Manhães de Pazos*

*Stephanie Vieira Veloso*

## JOVENS AUTORES

Subjetivar-se em situação de violência: a violência de estado e a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais ..... 213

*Becoming subjects in a context of violence: state violence and criminality in the lives of adolescent offenders from the periphery*

*Subjetivación en situación de violencia: la violencia del estado y la criminalidad en la vida de los adolescentes de la periferia autores de actos infraccionales*

*Carolina Almeida Rode*

*Maria de Lourdes Trassi Teixeira*

Comentários nas mídias sociais e a banalização da violência psicológica contra as mulheres ..... 238

*Comments on social media and the trivialization of psychological violence against women*

*Comentarios en las redes sociales y la banalización de la violencia psicológica contra las mujeres*

*Camila Florim*

*Leticia Harumi Kobashigawa*

*Manoela Koury de Lima*

*Tamires Barbosa de Moura*

*Andressa Melina Becker da Silva*

## RESENHA

“Psicologia do Bolsonaroismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?”, de Diogo Bogéa. .... 266

*“Psicologia do Bolsonaroismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?”*, by Diogo Bogéa.

*“Psicologia do Bolsonaroismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?”*, de Diogo Bogéa.

*Luiz Gustavo Mendel Souza*



# Apresentação

Representação da proveniência dos artigos deste número:  
universidades e estados



## LEGENDA

Amarelo - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

Azul Claro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

Azul Marinho - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.

Cinza - Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Laranja - Universidade Estadual de Londrina, PR.

Preto - Universidade Federal do Ceará, CE.

Roxo - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ / Universidade Federal do Espírito Santo, ES.

Verde claro - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Bauru, SP.

Vermelho - Universidade Católica de Pernambuco, PE.

Vinho - Universidade de Sorocaba (UNISO), SP.



# Entre Freud e Abraham: um estudo das pulsões e das relações de objeto nas fundações da psicanálise

*Between Freud and Abraham: a study of drives and object relations in the foundations of psychoanalysis*

*Entre Freud y Abraham: un estudio de las pulsiones y relaciones de objeto en las fundaciones del psicoanálisis*

*Ercílio Domingos Turato Junior\**

*Érico Bruno Viana Campos\*\**

*Josiane Cristina Bochhi\*\*\**

## Resumo

*Buscamos neste ensaio apresentar algumas das principais transformações pelas quais passou a psicanálise no seu desenvolvimento histórico. Nesse movimento, os chamados paradigmas pulsional e objetal foram se estabelecendo como principais referências ao campo psicanalítico. Nossa intenção principal foi conhecer como a relação de objeto está presente na teoria pulsional de Freud, sobretudo na primeira tópica. Ademais, saber como a dinâmica pulsional e o objeto se apresentam no pensamento de um dos principais psicanalistas da primeira geração, Karl Abraham. Como desdobramento deste estudo, apresentamos alguns dos efeitos de como a noção de objeto, presente nas teorias desses paradigmas, pode fundamentar diferentes noções de desenvolvimento, de psicopatologia e de manejo clínico em nossa contemporaneidade.*

**Palavras-chave:** *psicanálise, teoria pulsional, relações de objeto, sexualidade.*

---

\* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4778-9590>. E-mail: [e.turato@uol.com.br](mailto:e.turato@uol.com.br)

\*\* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4716-4163>. E-mail: [erico.bv.campos@unesp.br](mailto:erico.bv.campos@unesp.br)

\*\*\* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2657-9490>. E-mail: [josiane.bocchi@unesp.br](mailto:josiane.bocchi@unesp.br)

## Abstract

*In this essay, we aim to present some of the key transformations that psychoanalysis has undergone in its historical development. In this movement, the concepts of drive and object paradigms were established as main references to the psychoanalytic field. Our primary objective was to explore the presence of object relations in Freud's drive theory, especially in the first topography. Moreover, we seek to know how the dynamic of drives and the object are present in the thinking of one of the leading psychoanalysts of the first generation, Karl Abraham. As an extension to this study, we point out some of the effects of how the notion of object, included in the theories of these paradigms, can underpin various concepts of development, psychopathology, and clinical practice in contemporary psychoanalysis.*

**Keywords:** *psychoanalysis, drive theory, object relations, sexuality.*

## Resumen

*En este ensayo buscamos presentar algunas de las principales transformaciones que ha sufrido el psicoanálisis en su desarrollo histórico. En este movimiento, los denominados paradigmas pulsionales y objetal se establecieron como referencias principales al campo psicoanalítico. Nuestra intención principal era saber cómo está presente la relación de objeto en la teoría pulsional de Freud, especialmente en la primera tópica. Además, saber cómo la dinámica pulsional y el objeto se presentan en el pensamiento de uno de los principales psicoanalistas de la primera generación, Karl Abraham. Como consecuencia de este estudio, presentamos algunos de los efectos de cómo la noción de objeto, presente en las teorías de estos paradigmas, puede soportar diferentes nociones de desarrollo, psicopatología y manejo clínico en nuestros tiempos contemporáneos.*

**Palabras clave:** *psicoanálisis, teoría pulsional, relaciones de objeto, sexualidad.*

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo discutir as contribuições do debate entre Sigmund Freud e Karl Abraham, que ocorre durante o período entreguerras para o campo teórico e prático da psicanálise, bem como sustentar que este debate está na fundação de dois de seus principais paradigmas teóricos: o pulsional e o objetal. Inicia-se com a caracterização histórica desse período, destacando-se que o paradigma objetal, cunhado por Mezan (2014), engloba a noção de relação de objeto em Freud e as

teorias da relação de objeto presentes em diferentes autores e escolas. Assim, no segundo tópico, vamos apresentar a noção de relação de objeto, especificamente em Freud, discutindo como essa noção se encontra articulada à teoria pulsional freudiana, e na importância destes pressupostos para a construção teórica de Freud. Nesse percurso, acreditamos ser importante abordar o trabalho de Karl Abraham, em sua interlocução com os esforços freudianos de síntese de uma teoria da libido, o qual trata sobre o desenvolvimento da libido e os modos de relações de objeto, passando por temas como a fixação, a regressão, os tipos de caráter e a psicopatologia.

Nossa intenção será demonstrar como Abraham (1924/1970), com estudos e escritos contemporâneos aos de Freud, foi um dos pioneiros a destacar a importância do objeto na dinâmica pulsional. Seu texto clássico sobre a “história da libido” é uma tentativa de síntese da teoria do desenvolvimento da libido a partir dos modelos metapsicológicos da primeira tópica e da primeira teoria das pulsões. Cabe destacar que esse autor sofreu uma morte prematura logo na sequência desses trabalhos, não podendo seguir no diálogo com as renovações que se seguiram a partir da virada dos anos vinte.

Por fim, como desdobramento e indicações deste estudo, já nas considerações finais, vamos discutir alguns dos efeitos do desenvolvimento do paradigma objetual no campo psicanalítico, sobretudo com as teorias das relações de objeto. Nesse sentido, em que pesem as fundamentais contribuições dessas teorias para o campo psicanalítico, André Green (1995, 2008) destaca que, na prática clínica contemporânea, vem prevalecendo a noção de objeto, ou mais especificamente, a primazia do objeto, a qual implica uma outra escuta para a sexualidade e, conseqüentemente, para a teoria pulsional, alterando, assim, o equilíbrio da articulação dessas propostas teóricas, estabelecendo-se diferentes noções de desenvolvimento, de psicopatologia e de manejo clínico.

## PARADIGMAS PULSIONAL E OBJETAL NA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

Renato Mezan (2014), ao realizar uma caracterização da história da psicanálise e das transformações ocorridas na teoria, na prática clínica e no próprio movimento psicanalítico, defende que essas transformações se apresentam sob o signo da dispersão, sendo três principais as suas diásporas: geográfica, doutrinária e institucional. Desse movimento, destaca-se o surgimento de quatro principais escolas, as quais se mantêm psicanalíticas, mas, ao mesmo tempo, elaboram diferentes propostas teóricas e práticas em relação às de Freud.

A psicanálise, talvez mais do que outras teorias psicológicas, é fruto de um trabalho pioneiro de um só homem, o qual inaugura um campo discursivo próprio (Campos, 2010). Nesse sentido, Mezan (2014) aponta que, apesar das peculiaridades e diferenças, todas as escolas derivam da raiz freudiana e, de algum modo, se estruturam a partir de um movimento conceptual, realizado pelo fundador da psicanálise, o qual envolve três fatores: uma matriz clínica, a sua autoanálise e o clima cultural. Assim, Freud parte da clínica e da sua autoanálise para elucidar o enigma da histeria e o seu próprio luto neurótico pela morte do pai, além de debruçar-se sobre a sexualidade e sobre os sonhos; a partir do clima cultural, encontra modelos do que é psique, emoções, pensamentos e linguagem, bem como do que é fazer ciência. Essas fontes permanecem presentes em todas as teorias do campo psicanalítico, sendo a autoanálise substituída por uma leitura particular da obra freudiana. A partir dessas fontes, se constitui um método que é ao mesmo tempo investigativo e terapêutico, bem como uma teoria que, do ponto de vista epistemológico, desdobra-se em quatro dimensões: 1) uma teoria geral da psique, a qual envolve uma produção convergente e sistemática de uma metapsicologia; 2) uma teoria da gênese e do desenvolvimento da psique; 3) uma concepção das várias soluções possíveis para os conflitos fundamentais, desenvolvendo uma teoria psicopatológica; 4) uma concepção dos processos psicanalíticos e das modalidades de intervenção, desenvolvendo uma teoria do processo terapêutico.

A partir desse quadro esquemático, o autor considera “fundadoras de escolas psicanalíticas aquelas obras que tematizam de modo original e coerente essas quatro dimensões, propondo novos conceitos para cada uma delas” (Mezan, 2014, p. 31). Nesse critério, apenas quatro autores ou grupo de autores conseguiram compor essa integração: Melanie Klein, Jacques Lacan, aos fundadores da psicologia do ego (Hartmann, Kris e Loewenstein), e os analistas “independentes” britânicos, reunidos em torno da teoria das relações de objeto, como Fairbain e Winnicott. Essas escolas ainda derivariam da matriz freudiana, pelos seguintes motivos: a) em suas metapsicologias preservam as noções fundamentais de inconsciente e do conflito psíquico; b) em suas teorias do desenvolvimento, mantêm o fundamento de uma permanência do infantil no psiquismo adulto; c) em suas teorias psicopatológicas, operam com a categoria basilar de defesa e do sintoma como solução de compromisso entre forças psíquicas opostas; d) por fim, em suas teorias terapêuticas e métodos de intervenção, mantêm os conceitos de transferência e de resistência (Mezan, 2014). No entanto, apesar de haver os fundamentos em comum com o método e a teoria freudiana, existiriam diferenças, pois o conteúdo de cada uma das dimensões de cada teoria psicanalítica não é o mesmo nessas escolas, autores ou grupo de autores.

Para organizar essa diversidade teórica, na maneira como cada um especifica seus próprios conceitos, Mezan (2014) utiliza o termo “paradigma”, no seu sentido kuhniano, cuja primeira aplicação à estrutura do campo psicanalítico foi inicialmente proposta por dois importantes historiadores da psicanálise, Jay Greenberg e Stephen Mitchell (1983/1994). A vantagem da utilização de tal termo é a possibilidade de se incluir, no mesmo paradigma, diversos autores ou escolas, de modo que se possa falar em modelos: modelo freudiano, modelo kleiniano etc. Sendo assim, os paradigmas seriam “aquilo que, no interior da psicanálise, individualizam as diferentes tendências que atingiram em sua conceptualização a consistência, a coerência e a abrangência necessárias para que as consideremos como sistemas *per se*” (Mezan, 2014, p. 63).

Ainda a partir das contribuições de Greenberg e Mitchell, o autor destaca a indicação de que, na história da psicanálise, dois grandes paradigmas se constituíram e se desenvolveram, a saber: o pulsional e o

relacional. No entanto, o autor defende duas modificações nesta proposta dos historiadores. A primeira delas diz respeito à nomeação de um dos paradigmas. Assim, argumenta que conviria denominar o paradigma relacional de “paradigma objetal”, pois o termo “relações de objeto” vem sendo empregado para um grupo específico de autores, o dos “independentes ingleses”. A segunda sugestão envolve distinguir um terceiro paradigma, o qual denomina de “paradigma subjetal”. Essa inclusão se justifica pela peculiaridade da obra de Lacan, e do lugar eminente que, em sua teoria, ocupa a noção de sujeito, o qual não está presente nas teorias das demais escolas e não se resume ao par pulsão - objeto.

Cabe destacar que o termo “paradigma objetal” proposto engloba a noção de relação de objeto em Freud e em diferentes autores e escolas. Tanto Greenberg e Mitchell (1983/1994), quanto outros autores mais recentes (Coelho Junior, 2001; Ogden, 2002, Green, 2008), vêm destacar que na própria obra freudiana coexistem essas duas perspectivas em diferentes medidas. Assim, subsistem, lado a lado, uma linhagem pulsional, centrada em uma noção de objeto da pulsão, e uma linhagem objetal, centrada em uma noção de objeto de identificação, embora com uma ênfase maior da linhagem objetal no último momento de sua obra. Alguns autores tentam buscar uma demarcação historiográfica mais precisa, ora buscando no texto aspectos sobre a introdução ao narcisismo (Freud, 1914/1996), como Ogden (2002), ora sobre o luto e a melancolia (Freud, 1917/2016), como Green (2008) esse marco mais arbitrário. De qualquer forma, são nesses dois textos, que se forma o contraponto de abertura ao movimento de síntese dos artigos sobre a metapsicologia (Campos, 2011), que o ponto de tensionamento entre essas duas perspectivas ganha um estatuto dramático.

Em nossa proposta, iremos abordar esse tensionamento, especialmente a partir da discussão sobre a melancolia, uma vez que é esse o cerne da discussão entre Freud e Abraham, nesse período. Desse modo, iremos apresentar a noção de relação de objeto em relação a Freud, e como essa noção se encontra articulada à teoria pulsional freudiana, tema que discutiremos a seguir, ao passo que o terceiro tópico aborda a relação de objeto em Karl Abraham.

## CONTRIBUIÇÕES DE FREUD

Segundo Birman (2016), a problemática da pulsão em psicanálise já se encontra presente desde os textos pré-psicanalíticos, quando Freud destaca a dimensão intensiva do psiquismo, mas, de fato, essa temática vai aparecer de forma rigorosa na síntese que se opera entre o livro de ensaios sobre a sexualidade (1905/1996) e os artigos de metapsicologia no registro dos destinos pulsionais (1915/1996). Nesse sentido, pulsão faz parte de um conjunto de articulações conceituais que começam a ser organizadas em torno do objeto central da psicanálise, o inconsciente. Conforme destaca Campos (2010), esse conceito se tornou original por não se ater apenas à descrição de qualidades inconscientes, mas por demonstrar a presença de uma lógica própria dessa região do psiquismo, ficando intimamente ligado a um princípio dinâmico geral que o completou, o qual envolve exatamente a problemática das pulsões.

Pulsão é definida por Freud como:

um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originaram dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo (1915/1996, p. 27).

O autor estabelece quatro termos em relação ao conceito de pulsão. São eles: a) pressão: quantidade de força ou a medida da exigência de trabalho que ela representa; b) meta: o objetivo da pulsão é obter satisfação, mas isso deve ocorrer de um modo específico; c) objeto: é o suporte em relação ao qual a pulsão é capaz de atingir a sua meta. É o que há de mais variável numa pulsão (Freud, 1915/1996). Pode ser algo estranho ou uma parte do corpo, pode ser modificado quantas vezes se fizerem necessárias. O mesmo objeto pode satisfazer várias pulsões. No entanto, Freud observa que uma ligação particularmente estreita com o seu objeto pode promover “fixação”, isso geralmente ocorre em períodos iniciais no desenvolvimento da pulsão; d) fonte: é oriunda do somático, ou seja, é o próprio corpo.

Neste momento do desenvolvimento teórico da psicanálise, está sendo operado o chamado primeiro dualismo pulsional: pulsões sexuais –

pulsões de autoconservação. Para Birman (2016), Freud recusava terminantemente classificar as pulsões em uma simples descrição qualitativa, até porque decorreria disso uma infinidade de pulsões a serem nomeadas, mas sobretudo porque tal recenseamento não permitiria estabelecer o fundamental, a saber: evidenciar a existência de diferentes operadores e as funções das pulsões no aparelho psíquico. Daí a importância do dualismo pulsional.

Ademais, nesse dualismo, encontra-se um conceito crucial que articula essas duas pulsões, bem como articula a própria teoria do desenvolvimento psicosexual, qual seja: a noção de apoio. Vejamos como Freud a define: “a atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas” (1905/1996, p.171). Laplanche e Pontalis (1960/2016) destacam a importância dessa construção teórica, afirmando ser ela uma peça fundamental da concepção freudiana da sexualidade. Freud descreve a estreita relação entre a pulsão sexual e as principais funções corporais, pois a função corporal fornece à sexualidade a sua fonte ou zona erógena, indicando, assim, um objeto e promovendo um prazer que não se reduz mais à necessidade de satisfação da função corporal. Posteriormente, a partir desse processo, a sexualidade se separa, tornando-se autoerótica. A noção de apoio também é utilizada para designar o fato de o objeto das pulsões de autoconservação ser um suporte do sexual e da futura escolha de objeto amoroso. Seria o que Freud denominou de tipo de escolha de objeto por apoio:

Na época em que a mais primitiva satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio, no seio materno. Só mais tarde vem a perdê-lo, talvez justamente na época em que a criança consegue formar para si uma representação global da pessoa a quem pertence o órgão que lhe dispensava satisfação. Em geral, a pulsão torna-se autoerótica, e só depois de superado o período de latência é que se estabelece a relação originária. Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno torna-se modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro. (1905/1996, p.210)

Outrossim, Freud realiza um complemento importante nessa assertiva supracitada, adicionando uma nota no texto, em referência ao “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914/1996), dizendo que há dois caminhos para o encontro do objeto, o primeiro foi o citado no excerto, ou seja, por apoio [ou tipo anaclítico] em modelos infantis primitivos. O segundo caminho seria o tipo narcísico, aquele que “busca o ego do próprio sujeito e vai reencontrá-lo em outrem. Este último tem uma importância particularmente grande para os desfechos patológicos” (Freud, 1905/1996, p. 210).

Laplanche (1992) ainda sublinha que autoerotismo e narcisismo designam modos de funcionamento sexual, via objeto sexual. Com eles, emerge a sexualidade, a partir do primado da necessidade, diante do qual o comentador se recusa a pensar um narcisismo mais primitivo ou um autoerotismo mais originário. O pensamento laplanchiano aproxima narcisismo e identificação narcísica, entendendo o narcisismo desde sempre como “um amor dirigido ao ego (portanto, já numa espécie de distinção tópica interna), sendo este constituído numa espécie de relação imediata com o outro” (Laplanche, 1998, p. 304).

A partir de uma reflexão sobre a teoria pulsional freudiana em uma perspectiva não dicotômica em relação ao problema do objeto, podemos afirmar, com André Green, “que a teoria de relações de objeto está presente *embrionariamente* na última concepção freudiana das pulsões [...] **é impossível considerar separadamente só as pulsões ou só o objeto**. A relação verdadeira conecta um id, construído de pulsões, a um objeto” (1995, p. 224 – grifo nosso). Vale lembrar que Green retoma o narcisismo primário absoluto, postulado por Freud, mas sem excluir uma dimensão objetal: “o objeto está e não está, ao mesmo tempo” (1988, p. 50), pois mesmo visando à abolição total de tensões, toda forma narcísica encontra um destino paralelo “às vicissitudes ligadas ao objeto” (Green, 1988, p. 145).

Considerando o desenvolvimento da teoria pulsional, da qual fala Green, sobretudo com a segunda tópica, na qual conceitos como o narcisismo e a identificação vão ganhando cada vez mais importância na construção teórica freudiana, podemos sublinhar o termo “embrionariamente”

porque acreditamos que a relação de objeto não era de fato o centro das reflexões de Freud, mas nem por isso deixa de estar presente e guardar a sua crucial importância para a construção do edifício teórico da psicanálise.

Segundo Junqueira e Coelho Junior (2013), o objeto está presente no texto freudiano desde os anos 1890, podendo ser tanto um objeto externo real quanto uma ideia abstrata. Contudo, destacam que o desenvolvimento da teoria psicanalítica freudiana foi construído em torno do conceito de pulsão. Segundo os autores, o próprio André Green enfatiza que:

Freud tendia de fato a explicar as coisas de modo mais solipsista e deu ênfase à pulsão porque cada descobridor tende a enfatizar o que traz de mais novo e original, o que, no caso de Freud, era o determinismo pulsional. Inversamente, os pós-freudianos quiseram enfatizar o objeto, o *Self* e o intersubjetivo e se afastaram da pulsão (Junqueira & Coelho Junior, 2013, p. 91).

A noção de objeto, ligação ou relação de objeto, entra tardiamente na escrita freudiana. Essa noção terá forte impacto na história da Psicanálise, desde o diálogo mais imediato que estamos abordando neste artigo, com Karl Abraham, seguindo caminhos variados como na concepção dos estados maniaco-depressivos em Melanie Klein, ou, posteriormente, na formulação do objeto *a* por Jacques Lacan.

Para Laplanche e Pontalis (1960/2016), a designação “relações de objeto” encontra-se apenas ocasionalmente nos escritos de Freud, mas, isso não quer dizer, como vimos acima, que ele ignorasse esta questão. Os comentadores também indicam que, desde os anos 1930, a noção de objeto assumiu importância crescente na literatura psicanalítica, tornando-se a referência teórica principal para muitos autores. Pensando especificamente a noção de relação de objeto para Freud, destacam duas formas principais de compreensão. A primeira delas trata sobre as terminologias da expressão “relação de objeto”, indicando: a) o “objeto” deve ser tomado como “escolha do objeto” ou “amor do objeto”, na medida que uma pessoa visada pelas pulsões é qualificada como objeto; b) “relação”, trata-se, de fato, de uma inter-relação, no sentido de o sujeito constituir seus objetos, mas estes também o modelam; c) o “de”, ao invés do uso do “com”, acentua essa inter-relação. A segunda forma de compreensão envolve situar a relação

de objeto na teoria freudiana, bem como a noção de relação de objeto na contemporaneidade, mas, por ora, vamos destacar apenas o que os autores afirmam em relação a Freud.

Os comentadores apontam que, ao desenvolver o conceito de pulsão, Freud distinguiu as fontes – conforme as supracitamos – e manteve, durante toda a sua obra, a distinção entre meta e objeto, buscando compreender ora os desvios da meta, ora os desvios do objeto. Também identificou transformações da pulsão ligadas à modificação da meta e aquelas a que o processo diz respeito ao objeto. Nesse sentido, essa distinção tem relação com o tipo de pulsão parcial. Para exemplificar, Laplanche e Pontalis (1960/2016) citam a incorporação como um modo de atividade próprio da pulsão oral; a mesma pode ser deslocada para outros órgãos além da boca, ou ser invertida em seu contrário (devorar, ser devorada, sublimada etc.), mas a sua plasticidade é relativa. Quanto ao objeto, Freud enfatizou o que foi chamado de contingência, termo que expressa duas ideias complementares, são elas: a) a única condição imposta ao objeto é promover satisfação, sendo assim, relativamente intermutável; b) o objeto pode ficar vinculado à história do sujeito, de modo que apenas esse objeto específico ou seu substituto podem promover satisfação.

Essa última acepção alude ao que se pode chamar de objeto do desejo em Freud, este que remete à expressão “escolha de objeto”, para se diferenciar da busca frenética pela satisfação pulsional nela mesma, via descarga das tensões através de objetos parciais, como na atividade autoerótica e no polimorfismo sexual infantil (Bocchi, Perez & Bocca, 2019). Do mesmo modo, ainda que se possa fazer uma distinção entre objeto da pulsão e objeto do desejo, eles não são registros excludentes (Bocchi & Simanke, 2012).

Também Freud considera tipos de caráter e de relação com os objetos. Nesse momento, estão presentes, dentre outros conceitos, a fixação e a regressão ligados à teoria das fases da libido. Assim, trata-se de um bom momento para apresentarmos o próximo tópico deste ensaio, voltado para o trabalho de Karl Abraham, sobre o desenvolvimento da libido e os modos de relações de objeto nessa dinâmica, passando por temas como a fixação, a regressão e os tipos de caráter e a psicopatologia. Nossa intenção será demonstrar como Abraham foi um dos pioneiros a destacar a importância

do objeto na dinâmica pulsional. Nesse sentido, como afirma Mezan (1999), é possível ver com clareza como a relação de objeto orienta o pensamento de Abraham.

## CONTRIBUIÇÕES DE ABRAHAM

Neste tópico, buscaremos realizar uma apresentação das principais ideias presentes no trabalho de Karl Abraham, “Breve estudo do desenvolvimento da libido, visto à luz das perturbações mentais” (1924/1970), no qual o autor aborda a questão da psicose maníaco-depressiva, a fixação oral da melancolia e sua ligação com os impulsos canibalescos. Merece um destaque o fato de o texto também trazer a distinção entre neurose obsessiva e a psicose maníaco-depressiva na sua relação com as fases do desenvolvimento da libido e a sua relação com o objeto nessa dinâmica. Além das preciosas contribuições acerca do desenvolvimento da libido, operando, entre outros, os conceitos de fixação e regressão, bem como tratando das psicopatologias relacionadas a esses fenômenos, este trabalho é importante porque nele é possível identificar como a relação de objeto adquire outro estatuto e orienta Abraham em sua construção teórica.

O pensamento de Abraham também se reveste de uma importância na clínica contemporânea, pois, conforme destacou Mezan (1999), na época que Abraham escrevia, a questão da “formação do caráter” ou do “estudo do caráter”, dizia respeito aos estudos do ego, suas defesas e suas patologias. Assim, o que aparecia nos escritos da época como “‘characterologia’, quando de índole mais psicopatológica, é sobre o que chamamos hoje de *borderline* ou personalidades narcísicas; quando a perspectiva é mais genética, o assunto é a formação do ego e os problemas que ela pode apresentar” (Mezan, 1999, p. 60). O comentador indica que outra característica importante, presente nesse período, é o interesse pelo arcaico. Freud se interessava pelo tema, mas, no entreguerras, os seus colaboradores principais, com destaque para Ferenczi e Abraham, deram ênfase na temática do precoce e o efeito do passado mais remoto na vida psíquica do sujeito. Esse debate envolve a caracterização do narcisismo, do luto, da introjeção e da melancolia, atravessando a produção dos três autores na época (May, 2019).

Desse modo, Mezan (1999) destaca que o interesse na obra de Abraham não é apenas histórico, pois esse pensador trouxe contribuições originais à constituição do campo psicanalítico e seu desenvolvimento posterior.

Em seu estudo, Abraham (1924/1970) começa por elaborar uma teoria das relações de objeto para saber por quais razões o sujeito se torna psicótico ou neurótico. Mas, então, como se constrói uma relação com o objeto nessas dinâmicas psíquicas? Partindo de suas próprias convicções quanto ao papel da oralidade na identificação narcísica (May, 2019), o autor afirma que na discussão freudiana sobre a melancolia a perda de objeto de amor é recuperada pelo sujeito por meio da introjeção, de uma forma que as autoacusações do melancólico são, na verdade, dirigidas contra o seu objeto perdido.

Abraham (1924/1970) destaca ainda a afinidade psicológica entre a melancolia e as neuroses obsessivas, pelo fato de que ambas contêm claros traços da fase sádica mais primitiva da organização da libido e do alto grau de ambivalência em suas relações de objeto. Portanto, ele nota semelhanças existentes tanto no quadro clínico quanto na estrutura. Os sintomas obsessivos se acham presentes na melancolia e os neuróticos obsessivos vivenciam estados de depressão. Ambos possuem um alto grau de ambivalência em relação ao objeto. Ambos vivenciam períodos de quiescência; na melancolia, “intervalo livre”; os estados obsessivos são, geralmente, crônicos, mas têm períodos com remissões, ao mesmo tempo que nas crises agudas se parecem muito com a melancolia. Com isso, “um dos estados transforma-se gradualmente no outro, enquanto que, a princípio, víamos apenas uma separação absoluta entre os dois” (Abraham, 1924/1970, p. 85).

Assim, o autor demonstra que, durante o “intervalo livre”, a formação do caráter melancólico coincide com a do neurótico obsessivo. Isso lhe permite dizer: “as duas condições patológicas possuem uma estreita relação psicológica com uma só e mesma fase pré-genital da libido” (Abraham, 1924/1970, p. 86). No entanto, a melancolia e a neurose obsessiva apresentam diferenças fundamentais em relação à fase na qual a libido regride no início da doença, mas também na relação do sujeito para com o objeto, pois, aprofundando as indicações recentes de Freud (1923/1996), o melancólico abandona o objeto, enquanto, por sua vez, o obsessivo o

retém. Partindo dessas condições psicopatológicas, Abraham vai propor subdivisões nas fases oral e anal do desenvolvimento da libido. A fase oral primitiva-sucção e a fase oral posterior-canibalesca; e a fase sádico-anal primitiva e a sádico-anal posterior. Como supracitamos, o marco da divisão entre psicose e neurose vai se dar tanto na regressão da libido quanto nas relações de objeto.

Apesar de não tratarmos do tema neste ensaio, torna-se importante destacar que Abraham, visando esclarecer as fases do desenvolvimento da libido, as dinâmicas psíquicas envolvidas e as relações de objeto, propôs seis fases para a organização libidinal. São elas: I (fase oral primitiva-sucção); II (fase oral posterior-canibalesca); III (fase sádico-anal primitiva); IV (fase sádico-anal posterior); V (fase genital inicial-fálica); VI (fase genital final). Esse esquema, inicialmente apresentado de forma sintética e propositiva, vem ganhar destaque e notoriedade no pós-guerra, na psicanálise mais ortodoxa, ligada ao paradigma pulsional, em especial por conta de sua apropriação e generalização na fundamentação de uma teoria psicanalítica das neuroses por parte de Fenichel (1942/1981). Não obstante o fato de essa perspectiva mais generalizada ter se imposto somente depois da morte de Abraham, cabe destacarmos a existência de críticas que incidem sobre a leitura dessas fases numa lógica linear e unívoca, tanto na progressão quanto na regressão. No entanto, conforme nos orienta Mezan, “com todas as cautelas que se devem tomar, o esquema de Abraham é útil, tanto porque coloca as coisas numa sequência clara, quanto porque procura estabelecer, como diz Jones, corretamente, vínculos entre vários aspectos do funcionamento e do desenvolvimento psíquico” (1999, p. 67). Veremos a seguir como Abraham examina o problema da “escolha da neurose”, mas, antes, é oportuno registrar outra observação do comentador:

Abraham é um psicanalista, portanto pensa em termos de conflito. O sintoma, o sofrimento psíquico, resultam do impulso e da defesa contra o impulso; de tal maneira que aquilo que no quadro clínico é mais evidente resulta do esforço para contrabalançar o predomínio das tendências libidinais destrutivas (Mezan, 1999, p. 88).

Desse modo, o autor destaca que o erotismo anal comporta duas tendências de prazer opostas em relação aos objetos, a positiva envolve o reter, a negativa o expelir; bem como comporta duas tendências opostas de impulsos sádicos, a positiva envolve o conservar/controlar; por sua vez, a negativa envolve o destruir objetos. Ou seja, em ambas está presente a ambivalência dos afetos em relação ao objeto. Ademais, a organização dessas fases passa por uma demarcação, as pulsões de destruição e expulsão do objeto são mais antigas, por essa razão são mais primitivas (marcadas pelo esvaziamento dos intestinos, a perda do primitivo objeto de propriedade privada, as fezes); só depois disso vem a outra experiência prazerosa (marcada pela retenção e conservação desse primitivo objeto). Nesse sentido, a expulsão/perda das fezes, na instância inconsciente, representa uma forma arcaica de luto.

Abraham vai demonstrar que a remissão do paciente obsessivo, e o intervalo livre do melancólico, representam períodos nos quais as pulsões anais e sádicas foram sublimadas com êxito pelo sujeito. No entanto, assim que se instala o conflito com o seu objeto, há duas experiências distintas. O neurótico obsessivo regride para o nível posterior das pulsões anais e sádicas (fase sádico-anal posterior), ou seja, regride para um ponto de fixação da libido com tendências conservadoras, no qual mantém o contato com o objeto. Por sua vez, o melancólico regride para a etapa mais primitiva (fase sádico-anal primitiva), a com tendências hostis ao objeto, de destruição e perda do mesmo. Nas palavras do autor:

Esta diferenciação da fase sádico-anal em uma etapa primitiva e outra posterior parece ser de radical importância, porque na linha divisória entre essas duas etapas dá-se uma modificação decisiva na atitude do indivíduo para com o mundo exterior. Na verdade, podemos dizer que é nessa linha divisória que começa o “objeto de amor”, no sentido mais estrito, porque é nesse ponto que a tendência a preservar o objeto começa a predominar. (Abraham, 1924/1970, p. 94-95)

Dessa forma, na melancolia, há uma regressão para uma fase ainda mais arcaica, a fase oral. Nesse sentido, Abraham indica, em acordo com

a visão freudiana, que a perda de objeto de amor é recuperada pelo sujeito por meio da introjeção. No entanto, há diferenças dessa introjeção para a pessoa normal e para o melancólico.

Na pessoa normal, ela é colocada em ação por uma perda real (a morte) e seu fim principal é preservar as relações da pessoa com o objeto morto ou, o que vem a ser a mesma coisa, compensar a sua perda. Ademais, o conhecimento consciente da perda nunca abandonará a pessoa normal, como o faz o melancólico. O processo de introjeção no melancólico, além disso, baseia-se numa perturbação radical de suas relações libidinais com seu objeto. Repousa num grave conflito de sentimentos ambivalentes, dos quais só pode fugir voltando contra si próprio a hostilidade que originalmente sentia em relação ao seu objeto. (Abraham, 1924/1970, p.100)

Também destaca que a pessoa normal consegue deslocar os seus sentimentos hostis em relação a um objeto que ela perdeu na realidade. O melancólico não consegue realizar esse deslocamento, porque está presente um conflito muito intenso baseado numa ambivalência libidinal, daí que todo sentimento amoroso é ameaçado por uma emoção oposta. Segundo Abraham, uma frustração, ou mesmo um desapontamento com relação ao objeto amado pode, a qualquer momento, liberar uma poderosa “vaga de ódio que varrerá todos os seus sentimentos de amor debilmente fixados. Tal remoção das catexias libidinais positivas terá o efeito mais profundo: conduzirá ao abandono do objeto” (1924/1970, p.103). Aqui, é interessante observar que Abraham recoloca em termos pulsionais a descrição que Freud faz da fragilidade do vínculo afetivo do melancólico: uma intensa fixação ao objeto, mas pouco resistente.

Na sequência de sua proposição teórica, Abraham demonstra que, na melancolia, após a perda do objeto na fase anal, existe uma tendência para regredir para uma posição ainda mais primitiva, a fase oral, buscando reincorporar o objeto de amor perdido. Assim, os pacientes melancólicos apresentam grande número e variedade de tendências sádico-orais em seus sintomas, fantasias e sonhos. Nesse sentido, vai se estabelecendo “uma trança entre vários elementos da psicopatologia, que não tem mais nada a

ver com os sintomas. É isso que torna psicanalítica a tentativa de elaborar um quadro da psicopatologia: o que interessa é a dinâmica” (Mezan, 1999, p. 87).

Dessa forma, como demonstra Abraham (1924/1970), dada a fixação da libido na fase oral, há a produção de fantasias com fortes tendências perversas envolvendo o uso da boca, o que gera defesas como formações reativas com afetos ligados ao horror, ao nojo e à repulsa. Um caso clínico citado como exemplo traz um paciente melancólico que se recusa absolutamente a ingerir alimentos, o que classificariamos atualmente como anorexia. Segundo o autor, este seria um exemplo da recusa como autopunição pelos impulsos canibalescos. Essas tendências constituem fonte de grande sofrimento mental para os pacientes deprimidos, mesmo quando se considera o prazer masoquista, especialmente nos casos que se voltam ao ego sob essa forma de autopunição, pois, na melancolia, o desprazer prevalece, uma vez que a libido regrediu para fase oral depois da perda do objeto.

Como vimos, Abraham realiza uma divisão na fase oral. Importante destacarmos que, nessa divisão, a mais primitiva delas é pré-ambivalente em relação ao objeto, a fase oral primitiva-sucção, ou seja, está ligada ao ato de sugar. Nesse ato de incorporação, a criança não dá fim ao objeto, pois a mesma ainda não distingue o seu próprio eu do objeto externo. Ego e objeto são conceitos inexistentes nessa fase, também, a criança ainda não possui sentimentos de ódio e amor, estando livre de ambivalência.

No segundo nível da fase oral, a criança troca o ato de sugar pelo de morder, aqui a criança incorpora o objeto em si própria, destruindo-o. Trata-se da fase oral posterior-canibalesca, na qual predominam os impulsos canibalescos. Conforme enfatiza Abraham, “assim que uma criança é atraída por um objeto, está sujeita, fadada mesmo, a tentar a sua destruição. É neste estágio que a atitude ambivalente do ego para com seu objeto começa a desenvolver-se” (1924/1970, p.112). Assim, o melancólico regride a essa posição depois de perder o seu objeto, num nível no qual o sujeito ameaça destruir o seu objeto, devorando-o. Ou seja, ela busca reintrojetar o objeto, mas nesse processo o destrói. Outrossim:

Quando a catexia libidinal é retirada do objeto, ela é dirigida para o ego, enquanto que, ao mesmo tempo, o objeto é introjetado no ego. O ego deve suportar todas as consequências deste processo; daí por diante achar-se-á ele impiedosamente exposto à ambivalência dos impulsos libidinais. (Abraham, 1924/1970, p.112)

No entanto, o melancólico apresenta uma ambivalência em relação ao próprio ego, tanto que ora apresenta sentimentos de grande inferioridade, ora de grande superioridade, e esse sentimento fica mais evidente na fase maníaca, na qual a diferença entre o ego e o superego desaparece. Essa retirada do jugo do superego permite que o narcisismo do sujeito ingresse numa fase prazerosa, voltando a sua libido para o mundo exterior com excesso de voracidade. Trata-se de uma dinâmica narcísica, pois temos uma “antítese entre a libido do ego e a libido objetal. Quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia” (Freud, 1914/1996, p. 83). Mas, aqui, temos com Abraham a dinâmica narcísica com a justaposição de afetos opostos, a saber:

Dessa maneira, a melancolia apresenta um quadro no qual se encontram, em justaposição imediata, embora absolutamente opostos um ao outro, o auto-amor e o auto-ódio, uma superestimação e uma subestimação do ego, ou seja, as manifestações de um *narcisismo positivo e de um narcisismo negativo* (1924/1970, p.116 – grifos do original).

Isso posto, retomando a mania - problema que Freud deixara em aberto ao fim de “Luto e Melancolia” e que indica a própria ressonância das contribuições de Abraham (May, 2019) – o autor enumera cinco fatores da psicogênese das psicoses maníaco-depressivas, quais sejam:

- 1) Fator constitucional: não existe uma herança hereditária direta, mas o que é herdado é uma exacerbação do erotismo oral, o qual está presente nas famílias.
- 2) Uma fixação especial da libido no nível oral: as pessoas têm uma intensificação constitucional de seu erotismo oral e são exigentes na gratificação de sua zona erógena, reagindo com acentuado desprazer a esse respeito; assim, apresentam um prazer excessivo no ato de sugar, obtêm prazer anormal no ato de comer.

- 3) Uma grave lesão no narcisismo infantil, produzida por sucessivos desapontamentos amorosos; sentimento de desamparo e a impressão de ter sido abandonado; tentativas recorrentes de obter amor dos objetos investidos.

Sobre essa grave lesão no narcisismo infantil, torna-se importante destacarmos a seguinte observação:

Este elemento é novo, e se deve a Abraham. É uma adaptação da ideia do trauma, que priva por assim dizer a criança dos seus objetos orais, e também dos seus objetos de amor. Ele chega a dizer aqui que essa decepção frequentemente é bilateral, isto é, concerne ao pai e à mãe. Não é só o abandono pela mãe, mas um tipo de trauma no qual o pai não é capaz de reparar a ausência materna, ou o contrário; a criança se vê então presa de um sentimento de abandono extremamente doloroso e intenso. Se isso ocorrer na fase oral, ela reagirá a isso no modo oral, ou seja, com extrema avidez e tentando abarcar o que lhe passa pela frente, desenvolvendo os mecanismos de introjeção patológica: isto porque a maneira de não perder, nesse momento, é comer, como se isto fosse uma defesa. A isso Abraham chama a decepção primária da infância. (Mezan, 1999, p. 90)

- 4) A ocorrência do primeiro desapontamento amoroso é importante antes de que os desejos edípianos tivessem sido superados.

Nesse estágio, os desejos incestuosos da criança se acham em plena atividade, mas as forças repressivas ainda não ganharam o controle sobre seus impulsos edípianos; nessa época os seus impulsos sádico-orais ainda se encontram com plena força, estabelecendo-se uma associação permanente entre o seu complexo de Édipo e o estágio canibalesco de sua libido; isso facilitará uma introjeção subsequente de ambos objetos de amor, primeiro a mãe, depois o pai – ou seus substitutos.

Aqui, cabe destacarmos uma distinção entre incorporação e introjeção, uma vez que ambos os termos estão presentes neste trabalho de Abraham. Nesse sentido, incorporação refere-se ao invólucro corporal, sendo o protótipo de toda e qualquer separação entre um interior e o exterior. Por sua vez, o termo introjeção é mais amplo, comportando não só o interior do corpo, mas o interior do aparelho psíquico, de uma instância etc.:

“(…) foi evidenciada por Freud na análise da melancolia e depois reconhecida com um processo mais geral. Nesta perspectiva, ela renovou a teoria freudiana da identificação” (Laplanche & Pontalis, 1960/2016, p. 249).

5) A repetição do desapontamento primário na vida ulterior: essa seria a causa que provoca o desencadeamento de uma depressão melancólica.

Em suma, apresentamos neste tópico as principais contribuições teóricas propostas por Abraham em seu texto clássico. Para o nosso recorte de análise, trata-se de um trabalho que demonstra como o objeto ganha um outro estatuto na construção teórica desse autor e, em um sentido mais amplo, da própria teoria psicanalítica que se desenvolvia, sobretudo a partir do conceito de narcisismo e dos processos de incorporação e introjeção, e com os seus posteriores desdobramentos a partir da virada dos anos vinte, nos quais ganham importância os processos de identificação e a estruturação das instâncias psíquicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste ensaio apresentar de maneira sucinta algumas das principais transformações pelas quais passou a constituição da teoria psicanalítica, destacando em nossa apresentação o desenvolvimento de alguns paradigmas, dentre os quais estão o pulsional e o objetal. Nossa intenção principal foi conhecer como a noção de relação de objeto está presente na teoria pulsional de Freud, sobretudo na primeira tópica, bem como conhecer os desdobramentos da relação de objeto no pensamento de um dos principais psicanalistas da primeira geração, Karl Abraham.

Em primeiro lugar, destacamos que é de fundamental importância compreender a dinâmica pulsional e a relação de objeto como formas indissociáveis, estabelecidas ao longo do desenvolvimento libidinal. Não é possível separar essas dimensões sem um prejuízo para a compreensão teórica e clínica dos fenômenos abordados pela psicanálise. Assim, mecanismos como a incorporação, introjeção, narcisismo e identificação vão demonstrando como vai se tornando mais complexa e ganhando importância a noção de objeto para psicanálise. Outra questão que merece destaque é a importância da sexualidade infantil nessa intrincada dinâmica

pulsional e objetal, principalmente quando se considera o investimento que o objeto realiza no sujeito, ou seja, o quanto as relações e o investimento desejante de outrem estruturam a vida psíquica do sujeito. Sobre esta dinâmica, Zornig faz uma observação precisa:

A dimensão única da sexualidade na infância se refere à sua associação direta com a relação afetiva estabelecida entre a criança e seus cuidadores. Assim, ao cuidar de seu corpo, a criança está internalizando a função maternante de seus pais. Ao sentir uma excitação física, ela vai inicialmente precisar de adultos que acolham sua excitação desorganizada e lhe deem um contorno simbólico e afetivo (2008, p. 76)

Por outro lado, o desenvolvimento da teoria das relações de objeto tem outro efeito e aqui retomamos o que indicamos acima, quando Laplanche e Pontalis (1960/2016) falavam sobre a relação de objeto na contemporaneidade. Segundo os comentadores, o uso contemporâneo da noção de objeto, quando utilizado sem a devida revisão da teoria freudiana da pulsão, modifica o equilíbrio entre essas dimensões teóricas. Com isso, a noção de objeto passa a ser simultaneamente uma noção englobante “holística” e tipificante da evolução da personalidade. Além disso, destacam que, na medida em que a noção de relação de objeto acentua a vida relacional do sujeito, existe o risco de se considerar as relações reais com o meio como principais determinantes, e isso seria um desvio que deve ser recusado, pois “a relação de objeto deve ser estudada essencialmente ao nível fantasístico, entendendo-se, evidentemente, que as fantasias podem vir modificar a apreensão do real e as ações que se referem a ele” (Laplanche & Pontalis, 1960/2016, p. 446).

Desse modo, cabe destacar que, com o desenvolvimento das escolas de psicanálise, o objeto tomou tamanha proporção que, como ressalta Green, na teoria das relações de objeto substituiu-se “a orientação de ‘busca do prazer’ da atividade psíquica pela de ‘busca de objeto’” (1995, p. 222). Essa modificação gerou diferentes noções de desenvolvimento, de psicopatologia e de manejo clínico psicanalítico em nossa contemporaneidade.

Uma das principais consequências desse fenômeno pode ser identificada numa pergunta lançada por André Green, já no final do século

passado, foi ela: “sexualidade tem algo a ver com psicanálise?” (1995, p. 217). Ela foi feita em uma conferência e surgiu quando o proeminente psicanalista advertiu os presentes sobre a falta de interesse pela sexualidade por parte dos psicanalistas. O efeito desse fenômeno é que a sexualidade, muitas vezes, não é mais percebida na escuta clínica, ou mesmo não é mais considerada como o fator principal no desenvolvimento infantil, nem determinante etiológico para a compreensão psicopatológica, e, mesmo estando muito presente na clínica, acaba por ser tomada, enquanto manejo e técnica clínica, como uma defesa a ser interpretada em conjunto com outros aspectos ocultos “além” da sexualidade, ou como consequência de fatos ocorridos na infância, “antes” da sexualidade.

Essas questões parecem indicar a importância de, no manejo clínico, – respeitando-se os limites de uma articulação, bem como a complexidade das teorias – fazer operar os conceitos estruturados a partir da teoria pulsional e objetal. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa recolocar no debate psicanalítico atual a importância de reconhecer o papel central da sexualidade infantil, das fases de desenvolvimento da libido, as fixações, as regressões, os processos narcísicos e identificatórios, sobretudo os advindos do complexo de Édipo. Desse modo, evidencia-se a importância da escuta das formações do inconsciente, como os sintomas, atos falhos, bem como as defesas e os conflitos em cena, a partir do reconhecimento da múltipla e complexa determinação da realidade psíquica. Trata-se de uma *sobredeterminação* da realidade psíquica, e este nos parece ser um ponto central, no que diz respeito àquilo que é da ordem da fantasia do sujeito, correspondendo à verdade do desejo. São esses os principais fatores que ordenam e organizam a relação do sujeito com a realidade, consequentemente, com a história vivenciada de relações de objeto, as quais, por meio de investimentos objetais e processos identificatórios com a alteridade, constituem o aparelho psíquico.

Ressalta-se, por fim, a contribuição inédita de Abraham na discussão sobre as sobreposições e diferenças entre melancolia e neurose obsessiva, na perspectiva da teoria da libido e desenvolvimento em psicanálise. Tais observações podem renovar o debate sobre a noção de estrutura, sobretudo tendo em vista a maior presença na clínica atual de dinâmicas ou patologias

do narcisismo e os desafios revelados pela sua marcante instabilidade, através de quadros graves e híbridos, do ponto de vista dos deslocamentos entre os territórios da neurose e da psicose, como nos estados limites, *borderlines* ou psicossomáticos.

Em suma, o estudo apresentado neste ensaio procurou refletir sobre como a teoria pulsional e uma vertente objetal foram se desenvolvendo na psicanálise no início do século passado, de forma concomitante, sobretudo a partir das fundações teóricas de Freud e Abraham, indicando como as concepções de objeto dessas teorias podem fundamentar diferentes noções de desenvolvimento, de psicopatologia e de manejo clínico na contemporaneidade. Tratou-se de um estudo introdutório, o qual pode ser aprofundado em outras oportunidades, já que a importância do tema é promissora ao localizar alguns efeitos dessas bases histórico-conceituais para a clínica psicanalítica atual.

## REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1924/1970). Breve estudo do desenvolvimento da libido, visto à luz das perturbações mentais. In: K. Abraham. *Teoria psicanalítica da libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido* (pp. 81-160). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Birman, J. (2016). *As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico* (3a ed). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Bocchi, J.C.; Perez, D.O.; Bocca, F.V. (2019). *Ontologie sans miroirs - Essai sur la réalité Borges. Descartes. Locke. Berkeley. Kant. Freud*. Traduit du portugais (Brésil) par Isabelle Alcaraz. Paris: L'Harmattan.
- Bocchi, J.C; Simanke, R. T. (2012). Concepções do objeto na psicanálise freudiana: da mônada narcísica à escolha do objeto amoroso. In: R.T. Simanke; F.V. Bocca; C., Murta (Orgs.) *Psicanálise em perspectiva, volume III* (pp.113-129). Curitiba, PR: Editora CRV.

- Campos, E. B. V. (2010). A posição singular da psicanálise no campo dos saberes e práticas psicológicas. In: A. A. L. Ferreira, (Orgs.). *A pluralidade do campo psicológico: principais abordagens e objetos de estudo* (pp. 149-180). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.
- Campos, E. B. V. (2011). Limites da representação na metapsicologia freudiana. *Psicologia USP* 22(4): 851-877.
- Coelho Junior, N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora* 4(2): 37-49.
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VII*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1914/1996). Introdução ao narcisismo. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1917/2016). Luto e melancolia. In: S. Freud. *Neurose, psicose, perversão* (Obras Incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora
- Freud, S. (1923/1996). O ego e o Id. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XX*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Fenichel, O. (1945/1981). *Teoria psicanalítica das neuroses*. São Paulo, SP: Atheneu.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo, SP: Escuta.
- Green, A. (1995) Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? *Livro anual de psicanálise*. 11, 217-229. São Paulo, SP: Escuta.
- Green, A. (2008) *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. São Paulo, SP: SBPSP; Rio de Janeiro, RJ: Imago.

- Junqueira, C. & Coelho Junior, N. E. (2013). Limites e possibilidades de diálogo: a teoria pulsional e a teoria das relações de objeto. *Cadernos de Psicanálise*, 35 (29): 89-104.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1988). *Problemáticas I: a angústia*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1960/2016) *Vocabulário da psicanálise* (4a ed). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- May, U. (2019). In conversation: Freud, Abraham and Ferenczi on “Mourning and Melancholia” (1915–1918). *The International Journal of Psychoanalysis*, 100(1): 77-98.
- Mezan, R. (1999) O inconsciente segundo Karl Abraham. *Psicologia USP*, 10 (1), 55-95.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Ogden, T. (2002). A new reading of the origins of object relations theory. *The International Journal of Psychoanalysis*, 83(1): 7677-82.
- Zornig, S. M. A.-J. (2008) As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*: 13 (1), 73-77.

Recebido em 01/10/2019

Aceito em 14/04/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## REVISÕES CRÍTICAS DA LITERATURA

---

# Estratégias de cuidado a pessoas que tentaram suicídio segundo a literatura

*Care strategies for individuals who have attempted suicide according to literature*

*Estrategias de atención a personas que intentan suicidio según la literatura*

Dayane Rodrigues Silva\*  
Renata Fabiana Pegoraro\*\*

### Resumo

*O suicídio representa um problema de saúde pública e o cuidado desenvolvido com pessoas que tentam suicídio pode ser determinante para evitar a ocorrência de novas tentativas. Este trabalho teve como objetivo identificar as estratégias de cuidado às pessoas que tentam suicídio e mais especificamente seus alcances e limites. Foi realizada uma revisão da literatura a partir de buscas nas bases Google Scholar, Scielo e Pepsic com a palavra-chave “tentativa de suicídio”. Foram selecionados e lidos na íntegra oito artigos publicados entre 2006 e 2017. Destaca-se a importância do acolhimento, ações com a família, trabalho em equipe multiprofissional e encaminhamento para outros serviços da rede. Observam-se dificuldades do trabalho em rede, ausência de diálogo entre as equipes, dificuldades no cuidado de pessoas que tentam suicídio, falta de capacitação e problemas de infraestrutura. Ressalta-se a necessidade da educação permanente em saúde e o oferecimento de suporte psicossocial para os profissionais.*

**Palavras-chave:** *Tentativas de Suicídio; Cuidado; Serviços de Saúde; Profissionais; Revisão de Literatura.*

---

\* Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Brasil. Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4984-3274>. E-mail: [dayanesilva99.dr@gmail.com](mailto:dayanesilva99.dr@gmail.com)

\*\* Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6052-5763>. E-mail: [renatapegoraro@gmail.com](mailto:renatapegoraro@gmail.com)

## Abstract

*Suicide represents a public health issue, and the care provided to individuals who attempt suicide can play a crucial role in preventing further attempts. This study aimed to identify the care strategies for individuals who attempt suicide, specifically examining their effectiveness and limitations. A literature review was conducted using searches in the Google Scholar, Scielo, and Pepsic databases with the keyword “suicide attempt.” Eight articles published between 2006 and 2017 were selected for in-depth review. The importance of providing support, involving families, fostering multidisciplinary teamwork, and referring individuals to other network services is emphasized. Challenges in establishing effective networks, fostering communication among teams, addressing the complexities of caring for suicide attempt survivors, addressing training gaps, and overcoming infrastructure issues are observed. The need for ongoing health education and the provision of psychosocial support for healthcare professionals is underscored.*

**Keywords:** *Suicide Attempts; Care; Health Services; Professionals; Literature Review.*

## Resumen

*El suicidio es un problema de salud pública y la atención a las personas que intentan suicidarse puede ser determinante para prevenir nuevos intentos. Este trabajo tuvo como objetivo identificar las estrategias de atención a las personas que intentan suicidarse, su alcance y límites. Se realizó una revisión de la literatura a partir de búsquedas en las bases de datos Google Scholar, Scielo y Pepsic con la palabra clave “intento de suicidio”. Se seleccionaron ocho artículos publicados entre 2006 y 2017. Se destaca la importancia de la acogida, las acciones con la familia, el trabajo en equipo multiprofesional y la derivación a otros servicios de la red. Existen dificultades en el trabajo en red, ausencia de diálogo entre equipos, dificultades en la atención, falta de formación y problemas de infraestructura. Se enfatiza la necesidad de educación permanente para la salud y la provisión de apoyo psicosocial a los profesionales.*

**Palabras clave:** *Intentos de suicidio; Atención; Servicios de salud; Profesionales; Revisión de literatura.*

O suicídio é definido como toda morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato, executado pela própria vítima, nos casos em que há a intenção de produzir esse resultado (Durkheim, 2000). É considerado um

fenômeno complexo e universal, que resulta de uma interação complexa entre fatores ambientais, sociais, fisiológicos, genéticos e biológicos, sendo impossível atribuir uma única causa ao suicídio (WHO, 2014).

Segundo Vidal e Gontijo (2013), para cada suicídio, estima-se que existam pelo menos dez tentativas de suicídio que requerem cuidados médicos, e que a cada tentativa documentada existem outras quatro que não foram registradas. A repetição de tentativas de suicídio apresenta risco maior para a efetividade do ato, sendo que a possibilidade de suicídio aumenta consideravelmente após uma tentativa de autoagressão (Vidal & Gontijo, 2013).

Considerado atualmente como um grave problema de saúde pública (Silva, Prates, Cardoso & Rosas, 2018; OMS, 2006), o suicídio é a segunda principal causa global de morte de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (WHO, 2014). O Brasil encontra-se entre os dez países que registram os maiores números absolutos de suicídios (Botega, 2014), ficando atrás apenas da Índia, da China, dos Estados Unidos, da Rússia, do Japão, da Coreia do Sul e do Paquistão. O país apresenta um crescimento de 62,5% desde a década de 1980, sendo maior do que o aumento das taxas de acidentes de trânsito e homicídios no país (Silva, Prates, Cardoso & Rosas, 2018).

Com o aumento das taxas de suicídio no Brasil, em abril de 2019, foi sancionada a Lei nº 13.819, que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e tornou obrigatória a notificação compulsória de casos de violências autoprovocadas pelos estabelecimentos de saúde públicos e privados, em funcionamento no Brasil, às autoridades sanitárias e pelas instituições de ensino públicos e privados ao conselho tutelar. Essa lei estabeleceu a necessidade de criação de um sistema nacional, em conjunto com os Estados e municípios, para o desenvolvimento e a implementação de possíveis projetos e programas de prevenção ao suicídio e à automutilação em território nacional, além disso, o governo passou a dispor de um serviço telefônico gratuito para atendimento a esse público (Dantas, 2019), em parceria com o Centro de Valorização da Vida (CVV). Segundo informações retiradas do site do CVV (<https://www.cvv.org.br/o-cvv/>, recuperado em

20 de maio de 2020), em 2017, houve a ampliação dessa parceria com a assinatura do novo Acordo de Cooperação Técnica que, dentre outras coisas, prevê a gratuidade das ligações ao CVV em todo o território nacional.

Essa portaria se justifica por um contexto em que podem ser observados impactos de ordem social e econômica frente aos óbitos por suicídio, vistos a partir do aumento das internações, limitações e sequelas diante do aumento crescente de tentativas de suicídio, que chegam cada vez mais aos serviços de saúde no Brasil (Sá et al., 2010). A OMS acredita que grande parte dos casos de suicídio registrados no mundo possa ser evitada por meio de estratégias de prevenção que envolvam diferentes setores da sociedade, como a saúde, a educação, a assistência social e a comunidade, através de uma integração das ações de prevenção e cuidado (WHO, 2014).

Ainda que muitas pessoas que tentam suicídio não cheguem a ser atendidas em serviços de saúde – e, portanto, favorecem à subnotificação – muito frequentemente essa assistência ocorre inicialmente nos serviços de urgência e emergência. Esse primeiro atendimento é um momento importante para a avaliação e a identificação, por parte das equipes, de potencial nível de risco, intervindo para sua redução. Porém, nem sempre essa oportunidade é aproveitada pela equipe e as pessoas que tentam suicídio geralmente são recebidas nesses serviços com postura de revolta e agressividade por parte dos profissionais que prestam a assistência, frente ao despreparo ou devido às características do serviço (Vidal & Gontijo, 2013).

Fontão et al. (2018) discutem que o papel desempenhado pelas equipes que prestam atendimento a pessoas que tentam suicídio é de extrema importância, uma vez que o acolhimento e as demais intervenções atuam na prevenção do suicídio, através do estabelecimento de vínculos interpessoais que podem levar a uma melhor aceitação e adesão ao tratamento após a alta do serviço. Consonante a isso, Avanci et al. (2009) afirmam que podem ser alcançados resultados positivos no cuidado às pessoas que tentaram suicídio, desde que haja o desenvolvimento de uma relação profissional empática, na qual os profissionais sejam capazes de ouvir e compreender seus pacientes, sem julgamentos e críticas com a finalidade de estimular atitudes positivas.

De acordo com Botega (2015), os indivíduos encontram-se fragilizados após uma tentativa de suicídio e, devido a isso, o contato da equipe com o paciente não deve assumir uma postura de intrusão e vigilância – ao contrário disso, deve promover acolhimento e apoio ao sujeito internado. Dessa forma, é indispensável que seja assegurada a promoção de um ambiente de cuidado seguro e favorável para o cuidado integral desses indivíduos, oferecendo a escuta qualificada livre de preconceitos e julgamentos (Fontão, Rodrigues, Lino, Lino & Kempfer, 2018).

Diante das considerações apresentadas, entende-se que a forma como se dá o cuidado ao indivíduo após uma tentativa de suicídio é um recurso importante que, se bem aproveitado, pode, inclusive, ampliar a adesão do indivíduo a tratamento e contribuir para a prevenção de novas tentativas. O presente artigo tem como objetivo identificar as estratégias de cuidado às pessoas que tentam suicídio, realizadas por profissionais da saúde, nos diferentes níveis de atenção, e mais especificamente o alcance e os limites dessas estratégias.

## MÉTODO

Foi realizada uma revisão da literatura a partir de buscas nas bases Google Scholar, Scielo e Pepsic, com a palavra-chave “tentativa de suicídio”. Como critério de inclusão, buscou-se artigos que abordassem a experiência de assistência às pessoas que tentam suicídio e que respondessem à seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as estratégias de cuidado desenvolvidas no atendimento às pessoas que tentam suicídio?

Foram selecionados e lidos, na íntegra, oito artigos (Muller, Pereira & Zanon, 2017; Freitas & Borges, 2017; Heck et. al, 2017; Oliveira, Colares, Noal & Dias, 2016; Gonçalves, Silva & Ferreira, 2015; Gutierrez, 2014; Kohlrausch, Lima, Abreu & Soares, 2008; Estelita-Lins, Oliveira & Coutinho, 2006), dos quais foram extraídas as seguintes informações para a realização de uma análise baseada em uma perspectiva descritiva: Tipo de serviço; Profissionais envolvidos; Usuários assistidos; Estratégias adotadas, seus alcances e limites.

Os resultados serão apresentados a partir de três momentos: (1) Caracterização geral dos artigos, em que serão focalizadas, de forma breve, as principais informações objetivas dos trabalhos, a saber: ano, fonte das publicações, local dos estudos e perspectiva metodológica; (2) Estratégias de Cuidado ao Suicídio, com a exposição das principais ações de cuidado realizadas nos diferentes níveis de atenção à saúde que são exploradas no trabalho; (3) e, por fim, serão apontados os principais alcances e limites dessas estratégias de cuidado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Caracterização geral das publicações

Os artigos foram publicados entre 2006 e 2017, sendo que, nos anos 2006, 2008, 2014, 2015 e 2016, houve apenas uma publicação anual e, no ano de 2017, foram três publicações. As referências recuperadas para a análise foram veiculadas nos seguintes periódicos científicos: *Psychê*; *Estudos de Psicologia*; *Psicologia Hospitalar*; *Psicologia USP*; *Texto & Contexto – Enfermagem*; *Ciência, Cuidado e Saúde*; *Revista de Psicologia da IMED* e *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. Em relação ao campo de estudo das publicações, observa-se que todos os artigos selecionados foram publicados em periódicos das áreas da Psicologia e da Enfermagem.

Em relação às características dos estudos, seis artigos tratam de estudos primários, dos quais cinco utilizaram a perspectiva qualitativa e um trabalhou com métodos quali-quantitativos, e dois trabalhos tratam de revisões de literatura que versam sobre a importância da atuação de profissionais da saúde e estratégias a serem utilizadas no cuidado de pessoas que tentam suicídio. Entre os artigos oriundos de pesquisas de campo, cinco foram desenvolvidos em instituições de saúde da Região Sul do Brasil e uma pesquisa em Estado do Nordeste. O número de estudos desenvolvidos na região Sul pode estar relacionado com as altas taxas de violências autoprovocadas, entre elas suicídio e tentativas de suicídio (Ministério da Saúde/Brasil, 2019) ali encontradas.

Sobre os participantes das pesquisas, quatro estudos buscaram a percepção dos profissionais de saúde e apenas um realizou entrevistas com profissionais de saúde, usuários e famílias. Os serviços pesquisados foram: uma pesquisa em Unidade Básica de Saúde (UBSF); duas em Centros de Atenção Psicossocial; três no contexto das unidades e/ou setores de Urgência e Emergência; uma em Unidade de Internação em saúde mental de Hospital Geral; e uma explora os benefícios da atuação do Acompanhante Terapêutico frente aos casos de tentativas de suicídio e/ou ideação suicida.

### **Estratégias de cuidado a pessoas que tentam suicídio**

As estratégias de cuidado às pessoas que tentam suicídio foram realizadas nos três níveis de atenção à saúde, sendo: (a) Atenção Primária, em Unidades Básicas de Saúde; (b) Atenção Secundária, em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e em Unidades e/ou setores de urgência e emergência; (C) Atenção Terciária, unidades de Internações psiquiátricas em Hospital Geral. Além desses níveis de atenção, um artigo retratou práticas inovadoras junto às pessoas que tentaram suicídio, como o cuidado oferecido pelo acompanhante terapêutico (AT).

Na Atenção Básica, Kohlrausch, Lima, Abreu e Soares (2008) observaram, na Unidade Básica de Saúde pesquisada, a realização de intervenções junto a pessoas que tentaram suicídio pautadas na importância da realização de um acompanhamento adequado por meio do acolhimento, do vínculo e da escuta, frente à necessidade e à importância desses indivíduos se expressarem a respeito de seus problemas e sentimentos. Nesse serviço, foi destacado o trabalho realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), profissionais de nível médio de escolaridade, responsáveis pela realização de visitas domiciliares e contato direto com a população da área, sob responsabilidade da unidade, sendo esses profissionais que geralmente identificam o usuário com comportamento suicida devido ao vínculo e aproximação com a comunidade.

Foram pontuadas, ainda, ações de: orientação aos familiares; agendamento de consultas médicas; acompanhamento domiciliar; identificação do risco para o suicídio; auxílio no uso das medicações; conscientização

da comunidade; verificação de história prévia de comportamento suicida e incentivo à socialização; estudo de caso para analisar as possíveis causas do alto índice de suicídio; planejamento de grupos de saúde mental para usuários e familiares; orientação aos agentes comunitários de saúde sobre o problema; e o encaminhamento para outros serviços (Kohlrausch, Lima, Abreu & Soares, 2008).

O que se observa em relação às ações desenvolvidas nesse contexto, é que embora a promoção de saúde e a prevenção sejam foco da Atenção Primária, são realizadas poucas atividades de prevenção ao suicídio, pois os profissionais sentem dificuldades em aplicar ações com essa finalidade (Kohlrausch, Lima, Abreu & Soares, 2008). Cabe ressaltar que os serviços da Atenção Primária têm como objetivo realizar ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, através da integralidade desse cuidado. Dessa forma, as ações frente ao suicídio são essenciais para a prevenção do fenômeno e a consequente redução dos índices de tentativas e suicídios, vistas as suas características (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2016).

Sobre o nível secundário e as ações desenvolvidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as estratégias visam a realização de atividades que vão da prevenção até a pósvenção do suicídio, com foco no: acolhimento; criação de vínculos; trabalho em equipe multiprofissional; diálogo e escuta qualificada; ações com a família; encaminhamentos a outros serviços (Heck et al., 2017); grupos de apoio à família; atuação em rede; e humanização do atendimento (Muller, Pereira & Zanon, 2017).

Segundo Heck et al. (2017), o cuidado a pessoas que tentam suicídio precisa levar em consideração a realidade de cada indivíduo e deve ser desenvolvido por profissionais qualificados a partir de um serviço em rede para aperfeiçoar a detecção e as ações acerca dos riscos de suicídio. Consoante a isso, Muller, Pereira e Zanon (2017) revelam que uma comunicação eficiente entre os serviços da rede poderia aumentar a qualidade dos atendimentos realizados. Além disso, os autores apontam a família como rede de apoio da pessoa que tentou suicídio ou com ideação suicida, mas sinalizam a importância de que os familiares sejam reconhecidos também como um grupo que necessita de atenção na promoção de saúde mental, visto que também são impactados pelo fenômeno do suicídio.

As ações desenvolvidas nos CAPS geralmente encontram posição privilegiada no atendimento a pacientes que tentaram suicídio, uma vez que esse serviço tem como característica importante evitar as internações e privilegiar as ações de cuidado que possam ser realizadas sem afastar o usuário das suas atividades do cotidiano, como o contato com a família, os amigos e o trabalho (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2016). Assim, o contato próximo e duradouro torna possível identificar e acionar uma rede de proteção social para os indivíduos quando necessário e permite a criação de estratégias para o fortalecimento dessa rede (Ministério da Saúde/Brasil, 2006).

O atendimento adequado a pessoas que tentam suicídio nos serviços de Urgência e Emergência é apontado por Freitas e Borges (2017) como essencial, podendo ser determinante para a recuperação e a prevenção de novas tentativas. As ações realizadas nesses serviços geralmente voltam-se para aspectos biológicos e visam a recuperação do corpo físico, com atendimentos da equipe médica e de enfermagem, atendimentos aos familiares e encaminhamento para outros serviços, como ambulatórios de Psicologia e Psiquiatria e demais serviços da rede (Gonçalves, Silva & Ferreira, 2015). Enquanto isso, Freitas e Borges (2017) observaram, em sua pesquisa, que os profissionais das urgências e emergências realizavam ações de acolhimento e avaliação médica; utilizavam protocolos de atendimento; avaliação do Centro de Informações Toxicológicas; contato com o acompanhante/atendimento à família; e encaminhamento para outros serviços da rede. Os autores apontaram também a realização de avaliação psicológica, mas ressaltaram que essas ações ocorriam com menor frequência, pois nem sempre havia a presença de uma equipe/ profissional de Psicologia nesses serviços.

Gutierrez (2014) discutiu o atendimento a pessoas que tentaram suicídio nos setores de emergência de um Hospital Geral, e destacou a importância de que, durante o atendimento, sejam adotadas ações que levem em consideração aspectos como o cuidado humanizado, o acolhimento, a integralidade, a utilização de instrumentos de avaliação que permitam um diagnóstico abrangente das condições físicas, psíquicas, sociais e de recursos de saúde, o reconhecimento da importância das vivências subjetivas na dinâmica do processo saúde-doença, a educação

permanente e a capacitação profissional e a adoção de uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar. Segundo o autor, o período nessas unidades deve ser aproveitado para que a pessoa possa conquistar uma maior autonomia, apoiando-a no processo de reconstrução e ressignificação dos seus projetos de vida.

Segundo o manual “Prevenção do Suicídio no nível local”, os profissionais dos setores de urgência e emergência desempenham um papel importante na prevenção do suicídio, já que o serviço é a porta de entrada principal para os casos em que ocorreu a tentativa de suicídio, podendo identificar, assim, os fatores de risco e as situações de vulnerabilidades (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2011). Além disso, Fontão et al. (2018) alertaram que o cuidado realizado nesses serviços pode influenciar a pessoa a dar continuidade ao tratamento após a alta, prevenindo a ocorrência de novas tentativas. No entanto, como apontaram Vidal e Gontijo (2013), as possibilidades de atuação frente ao serviço nem sempre são exploradas e o indivíduo que tentou suicídio pode ser recebido com postura de revolta e agressividade pelos profissionais.

Em relação ao terceiro nível de atenção e o cuidado desenvolvido nas Unidades de internação psiquiátrica, dentro do Hospital Geral, Oliveira, Colares, Noal e Dias (2016) identificaram estratégias de cuidado que envolviam reuniões de equipe; avaliação do funcionamento psicossocial do paciente; acolhimento; contato com a família; orientação e espaço de escuta para os familiares. Outras ações diziam respeito às restrições a materiais perfurocortantes e ao aumento da vigilância deste paciente, a fim de evitar a ocorrência de alguma forma de autoagressão no espaço hospitalar, e a compreensão da família enquanto potencial fonte de suporte para a prevenção do suicídio após a alta hospitalar, buscando, assim, orientá-los nos cuidados necessários a serem seguidos. Bertolote, Mello-Santos e Botega (2010) concordam que durante o período de internação, precauções precisam ser seguidas, tais como, a remoção de objetos perigosos que possam facilitar a autoagressão e a adoção de medidas que favoreçam o monitoramento do paciente, pela equipe de enfermagem, para evitar que novas tentativas de suicídio ocorram nesse período, no qual o paciente está ainda vulnerável, em especial na primeira semana de internação. O

reconhecimento da família, enquanto rede de apoio da pessoa que tentou suicídio, é uma recomendação de diferentes manuais que versam sobre a prevenção do suicídio (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2011; Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2016).

Por fim, destacam-se práticas inovadoras junto a pessoas que tentaram suicídio. Segundo Estelita-Lins, Oliveira e Coutinho (2006), o acompanhamento terapêutico (AT) deve ser realizado após uma profunda avaliação dos fatores de risco e de proteção em relação à tentativa de suicídio, e deve ocorrer através da atuação conjunta do AT com uma equipe multiprofissional. As intervenções desses profissionais consistiriam no acompanhamento de indivíduos hospitalizados ou mantidos sob cuidado domiciliar, através da aplicação sistemática de instrumentos de avaliação de risco que podem servir para informar ao médico sobre a evolução do quadro clínico, auxiliando-o na sequência das intervenções, de intervenções psicoeducativas, da utilização de protocolos e instrumentos de avaliação, avaliação da arquitetura domiciliar e do espaço cotidiano e modificações na rotina. Ressalta-se, também, a necessidade de estabelecer um contrato com o paciente que vise a colaboração e detecção precoce de ideação suicida e com a família, objetivando apoio, compartilhamento de responsabilidade e tomada rápida de decisão frente a situações de urgência.

Destacam-se, portanto, no conjunto de artigos, a importância do acolhimento, ações voltadas para o cuidado da família, trabalho em equipe multiprofissional e o encaminhamento para outros serviços da rede frente a situações onde há ideação suicida ou o risco de tentativas de suicídio. É importante pontuar que, além do desenvolvimento de ações competentes a cada nível de atenção, as estratégias de prevenção, enfretamento e pósvenção do suicídio serão eficazes somente com o estabelecimento de um trabalho em rede e com a atuação conjunta dos diferentes profissionais (Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, 2011).

## **Alcance e limites das estratégias de cuidado a pessoas que tentam suicídio**

O alcance das estratégias realizadas foi pouco explorado nos artigos analisados e, de modo geral, os autores discutiram que as iniciativas dos serviços pesquisados são positivas e podem atuar enquanto formas de combate ao suicídio. Para Kohlrausch, Lima, Abreu e Soares (2008), as atividades desenvolvidas na Atenção Primária podem ser vistas enquanto estratégias de enfrentamento da situação, e para a efetividade das ações é imprescindível obter o máximo de informações sobre a realidade da comunidade, que auxiliem no desenvolvimento dessas estratégias, o que só é possível pelo contato próximo e duradouro com a comunidade (OMS, 2000).

Enquanto isso, no contexto da Atenção Secundária, Muller, Pereira e Zanon (2017) apontaram para o desenvolvimento de estratégias que contemplassem desde a prevenção do suicídio até a pósvenção. Os autores chamaram atenção para a efetividade das ações e o correto manejo do suicídio, mesmo com a ausência de um programa de ação delimitado para atuação em casos relacionados a esse fenômeno, sendo percebido até mesmo pelos próprios profissionais do serviço. Consoante a isso, Heck et al. (2007) constataram a existência de iniciativas exitosas nos CAPS, que poderiam ser utilizadas como exemplo e replicadas por outros profissionais. Para exemplificar isso, o autor pontua a aproximação de diferentes sistemas e setores da sociedade civil, “com a finalidade de acolher o usuário com risco ou tentativa de suicídio e ainda a capacidade de promover um trabalho multidisciplinar comprometido com a situação de risco do usuário e de seu familiar, considerando seu contexto de vida” (p. 32).

Estelita-Lins, Oliveira e Coutinho (2006), por sua vez, discorreram sobre os benefícios que poderiam ser alcançados pelo acompanhamento terapêutico na atuação com pessoas que tentaram suicídio. Segundo os autores, nesse contexto, as estratégias poderiam ser vistas como ações de proteção desenvolvidas de modo singular, juntamente com outros profissionais da saúde, oferecendo maior segurança ao paciente e à sua família,

com estratégias para a prevenção do comportamento suicida e a reabilitação psicossocial. Nesse sentido, as intervenções funcionariam enquanto estratégias de minimização de risco (redução de danos).

De acordo com Quesada, Neto, Oliveira e Garcia (2020), para o alcance de resultados positivos na prevenção do suicídio, é necessário que as ações sejam desenvolvidas a partir de uma abordagem interdisciplinar com diferentes estratégias adotadas, envolvendo profissionais da saúde, da educação, familiares e sociedade civil. Além disso, é necessário que sejam exploradas ações para identificação e minimização dos riscos e também estratégias de pósvenção, a fim de cuidar daqueles que foram diretamente afetados frente a um caso de suicídio.

Em relação aos limites das ações, observa-se, no conjunto dos artigos analisados, a dificuldade do trabalho em rede, ausência de diálogo entre as equipes, dificuldades em realizar o cuidado de pessoas com comportamento suicida, falta de capacitação dos profissionais, problemas de infraestrutura e dificuldades relacionadas à lógica de cada serviço.

Na atenção primária, foram pontuadas diferentes dificuldades em relação ao cuidado frente a esses casos, sendo elas: (1) falta de organização das equipes para atender à demanda de saúde mental; (2) problemas de infraestrutura; (3) falta de transporte adequado para remoção dos surtos psiquiátricos; (4) ausência de profissionais que se encarreguem da segurança da equipe de saúde; (5) dificuldades de acesso a medicamentos necessários ao tratamento dos distúrbios mentais; (6) ausência de auxiliar administrativo e quadro de profissionais reduzido; (7) dificuldades relacionadas a fatores sociais, econômicos e culturais; (8) ausência de cursos ou capacitação profissional; (9) dificuldades com o sistema de referência e contrarreferência, onde há a realização da referência, porém, a contrarreferência não é feita, dificultando, assim, o acompanhamento dos casos (Kohlrausch, Lima, Abreu & Soares, 2008).

Nos CAPS, as limitações das estratégias frente às tentativas de suicídio referiam-se às dificuldades de comunicação entre os profissionais da rede, hesitação dos usuários em aderir ao tratamento, casos em que a pessoa que tentou suicídio não tinha apoio familiar e a falta de atenção à saúde emocional, assistência psicológica e acompanhamento aos profissionais do

serviço (Muller, Pereira & Zanon, 2017). Os autores também chamaram atenção para a escassez de programas governamentais de qualificação para os profissionais da saúde que atendem pessoas que tentaram suicídio. Segundo Heck et al. (2017), um desafio dos Centros de Atenção Psicossocial é promover a organização da equipe enquanto uma unidade coletiva, em que todos os profissionais tenham o compromisso de acolher e promover o cuidado em saúde. De modo semelhante, Cescon, Capozzolo e Lima (2018) constataram que a qualificação das equipes para atenção ao suicídio precisa incluir o trabalho em equipe, com a abertura de espaços de conversa e de reflexão, que possam propiciar discussões a respeito das dificuldades que os profissionais têm de lidar com esse tema.

As limitações observadas nos serviços de urgência e emergência envolveram a atuação profissional frente aos casos em que se observou-se que há uma desvalorização da tentativa de suicídio pelos profissionais, o uso de frases pejorativas e o entendimento de que tal ato era manipulativo e atrapalhava a rotina do serviço. Além disso, foram observadas, ainda, como dificuldades para o cuidado: pouca aceitação e baixa operacionalização do cuidado em saúde mental; atuação centrada no modelo biomédico; inadequação da demanda ao serviço na visão dos profissionais; existência de diferentes perspectivas de trabalho; modelo compartimentalizado de atendimento; limites na comunicação entre paciente e profissional; ausência de médicos psiquiatras; condições físicas do ambiente; poucas opções disponíveis para encaminhamento; e dificuldade de absorção de toda a demanda (Freitas & Borges, 2017).

De modo semelhante, Gonçalves, Silva e Ferreira (2015) notaram: (1) a falta de acolhimento aos usuários e acompanhantes; (2) a predominância de práticas de cuidado que têm como foco a manutenção da vida, a estabilização e a medicação; (3) o preenchimento inadequado dos prontuários; (4) a falta de preparo para o trabalho, com profissionais que não se sentem preparados para atender casos relacionados ao suicídio; (5) a dificuldade de diálogo entre os profissionais; (6) a ausência de profissionais de psicologia nas equipes; (7) dificuldades no atendimento a usuários que apresentam comportamento suicida; (8) e equívocos na lógica do pronto atendimento. Os autores discutiram que essas limitações na atuação relacionavam-se a

dificuldades dos profissionais em compreenderem os diferentes fatores que podem estar presentes no comportamento suicida, o despreparo para lidar com questões relacionadas à morte, e a existência de estigmas em relação à pessoa que tentou suicídio, levando, assim, à realização de práticas de cuidado descontextualizadas que focalizam apenas os aspectos biológicos e a manutenção do corpo físico.

Gutierrez (2014) trouxe outra visão ao chamar atenção para o fato de que, nos serviços de urgência e emergência, nem sempre há a possibilidade de atuação com os usuários que tentaram suicídio, pois estes se encontram debilitados, e a coleta de informações sobre os fatores de risco fica prejudicada, e também pontua que em determinados casos o suicídio não pode ser evitado devido à adesão ineficaz ao tratamento.

Sobre as dificuldades de atuação nas urgências e emergências, Vidal e Gontijo (2013) entenderam que algumas características desse serviço, como a alta demanda, pacientes em estado crítico, baixa capacitação das equipes e problemas estruturais do serviço, levam os profissionais a atuarem de modo impessoal e com dificuldades de realizar um atendimento humanizado. Avanci et al. (2009) apontaram a dificuldade de criar vínculos entre profissionais e pacientes nesse contexto, o que acarretaria em um cuidado descontextualizado.

Nas unidades de internação psiquiátrica, as limitações e/ou dificuldades existentes no serviço relacionavam-se à falta de capacitação profissional frente ao suicídio, à inexistência de procedimentos padronizados, como a utilização de manuais ou protocolos no manejo do comportamento suicida, déficits na formação dos profissionais, que os levavam a não se sentirem preparados para realizar o cuidado daqueles que tentam suicídio (Oliveira, Colares, Noal & Dias, 2016). Os autores observaram que os profissionais experimentavam uma gama de sentimentos, e quase sempre essas sensações referiam-se à impotência diante do comportamento suicida, motivados pela insegurança pessoal e pela falta de conhecimentos técnicos para lidarem com esse fenômeno. Consonante a isso, Moura et al. (2011) também constataram que os profissionais frequentemente se sentiam incapacitados ou insuficientemente preparados para realizar esse cuidado, apontando a necessidade de ações de capacitação e educação continuada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar as estratégias de cuidado às pessoas que tentam suicídio, realizadas por profissionais da saúde nos diferentes níveis de atenção, e discutir o alcance e os limites dessas ações. Foi possível observar que o cuidado às pessoas que tentam suicídio tem sido realizado nos três níveis de atenção, de acordo com as especificidades de cada serviço, mas que, ainda assim, é necessário pontuar que somente o trabalho em rede, com a atuação conjunta dos diferentes setores e profissionais, é capaz de conquistar resultados positivos frente à prevenção e o cuidado de pessoas que tentaram suicídio.

Em relação aos alcances e limitações das estratégias, constatou-se que os trabalhos abordam mais aspectos ligados às dificuldades do cuidado que, de modo geral, relacionaram-se à dificuldade do trabalho em rede, ausência de diálogo entre as equipes, dificuldades em realizar o cuidado de pessoas com comportamento suicida, falta de capacitação dos profissionais, problemas de infraestrutura e dificuldades relacionadas à lógica de cada serviço. Frente a isso, ressalta-se a necessidade da educação permanente em saúde e a oferta de cursos de capacitação para os profissionais. É essencial ainda o oferecimento de suporte psicossocial e ações voltadas para o cuidado da saúde mental desses profissionais, uma vez que o fenômeno do suicídio pode impactar diretamente às suas vidas.

Sobre as limitações do estudo, aponta-se o baixo número de artigos revisados sobre o tema, mas se entende que a intenção foi fazer uma discussão aprofundada sobre as atuações e o trabalho desenvolvido nos diferentes serviços. Faz-se necessário novos estudos sobre o tema e o desenvolvimento de revisões sistemáticas a fim de reunir todos os trabalhos realizados, bem como verificar os estudos desenvolvidos em outros países.

## REFERÊNCIAS

- Avanci, R. C., Furegato, A. R. F., Scatena, M. C. M., & Pedrão, L. J. (2009). Relação de ajuda enfermeiro-paciente pós-tentativa de suicídio. *Revista Saúde Mental Álcool e Drogas*, 5(1), 1-15. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762009000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762009000100006&lng=pt&tlng=pt)
- Bertolote, J. M., Mello-Santos, C. de, & Botega, N. J. (2010). Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 32( 2), 87-95. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462010000600005>
- Botega, N. J. (2014). Comportamento suicida: epidemiologia. *Psicologia USP*, 25(3), 231-236. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>
- Brasil. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. UNICAMP. (2006). Prevenção do Suicídio: Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. São Paulo: OMS.
- Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. (2019). Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. Boletim Epidemiológico 24. Recuperado de: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic- -dio-24-final.pdf>
- Cescon, L. F., Capozzolo, A. A., & Lima, L. C. (2018). Aproximações e distanciamentos ao suicídio: analisadores de um serviço de atenção psicossocial. *Saúde e Sociedade [online]*, 27(1), pp.185-200. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170376>.
- Dantas, E. S. O. (2019). Prevenção do suicídio no Brasil: como estamos?. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29 (03). <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290303>.
- Durkheim, E. (2000). *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

- Estellita-Lins, C., Oliveira, V. M. de, & Coutinho, M. F. C.. (2006). Acompanhamento terapêutico: intervenção sobre a depressão e o suicídio. *Psychê*, 10(18), 151-166. Recuperado em 01 de dezembro de 2020, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382006000200015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200015&lng=pt&tlng=pt).
- Fontão M. C.; Rodrigues, J.; Lino, M. M.; Lino, M. M.; Kempfer, S. S. (2018). Cuidado de enfermagem às pessoas atendidas na emergência por tentativa de suicídio. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(5), pp. 2199-2205. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0219>.
- Freitas, A. P. A., & Borges, L. M. (2017). Do acolhimento ao encaminhamento: o atendimento às tentativas de suicídio nos contextos hospitalares. *Estudos de psicologia*, 22(1), 1678-4669.
- Gonçalves, P. I. E., Silva, R. A. da, & Ferreira, L. A.. (2015). Comportamento suicida: percepções e práticas de cuidado?. *Psicologia Hospitalar*, 13(2), 64-87.
- Gutierrez, B. A. O. (2014). Assistência hospitalar na tentativa de suicídio. *Psicologia USP*, 25(3), 262-269. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140002>
- Heck, R. M., Kantorski, L. P., Borges, A. M., Lopes, C. V., Santos, M. C. dos, & Pinho, L. B. de. (2012). Ação dos profissionais de um centro de atenção psicossocial diante de usuários com tentativa e risco de suicídio. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 21(1), 26-33. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000100003>
- Kohlrausch, E., Lima, M. A. D. da S., Abreu, K. P., & Soares, J. S. F. (2009). Atendimento ao comportamento suicida: concepções de enfermeiras de unidades de saúde. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 7 (4), 468-475. <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v7i4.6628>
- Muller, S. A., Pereira, G., & Zanon, R. B. (2017). Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. *Revista de Psicologia da IMED*, 9(2), 6-23. <https://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i2.1686>

- Oliveira, C. T. de, Collares, L. A., Noal, M. H. O., & Dias, A. C. G. (2016). Percepções de uma equipe de saúde mental sobre o comportamento suicida. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9(1), 78-89.
- LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019 (2019). Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Vigência. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Organização Mundial da Saúde (2000). Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: Autor.
- Organização Mundial da Saúde (2006). Prevenção do suicídio: um recurso para conselheiros. Genebra: Autor.
- Quesada, A. A.; Aragão Neto, J.; Oliveira, J. M.; Garcia, M. S. (2020). Prevenção, proteção e pósvenção ao suicídio. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 16p.
- Rio de Janeiro. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretária Municipal de Saúde. (2016). Avaliação do Risco de Suicídio e sua Prevenção. Retirado de [https://subpav.org/download/prot/Guia\\_Suicidio.pdf](https://subpav.org/download/prot/Guia_Suicidio.pdf)
- Rio Grande do Sul. Secretaria Estadual da Saúde. (2011). Prevenção do Suicídio no nível local: orientações para a formação de redes municipais de prevenção e controle do suicídio e para os profissionais que a integram. Retirado de <https://www.polbr.med.br/ano11/034704d01a064.pdf>
- Sá, N. N. B., Oliveira, M. G. C., Mascarenhas, M. D. M., Yokota, R. T. C., Silva, M. M. A., & Malta, D.C. (2010). atendimentos de emergência por tentativas de suicídio, Brasil, 2007. *Revista Médica Minas Gerais*, 20, 145-52. <http://rmmg.org/artigo/detalhes/307>
- Silva, B. F. A. da, Prates, A. A. P., Cardoso A. A., & Rosas, N. (2018). O suicídio no Brasil contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 33(2), 565-579. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302014>

Vidal, C. E. L. & Gontijo, E. D. (2013). Tentativas de suicídio e o acolhimento nos serviços de urgência: a percepção de quem tenta. *Cadernos Saúde Coletiva*, 21(2), 108-114. <https://doi.org/10.1590/S1414-462X2013000200002>

World Health Organization. (2014). Preventing suicide: a global imperative. Geneva: WHO.

*Recebido em 25/01/2021*

*Aceito em 13/06/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Violência doméstica e seu impacto emocional sobre o adolescente: um estudo de revisão

*Domestic violence and its emotional impact on adolescents: a review study*

*La violencia doméstica y su impacto emocional en los adolescentes: un estudio de revisión*

*Sofia Creato Bonfatti\**

*Leticia Jóia Ribeiro\*\**

*Tania Mara Marques Granato\*\*\**

## Resumo

*Considerando a violência doméstica contra crianças e adolescentes como um problema social e de saúde pública que atinge milhares de famílias de todas as partes do mundo, o objetivo desta revisão de literatura é compreender o impacto emocional da violência doméstica na vida de adolescentes. Foram selecionados artigos científicos delimitados pelos descritores “domestic violence”, “adolescent” e “emotional impact”, nos idiomas português, inglês e espanhol, nas bases de dados Scielo, PsycINFO (APA) e Pubmed. Incluímos artigos empíricos avaliados por pares publicados nos últimos dez anos (2010- 2020). A partir da análise crítica dos 14 estudos selecionados identificamos que o impacto emocional da violência doméstica é resultado de uma complexa interação entre fatores culturais, sociais, familiares e emocionais. De modo geral, o jovem vitimado apresenta sintomas depressivos, ansiedade e autoestima diminuída, a qual se revela por crenças negativas sobre si e sobre o mundo.*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2397-4727>. E-mail: [sofia\\_bonfatti@yahoo.com.br](mailto:sofia_bonfatti@yahoo.com.br)

\*\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9228-4335>. E-mail: [joiaribeiro.leticia@gmail.com](mailto:joiaribeiro.leticia@gmail.com)

\*\*\* Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2912-0693>. E-mail: [granatotania@gmail.com](mailto:granatotania@gmail.com)

*Compreendemos a sintomatologia dos jovens como uma estratégia de sobrevivência psíquica em ambientes familiares invasivos e negligentes quanto às suas necessidades físicas e emocionais. Concluímos pela necessidade de intervenções preventivas e interventivas que objetivem tanto o bem estar de crianças e adolescentes quanto a oferta de um cuidado parental suficientemente bom.*

**Palavras-chave:** *Violência doméstica; adolescente; cuidado infantil; revisão de literatura.*

## Abstract

*Considering domestic violence against children and adolescents as a social and public health problem affecting thousands of families all over the world, the objective of this literature review is to understand the emotional impact of domestic violence on the lives of adolescents. Scientific articles delimited by the descriptors “domestic violence”, “adolescent” and “emotional impact” were selected, in Portuguese, English and Spanish, in the Scielo, PsycINFO (APA) and Pubmed databases. We include peer-reviewed empirical articles published in the last ten years (2010-2020). Based on a critical analysis of 14 selected studies, we identified that the emotional impact of domestic violence is the result of a complex interaction between cultural, social, family and emotional factors. In general, the victimized youth presents depressive symptoms, anxiety and reduced self-esteem, which is revealed in negative beliefs about themselves and about the world. We understand the symptoms of young people as a psychic survival strategy in invasive family environments that neglect their physical and emotional needs. We conclude that there is a need for preventive and interventive actions aiming both at the well-being of children and adolescents and at offering a sufficiently good parental care.*

**Keywords:** *Domestic violence; adolescent; child care; literature review.*

## Resumen

*Considerando la violencia intrafamiliar contra la niñez y adolescencia como un problema social y de salud pública afectando a miles de familias del mundo, el objetivo de esta revisión de literatura es comprender su impacto emocional en la vida de los adolescentes. Se seleccionaron artículos científicos delimitados por los descriptores “violencia doméstica”, “adolescente” y “impacto emocional”, en portugués, inglés y español, en las bases de datos Scielo, PsycINFO (APA) y Pubmed. Incluimos artículos empíricos revisados por pares publicados en los últimos diez años (2010-2020). A partir de un análisis crítico de 14 estudios seleccionados, identificamos que el impacto emocional de la violencia doméstica es el resultado de una interacción compleja entre factores culturales, sociales, familiares y emocionales. En general, el joven victimizado presenta síntomas depresivos, ansiedad y disminución de la autoestima, lo que se manifiesta en creencias negativas sobre sí mismos y el mundo. Entendemos los síntomas*

*de los j6venes como una estrategia de supervivencia ps6quica en entornos familiares invasivos que descuidan sus necesidades f6sicas y emocionales. Concluimos que existe necesidad de intervenciones preventivas y intervencionistas apuntando tanto al bienestar de los ni6os y adolescentes como a ofrecer un cuidado parental suficientemente bueno.*

**Palabras clave:** *Violencia intrafamiliar; adolescente; cuidado de los ni6os; revisi3n de literatura.*

A viol6ncia contra a crian7a e o adolescente constitui um grave problema social e de sa6de p6blica em todo o mundo (Brasil, 2017; ONU, 2014). O estudo de Hills, Mercy, Amobi e Kress (2016) revelou a magnitude do problema ao constatar que em 2014 at6 um bilh3o de crian7as e adolescentes entre 2 e 17 anos tinham sido v6timas de viol6ncia f6sica, psicol6gica, sexual e/ou neglig6ncia, em 96 pa6ses, sendo associada a uma das principais causas de mortalidade.

O tema permanece na pauta das preocupa76es cient6ficas e sociais devido a sua ampla magnitude e gravidade. Apesar das tentativas brasileiras de proteger a popula73o infanto-juvenil atrav6s da implanta73o do Estatuto da Crian7a e do Adolescente (ECA,1990), da Lei da Palmada em 2014 (Brasil, Lei 13.010) e dos servi7os ofertados pelo Sistema 6nico de Assist6ncia Social (SUAS), dados divulgados pelo Minist6rio da Sa6de em 2018 mostram que 80% dos casos de viol6ncia contra a crian7a e o adolescente s3o de natureza intrafamiliar, isto 6, cometidos pelos pr6prios pais ou cuidadores dentro de casa.

O drama da viol6ncia dom6stica contra crian7as e adolescentes parece ter se intensificado durante o per6odo declarado como emerg6ncia mundial de sa6de p6blica em fun73o da pandemia de Covid-19, devido ao confinamento com os agressores. Esta 6 a hip6tese levantada por Levandowski et al. (2021) e Platt, Guedert e Coelho (2021) para explicar a queda no n6mero de notifica76es, dado que os autores recomendam ser tratado com cautela, uma vez que a medida de isolamento social favorece o silenciamento e a invisibilidade da viol6ncia intrafamiliar, resultando em subnotifica73o.

Diante desse panorama dram6tico que assola fam6lias em todas as partes do mundo e da premissa de que o cuidado infantil constitui a base

para o amadurecimento emocional saudável (Winnicott 1958/2000), como psicólogas alinhadas a uma perspectiva clínico-social para atendimento dessa demanda nos interrogamos acerca do impacto emocional da violência doméstica contra a criança e o adolescente.

## METODOLOGIA

Considerando a complexidade e a gravidade do fenômeno da violência doméstica inauguramos esta revisão de literatura pela questão: “Qual é o impacto emocional da violência doméstica na vida do adolescente?” Realizamos a busca nas bases de dados Scielo, PsycINFO (APA) e Pubmed a partir dos descritores “domestic violence”, “adolescent” e “emotional impact”. A definição dos descritores se deu após buscas preliminares que nos permitiram identificar os trabalhos mais afinados com a questão de pesquisa. A busca nas bases de dados se deu em Abril de 2020. Os critérios de inclusão foram: artigos empíricos publicados nos últimos dez anos (2010-2020) e submetidos à avaliação por pares nos idiomas em português, inglês e espanhol, cujos participantes são crianças e adolescentes de até 18 anos de idade. Compreendemos que a imprecisão sobre os limites etários da infância e da adolescência observada na literatura se deve ao fato de que a violência sofrida pelo adolescente, na maior parte das vezes, começou na infância.

Desse modo, foram excluídos artigos que não atendiam aos critérios de inclusão, como: artigos de revisão de literatura, artigos teóricos e estudos duplicados além de trabalhos que focalizavam outros impactos, como o impacto no funcionamento neurobiológico, epigenético e reatividade neural, na performance escolar e no sono, por exemplo; outros tipos de violência, como a violência urbana, a violência comunitária, a violência extrafamiliar, a violência na escola entre outros tipos de experiências consideradas como traumáticas e adversas na infância); trabalhos que não declaravam se a violência sofrida pelo adolescente era de natureza familiar e artigos em que o impacto emocional era tratado secundariamente. Artigos cujos participantes incluíam o adolescente e algum adulto cuidador responsável foram selecionados somente quando a perspectiva do adulto era secundária em relação à do adolescente. Foram excluídos artigos que exploraram temas

como viol6ncia dom6stica contra a mulher, viol6ncia conjugal, viol6ncia por parceiro 6ntimo (VPI) ou que focalizavam a dimens6o pol6tica, econ6mica, educacional e social da viol6ncia dom6stica contra o adolescente. Foram igualmente exclu6dos artigos que focalizavam instrumentos de avalia76o.

A busca e a sele76o dos estudos foram realizadas por duas ju6zas e uma terceira ju6za entrou na avalia76o no caso de discord6ncia. Como resultado, obtivemos um total de 236 artigos sendo 202 publicados na Pubmed, 31 na APA PsycINFO e tr6s na Scielo. Foram exclu6dos quatro artigos duplicados, restando 232 para avalia76o em duas etapas: na primeira, realizamos a leitura de t6tulos e resumos dos 232 artigos, processo que resultou em 25 trabalhos; na segunda, quando cada estudo foi lido na 6ntegra, 12 foram exclu6dos por n6o atenderem a todos os crit6rios de inclus6o. Assim, 14 artigos integraram o *corpus* deste estudo sobre o impacto emocional da viol6ncia dom6stica na vida de adolescentes. A Figura 1 apresenta as etapas acima descritas, em um fluxograma (Moher, Libertirato, Telzloff, Altman e The PRISMA Group, 2009).

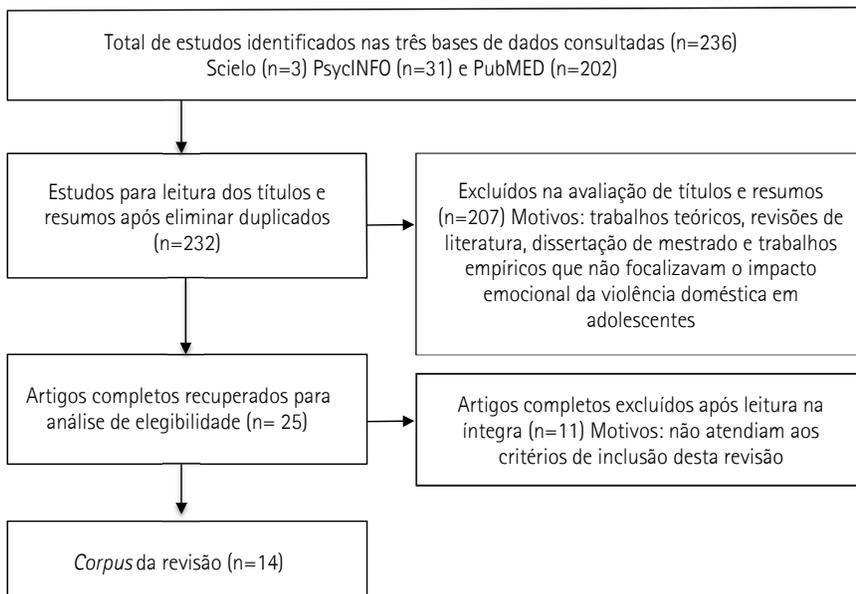


Figura 1. Fluxograma das etapas da Revis6o de Literatura, conforme orienta76o de Moher, Liberati, Telzloff, Altman & The PRISMA Group (2009).

## RESULTADOS

Apresentamos no Quadro 1 uma breve caracterização dos 14 artigos selecionados de modo a identificar seus autores, título, objetivos e principais resultados, os quais serão discutidos a seguir.

**Quadro 1. Síntese dos objetivos e principais resultados dos artigos selecionados para a revisão**

Autores	Título	Objetivo	Principais resultados
(1) Mwakanyamale, & Yizhen (2019)	Psychological maltreatment and its relationship with self-esteem and psychological stress among adolescents in Tanzania: a community based, cross-sectional study	Descrever a relação entre maus-tratos psicológicos na infância e autoestima e sofrimento psicológico entre adolescentes na Tanzânia.	Há correlação positiva entre maus-tratos psicológicos e baixa autoestima. Prevalência de negligência emocional foi maior entre os participantes do sexo masculino enquanto o abuso emocional foi maior entre os participantes do sexo feminino do que entre os homens
(2) Oliveira et al. (2018)	Disentangling the mental health impact of childhood abuse and neglect: A replication and extension study in a Brazilian sample of high-risk youth	Replicar descobertas recentes sobre o impacto dos tipos de maus-tratos nos sintomas psiquiátricos juvenis e verificar se esta relação é mediada pela vitimização e / ou perpetração do bullying.	Associação linear entre os tipos de maus-tratos experimentados e a gravidade dos sintomas (efeito cumulativo). Abuso emocional como importante preditor de problemas de saúde mental
(3) Karsberg et al. (2018)	The association between distinct categories of child abuse experiences and dating violence in early adolescence	Investigar a relação entre categorias de maus-tratos infantis e a violência entre adolescentes no namoro (ADV - adolescent dating violence), especificando a relação entre tipos diferentes de maus-tratos infantis e tipos distintos de vitimização e perpetração de ADV.	Abuso sexual de crianças é forte preditor de ADV, alunos que experimentam abuso sexual eram 40 vezes mais propensos a perpetrar ADV sexual. A maior proporção de estudantes que experimentam os quatro tipos de abuso foi encontrada entre os estudantes que relataram CSA
(4) Fontes, Conceição, & Machado (2017)	Childhood and adolescent sexual abuse, victim profile and its impacts on mental health	Analisar o impacto do abuso sexual na infância e adolescência nas variáveis relacionadas à saúde mental e identificar as características das vítimas.	O abuso sexual na adolescência pode aumentar a chance de o jovem relatar um sentimento constante de solidão e insônia frequente

Autores	Título	Objetivo	Principais resultados
(5) Hagborg, Tidefors, & Fahlke (2017)	Gender differences in the association between emotional maltreatment with mental, emotional, and behavioral problems in Swedish adolescents	Examinar o efeito dos maus-tratos emocionais na saúde mental e no bem-estar mental em uma população geral de meninos e meninas suecos de 12 a 13 anos de idade	As meninas apresentam saúde mental e bem-estar mental diminuídos em graus mais baixos de maus-tratos emocionais em comparação com os meninos
(6) Haan et al. (2017)	Dysfunctional maltreatment-related cognitions in children and adolescents	Compreender as cognições disfuncionais relacionadas a maus- tratos s em crianças e adolescentes, investigando possíveis preditores de cognições disfuncionais, além de suas correlações com sintomas de internalização e externalização	Os maus tratos foram altamente correlacionados a sintomas de internalização e externalização. Meninas apresentam mais cognições disfuncionais
(7) Witt et al. (2016)	Experience by children and adolescents of more than one type of maltreatment: Association of different classes of maltreatment profiles with clinical outcome variables	Identificar perfis de maus-tratos e associá-los a resultados clínicos de curto prazo.	Sofrer múltiplos tipos de maus tratos tem um impacto maior na psicopatologia do que os tipos únicos de maus tratos isoladamente
(8) Munzer, Fegert, & Goldbeck (2016)	Gender differences in the association between emotional maltreatment with mental, emotional, and behavioral problems in Swedish adolescents	Compreender os efeitos diferenciais da vitimização sexual e outras formas de maus-tratos no funcionamento psicológico	Maior parte dos participantes sofreu polivitimização. Os que tem história de VS são mais propensos a ter um diagnóstico atual de depressão maior do que o grupo sem história de VS. Além disso, crianças e adolescentes com história de VS relataram significativamente mais PTSD
(9) Kwok et al. (2015)	The roles of emotional competence and social problem-solving in the relationship between physical abuse and adolescent suicidal ideation in China	Investigar a relação entre abuso físico, fatores psicológicos positivos, incluindo competência emocional e resolução de problemas sociais, e ideação suicida entre adolescentes na China	O abuso físico foi associado à ideação suicida em adolescentes do sexo masculino e feminino. A alta resolução de problemas relacionais atenuou o impacto negativo do abuso físico sobre a ideação suicida em mulheres. Mulheres com maior empatia e que relataram ter sido abusadas fisicamente pelos pais têm maior ideação suicida

Autores	Título	Objetivo	Principais resultados
(10) Gunnlaugsson et al. (2011)	Intrafamiliar conflict and emotional well-being: A population based study among Icelandic adolescents	Determinar uma taxa básica nacional de conflitos intrafamiliares e violência física em casa entre adolescentes islandeses; e investigar a associação de testemunhar e/ou ter feito parte de conflito intrafamiliar ou violência física em casa com variáveis que se relacionam com a saúde mental e o bem-estar	Testemunhar ou estar envolvido em violência no lar foi significativamente associado a maiores níveis de depressão, raiva e ansiedade e baixa autoestima.
(12) Tanakaa et al. (2011)	The linkages among childhood maltreatment, adolescent mental health, and self-compassion in child welfare adolescents	Examinar a relação entre maus- tratos na infância e autocompaixão - um conceito de aceitação positiva de si mesmo	Maior grau de abuso emocional na infância, negligência emocional e abuso físico foi associado com menor autocompaixão. A baixa autocompaixão é associada a maior vulnerabilidade a sofrimento psicológico, uso problemático de álcool e tentativa de suicídio
(13) Leeson & Nixon (2011)	The role of children's appraisals on adjustment following psychological maltreatment: a pilot study	Examinar o papel dos estilos de pensamento nos resultados das crianças após este subtipo de maus- tratos (psicológico).	Maus-tratos psicológicos contribuem significativamente para sintomas de depressão, baixa autoestima e problemas de internalização e externalização. Estilos cognitivos disfuncionais foram associados a depressão, autoestima e sintomas de TEPT
(14) Al-Fayez, Oharei & Gado (2010)	Prevalence of physical, psychological, and sexual abuse among a nationwide sample of Arab high school students: association with family characteristics, anxiety, depression, self- esteem, and quality of life	Avaliar a prevalência de abuso físico, psicológico e sexual ao longo da vida e em 12 meses entre uma amostra aleatória estratificada de estudantes do ensino médio do Kuwait e, em segundo lugar, explorar a associação de abuso infantil com características parentais, qualidade subjetiva de vida (QV), autoestima, ansiedade e depressão	Maus tratos foram associados ao divórcio dos pais, baixa autoestima, altas pontuações em ansiedade, depressão, dificuldade escolar e nas relações sociais

O *corpus* desta revis6o 6 composto exclusivamente por artigos de delineamento quantitativo, revelando uma preocupa76o dos pesquisadores em mensurar a sintomatologia associada 6 experi6ncia da viol6ncia dom6stica por meio de question6rios, escalas e entrevistas. A maior parte dos trabalhos se serve de mais de um tipo de instrumento de avalia76o, como o trabalho de Oliveira et al. (2018) que utilizou quatro instrumentos para avaliar experi6ncias de maus tratos, identificar problemas emocionais e comportamentais, sintomas depressivos e sintomas de ansiedade em crian7as e adolescentes. Observamos a preval6ncia no uso do *Childhood Trauma Questionnaire* e do *Juvenile Victimization Questionnaire* entre pesquisadores que trabalharam com crian7as e adolescentes.

A escola foi o local selecionado para a coleta de dados da maior parte dos estudos analisados. J6 Haan et al. (2017), Witt et al. (2016) e Munzer, Fegert e Goldbeck (2016) trabalharam com participantes que frequentam institui76es de bem-estar infantil ou de servi7os de sa6de mental. Haan et al. (2017), Witt et al. (2016) e Leeson e Nixon (2011) foram os 6nicos pesquisadores que tamb6m coletaram dados dos pais e/ou cuidadores institucionais das v6timas, como um dado secund6rio.

Observamos que cinco estudos se serviram de outras fontes de dados para realizar a pesquisa. Haan et al. (2017) e Witt et al. (2016), por exemplo, fizeram uso do CANMANAGE (CAN=Child Abuse and Neglect + MANAGE = Case Management), uma iniciativa financiada pelo governo alem6o criada para fornecer e avaliar servi7os para crian7as e adolescentes que foram v6timas de abuso ou neglig6ncia. Gunnlaugsson, Kristj6nsson, Einarsd6ttir e Sigf6sd6ttir (2011) recrutaram adolescentes islandeses participantes do projeto internacional da Escola Europeia sobre 6lcool e outras Drogas (ESPAD) assim como Tanakaa, Wekerle, Schuck e Paglia-Boack (2011) selecionaram seus participantes atrav6s do Estudo Longitudinal de Maus Tratos e Caminhos do Adolescente (MAP) no Canad6. O estudo brasileiro de Fontes, Concei76o e Machado (2017) tamb6m utilizou dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Sa6de do Escolar para compreender o sofrimento emocional do adolescente v6tima de viol6ncia dom6stica.

## DISCUSSÃO

Ao investigar o impacto emocional, identificamos no escopo dessa revisão uma diversidade de termos para designar o fenômeno da violência dos pais perpetrada contra os próprios filhos. Na literatura nacional prevalece o uso dos termos violência doméstica e violência intrafamiliar (Miura et al., 2018) enquanto a preferência internacional é pelo uso dos termos maus tratos infantis e abuso infantil. Tal fato pode levar a resultados contraditórios encontrados na literatura acerca da prevalência e impacto dos maus tratos na infância e adolescência (Karsberg et al. 2018) e Witt et al. (2016).

Nessa perspectiva, o estudo da violência doméstica e sua conversão em conhecimento útil e prático para os profissionais da área da saúde e assistência pode ficar comprometido na falta de consenso dos pesquisadores sobre a definição do fenômeno estudado. No entanto, a diversidade terminológica da violência doméstica revela a complexidade do tema, além da sobreposição do fenômeno da violência contra a criança/adolescente e o da violência doméstica contra a mulher (Miura et al. 2018), também nomeada como violência conjugal ou violência por parceiro íntimo (VPI).

Nesse sentido, ao estudar o impacto emocional da violência doméstica na vida de adolescentes, Gunnlaugsson et al. (2011) destacaram o entrelaçamento dessas duas violências ao descobrir que crianças e adolescentes que testemunham a violência no lar apresentam 45 vezes mais chance de serem eles mesmos as vítimas da violência doméstica, ao habitarem um lar conflituoso cujo idioma relacional é a violência.

Esta parece ser uma tendência na literatura: o estudo de modalidades de violência antes negligenciadas por não deixarem marcas no corpo (Oliveira et al., 2018), como o testemunho da violência conjugal, a violência psicológica e a negligência que foram incluídas no campo da violência doméstica (Hagborg, Tidefors & Fahlke, 2017; Leeson & Nixon, 2011; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Tanakaa et al., 2011).

De acordo com Pasian, Faleiros, Bazon e Lacharité (2013), enquanto o estudo dos maus tratos infantis data da década de 1980, a negligência passou a ser mais estudada nos últimos 15 anos devido a sua invisibilidade e subnotificação. O fato dessas violências invisíveis terem se tornado objeto

de estudos cient6ficos pode ser visto como um desdobramento dos dados divulgados pelo Relat6rio Mundial sobre a Preven76o da Viol6ncia (2014) a respeito da neglig6ncia atingir milh6es de crian7as e adolescentes no mundo anualmente.

Ao tratarmos do impacto emocional, compreendemos que a amplia76o do conhecimento acerca das viol6ncias que n6o deixam marcas vis6veis seja fundamental, na medida em que h6 ainda uma resist6ncia para reconhec6-las como tal (Oliveira et al. 2018), fato que tem um desdobramento concreto na vida das v6timas, pois o temor de ter seu relato deslegitimado desencoraja a maior parte das v6timas a denunciar ou pedir ajuda, seja para um familiar ou para um profissional (Mwakanyamale & Yizhen, 2019).

Al6m de apresentarem uma natureza subjetiva, as viol6ncias invis6veis colocam em xeque pr6ticas parentais e culturais socialmente aceitas, como a educa76o severa e disciplinar (Assis & Ferreira, 2012; Branco & Tomanik, 2012; Magalh6es et al., 2017; Pinto e Colossi, 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019; Gunnlaugsson et al., 2011; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019), o que contribui para a subnotifica76o do fen6meno (Oliveira et al., 2013) e a n6o legitima76o do sofrimento.

Apesar dos avan7os cient6ficos, Witt et al. (2016) criticam o car6ter artificial das categorias propostas pelo Centers for Disease Control and Prevention (CDC) utilizadas para classificar a viol6ncia dom6stica contra a crian7a e o adolescente, quando usualmente encontramos uma sobreposi76o dessas experi6ncias (Munzer, Fegert e Goldbeck, 2016). A cr6tica de Witt et al. (2016) 6 relevante quando se pretende compreender o impacto emocional da viol6ncia dom6stica, uma vez que a sobreposi76o de viol6ncias resulta na polivitimiza76o e no trauma cumulativo (Karsberg et al., 2018; Oliveira et al., 2018; Witt et al., 2016).

No 6mbito cient6fico, a distin76o das viol6ncias e suas categorias serve ao pesquisador que busca definir um objeto de estudo para produzir conhecimento cient6fico e rigoroso. J6 no contexto cl6nico, devemos estar atentos 6 situa76o concreta de vida das v6timas e para a sobreposi76o de vulnerabilidades vividas pelo jovem e sua fam6lia para a elabora76o de interven76es contextualizadas e acolhedoras do sofrimento emocional.

Outra tendência revelada por esta revisão sobre o impacto emocional da violência doméstica se refere a uma incipiente preocupação com as questões de gênero que atravessam o fenômeno da violência doméstica contra a criança e o adolescente, e que carece de maior aprofundamento (Hagborg Tidefors & Fahlke, 2017). A nosso ver, tal iniciativa revela um amadurecimento ético de uma ciência que se alinha a demandas e mudanças socioculturais.

É fato que as relações de gênero têm sido foco dos debates sociais, sobretudo em função do crescimento a nível mundial da violência doméstica e da violência de gênero contra a mulher durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 (Campbell, 2020; Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes & Reichenheim, 2020; Peterman, 2020; Vieira, Garcia & Maciel, 2020).

Dada a complexidade e magnitude mundial (Silva & Oliveira, 2015) da problemática da violência doméstica contra a mulher que frequentemente recai sobre crianças e adolescentes como vítimas ou espectadores (Campbell, 2020; Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014; Gunnlaugsson et al. 2011; Marques et al. 2020; Peterman et al. 2020) refletir sobre os diferentes impactos da violência doméstica em meninas e meninos nos parece fundamental para se formular práticas preventivas e interventivas no âmbito da saúde mental e da assistência social mais afinadas às demandas dessa população.

De acordo com o *corpus* desta revisão, a prevalência do abuso sexual, por exemplo, é maior em meninas (Fontes, Conceição & Machado, 2017; Haan, 2017; Munzer, Fegert, & Goldbeck, 2016; Witt et al., 2016), dado que está em consonância com outras pesquisas científicas recentes (Araújo, 2002; Gabatz et al., 2013; Hildebrand et al., 2015; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012; Pinto Junior et al., 2015). O estudo de Al-Fayez, Oharei e Gado (2010) foi o único que não encontrou diferenças significativas na prevalência do abuso sexual segundo o gênero.

Em uma sociedade cuja lógica é falocêntrica e patriarcal os atributos masculinos são supervalorizados enquanto os femininos são depreciados (Butler 1990/2003), embora saibamos que cada gênero sofre conforme as expectativas sociais que lhe cabem. Vale lembrar que a produção científica

sobre a viol6ncia sexual contra meninos 6 escassa quadro que supomos refletir uma subnotifica76o ainda maior que a feminina (Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012; Hohendorff, Santos & Dell'Aglio, 2015).

Tal diferen76a entre os g6neros n6o 6 somente quantitativa, mas qualitativa, visto que a alta preval6ncia do abuso sexual em meninas as tornam mais vulner6veis a cren76as negativas sobre si e sobre o mundo, ao Transtorno de Estresse P6s-Traum6tico (TEPT) (Hann et al. 2017), a sentimentos de solid6o e ins6nia (Fontes, Concei76o e Machado, 2017; Oliveira, 2018) e 6 depress6o (Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016) al6m de apresentarem mais problemas de sa6de mental em n6veis de maus-tratos emocionais menores que os enfrentados pelos meninos (Hagborg, Tidefors e Fahlke (2017).

Al6m disso, meninas testemunham mais frequentemente discuss6es severas entre os pais Gunnlasson et al. (2011). J6 Mwakanyamale e Yizhen (2019) identificaram maior preval6ncia de abuso emocional em participantes do sexo feminino enquanto os meninos sofrem mais neglig6ncia emocional. Al-Fayez, Oharei e Gado (2010) identificaram que as meninas tiveram pontua76es significativamente maiores de viol6ncia f6sica e psicol6gica em rela76o aos meninos, no entanto, meninos apresentam maior taxa de idea76o suicida ao sofrerem abuso f6sico, o que Kwok et al. (2015) atribuem ao fato de a mulher apresentar recursos emocionais mais eficazes na resolu76o de problemas.

A diferen76a entre os g6neros desaparece quando se trata de adolescentes diretamente envolvidos na experi6ncia de viol6ncia f6sica com um adulto (Gunnlaugsson et al. 2011) levando-nos a ponderar sobre a diferen76a de g6nero entre os adolescentes que testemunham e/ou t6m discuss6es verbais severas com os pais. Talvez as adolescentes sejam mais propensas a interpretar determinadas intera76es como argumentos verbais severos reagindo a eles mais que os meninos. Tamb6m 6 poss6vel que as adolescentes poderiam estar reagindo a uma educa76o mais r6gida como 6 usualmente observado em fam6lias mais conservadoras. Nesse sentido, poder6mos pensar que em uma sociedade que tende a associar sensibilidade 6 fragilidade e ao feminino (Butler 1990/2003) os meninos tenderiam a reprimir os afetos.

Compreendemos que a desigualdade de gênero acaba por se refletir nos sintomas apresentados pelos jovens. Se de um lado, o sofrimento feminino é deslegitimado pelo patriarcado, ironicamente é a mesma lógica falocêntrica que silencia os meninos, na medida em que concebe o homem como mais potente que a mulher, criando a ilusão equivocada de que ele seria menos prejudicado pela violência doméstica e teria mais recursos internos para se recuperar (Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019).

De um ponto de vista clínico-social, concordamos com Choudhary, Satapathy e Sagar (2019) ao considerar o sofrimento emocional do adolescente vitimado pela violência doméstica como socialmente produzido. Por essa razão, é preciso cautela para que não tomemos os dados de modo ingênuo e descontextualizado, como se existisse um adolescente universal não marcado por sua situação concreta de vida. Nesta perspectiva, compreendemos que não se trata de identificar o gênero que sofre mais, já que cada um sofre a seu modo, mas de ofertar uma escuta sensível que promova cuidados afinados às necessidades emocionais de meninas e meninos vitimados pela violência vivida em casa.

Considerando o imaginário social de que o amor materno seria biologicamente determinado, e, portanto, infalível e incondicional (Badinter, 1985), podemos supor que a experiência de ser vitimado pela violência cometida pelos próprios pais seja extremamente dolorosa, na medida em que o adolescente deixa de receber das figuras parentais um cuidado suficientemente afinado às suas necessidades emocionais básicas (Winnicott 1958/2000).

A expectativa de que os pais seriam os guardiões do desenvolvimento infantil saudável (Winnicott, 1945/2000) é frustrada e interrompe a continuidade existencial da criança e do adolescente quando os pais apresentam práticas parentais questionáveis, amparados na ideia de que a boa educação é severa e punitiva (Assis & Ferreira, 2012; Choudhary, Satapathy & Sagar, 2019; Gunnlaugsson et al., 2011; Magalhães et al., 2017; Mwakanyamale & Yizhen, 2019). Ademais, esta situação desvela uma sociedade adultocêntrica (Apostólico, Nóbrega, Guedes, Fonseca & Egry, 2012; Pinto Junior, et al.

2012; Martins & Jorge, 2010) que coisifica a inf6ncia (Azevedo & Guerra, 1995; Santana & Santana, 2016) e desloca a responsabiliza76o social dos pais pelo cuidado/educa76o para os ombros das crian7as e adolescentes.

O impacto emocional da viol6ncia dom6stica 6 complexo e de dif6cil mensura76o (Oliveira et al., 2013), j6 que constitui-se como intera76o de v6rios tipos de maus tratos, o que resulta em um ac6mulo de experi6ncias traum6ticas (Karsberg et al., 2018; Munzer, Fegert & Goldbeck, 2016; Oliveira et al., 2018; Witt et al., 2016) e se expressa por sintomas de internaliza76o (ansiedade e depress6o, por exemplo) e/ou sintomas de externaliza76o (comportamento anti-social, agressividade, uso de subst6ncias, entre outros) (Fontes, Concei76o & Machado, 2017; Haan et al. 2017; Hagborg, Tidefors, & Fahlke, 2017; Leeson & Nixon, 2011; Oliveira, et al. 2018; Witt et al. 2016).

Os sintomas de internaliza76o e externaliza76o foram associados pela maior parte dos estudos desta revis6o ao diagn6stico de Transtorno de Stress P6s-traum6tico e ao desenvolvimento de cogni76es disfuncionais, que revelam as cren7as que o jovem tem de si e do mundo. Witt et al. (2016) identificou que metade de seus participantes concordaram com o pensamento “N6o consigo evitar que coisas ruins aconte7am comigo”, revelando que as v6timas se sentem impotentes diante de um mundo perigoso.

J6 o pensamento “Estou com medo de ficar com tanta raiva e quebrar algo ou machucar algu6m”, associado a problemas de externaliza76o, foi menos apontado pelos participantes, sugerindo que jovens podem estar mais vulner6veis ao sintoma de natureza internalizante do que externalizante. O estudo de Haan et al. (2017) relacionou a presen7a de cren7as negativas sobre si e sobre o mundo 6 sintomas de Transtorno de Estresse P6s-traum6tico (TEPT), revelando uma sobreposi76o complexa de sintomas e sofrimentos.

Os jovens que sofreram viol6ncia psicol6gica e viol6ncia f6sica tendem a apresentar menor autocompaix6o, o que conseqüentemente intensifica o sofrimento emocional que se expressa pelos sintomas de ansiedade, depress6o, uso abusivo de 6lcool e tentativas de suic6dio (Lesson e Nixon, 201; Tanakaa et al. 2011). Tal fato psicol6gico nos leva a refletir sobre a

autocompaixão como recurso psíquico protetivo que falta ao jovem que se constituiu em um ambiente invasivo e violento se tratar com menos severidade.

Ao refletir sobre esse rol de sintomas, Mwakanyamale e Yizhen (2019) acreditam que a criança que sofre violência doméstica pode internalizar o tratamento parental severo, que resulta no sentimento de menos valia e na crença de que o mundo é ameaçador, o que resulta em extrema insegurança e autoestima frágil. Esses trabalhos repercutem a concepção winnicottiana segundo a qual uma criança que carece de um ambiente suficientemente bom (Winnicott, 1958/2000) para o desenvolvimento de suas potencialidades tem sua confiança no mundo abalada e terá dificuldades para se expressar e se realizar nesse mundo de modo autêntico e criativo.

Diante da violência no lar, em que o ambiente familiar deixa de ser sinônimo de cuidado e proteção e se converte em palco para o sofrimento, os jovens podem recorrer à idealização das figuras parentais (Bonfatti & Granato, 2021) ainda que agressoras, como modo de se protegerem de angústias impensáveis (Winnicott, 1963/1994), além de acreditarem que devem ser punidos fisicamente quando falham (Haque et al. 2017; Magalhães et al. 2017) aceitando a justificativa parental para o uso de castigos físicos, elementos que desvelam o poder do adulto sobre a criança criando uma subordinação infanto-juvenil ao desejo parental.

Haan et al. (2017) e Witt et al. (2016) notaram que meninas apresentam mais crenças negativas sobre si e sobre o mundo, quando comparadas aos meninos, o que é atribuído ao fato de que as meninas sejam mais frequentemente vítimas de violência sexual. Sobre esse aspecto, os participantes de Munzer, Fegert e Goldbeck (2016) que tinham sofrido múltiplos tipos de maus-tratos, incluindo o abuso sexual, se mostraram mais vulneráveis à depressão maior que o grupo sem histórico de violência sexual. Além disso, crianças e adolescentes com história de violência sexual relataram significativamente mais sintomas de TEPT.

O acúmulo de experiências traumáticas e a violência sexual são dois elementos que somam vulnerabilidades, já que os participantes que sofreram múltiplos tipos de maus tratos incluindo o abuso sexual apresentam maior prejuízo na saúde mental e funcionamento psicossocial

quando comparados ao grupo de participantes que sofreram v6rios tipos de maus-tratos exceto o abuso sexual e ao grupo que foi vitimado exclusivamente pelo abuso sexual (Witt et al., 2016).

Jovens que sofreram abuso sexual na inf6ncia tamb6m apresentam maior probabilidade de tornarem-se v6timas ou agressores da viol6ncia no namoro (Karsberg et al., 2018), fato que sinaliza a relev6ncia de trabalhar com essa popula76o em termos de elabora76o das experi6ncias traum6ticas que podem ser reproduzidas ainda no per6odo da adolesc6ncia e levadas adiante na vida adulta (Hildebrand et al., 2015; Pinto Junior et al., 2015).

6 poss6vel perceber que o impacto emocional da viol6ncia afeta o adolescente de modo global, al6m de ficarem registrados como experi6ncia traum6tica (Nunes & Sales, 2015) que favorece a produ76o de sintomas e defesas como a repress6o e a nega76o da realidade al6m de ansiedade, culpa, medo e raiva (Hohendorff & Patias, 2017). Outras consequ6ncias mostram a desordem cognitiva e comportamental resultantes da viol6ncia dom6stica: tais como pesadelo, paranoia, dissocia76o, pensamentos obsessivos, dificuldade de aprendizagem, agressividade, comportamento autodestrutivo, comportamento hiperssexualizado e comportamento regressivo Hohendorff e Patias (2017).

Nesse contexto de sofrimento emocional e vulnerabilidade social, destacamos o papel fundamental que a rede de apoio adquire, uma vez que a rea76o do ambiente e o suporte oferecido s6o elementos que impactam na resili6ncia do adolescente v6tima de viol6ncia dom6stica (Hildebrand, Celeri, Mocillo & Zanolli, 2019; Hohendorff & Patias, 2017).

Compreendemos que a complexidade e gravidade de sintomas apresentados pelas v6timas revela que esses jovens est6o buscando sobreviver emocionalmente ao ambiente familiar invasivo e/ou negligente. Al6m do sofrimento emocional, a vida social e familiar do adolescente fica comprometida em longo prazo (Oliveira et al. 2016; Tardivo, 2017; Tardivo & Pinto J6nior, 2011), nos levando a interrogar sobre a possibilidade de realizarem vincula76es mais saud6veis, ressignifica76es das experi6ncias vividas e resgate da perspectiva de um futuro menos hostil e mais realizador.

Deste modo, n6o estamos ignorando que as pr6prias fam6lias podem estar vivendo em situa76o de vulnerabilidade e precariedade social

que compromete o exercício da parentalidade saudável. Nesse sentido, o trabalho clínico-social com essa população adquire um caráter fundamental na medida em que representa, além de um modo de elaboração das experiências traumáticas e fortalecimento da autoestima, a possibilidade de resgate da esperança de viver uma vida minimamente segura e gratificante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos artigos que compõem o corpus desta revisão serem de natureza quantitativa concordamos com Choudhary, Satapathy e Sagar (2019) que as condições para a iminência da violência são socialmente engendradas, do mesmo modo que o impacto emocional da violência doméstica é modulado pelos valores da cultura, fato que salta aos olhos quando refletimos sobre os diferentes impactos conforme o gênero da vítima. O jovem vitimado pela violência doméstica parece ser uma expressão máxima de um primeiro desamparo: o abandono da família por parte do Estado.

A despeito do conhecimento útil produzido por esta revisão de literatura, a escolha de determinados descritores pode ter limitado nossa busca aos artigos quantitativos, tendo inadvertidamente excluído uma vertente importante de trabalhos qualitativos. Daqui depreendemos a necessidade de revisões futuras que focalizem as contribuições de pesquisas qualitativas. Como força deste artigo destacamos que o recorte do período da adolescência e a seleção de trabalhos que incluíam crianças e adolescentes possibilitaram uma compreensão dos efeitos da violência doméstica ao longo da infância cujos impactos se fazem sentir já na adolescência, de modo diverso dos trabalhos que focalizam a violência doméstica contra a criança e o adolescente de modo retrospectivo, ou seja, com participantes adultos.

Considerando o sofrimento emocional decorrente da violência doméstica e do desamparo a que jovens tanto quanto suas famílias são lançados por um Estado que negligencia as necessidades de ambos, acreditamos ser um dever ético de toda sociedade criar um ambiente suficientemente protetivo e acolhedor para que seus jovens tenham condições de se desenvolver e possam contribuir com a sociedade de modo criativo e gratificante.

## REFERÊNCIAS

- Al-Fayez, A. G., Ohaeri, J. U., & Gado, O. M. (2010). Prevalence of physical, psychological, and sexual abuse among a nationwide sample of Arab high school students: association with family characteristics, anxiety, depression, self-esteem, and quality of life. *Soc Psychiatri Psychiatr Epidemiol*. doi: 10.1007/s00127-010-0311-2
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). *F6rum Brasileiro de Segurança P6blica*. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Ara6jo, M. F. (2002). Viol6ncia e abuso sexual na fam6lia. *Psicol. Est.* 7(2), 3-11. doi: 10.1590/S1413-73722002000200002
- Assis, F. R. E. R. & Ferreira, E. B. (2012). Repercuss6es da viol6ncia dom6stica contra crianas e adolescentes. *Adolesc. Saude*, 9(2), 53-59. Recuperado de: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v9n2a08.pdf>
- Apost6lico, M. R., N6brega, C. F., Guedes, R. N., Fonseca, R. M. G. S. & Egry, E. Y. (2012). Caracteristicas da viol6ncia contra a crianca em uma capital brasileira. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 20(2), 266-273. doi: 10.1590/S0104-11692012000200008
- Azevedo, M.A.; Guerra, V.N.A. (1995). *Viol6ncia dom6stica na inf6ncia e adolesc6ncia*. S6o Paulo: Robe.
- Badinter, R. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M.. (2021). "6É muito peso para uma pessoa s6": narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. *V6nculo*, 18(1), 32-41
- Butler, J. (2003). *Problemas de g6nero: Feminismo e subvers6o da identidade*. Rio de Janeiro: Civiliza6o Brasileira (Trabalho originalmente publicado em 2000)

- Brasil. Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena [Internet]. Brasil: Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ODNH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); 2020 [acessado em 20 mar. 2021]. Recuperado a partir de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>
- Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. (2017). Notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Brasília.
- Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2018). Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Boletim Epidemiológico.
- Branco, M. A. O., & Tomanik, E. A. (2012). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento, *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 402- 411, 2012. doi: 10.1590/S0102-71822012000200018
- Brino, R. F., & Souza, M. A. O. (2016). Concepções sobre Violência Intrafamiliar na Área Educacional, *Educ. Real.* 41(4), 1251-1273. doi: 10.1590/2175-623653298
- Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2017). O exercício parental contemporâneo e a rede de cuidados na primeira infância. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 449-460. doi: 10.4025/psicoestud.v22i3.3506
- Campbell, A. M. (2020) An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports*, 2, 100089. doi: 10.1016/j.fsir.2020.100089
- Choudhary, V., Satapathy, S., & Sagar, R. (2019). Qualitative Study on the Impact of Child Sexual Abuse: Perspectives of Children, Caregivers, and Professionals in Indian Context. *Child Sex Abuse*, 28(4), 489-510. doi:10.1080/10538712.2018.1563262

- Elsen, I., Próspero, E. N. S.; Sanches E. N., Floriano, C. J. & Sgrott, B. C. (2011). Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Psicol. Argum.*, 29(66), 303-311. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20375/19643>
- Fontes, L. F. C., Conceição, O. C., & Machado, S. (2017). Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2919-2928. doi:10.1590/1413-81233017229.11042017
- Gabatz, R. I. B., Padoin, S. M. M., Neves, E. T., & Lima, J. F. (2013). A violência intrafamiliar contra a criança e o mito do amor materno: contribuições da enfermagem. *Rev Enferm UFSM* 3(esp), 563-572. doi.org/10.5902/2179769210990
- Gunnlaugsson G., Kristjánsson AL., Einarisdóttir J., & Sigfúsdóttir ID. (2011). Intrafamilial conflict and emotional well-being: A population based study among Icelandic adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 35(5), 372-81. doi: doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.01.011
- Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. (2017) Prohibiting corporal punishment. Retrieved April 05, 2021. Recuperado a partir de: <http://www.endcorporalpunishment.org/prohibiting-corporal-punishment/introduction.html>
- Haan, A., Ganser, H. G., Munzer, A., Witt, A., & Goldbeck, L. (2017). Dysfunctional maltreatment-related cognitions in children and adolescents. *Child Adolesc. Psychiatry Ment Health*, 11 (31). doi: 10.1186/s13034-017-0168-1
- Hagborg, J. M., Tidefors & I. Fahkle, C. (2017). Gender differences in the association between emotional maltreatment with mental, emotional, and behavioral problems in Swedish adolescents. *Child Abuse & Neglect* 67, 249-259. doi: 10.1016/j.chiabu.2017.02.033
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M. & Zanolli, M. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit.*, 28(2), 213-221. doi: 10.1590/1678-7153.20152801

- Hills S., Mercy J., Amobi A. & Kress H. (2016). Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. *Pediatrics*, 137(3). doi: 10.1542/peds.2015-4079.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-416. doi: 10.1590/s0103-65642012005000007
- Hohendorff, J. V., Santos, S. S., & Dell’Aglia, D. D. (2015). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos*, 8(1), 46-54. doi: 10.4013/ctc.2015.81.05
- Hohendorff, J. V., & N. D. Patias, (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49, 239-257. doi: 10.17058/barbaroi.v0j49.9474
- Haque, M. A., Janson S., Moniruzzaman S., Rahman A. K. M. F., Mashreky S. R. & Eriksson U. B. (2017). Bangladeshi school-age children’s experiences and perceptions on child maltreatment: A qualitative interview study, *Child Care*, 1-8. doi: 10.1111/cch.12508
- Karsberg, S., Bramsen, R.H., Lasgaard, M., & Elklit, A. (2018). The Association Between Distinct Categories of Child Abuse Experiences and Dating Violence in Early Adolescence. *J. Fam. Viol.* 34, 165–176. doi: 10.1007/s10896-018-9979-y
- Kwok, S. Y. C L., Yeung, J. W. K., Low, A. Y. T., Lo, H. H. M & Tam, C. L. (2015). The roles of emotional competence and social problem-solving in the relationship between physical abuse and adolescent suicidal ideation in China. *Child abuse & Neglect*. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.020
- Lei nº 8069, de 12 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Brasil.

- Lei nº 13.010, de 26 de Junho de 2014 (2014). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, Brasília, Brasil. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm)
- Leeson, F. J. & Nixon, R. D. V. (2011). The Role of Children's Appraisals on Adjustment Following Psychological Maltreatment: A Pilot Study. *J Abnorm Child Psychol* 39, 759–771. doi: 10.1007/s10802-011-9507-5
- Levandowski, M. L., Stahnke, D. N., Munhoz, T. N., Hohendorff, J. V., & Salvador-Silva, Roberta. (2021). Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(1). doi: 10.1590/0102-322X00140020
- Magalhães, J. R. F., Gomes, N. P., Campos, L. M., Camargo, C. L., Estrela, F. M., & Couto, T. M. (2017). Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto Contexto Enferm.*, 26(4), e1730016, 1-9. doi: 10.1590/0104-07072017001730016
- Marques, E. S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00074420. doi: 10.1590/0102-311X00074420
- Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enferm*, 19(2), 246-255. doi: 10.1590/S0104-07072010000200005
- Mwakanyamale, A. A., & Yizhen, Y. (2019). Psychological maltreatment and its relationship with self-esteem and psychological stress among adolescents in Tanzania: a community based, cross-sectional study. *BMC Psychiatry* 19(1): 176. doi: 10.1186/s12888-019-2139-y

- Miura, P. O., Silva, A. C. S., Pedrosa, M. M. M. Pe, Costa, M. L., & Nobre Filho, J. N. (2018). Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. *Psicologia & Sociedade*, 30. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30179670
- Munzer, A., Fegert, J., & Goldbeck, L. (2016). Psychological Symptoms of Sexually Victimized Children and Adolescents Compared With Other Maltreatment Subtypes. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(3), 326-346. doi:10.1080/10538712.2016.1137667
- Organização Mundial de Saúde (OMS). Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência; 2015. Recuperado a partir de <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>
- Oliveira, I. R., Matos-Ragazzo, A. C., Zhang, Y., Vasconcelos, N. M., Velasquez, M. L., Reis, D., Ribeiro, M. G., Rocha, M. M., Rosario, M. C., Stallard, P., & Cecil, C. A. M. (2018). Disentangling the mental health impact of childhood abuse and neglect: A replication and extension study in a Brazilian sample of high-risk youth, *Child Abuse & Neglect*, 80, 312–323. doi: 10.1016/i.chiabu.2018.03.021
- Oliveira, L. B., Soares, F. A., Silveira, M. F., Pinho, L., Caldeira, A. P. & Leite, M. T. S. (2016). Violência doméstica contra a criança: elaboração e validação de instrumento para avaliação do conhecimento dos profissionais de saúde, 24, e2772. doi: 10.1590/1518-8345.0805.2772
- Oliveira, S. M., Fathal, L. C. P., Rosa, V. L., Ferreira, C. D., Gomes, G. C. & Xavier D. M. (2013). Notificação de violência contra crianças e adolescentes: atuação de enfermeiros de unidades básicas. *Rev. enferm.*, 21(1), 594-599. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/10012/7807>
- Pasian, M.S., Faleiros, J.M., Bazon, M.R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando famílias*, 17(2), 61-70. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005)

- Piosiadlo, L.C.M., Fonseca, R.M.G.S., & Gessner, R. (2014). Subalternidade de g6nero: refletindo sobre a vulnerabilidade para viol6ncia dom6stica contra a mulher, *Esc. Anna Nery*, 18(4). doi: 10.5935/1414-8145.20140104
- Pinto, L. A. P. A., & Colossi, P. P. M. (2017). Percep76o materna acerca das pr6ticas educativas coercitivas e a transmiss6o de modelos familiares, *Contextos Cl6nicos*, 10(2), 157-171.
- Pires, A. L. D., & Miyazaki, M. C. O. S. (2005). Maus-tratos contra crian7as e adolescentes: revis6o da literatura para profissionais da sa6de, *Arq Ci6nc Sa6de*, 12(1), 42-49. Recuperado de: [https://repositorio-racs.famerp.br/racs\\_ol/Vol-12-1/08%20-%20id%20102.pdf](https://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/Vol-12-1/08%20-%20id%20102.pdf)
- Pinto Junior, A. A., S6 Pinto, E. P., Souza, K. T., Moreira, G. T., Junior, B. E. D., Silva, E. A., Balbino, N. R., & Mello, G. F. (2015). Viol6ncia dom6stica contra crian7as e adolescentes: preven76o nos centros de refer6ncia de assist6ncia social. *Rev. Ci6n. Ext.*, 11(2), 91-113. Recuperado de: [https://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1155/1111](https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1155/1111)
- Peterman, A., Potts, A., O'Donnell, M., Thompson, K., Shah, N., Oertelt-Prigione, S., & Gelder, N. (2020). Pandemics and violence against women and children. Center for global development. Recuperado de: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/pandemics-and-vawg-april2.pdf>
- Platt, V. B., Guedert, J. M., & Coelho, E. B. S. (2021). Viol6ncia contra crian7as e adolescentes: notifica76es e alerta em tempos de pandemia. *Rev. paul. pediatr.* 39. doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267
- Santana, R. P. & Santana, J. S. S. (2016). Viol6ncia contra crian7a e adolescente na percep76o dos profissionais da sa6de. *Revista Enfermagem*, 4(24), 102-201. doi: 10.12957/reuerj.2016.7070
- Silva, L.E.L., & Oliveira, M.L.C. (2015). Viol6ncia contra a mulher: revis6o sistem6tica da produ76o cient6fica nacional no per6odo de 2009 a 2013. *Ci6nc. sa6de colet.* 20(11). doi: doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014

- Tanaka, M., Wekerle, C., Schuck, M. L., & Paglia-Boack, A. (2011). The linkages among childhood maltreatment, adolescent mental health, and self-compassion in child welfare adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 35, 887-898. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.07.003
- Tardivo, L. S. L. P. C., & Pinto Junior, A. A (2010). Manual do Inventário de Frases na Avaliação da Violência Doméstica. São Paulo, Vetor Editora Psico-Pedagógica.
- Tardivo, L.S.P.C. (2017). O desenho da figura humana em crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 63-78. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2017000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000100006)
- Vieira P.R., Garcia L.P., & Maciel E.L.N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Rev Bras Epidemiol*, 23. doi: 10.1590/1980-5497202000033.
- Winnicott, D.W. (2000). O desenvolvimento emocional primitivo. In D.W. Winnicott, *Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas* (pp. 219-231). Rio de Janeiro: Editora Imago (Trabalho originalmente publicado em 1945)
- Winnicott, D.W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1958).
- Witt, A. Münzer, A., Ganser, H. G., Ferget, J. M., Goldbeck, L., & Plener, P. L. (2016). Experience by children and adolescents of more than one type of maltreatment: Association of different classes of maltreatment profiles with clinical outcome variables, *Child Abuse & Neglect* 57, 1–11. doi: 10.1016/j.chiabu.2016.05.001.
- World Health Organization. Global status report on violence prevention 2014. Geneva: World Health Organization, 2014. Recuperado a partir de: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>.

Recebido em 24/10/2021

Aceito em 13/06/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Perfil de homens autores de violência contra as mulheres: revisão sistemática da literatura brasileira

*Profile of male perpetrators of violence against women: a systematic review of the Brazilian literature*

*Perfil de hombres autores de violencia contra las mujeres: una revisión sistemática de la literatura brasileña*

*Letycia Maria Santana Pinheiro\**  
*Thais Afonso Andrade\*\**

## Resumo

*Este estudo tem como objetivo analisar o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres na literatura científica brasileira, intencionando auxiliar no direcionamento de práticas socioeducativas das políticas públicas no enfrentamento desse tipo de violência. O estudo proposto configura uma revisão sistemática realizada por meio dos descritores “violência contra a mulher”, “autor de violência”, “violência por parceiro íntimo” e “violência doméstica contra a mulher”. As bases de dados pesquisadas foram: SciELO, Oasisbr e BVS, compondo a amostra final de 15 artigos. Diante dos estudos que compuseram o estudo, verifica-se características como idade, situação laboral, escolaridade, uso de álcool e outras drogas, além de histórico de violência familiar. Evidencia-se que o perfil identificado neste artigo apresenta divergências entre pontos das pesquisas nacionais realizadas. Com isso, recomenda-se a formulação de um instrumento que uniformize as investigações acerca da temática, assim como a participação ativa de homens autores de violência nas pesquisas.*

**Palavras-chave:** *violência na família; agressividade; violência por parceiro íntimo.*

---

\* Faculdade do Vale do Ipojuca, PE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7607-6517>. E-mail: [leetyciapinho@gmail.com](mailto:leetyciapinho@gmail.com)

\*\* Universidade Católica de Pernambuco, PE, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5784-1674>. E-mail: [t.afonsoandrade@yahoo.com](mailto:t.afonsoandrade@yahoo.com)

## Abstract

*This study aims to analyze the profile of men who commit violence against women in Brazilian scientific literature, with the intention of aiding in the development of socio-educational practices within public policies to address this type of violence. The proposed study constitutes a systematic review conducted using the descriptors “violence against women,” “perpetrators of violence,” “intimate partner violence,” and “domestic violence against women.” The databases searched included SciELO, Oasisbr, and BVS, resulting in a final sample of 15 articles. Based on the studies included in the review, characteristics such as age, employment status, education, and substance use (including alcohol and other drugs), as well as a history of family violence were examined. It is evident that the profile identified in this article presents variations among different national research findings. Consequently, it is recommended to develop an instrument that standardizes investigations on this subject, as well as to actively involve male perpetrators of violence in research.*

**Keywords:** family violence; aggressiveness; intimate partner violence.

## Resumen

*Este estudio tiene como objetivo analizar el perfil de los hombres autores de violencia contra las mujeres en la literatura científica brasileña, con la intención de ayudar a orientar las prácticas socioeducativas de las políticas públicas en el tratamiento de este tipo de violencia. El estudio propuesto es una revisión sistemática realizada utilizando los descriptores “violencia contra la mujer”, “perpetradores de violencia”, “violencia de pareja íntima” y “violencia doméstica contra la mujer”. Las bases de datos pesquisadas fueron: SciELO, Oasisbr y BVS, componiendo la muestra final de 15 artículos. En vista de los artículos que integraron el estudio, se verificaron características como edad, situación laboral, escolaridad, uso de alcohol y otras drogas, además de antecedentes de violencia familiar. Se evidencia que el perfil identificado en este artículo presenta diferencias entre los puntos de las investigaciones nacionales realizadas. Con esto, se recomienda la formulación de un instrumento que estandarice las investigaciones sobre el tema, así como la participación de hombres perpetradores de violencia en las investigaciones.*

**Palabras clave:** violencia familiar; agresividad; la violencia de pareja.

A violência contra as mulheres é uma temática muito abordada contemporaneamente, principalmente com a ênfase no movimento feminista, que motiva as mulheres a denunciar cada vez mais as práticas de violência doméstica e de gênero. É considerada mundialmente como um

problema de saúde pública, além de violação de direitos humanos (Beiras, Nascimento, & Incrocci, 2019). Para Cagol e Frichembruder (2017, p. 54) tal violência consiste em:

Qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. A violência está de mãos dadas com o poder patriarcal e com a educação ‘machista’ perpetuada ao longo dos séculos.

Em geral, as expressões de violência são perpetradas por parceiros íntimos que exercem relações de poder sobre a vítima (Beiras et al., 2019). No entanto, quando buscamos conhecer o perfil dos homens autores de violência, as produções acadêmicas passam a ser mais escassas, deixando uma incógnita nesse âmbito (Silva, Coelho, & Moretti-Pires, 2014). Uma pesquisa destaca a escassez de conteúdo sobre tal caracterização, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Assim, define-se como prudente a ampliação das buscas “frente às lacunas e achados epidemiológicos locais em todo o território nacional” (Vasconcelos, Holanda, & Albuquerque, 2016, p. 2).

Alguns autores como Madureira et al. (2014) desenvolveram estudo acerca da temática, pautando sua pesquisa em análises documentais de autos de prisão. As autoras pontuam o conteúdo como um *start* para o enfrentamento à violência, podendo contribuir para o avanço de métodos de prevenção e políticas de atenção a serem efetivadas nas Redes de Atendimento e Enfretamento à Violência.

De acordo com a compreensão de Santos e Lima (2013), é notável um reflexo histórico e cultural na violência contra as mulheres. As autoras atribuem a educação imperativa e repleta de punições, que acomete o desenvolvimento da identidade masculina gerando, assim, um modelo de comportamento que tende a ser repetido posteriormente nas relações conjugais. Verifica-se, ainda, o uso de punição física, castigos e humilhação de mulheres e crianças utilizados como método de preservação do poder patriarcado.

Para Medrado e Lyra (2008), a educação, a mídia, as políticas públicas e a religião configuram uma mescla de agentes que reforçam a dominação dos homens sobre as mulheres. As instituições sociais

constroem, interiorizam, individualizam e evidenciam o poder coletivo do homem. Medrado (2009) busca a compreensão acerca dos acontecimentos específicos, analisando-os a partir dos processos de socialização que o constituem e o olhar de gênero, não o fixando em postura de mártir em razão da bipartição vítima-algoz explicada pelo feminismo.

No ano de 2006, surge a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, uma forma de judicialização da violência contra as mulheres. A Lei apresenta como proposta resguardar a saúde física e mental das mulheres, assim como o cuidado e o desenvolvimento social, intelectual e moral, buscando a garantia de direitos e combate à violência. Santos e Witeck (2016) salientam o enfoque dado pela lei na compreensão do feminino, buscando a carga histórica vivenciada por mulheres em uma cultura que corrobora o patriarcado. Ademais, a lei indica a efetuação de grupos com homens autores de violência. Beiras et al. (2019) defendem que tais intervenções são consideradas estratégias indispensáveis para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero com vistas à integridade da saúde e da segurança pública. Esses programas, especialmente, os nacionais, entendem a relevância da relação existentes entre a violência contra as mulheres, a hierarquia e a assimetria de gênero, de modo a desnaturalizar comportamentos violentos praticados por homens, desenvolvidos sob a ótica das teorias de gênero, feministas e sobre masculinidades (Beiras et al., 2019; Oliveira & Scorsolini-Comin, 2021).

Ao termo violência podem ser atribuídas diversas acepções, porém um ponto pariforme é o modo hierárquico e assimétrico como tende a se fazer presente nas relações. Na violência, também é habitual a privação da manifestação de vontade; a pessoa tende a perder sua autonomia, rendendo-se à vontade e ao desejo de outros, culminando em uma forma de expressar a dominação desenvolvida na relação, assim, esse controle pode caracterizar a ação básica que promove a violência entre casais. A relação entre violência e masculinidade nas narrativas de homens foi associada e discutida no estudo de Beiras, Benvenuti, Toneli e Cavaler (2020) a significados sobre a posse das mulheres e ao controle de si sobre as emoções como forma de evitar certos comportamentos. A força masculina potencializa a agressão, a dominação e a culpabilização das mulheres pela violência.

Ressalta-se a relevância de argumentar significados que contribuem para sustentar e reproduzir as violências de gênero para ações interventivas no nível comunitário e/ou institucional.

Conforme versam Beiras et al. (2019), apesar das discussões e avanços nos últimos anos, no cenário nacional, sobre as temáticas voltadas para gênero, masculinidades e violência contra as mulheres, ainda são verificadas tensões e desacordos entre movimentos sociais e no âmbito acadêmico de pessoas que pesquisam o tema à luz de diferentes aportes teóricos. Entretanto, autores destacam que se trata de um problema complexo e, por isso, o enfrentamento não se restringe aos setores apenas de segurança pública, saúde ou assistência social, mas sim formas interdisciplinares com diferentes atores sociais. Desse modo, essa revisão sistemática objetiva analisar o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres na literatura científica brasileira. Busca-se, assim, conhecer as características do seu perfil psicossocial, a fim de possibilitar e auxiliar o direcionamento de práticas socioeducativas das políticas públicas, intencionando a não naturalização de práticas de comportamentos violentos por parceiro íntimo.

## MÉTODO

O estudo desenvolvido propôs a Revisão Sistemática (RS) da literatura científica brasileira, nas seguintes bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library On-line*), Oasisbr (Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). O descritor “violência contra a mulher” foi acrescido de outros termos livres com o auxílio do operador booleano AND: “autor de violência”, “violência por parceiro íntimo” e “violência doméstica contra a mulher” formando a estratégia de recuperação dos artigos.

Como critério de inclusão dos estudos, elegeu-se: a) artigos empíricos disponíveis on-line no idioma português; b) estudos que abordaram a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo no âmbito conjugal (casamento e união estável); c) que apresentaram informações acerca do autor de violência; d) artigos de pesquisas realizadas no Brasil; e) recorte cronológico dos últimos dez anos: 2009-2019. Os critérios de

exclusão foram: teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, livros, capítulos de livros, anuários e relatórios, bem como pesquisas que abordaram informações sobre o autor de violência contra a criança, o adolescente e o idoso.

Primeiro, identificou-se 174 artigos e, desse montante, 26 foram excluídos por duplicidade. Após essa etapa, excluiu-se 40 pela leitura do título, 55 pelo resumo, 25 por serem revisões teóricas e, por fim, 10 dissertações/teses. Assim, 18 artigos tiveram a sua leitura e análise na íntegra. Contudo, ao concluir essa etapa, três estudos foram eliminados, pois não atendiam aos critérios de inclusão.

Para a descrição das buscas e a seleção dos artigos, foi utilizado *The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions* (2009). A Figura 1 ilustra as etapas da seleção dos estudos desta RS. Dois pesquisadores independentes realizaram a busca dos artigos nas bases elencadas. Um terceiro pesquisador seria consultado para dirimir dúvidas que pudessem surgir na inclusão/exclusão das pesquisas. Entretanto, não houve a necessidade da avaliação de uma terceira pessoa.

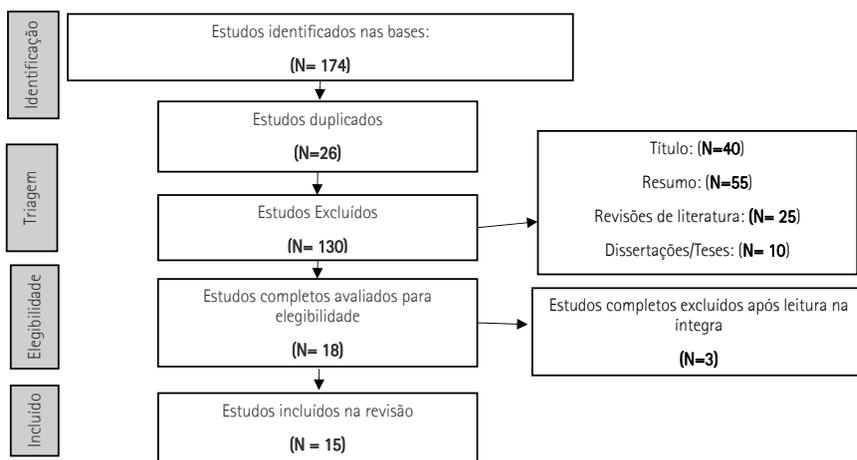


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão sistemática baseado no PRISMA

## RESULTADOS

Considerando o período analisado – 2009 a 2019 – o ano com maior publicação foi 2015, com cinco artigos, seguido de 2018, com quatro. Em 2019, foram desenvolvidas duas pesquisas. Nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2014, foi publicado um artigo em cada ano. Não foram identificadas publicações referentes ao tema desta RS nos anos 2010, 2012, 2016 e 2017. As regiões Nordeste (Ceará, Pernambuco e Bahia), Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santos), Sul (Rio Grande do Sul e Paraná) e o Distrito Federal foram as localidades nas quais as pesquisas foram realizadas. A tabela 1 sintetiza esses achados.

Tabela 1. *Distribuição do número de artigos por Estado*

Estado	Número de artigos
Ceará	2
Pernambuco	1
Bahia	2
Distrito Federal	1
São Paulo	2
Rio de Janeiro	1
Espírito Santo	2
Rio Grande do Sul	3
Paraná	1
Total	15

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras.

Para facilitar a análise dos dados, foram extraídas informações dos estudos que compõem essa RS, tais como: autor/ano de publicação, número de participantes/idade, local de pesquisa/área de conhecimento e características do homem autor de violência, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2. Extração de dados dos artigos selecionados**

Autor / ano de publicação	Participantes/ idade	Local da Pesquisa/área de conhecimento	Características dos homens autores de violência
Moura, Gandolfi, Nogales, & Pratesi (2009)	270 mulheres 15 a 49 anos	Brasília - DF Enfermagem	idade: 16 a 75 anos uso de drogas ilícitas no passado baixa escolaridade consumo moderado de álcool trabalho formal
Vieira, Perdoná, & Santos (2011)	504 mulheres 15 a 49 anos	Ribeirão Preto - SP Medicina e Psicologia	idade: não informada consumo frequente de álcool brigas com outros homens uso de drogas ilícitas agressão na infância
Zancan, Wassermann, & Lima (2013)	04 mulheres 26 a 34 anos	Psicologia Rio Grande do Sul	idade: não informada agressão na infância consumo de álcool e outras drogas
Vieira et al. (2014)	13 mulheres 18 a 49 anos	Enfermagem Rio Grande do Sul	idade: não informada consumo abusivo de álcool e outras drogas
Leite, Bravim, Lima, & Primo (2015)	42 mulheres 30 a 39 anos	Enfermagem Serra - ES	Idade: < 30 a 60 anos ensino fundamental completo abuso de álcool ciúmes
Paiva & Vasconcelos (2015)	100 homens não informada	Sociologia Fortaleza - CE	idade: não informada ensino fundamental incompleto trabalho informal abuso de álcool e outras drogas (crack e maconha)
Silva, Valongueiro, Araújo, & Ludemir (2015)	539 mulheres 18 a 49 anos	Enfermagem Recife - PE	idade: não informada abuso de álcool e outras drogas
Sgobero, Monteschio, Zurita, Oliveira, & Mathias (2015)	358 mulheres 10 a 35 anos ≥	Enfermagem Maringá - PR	idade: não informada desemprego uso de drogas ilícitas
Teixeira et al. (2015)	09 mulheres 21 a 35 anos	Enfermagem Rio de Janeiro - RJ	idade: não informada consumo de álcool e outras drogas desemprego
Carvalho et al. (2018)	19 mulheres 20 a 69 anos	Enfermagem Bahia	idade: não informada abuso de álcool
Marcacine, Abuchaim, Jardini, Coca, & Abrão (2018)	207 mulheres 29 anos (média)	Enfermagem São Paulo - SP	idade: média de 31 anos ensino médio completo trabalho formal
Paixão et al. (2018)	23 homens 25 a 62 anos	Enfermagem Salvador - BA	idade: 25 a 62 anos baixa escolaridade situação econômica desfavorável
Rovinski, Schneider, Pariz, Santos, & Bandeira (2018)	31 homens 20 a 65 anos	Psicologia Rio Grande do Sul	idade: 20 a 65 anos ensino médio incompleto e completo
Leite, Luis, Amorim, Maciel, & Gigante (2019)	938 mulheres 20 a 59 anos	Enfermagem Vitória - ES	idade: < 40 anos e > 40 anos ensino fundamental incompleto desemprego abuso de álcool
Santos et al. (2019)	152 homens não informada	Enfermagem Fortaleza - CE	idade: não informada abuso de álcool

Fonte: elaborada pelas pesquisadoras

Quanto à metodologia, verificou-se que nove pesquisas foram quantitativas (Leite et al., 2015; Leite et al., 2019; Marcacine et al., 2018; Moura et al., 2009; Paiva & Vasconcelos, 2015; Rovinski et al., 2018; Santos et al., 2019; Sgobero et al., 2015; Silva et al., 2015; Vieira et al., 2011); cinco qualitativas (Carvalho et al., 2018; Paixão et al., 2018; Teixeira et al., 2015; Vieira et al., 2014; Zancan et al., 2013) e um estudo foi quanti-qualitativo (Paiva & Vasconcelos, 2015).

Os locais nos quais as pesquisas foram desenvolvidas estão entre instituições do sistema de Justiça e Saúde Pública: Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Paiva & Vasconcelos, 2015; Paixão et al., 2018); Casa de Privação Provisória de Liberdade II (Santos et al., 2019); Tribunal de Violência Doméstica e Familiar (Rovinski et al., 2018); Central de Apoio Multidisciplinar de Fórum (Leite et al., 2015); Casa de Apoio à Mulher Vítima da Violência (Zancan et al., 2013); Delegacia de Polícia para a Mulher e Delegacia de Pronto Atendimento (Vieira et al., 2014); Estratégia Saúde da Família (Carvalho et al., 2018; Silva et al., 2015); Unidade Básica de Saúde (Leite et al., 2019; Vieira et al., 2011); Hospitais do Sistema Único de Saúde (Sgobero et al., 2015); Ambulatório de Ginecologia e Obstetria do Sistema Único de Saúde (Marcacine et al., 2018; Teixeira et al., 2015).

Quanto às técnicas e aos instrumentos para apoio à coleta de dados, foram identificadas: entrevistas semiestruturadas (Carvalho et al., 2018; Leite et al., 2015; Paixão et al., 2018; Teixeira et al., 2015; Vieira et al., 2014; Zancan et al., 2013); questionário com construção baseada em pesquisas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre violência por parceiro íntimo (Vieira et al., 2011); questionário da OMS sobre violência contra as mulheres (Leite et al., 2019; Moura et al., 2009; Sgobero et al., 2015); *Barrat Impulsiveness Scale e Alcohol, Smoking and Substance Involvement* (Santos et al., 2019); teste de avaliação psicológica Rorschach (Rovinski et al., 2018); questionário desenvolvido para atender aos objetivos da pesquisa (Macacine et al., 2018; Silva et al., 2015).

De maneira geral, os dados sobre as características psicossociais, apontados nos estudos sobre os homens autores de violência contra as mulheres, foram informados pela parceira, ou seja, de maneira indireta.

São poucas e recentes as pesquisas (Paiva & Vasconcelos, 2015; Paixão et al., 2018; Rovinski, et al., 2018; Santos et al., 2019) realizadas nas quais os homens figuram como a população central do estudo.

## DISCUSSÃO

Os estudos que se debruçam sobre a temática da violência contra as mulheres, por parceiro íntimo, imprimiram notória contribuição para a visibilidade social e científica acerca desse fenômeno que incide nas relações amorosas de mulheres e homens, alçando o assunto para a pauta de políticas públicas nas áreas da saúde e jurídica, especialmente. Um avanço considerável, uma vez que, no passado recente, tal fenômeno era restrito a ordem do íntimo e do privado do casal. Conforme a análise das investigações desta RS, as variáveis que caracterizam o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres foram: idade, escolaridade, situação de trabalho, abuso de álcool e outras drogas e violência na família de origem. Problematiza-se, contudo, a notabilidade requerida e não engessada para compreensão da dinâmica da violência no âmbito das relações íntimas por diversos aportes teóricos, pois a análise isolada, por qualquer que seja a área, pode ser parcial e, ainda, fragilizar resultados (Conceição, Bolsoni, Lindner, & Coelho, 2018).

Boa parte dos estudos foi conduzida com mulheres vítimas de violência perpetrada por parceiro íntimo. Tal aspecto pode limitar o aprofundamento diante da compreensão sobre o perfil dos homens autores de violência, uma vez que muitas informações foram fornecidas de maneira indireta, ou seja, as mulheres pesquisadas ofereceram os dados a respeito do parceiro. Outro aspecto de relevância versa sobre a subnotificação dos casos que pode comprometer a sua leitura ampliada e mais fidedigna. Somando-se a isso, a naturalização da violência na sociedade brasileira pode contribuir para o silenciamento dos sinais de alerta para a escalada da violência que já se fazem presentes, em muitos casos, desde a relação de namoro (Andrade & Lima, 2018).

Nesta RS, uma das variáveis que marcam o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres é a idade, que esteve compreendida entre

16 e 75 anos. Todavia, em nove pesquisas não foram assinaladas essas informações (Carvalho et al., 2018; Paiva & Vasconcelos, 2015; Sgobero et al., 2015; Santos et al., 2019; Silva et al., 2015; Teixeira et al., 2015; Vieira et al., 2011; Vieira et al., 2014; Zancan et al., 2013). A baixa escolaridade e o emprego informal foram outras características do perfil dos homens autores de violência, apontadas nas investigações. Tal relação pode ser considerada estressora para situações de violência entre o casal. Isso porque há exigências quanto à qualificação e à escolaridade para se atingir satisfatoriamente condições mínimas de sobrevivência que podem ser mais bem possibilitadas por meio do emprego formal (Leite et al., 2019; Paixão et al., 2018). Tais características também foram encontradas por Scott e Oliveira (2018), em pesquisa documental, realizada a partir de dados contidos em 241 fichas de atendimento de homens autores de violência doméstica, que participaram de grupos reflexivos, desenvolvidos em um núcleo de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, localizado em uma capital da região Nordeste do Brasil.

O estudo de Dossi, Saliba, Garbin e Garbin (2008) destacou que a alta prevalência de casos de violência contra as mulheres por parceiro íntimo, nas camadas sociais menos favorecidas, pode ser relacionada com a maior disposição dessas pessoas para denúncia. Situação que se apresenta de maneira diferente nas classes sociais mais favorecidas, que tendem a deixar no âmbito do privado as situações de violência sofrida. Por outro lado, as investigações de Moura et al. (2009) e Marcacine et al. (2018) apontam que o trabalho formal não exime a presença de comportamentos violentos entre o casal.

Outra relação fortemente salientada, com base nos estudos desta revisão sistemática, foi a associação, principalmente entre o abuso no consumo de álcool (Carvalho et al., 2018; Leite et al., 2015; Leite et al., 2019; Moura et al., 2009; Santos et al., 2019; Vieira et al., 2011; Vieira et al., 2014; Zancan et al., 2013) e o uso de outras drogas (Paiva & Vasconcelos, 2015; Sgobero et al., 2015; Silva et al., 2015; Teixeira et al., 2015) como fatores que potencializam a ocorrência de situações violentas a partir das quais as mulheres são vitimizadas. Para Berg et al. (2010), o uso de drogas pode levar o homem a forçar relações sexuais não desejadas com a companheira,

circunstância que pode agravar ainda mais os casos de violência. Vieira et al. (2011) evidenciam a deflagração da violência após o uso de álcool e outras drogas quando o sujeito é predisposto a atos violentos. Outro aspecto encontrado por Carvalho et al. (2018) é a precipitação da violência quando a mulher questiona o uso do álcool pelo parceiro. Para as autoras, esse comportamento pode ser justificado pelo processo sócio-histórico da submissão feminina.

Nesta perspectiva, segundo Vieira et al. (2014, p. 367), “O uso abusivo de álcool e outras drogas se configura como uma questão de saúde pública, pois agrega problemas de ordem física, psíquica, familiar, social, econômica e laboral”. As autoras revelam, na pesquisa realizada sobre o padrão de consumo de álcool na população brasileira, que (25%) das mulheres entrevistadas salientam irritação do parceiro após consumo de bebida; (12%) apresentam relatos de briga ou discussão com o parceiro enquanto bebiam. As taxas de agressões contra as mulheres foram 6,5 mais altas após excesso de consumo de álcool.

De outra forma, Marcacine et al. (2018) versam que o álcool gera a tendência de diminuir a inibição, encobre a capacidade de julgamento e interpretação de sinais, o que pode ocasionar a ocorrência de situações violentas. Todavia, a correlação entre o abuso de álcool e violência por parceiro íntimo é, ainda, discutível, visto que os achados não evidenciam resultados uniformes. Dessa forma, a investigação de Silva et al. (2015) não revela a relação estatisticamente significativa entre a violência por parceiro íntimo e álcool entre 1.057 parturientes da cidade do Recife/PE. Em conformidade com a análise dos estudos desta RS, existiram diferentes formas e instrumentos presentes nas pesquisas para mensurar o uso/abuso de álcool, assim, o referente aspecto pode justificar a controvérsia dos resultados em alguns estudos sobre a possível relação causal entre álcool e violência por parceiro íntimo.

Por fim, uma relação menos abordada na RS proposta, mas muito relatada na literatura científica, é a da agressão vivenciada na infância. Vieira et al. (2011) salientam que a chance de violência aumenta três vezes se o parceiro foi agredido na infância. Além disso, há acréscimo em 96% se o parceiro teve a mãe agredida. Corroborando esses dados, Zancan et al.

(2013) ressaltam que a violência na família de origem foi um fator marcante para os parceiros durante a infância. As mulheres que participaram deste estudo sugerem que tal aspecto pode ter influência no comportamento do companheiro. Falcke e Féres-Carneiro (2011) afirmam que os filhos podem ser vítimas diretas, quando sofrem a agressão pelos pais, ou vítimas indiretas, quando são expectadores de tais atos e, sobretudo, como consequência, podem entender e naturalizar a violência como algo intrínseco a qualquer relação íntima. Esses relacionamentos figuram como exemplos para as relações afetivas futuras, uma vez que os filhos percebem o modo dos pais se relacionarem e a forma do vínculo amoroso que eles estabelecem. Estudos destacam a relevância das pesquisas sobre a reedição da violência conjugal em relação ao que foi vivenciado no seio familiar e repassado de uma geração para outra. Nesta perspectiva, Colossi, Marasca e Falcke (2015) apontam a correlação significativa entre as experiências de maus-tratos vivenciados na infância na família de origem e a violência conjugal, numa amostra com 300 sujeitos (150 homens e 150 mulheres), casados ou em união estável, com no mínimo de seis meses de união, residentes na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A literatura especializada aponta o chamado efeito *spillover* (Bolze et al., 2019; Hameister, Barbosa, & Wagner, 2015), indicando que a tensão das relações conflituosas entre o casal transborda para a relação parental, ou seja, recebem influências das táticas utilizadas para resolução de conflitos do sistema conjugal em relação aos filhos, fenômeno que pode ser estendido de uma geração a outra.

Por outro lado, De Antoni e Batista (2014) versam, em pesquisa realizada com uma família acompanhada pelo Poder Judiciário e pela Assistência Social de uma Prefeitura Municipal de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, alguns aspectos que atuaram como fator de proteção à família diante da violência intrafamiliar: o tratamento psicológico de um dos genitores, o desejo de transformar a situação familiar, além de valores morais e espirituais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática objetivou analisar o perfil dos homens autores de violência contra as mulheres na literatura científica brasileira. Diante dos estudos que compuseram a pesquisa, verificou-se características como idade, situação laboral, escolaridade associação entre o uso de álcool e outras drogas, além de violência na família de origem. Contudo, salienta-se que o perfil identificado nessa RS não é uniforme, notando-se a divergência entre alguns pontos das pesquisas nacionais realizadas. Sem inferir em generalizações, observou-se que, no universo amostral deste estudo (15), algumas pesquisas remeteram a limitações como o tamanho amostral reduzido, indicando como sugestão outros estudos de amostragens maiores e, especialmente com diversos estratos sociais, para que o perfil dos homens autores de violência não seja relacionado apenas àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse dado mostra a carência de investigações no Brasil sobre a temática que perpassa a compreensão pelo enfoque da masculinidade e de gênero. Sugere-se que o seu aprofundamento poderia subsidiar outras frentes de políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres e, em especial, o aprofundamento do fenômeno para as/os profissionais da psicologia que participam do desenvolvimento de ações interventivas com grupos de homens autores de violência, bem como lançar luz para a complexidade do fenômeno com ações preventivas, buscando quebrar o ciclo da violência de gênero antes mesmo de acontecer.

Como limitações do estudo apontam-se: i) ausência da literatura cinzenta disponibilizada, por exemplo, no formato de teses e dissertações; ii) as buscas em três bases SciELO, Oasisbr e BVS; iii) pesquisas desenvolvidas apenas no cenário nacional, não contemplando estudos realizados em outros países. Entretanto, tal opção metodológica possibilitou um aprofundamento de pesquisas locais.

Diante dos achados, recomenda-se a construção de pesquisas com participação de homens autores de violência, a fim de se obter um perfil mais fidedigno para que políticas públicas de atenção a esse público possam ser desenvolvidas no intuito de somar esforços ao enfrentamento à violência

contra as mulheres no âmbito de um relacionamento íntimo, estendendo a construção de relações mais saudáveis com desdobramentos significativos para a educação e saúde integral dos(as) filhos(as).

Sugere-se, diante do cenário analisado, a formulação de um instrumento que possa ser utilizado pelas políticas públicas e pesquisadores para a identificação de dados que solidifiquem os resultados nas pesquisas futuras sobre o perfil dos homens autores de violência doméstica.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, T.A., & Lima, A.O. (2018). Violência e namoro na adolescência: uma revisão de literatura. *Desidades*, 19(5). Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/18889/11132>
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262-274. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>
- Beiras, A., Benvenuti, M.P., Toneli, M.J.F., & Cavaler, C.M. (2020). Narrativas que naturalizam violências: reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 17, 01-22. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e72407>.
- Berg, M., Kremelberg, D., Dwivedi, P., Verma, S., Schensul, J., & Gupta, K. et al. (2010). The effects of husband's alcohol consumption on married women in three low-income areas of greater Mumbai. *AIDS And Behavior*, 14(S1), 126-135. [10.1007/s10461-010-9735-7](https://doi.org/10.1007/s10461-010-9735-7)
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bigras, M., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2019). Tácticas de resolución de conflictos conyugales y parentales en familias sur-brasileñas. *Ciencias psicológicas*, 67. <https://doi.org/10.22235/cp.v13i1.1810>

- Brasil. (2006). Presidência da República. Secretaria especial de políticas para as mulheres. *Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar conta a mulher. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Cagol, E. C., & Frichembruder, S.C. (2017). Por onde anda o olhar ao agressor no âmbito da violência doméstica no Brasil? *Diaphora*, 17(1), 52-60. Recuperado de <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/135>
- Carvalho, M., Oliveira, J., Gomes, N., Santos, M., Estrela, F., & Duarte, H. (2018). Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 71(suppl 5), 2109-2115. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0540>
- Conceição, T. B., Bolsoni, C.C., Lindner, S.R., & Coelho, E.B.S. (2018). Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(11), 3597-3607. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23902016>
- Cortez, M. B., Padovani, R.C., & Williams, L. C. (2005). Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(1), 13-21. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100003>
- Colossi, P.M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20979>
- De Antoni, C., & Batista, F.A. (2014). Violência familiar: análise de fatores de risco e proteção. *Diaphora*, 14(2), 26-35. Recuperado de <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/62>
- Falcke, D., & Ferez-Carneiro., T. (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: diferentes contextos, múltiplas expressões. Em Wagner, A. (Org.). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisa e reflexões* (pp.72-85). Porto Alegre: Artmed.

- Hameister, B.R., Barbosa, P.V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 140-155. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672015000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200011)
- Leite, F., Luis, M., Amorim, M., Maciel, E., & Gigante, D. (2019). Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. *Revista Brasileira De Epidemiologia*, 22, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190056>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, 6(4), 354-391. [10.1371/journal.pmed.1000100](https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100)
- Marcacine, K., Abuchaim, E., Jardini, L., Coca, K., & Abrão, A. (2018). Violência por parceiro íntimo entre puérperas: fatores associados. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 71(suppl 3), 1306-1312. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0643>.
- Madureira, A., Raimondo, M., Ferraz, M., Marcovicz, G., Labronici, L., & Mantovani, M. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery - Revista De Enfermagem*, 18(4), 600-606. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>.
- Moura, L., Gandolfi, L., Vasconcelos, A., & Pratesi, R. (2009). Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Revista de Saúde Pública*, 43(6), 944-953. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009005000069>
- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

- Medrado, B. A Lei Maria da Penha não é contra os homens, é a favor de uma sociedade sem violência: conquistas, lacunas e desafios em políticas públicas. (2009). Em Torquist, C., Castilhos, C., Lago, M., & Lisboa, T (Orgs). *Leituras de resistência: Corpo, Violência e Poder* (pp. 20-35). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Oliveira, J., & Scorsolini-Comin, F. (2021). Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 33, e221163, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221163>
- Paiva, A.C.S., & Vasconcelos, F.E.A. (2015). Reaprendizagens do masculino após o advento da Lei “Maria da Penha”. *O Público e o Privado*, 25, 121-137. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2670>
- Paixão, G., Pereira, Á., Gomes, N., Campos, L., Cruz, M., & Santos, P. (2018). A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 27(2), 2-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003820016>.
- Rovinski, S., Schneider, A., Pariz, J., Santos, Á., & Bandeira, D. (2018). Respostas de agressividade no Rorschach (R-PAS) de homens autores de violência conjugal. *Avaliação Psicológica*, 17(2), 199-204. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1702.13998.05>
- Santos, A. C. B., & Lima, V. L. A. (2013). O Perfil do homem autor de violência cometida contra as mulheres na versão da mídia impressa Paroara: Contribuições para a enfermagem. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento e diálogo social*, Natal, RN, Brasil. Recuperado de [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364938636\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPUH2013definitivo.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364938636_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2013definitivo.pdf).
- Santos, A.P.C.A., & Witeck, G. (2016). Violência doméstica e familiar contra a mulher. *Anais do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15858>.

- Santos, M., Macena, R., Mota, R., Souza, W., Sousa, J., Cavalcante, F., & Câmara, K. (2019). Fatores associados ao uso do álcool entre homens autores de violência por parceiro íntimo no Ceará. *Revista de Saúde e Ciências Biológicas*, 7(4), 341-350. <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v7i4.2677.p341-350.2019>
- Scott, J., & De Oliveira, I. (2018). Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(2), 71-88. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951>
- Sgobero, J.K.G.S., J., Monteschio, L.V. C., Zurita, R.C.M., Oliveira, R. R., & Mathias, T.A.F. (2015). Violência física por parceiro íntimo na gestação: prevalência e alguns fatores associados. *Aquichan*, 15(3), 339-350. <http://dx.doi.org/10.5294/aqui.2015.15.3.3>.
- Silva, E., Valongueiro, S., Araújo, T., & Ludermir, A. (2015). Incidence and risk factors for intimate partner violence during the postpartum period. *Revista de Saúde Pública*, 49(0), 1-9. <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005432>.
- Silva, A.C. L.G., & Coelho, E. B. S., & Moretti-Pires, O. R. (2014). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 35(4), 278-283. Recuperado de [https://www.scielosp.org/article/rpsp/2014.v35n4/278-283#:~:text=O%20marido%20ou%20companheiro%20foi,pelo%20parceiro%20%C3%ADntimo%20\(6\)](https://www.scielosp.org/article/rpsp/2014.v35n4/278-283#:~:text=O%20marido%20ou%20companheiro%20foi,pelo%20parceiro%20%C3%ADntimo%20(6)).
- Teixeira, S., Moura, M., Silva, L., Queiroz, A., Souza, K., & Albuquerque Netto, L. (2015). Violência perpetrada por parceiro íntimo à gestante: o ambiente à luz da teoria de Levine. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 49(6), 882-889. [10.1590/S0080-62342015000600002](https://doi.org/10.1590/S0080-62342015000600002)
- Vasconcelos, M. S., Holanda, V. R., & Albuquerque, T.T. (2016). Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. *Cogitare Enfermagem*, 21(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v21i1.41960>
- Vieira, E. M., Perdona, G. S. C., & Santos, M. A. (2011). Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 45(4), 730-737. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000034>

- Vieira, L., Cortes, L., Padoin, S., Souza, I., Paula, C., & Terra, M. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *Revista Brasileira De Enfermagem*, 67(3), 336-372. <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140048>.
- Zancan, N., Wassermann, V., & Lima, G.Q. (2013). A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*, 17(1), 63-76. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a07.pdf>

*Recebido em 23/04/2021*

*Aceito em 14/04/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Estado da arte sobre a produção científica nacional da medicalização do comportamento

*State of the art research on the brazilian national scientific production of medicalization of behavior*

*Estado del arte sobre la producción científica de la medicalización del comportamiento*

*Joyce Gomes Heuko\**  
*Bruno Peixoto Carvalho\*\**

## Resumo

*O presente trabalho apresenta uma pesquisa de estado da arte, de caráter quantitativo, que objetivou realizar o mapeamento das publicações científicas nacionais sobre o tema da medicalização do comportamento entre os anos 2000 e 2018. Neste levantamento, foram identificados os autores, seus respectivos estados, regiões e instituições de origem, número de publicações por ano, periódicos nos quais os artigos foram publicados e áreas de conhecimento desses periódicos, sujeitos-alvo das pesquisas, tipo de pesquisa e a ênfase da medicalização envolvida. Para isso, a base Periódico-CAPES ofereceu o material analítico, a partir da seguinte estratégia de busca: medicalização AND (comportament\* OR desvio OR conduta OR transtorno OR sofrimento). A partir dos dados coletados, foram construídos gráficos com o fim de obter um panorama das investigações sobre o tema em questão. Os dados encontrados sinalizam, dentre outras coisas: o aumento do número de publicações a partir do ano de 2009; a concentração de autores nos estados das regiões Sudeste e Sul; a maior prevalência de publicações em revistas de Saúde Coletiva e Interdisciplinar; a predominância de pesquisa teórica relativamente aos estudos empíricos; a prevalência das mulheres como sujeito-alvo de quantidade importante de pesquisas sobre medicalização do comportamento.*

**Palavras-chave:** estado da arte; medicalização; comportamento.

---

\* Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6335-8227>. E-mail: [joyceheuko@gmail.com](mailto:joyceheuko@gmail.com)

\*\* Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1071-9433>. E-mail: [pcarvalhobruno@gmail.com](mailto:pcarvalhobruno@gmail.com)

## Abstract

*This study presents quantitative state-of-the-art research aimed at mapping Brazilian scientific publications on the topic of medicalization of behaviors between the years 2000 and 2018. The research identified authors, their respective states, regions, and institutions of origin, the number of publications per year, the journals in which the articles were published, the fields of knowledge of these journals, the target subjects of the research, the type of research, and the emphasis on the involved medicalization. Data from the Periodic Portal from CAPES provided the analytical material using the following search strategy: medicalization AND (behavior\* OR deviation OR conduct OR disorder OR suffering). The collected data were used to create graphs in order to provide an overview of the research on the subject. The findings indicate, among other things: an increase in the number of publications since 2009; a concentration of authors in Brazilian states from the southeastern and southern regions; a higher prevalence of publications in journals related to Collective and Interdisciplinary Health fields; a predominance of theoretical research compared to empirical studies; and a significant focus on women as the subject of research on medicalization of behaviors.*

**Keywords:** state-of-the-art; medicalization; behavior.

## Resumen

*En el presente trabajo fue realizada una investigación cuantitativa del Estado del Arte que objetivó el mapeado de las publicaciones científicas sobre el tema de la medicalización del comportamiento, entre los años 2000 y 2018. En este levantamiento, fueron identificados los autores, sus respectivos estados, regiones e instituciones de origen, número de publicaciones por año, periódicos en los cuales los artículos fueron publicados y las áreas de conocimiento de estos periódicos, tema objetivo de las investigaciones, tipo de investigación y énfasis de la medicalización involucrada. Para ello, fue utilizado el Periódico-CAPES, aplicando los siguientes descriptores: medicalización AND (comportamient\* OR desvío OR conducta OR trastorno OR sufrimiento). A partir de los datos colectados, fueron construidos gráficos con el fin de ofrecer un panorama de las investigaciones sobre el tema en cuestión. Los datos encontrados señalan, entre otras cosas: el aumento del número de publicaciones a partir del año de 2009; la concentración de los autores en los estados de las regiones del Sudeste y Sur; la mayor prevalencia de publicaciones en revistas de Salud Colectiva e Interdisciplinaria; la predominancia de la investigación teórica relativa a los estudios empíricos; la prevalencia de las mujeres como objeto de investigación de cantidad importante de investigaciones sobre la medicalización del comportamiento.*

**Palabras clave:** estado del arte; medicalización; comportamiento.

Este trabalho objetivou a realização de uma pesquisa de estado da arte de caráter quantitativo sobre o tema “Medicalização do Comportamento”. A pesquisa de estado da arte é descrita por Luna (2009) como uma investigação cuja característica principal é a descrição da conjuntura de determinado conhecimento na atualidade.

A presente pesquisa aborda um levantamento dos estudos sobre o processo de medicalização do comportamento e visa oferecer uma contribuição ao tema por meio da identificação do cenário no qual as pesquisas atuais, que abordam esta temática, estão sendo desenvolvidas, situando a sua importância no ambiente acadêmico, as instituições e estados que mais desenvolvem os estudos, a forma com que o tema vem sendo abordado e identificando as lacunas existentes no tema. Os objetivos específicos foram: a) identificar a quantidade de publicações por ano; b) identificar os estados e regiões dos autores; c) identificar a instituição de origem dos autores; d) identificar em quais anos os artigos foram publicados; e) identificar em quais periódicos esses estudos são publicados; f) identificar em quais áreas esses estudos estão sendo publicados; g) identificar os sujeitos-alvo das pesquisas; h) identificar a ênfase da medicalização; i) identificar o tipo de pesquisa realizada; j) identificar o número de publicações por autor.

O Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade assim define o processo de medicalização (2015):

Medicalização envolve um tipo de racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, seja em seu aspecto psíquico, seja em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. Nessa concepção, características comportamentais são tomadas apenas a partir da perspectiva do indivíduo isolado, que passaria a ser o único responsável por sua inadaptação às normas e padrões sociais dominantes. A medicalização é terreno fértil para os fenômenos da patologização, da psiquiatrização, da psicologização e da criminalização das diferenças e da pobreza (p.1).

Importante, ainda, é diferenciar o conceito do processo de medicalização com conceitos que expressam fenômenos correlatos, mas que não se confundem com ele, tais como: patologização, criminalização/judicialização e medicamentação, como assinalam Oliveira, Harayama e Viégas

(2016). Para os autores, o termo patologização se refere à compreensão de questões complexas da vida por meio da sua conversão em doenças, como, por exemplo, a transformação da tristeza e do luto em depressão. A psicologização, assim como a psiquiatrização, é descrita como a tradução e redução da diversidade dos comportamentos humanos a termos psíquicos, cujo resultado é a definição e o agrupamento de traços da personalidade ou capacidades individuais, seja em uma perspectiva biológica e individualizante ou em uma perspectiva psicossocial. A criminalização/judicialização é a lógica por meio da qual tributamos a certos grupos sociais a potencialidade para o crime, concepção em geral, fundada em concepções hereditárias – e não raro, racistas – que postulam a possibilidade de se identificar a pretensa potencialidade para o crime a partir da identificação de traços fenotípicos dos sujeitos. Essa criminalização/judicialização tem raízes na concepção criminológica grosseira de Cesare Lombroso e encontra atualmente expressão em formas sofisticadas e supostamente fundamentadas de estudos genéticos e/ou das neurociências. Outra distinção importante é a do termo medicalização, descrito por Bezerra, Jorge, Gondim, Lima e Vasconcelos (2014), como a forma de controle médico da vida cotidiana dada por meio da prescrição – abusiva ou não – de medicamentos, sendo considerada como tratamento exclusivo. Estes processos – patologização, criminalização/judicialização e medicalização – são parte constitutiva de um processo mais geral, a saber: o processo de medicalização (Oliveira, Harayama & Viégas, 2016). Em comum a tais processos, reside o fato de que a pessoa que deles é objeto é abstraída num conjunto de suposições etiológicas e intervenções sobre as quais não há nenhum (ou há muito pouco) controle.

Em levantamento sobre o uso do termo medicalização, nas últimas décadas, Zorzaneli, Ortega e Bezerra (2014) assinalam o uso indiscriminado e a consequente perda do caráter crítico desse termo na literatura acadêmica, delimitando quatro significados mais empregados, quais sejam: 1) as estratégias massivas de sanitização da população; 2) a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças; 3) a ação do controle e imperialismo médico; 4) a participação de atores fora do campo da medicina. Nesta pesquisa, focamos no segundo significado, aquele referente ao

processo de transformação do comportamento humano, ou seja, à passagem do comportamento desviante à qualidade de transtorno médico por serem socialmente considerados como transgressivos ou desviantes das normas sociais vigentes. Conrad e Schneider (1992) destacam também a questão dos ganhos secundários para o sujeito, decorrente do deslocamento dos comportamentos desviantes para condições médicas. Para eles, ocorre, nesse processo, uma retirada da responsabilização individual do sujeito cujos atos seriam, fora do processo de medicalização, moralmente repreensíveis.

Os garotos indisciplinados das classes escolares passam a ser considerados crianças que necessitam de cuidado médico, e a tolerância de professores, diretores, colegas e, até, dos pais, se modifica, diante dessa nova descrição. Do mesmo modo ocorre com o alcoolismo que, não sendo mais compreendido como fraqueza moral, mas como doença, permite que as pessoas que dele padeçam sejam tratadas medicamente e menos estigmatizadas (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014, p. 1862).

Um dos amplos usos desse conceito ocorre no âmbito escolar, concernente aos denominados problemas de comportamento. Neste contexto, os comportamentos considerados socialmente como inadequados são rotulados de uma forma simplista e individualizante como transtornos mentais de origem orgânica, desconsiderando-se os diversos determinantes sociais envolvidos (Silva, Deus & Kantorski, 2021; Lima et al, 2021). Na bibliografia, o termo medicalização do comportamento é usado de forma diversificada, normalmente com o intuito de definir a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014).

## CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERMO MEDICALIZAÇÃO

Segundo Gaudenzi e Ortega (2012), a partir da década de 1960, o uso do termo medicalização ganha relevo para caracterizar a expansão da medicina na sociedade, com função controladora e moralizadora da conduta humana que – em muito – extrapola a esfera desse campo de conhecimento. Com a publicação de Illich, em 1975, do livro *A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina*, o conceito de medicalização adquire maior notoriedade pelo conceito correlato, mas não idêntico, de iatrogênese,

descrito pelo autor como os danos e a consequente perda de autonomia dos sujeitos em função da própria intervenção médica de que são objeto. Outro autor importante no debate sobre a medicalização é Foucault, que, embora não utilize o termo de forma sistemática, refere-se a ele, de forma crítica, localizando-o no contexto social no qual as questões individuais e coletivas (sejam de natureza orgânica ou não) são fundamentadas e manejadas por meio da medicina (Gaudenzi & Ortega, 2012).

Almeida e Gomes (2014) tomam Illich e Foucault como ponto de partida para a sua reflexão sobre a medicalização social, compreendida como o processo de “apropriação e normatização de crescentes aspectos da vida social pela medicina” (p. 156-157). Os autores situam, na Europa do séc. XVIII, as origens desse processo, sem as quais suas manifestações contemporâneas são incompreensíveis. O contexto de urbanização desordenada, exploração e péssimas condições de trabalho, que suscitou um quadro de agravamento da miséria e condições de vida extremamente precárias da classe trabalhadora, resultou em uma alteração na abordagem do processo saúde-doença em vários países da Europa. Em virtude dessas transformações operadas pela expansão do modo de produção capitalista, mudanças na compreensão dos processos, que levavam ao adoecimento e à morte dos trabalhadores, eram necessárias para a reprodução da força de trabalho, cabendo ao Estado realizar medidas de alteração desse meio urbano hostil, como a reordenação urbana e a normatização e fiscalização do espaço público, privado e das condições de trabalho. É nesse momento histórico que se dá a ampliação do campo da atuação médica, elemento fundamental para o processo de medicalização social (Almeida & Gomes, 2014; Lemos, Nascimento & Galindo, 2021).

Além da função de controle das populações, Almeida e Gomes (2014) destacam que o processo de medicalização avança no sentido de constituir-se como uma indústria, localizando a fonte desse processo no modo de produção capitalista. A indústria farmacêutica, amplamente citada como uma das fomentadoras do processo medicalizante, encontra nas últimas cinco décadas as bases para superar o que parecia uma limitação da sua expansão: o fato de que ela seria uma indústria produtora de mercadorias para um grupo restrito, os doentes. A partir da expansão do processo de

medicalização e sua conseqüente apropriação e normatização de questões da vida social, o espectro do que seria considerado “anormal” ou “patológico”, ou seja, passível de intervenção médica, cresce consideravelmente, tornando-se um terreno fértil para a consolidação dessa indústria como uma das maiores e mais importantes do mercado capitalista.

Dessa forma, torna-se necessário a ampliação do campo patológico para que nele sejam incluídos os novos processos geradores de sofrimento e adoecimento contemporâneos. Os processos de reorganização no interior da dinâmica da produção capitalista, como a reestruturação produtiva – ampliação das jornadas de trabalho, aumento de tarefas (multifuncionalidade), imposição de metas, dentre outros – implicam para os trabalhadores em uma intensificação do trabalho e se expressam em novos perfis epidemiológicos, como LER (lesões por esforço repetitivo), síndrome de Burnout e transtornos de ansiedade, característicos da sociedade atual (Almeida & Gomes, 2014). A medicalização surge, então, como resposta a essas novas necessidades suscitadas pelo sistema de produção capitalista que reclama a formação de sujeitos mais adequados às crescentes exigências de produtividade e mais resistentes aos danos produzidos no próprio processo de produção e reprodução social (Almeida & Gomes, 2014; Secco & Kovaleski, 2022). Essa exigência de sujeitos concentrados, disciplinados e multifuncionais já é imposta aos indivíduos desde a infância. Devido ao fato de a educação se constituir na sociedade capitalista como um espaço fundamental para a reprodução da força de trabalho, encontra-se na escola a necessidade da formação de sujeitos produtivos, que possam se adequar a um mercado de trabalho cada vez mais exigente. A medicalização se torna, dessa forma, um instrumento amplamente utilizado no ambiente escolar para normatizar a infância, com o objetivo de construir jovens e adultos com as características impostas pelo ambiente produtivista no qual serão inseridos no futuro. A culpabilização individual da criança/adolescente e a conseqüente medicalização à qual será subordinada/o omitem os limites da própria instituição escolar. Dado o contexto de popularização da escola às mais diversas classes sociais sob a forma de um serviço precário, subfinanciado e de baixa qualidade, amplifica-se a individualização do sofrimento dos alunos por parte da instituição escolar, que transfere a culpa

da inadequação ou do baixo rendimento aos próprios alunos, omitindo, neste processo, os fundamentos sociais do modo de produção capitalista na produção do sofrimento e do fracasso escolar (Almeida & Gomes, 2014; Brzozowski & Caponi, 2013; Colombani, Carcácio & Veríssimo, 2019).

## METODOLOGIA

A presente pesquisa busca oferecer, por meio de um recorte quantitativo, um panorama do tema “Medicalização do Comportamento” com base na literatura descrita entre os anos 2000 e 2018, sendo de grande importância para o mapeamento das lacunas existentes sobre o tema (Luna, 20019).

Para tanto, tomou-se como fonte do material a ser analisado o Portal de Periódicos CAPES, biblioteca virtual, que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa, no Brasil, um importante volume da produção científica nacional e internacional. Ele conta, em sua base de dados, com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O portal pode ser acessado de forma livre e gratuita por professores, pesquisadores, alunos e funcionários vinculados às instituições de ensino participantes, por meio de computadores ligados à internet e localizados nessas instituições ou por elas autorizados.

Buscou-se identificar, dentre as produções do tema, os autores, seus estados, regiões e instituições de origem, áreas do conhecimento em que se encontram esses estudos, o tipo de pesquisa, os periódicos em que são publicados, o número de publicações por ano, a ênfase da medicalização e quem são os sujeitos dessas pesquisas. Considerando que o termo “medicalização do comportamento” não é amplamente utilizado na literatura, buscamos na bibliografia da medicalização termos correlatos utilizados para descrever aquilo que denominamos como “medicalização do comportamento”, a partir da seguinte estratégia de busca: medicalização AND (comportament\* OR desvio OR conduta OR transtorno OR sofrimento). Os filtros utilizados foram: apenas artigos, periódicos revisados por pares e idioma português.

A pesquisa foi realizada no dia 04/06/2019 e foram encontrados 366 artigos. Foi efetuada a leitura integral dos resumos e parcial dos textos, sendo incluídos 132 artigos nesta pesquisa e 234 excluídos, dos quais 3 por serem repetições. O critério para inclusão foi a definição de medicalização do comportamento, ou seja, incluímos aqueles artigos que tratavam da transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças. Os critérios de exclusão foram: pouca ou nenhuma relação com a temática da medicalização do comportamento; texto disponibilizado apenas em língua estrangeira, como espanhol ou inglês; artigos que abordavam uma realidade que não a brasileira, mas de outros países (como Portugal e Itália); outros formatos de texto que não artigo, como entrevistas, dossiês, entre outros. A identificação do tipo de medicalização envolvida se deu por meio da descrição trazida pelo próprio artigo, seja no resumo ou no corpo do texto e consideramos a área de conhecimento dos periódicos a partir da definição da classificação por eles mesmos oferecida.

## RESULTADOS

Os dados dessa pesquisa apontam um aumento considerável de publicações do tema medicalização do comportamento no final dos anos 2000 (Figura 1), assim como sugerem os levantamentos de Pereira (2018) e de Beltrame, Gesser e Souza (2019), que versavam sobre a medicalização em geral e sobre a medicalização da infância e da educação. É importante destacar que esse aumento da quantidade de publicações quase coincide com a criação do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, em 2010, mas isso não implica uma relação causal entre esses dois acontecimentos, ao contrário do que sugeriram Beltrame, Gesser e Souza (2019). Essa correspondência sugere que o avanço do processo de medicalização tenha mobilizado tanto a comunidade científica, na direção da produção de conhecimentos sobre essa questão, quanto os criadores do fórum, no sentido de construir uma entidade/organização que pudesse se contrapor no terreno político-científico a este avanço da medicina sobre todas as esferas da vida. Em favor dessa posição, destaca-se, por exemplo, que o estado de Santa Catarina é o terceiro estado com maior número de publicações

(Figura 2) e a UFSC a segunda universidade com maior número de autores que publicam sobre a temática, no entanto, Santa Catarina não possui um núcleo do fórum. O mesmo ocorre com o estado do Rio Grande do Sul que, apesar de ser o quarto estado com maior número de publicações (Figura 2), também não possuía núcleos ativos do fórum. Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que mais concentram publicações sobre o tema em investigação.

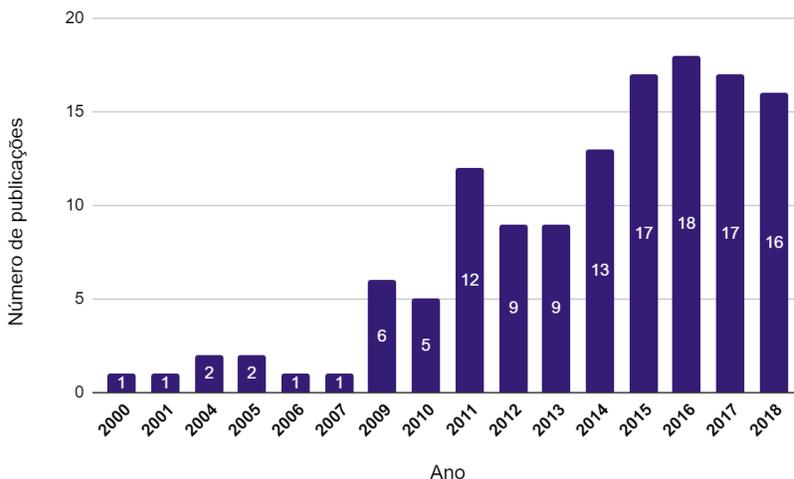


Figura 1. Quantidade de artigos publicados por ano.

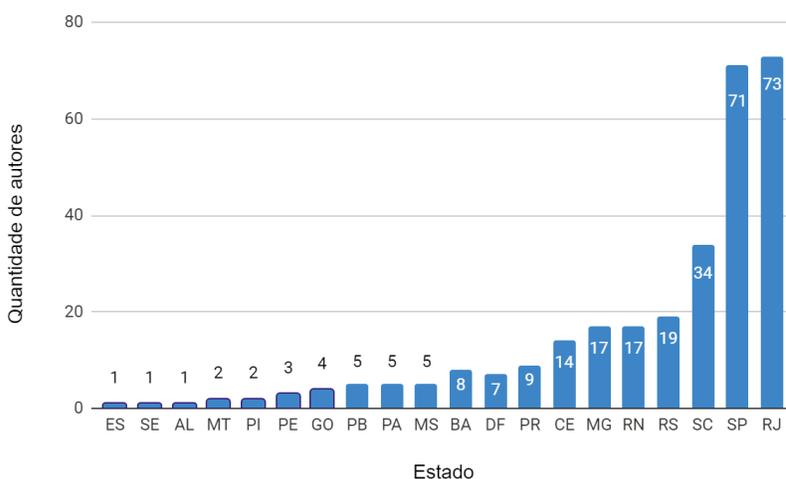


Figura 2. Frequência de autores por estado.

Observação: O autor é contabilizado conforme o número de vezes em que aparece como autor de artigo.

Em relação à frequência de autores por região, percebe-se que a grande maioria dos trabalhos na área é realizada por autores da região Sul e Sudeste (75%). Já sobre a instituição de origem, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fiocruz, respectivamente, são as instituições com maior número de publicações. Além disso, é importante ressaltar que das 31 instituições de ensino, 21 são públicas, 7 privadas e 2 comunitárias. Esse dado corrobora e reflete o fato de que, atualmente, a pesquisa científica, no território brasileiro, está sendo realizada majoritariamente por instituições públicas, como aponta o relatório preparado para a CAPES pela Clarivate Analytics (2017). Segundo esse relatório, mais de 95% das publicações, entre os anos de 2011 e 2016, foram realizadas por universidades públicas (estaduais e federais). Das 20 universidades que mais publicam, 5 são estaduais e 15 federais. Com relação às regiões dessas universidades, 5 estão no Sul, 11 no Sudeste, 2 no Nordeste e 2 no Centro-Oeste. Desta forma, assim como observado no presente trabalho, a grande maioria das pesquisas nacionais também se concentra nas regiões Sul e Sudeste.

Em relação às revistas nas quais os artigos foram publicados, a maior parte dos artigos (35%) foram publicados na *Ciência & Saúde Coletiva*, da área de Saúde Coletiva – área em que se encontra também a maioria dos artigos (35%). A segunda e terceira revistas com maior número de publicações foram a *Interface – Comunicação, Saúde e Educação* (28%) e *Estudos Feministas* (17%). Quanto à área de conhecimento dos periódicos, a *Saúde Coletiva* (35%) foi seguida pela *Interdisciplinar* (33%) e pela *Psicologia* (10%). Uma questão que merece ulterior investigação é a relativamente baixa publicação de artigos em revistas da área da psicologia em comparação com as duas primeiras. Sendo a psicologia o campo que estuda o comportamento humano, tanto típico quanto atípico, esperava-se que uma maior quantidade de produções científicas sobre a medicalização do comportamento fosse encontrada na área. Uma hipótese para esse fato pode ser a de que os autores da área estejam publicando grande parte das suas produções nas revistas de saúde coletiva e em revistas interdisciplinares ou que estejam tangenciando a medicalização do comportamento sob a rubrica da medicalização em geral. Se isso se demonstrar futuramente

como verdadeiro, pode – ainda – revelar que os periódicos da área não estejam admitindo artigos críticos sobre os processos de medicalização. Consideramos a área de conhecimento dos periódicos a partir da definição por eles mesmos oferecida.

Foi definida uma categoria a partir da revisão de literatura, a ênfase, que se refere ao tipo de processo de medicalização descrito pelos artigos. Para isso, subdividimos os artigos em quatro tipos: a) medicalização em geral, quando o trabalho versava sobre a apropriação e normatização da medicina de algum aspecto da vida social; b) medicamentação, quando tinha como ênfase a prescrição abusiva de medicamentos como forma de tratamento; c) patologização, como a tradução das dificuldades ou do sofrimento em patologia; d) criminalização/judicialização, como a lógica que leva indivíduos ou grupo a serem vistos como criminosos.

Um exemplo de estudo de medicalização em geral é o trabalho de Thiago, Russo e Junior (2016), denominado “Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites”, que aborda a construção do declínio hormonal masculino relacionado ao envelhecimento, como parte de um processo mais geral de medicalização da sexualidade e envelhecimento masculinos. Em relação à medicamentação, destacamos o estudo de Ferrazza, Luzio, Rocha e Sanches (2010), denominado “A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental”, que aborda o processo atual de medicalização generalizada da população a partir de dados de um estudo exploratório amostral da prescrição de psicofármacos no âmbito de um Ambulatório de Saúde Mental. Sobre patologização, ressaltamos o trabalho de Corbanezi (2018), denominado “Transtornos Depressivos e Capitalismo Contemporâneo”, que tem como objetivo mostrar como a evolução da nosologia psiquiátrica da depressão pode se relacionar com determinadas demandas do capitalismo contemporâneo. Por fim, como exemplo de estudo sobre criminalização/judicialização, evidenciamos o artigo de Costa e Silva (2017), denominado “A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil”, no qual os autores analisam a utilização de medicamentos psicoativos por adolescentes infratores em unidades socioeducativas (USES) no Brasil.

Já a figura 3 revela que a maioria (70%) dos artigos tem como foco a medicalização em geral, ou seja, a “translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida” (Collares & Moysés, 2014, p. 51). A medicamentação e patologização (em que se agrupam, ainda, as categorias de psiquiatrização e psicologização) aparecem em segundo lugar, com 12% das publicações. É importante ressaltar que a classificação aqui realizada, do processo de medicalização, é meramente didática e que, como anteriormente assinalado, esses processos – medicamentação, patologização, psiquiatrização e criminalização – não aparecem de forma desassociada na vida social, mas fazem parte do processo de medicalização como um todo.

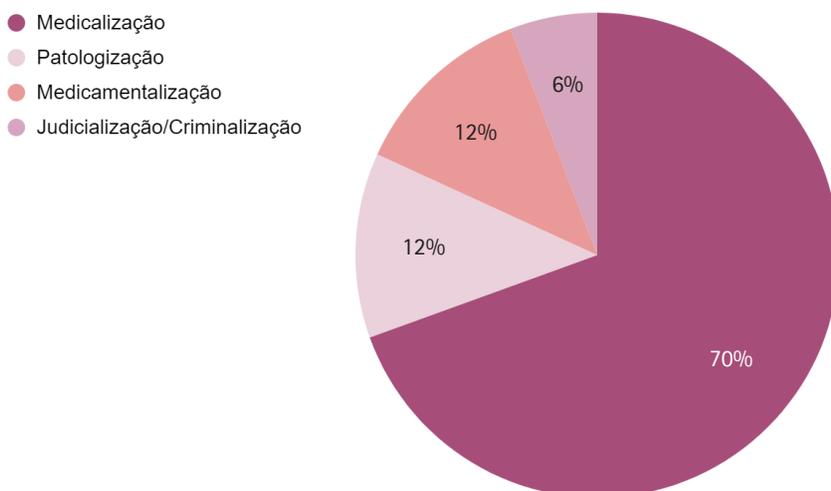


Figura 3. Percentual de artigos por ênfase.

Desses processos de medicalização em geral, foram excluídos aqueles que não se referiam propriamente a comportamentos. Os exemplos que mais apareceram na busca foram a medicalização do parto e da gestação, como “A representação cultural de um ‘parto natural’: o ordenamento do corpo grávido em meados do século XX” (Ayres, Henriques & Amorin, 2018) e a medicalização da morte, como consta no artigo “A construção da “boa morte” em diferentes etapas da vida: reflexões em torno do ideário paliativista para adultos e crianças” (Menezes & Barbosa, 2013).

Em relação ao tipo de pesquisa, dos 134 artigos publicados, 61% deles referem-se à pesquisa teórica, enquanto 39% das pesquisas são empíricas. Na categoria de pesquisa teórica, foram incluídas as pesquisas propriamente teóricas ou teórico-conceituais, aquelas que tratavam de revisões de literatura (sistemáticas ou não sistemáticas), ensaios teóricos e pesquisas que envolviam análise documental. Por pesquisa empírica entendemos aquela que tomava como fonte da informação a própria população medicalizada, independentemente do tipo de empiria envolvida (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso etc.).

Sobre os sujeitos da pesquisa (Figura 4), ou seja, a população foco da pesquisa (independentemente de ser teórica ou empírica), a maioria se referiu à população de mulheres (16%), seguida por crianças (11%) e homens (8%). Em relação ao público feminino, a maioria dos artigos analisava questões relativas à sexualidade, à reprodução e ao corpo feminino, como explicita o artigo de Costa, Stolz, Grynszpan e Souza (2006), denominado “Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução”, que aborda o processo de naturalização como alicerce da medicalização do corpo feminino e discute de que forma esse processo institui uma forma de controle social com base na reprodução biológica. Essa informação, somada à que revela que a revista Estudos Feministas é o terceiro periódico que mais publica sobre o tema, revela que a medicalização do comportamento das mulheres tem sido uma questão bastante tematizada. Além disso, a figura 5 aponta os rótulos de diagnósticos mais usados nos artigos. Percebe-se que a maioria (76%) dos artigos não tem como objeto algum transtorno específico. Esse fato pode estar em relação com o dado da figura 3, que indica que a ênfase da maioria dos artigos (70%) é de medicalização em geral, abordando, dessa forma, o processo de medicalização como um todo e não focando, necessariamente, em um tipo específico.

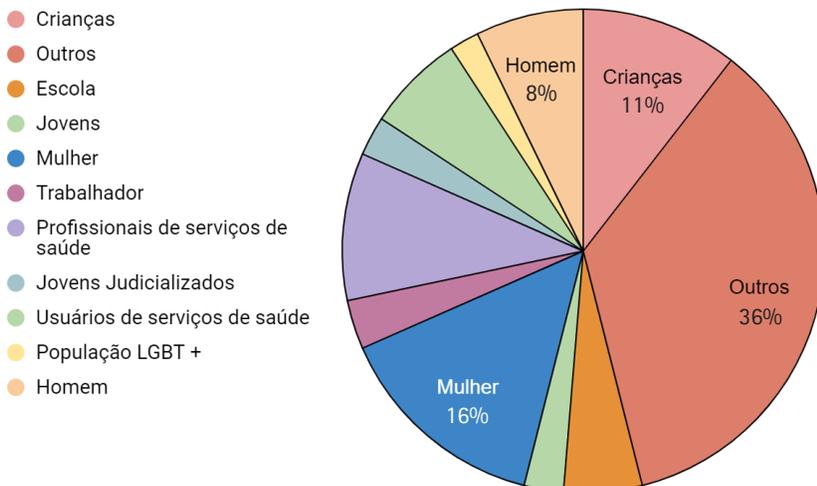


Figura 4. Sujeitos da pesquisa.

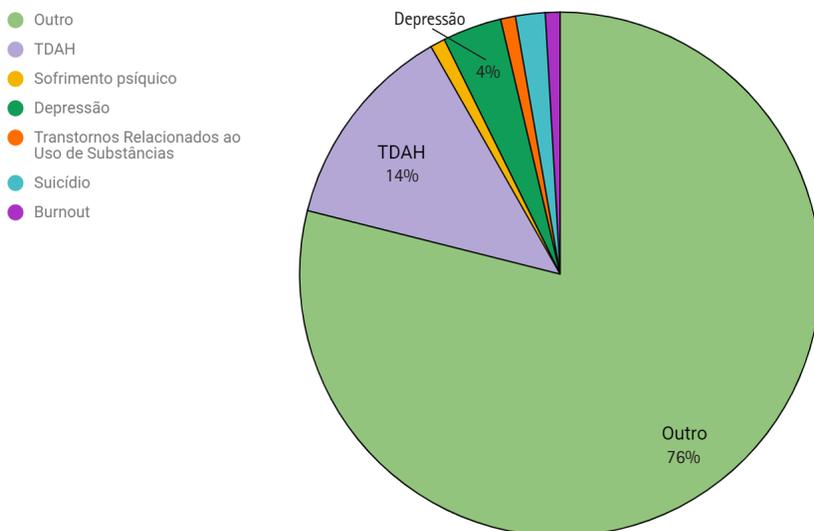


Figura 5. Rótulos diagnósticos mais empregados.

Por fim, destaca-se o número de publicações por autor. Aqui, reunimos algumas informações sobre autoria, a partir da Plataforma Lattes. A autora com maior número de publicações (6), Sandra Noemi Cucurullo, possui graduação em Filosofia pela Universidad Nacional de Rosario e mestrado e doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência. Atualmente é

professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cucurullo desenvolve seu trabalho na área de epistemologia, história da psiquiatria, da medicina e na área de Bioética. Atualmente, coordena seis projetos de pesquisa, dos quais quatro são sobre o tema medicalização, sendo eles: “Das duchas aos psicofármacos: o dispositivo diagnóstico-etiológica-terapêutica no campo da psiquiatria”; “Prevenir e medicar: uma abordagem sócio-histórica à medicalização de transtornos mentais na infância”; “Classificar e Normalizar: a configuração das classificações estatísticas internacionais de transtornos mentais (1889-1952)”; “A medicalização do crime no Brasil contemporâneo”.

A segunda autora com maior número de publicações (4) é Jane Araujo Russo, que é graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado em Psicologia Social, doutorado em Antropologia Social e pós-doutorado em Ciências Sociais. Atualmente é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua área atual de investigação é a medicalização da sexualidade, sendo que, dos três projetos de pesquisa que coordenou entre 2005 e 2014, dois são sobre o tema. Atualmente, coordena o projeto intitulado “Hormônios, sexualidade e saúde: um estudo sobre processos contemporâneos de medicalização da vida cotidiana”.

Outros quatro autores tiveram 3 publicações sobre o tema, são eles: Rafaela Teixeira Zorzanelli, professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Francisco Ortega, professor titular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Daniele de Andrade Ferrazza, professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Fabiola Rohden, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Os dados encontrados sinalizam, dentre outras coisas: a) o aumento do número de publicações a partir do ano de 2009; b) a concentração de autores nos estados das regiões Sudeste e Sul; c) o predomínio das instituições USP, UFSC, Fiocruz, UERJ e UFRJ em relação às produções sobre o tema eleito; d) a maior prevalência de publicações em revistas de Saúde Coletiva e Interdisciplinar; e) a predominância de pesquisa teórica

relativamente aos estudos empíricos; f) a prevalência das mulheres como sujeito-alvo de quantidade importante de pesquisas sobre a medicalização do comportamento; g) a ênfase desses estudos na medicalização em geral (em detrimento da priorização de um tipo específico).

## CONCLUSÃO

A partir do levantamento realizado, foi possível constatar que, apesar do termo “Medicalização do Comportamento” não ter sido descrito de forma sistemática na literatura, esse tema é amplamente utilizado de forma a descrever a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014). Por esse motivo, consideramos de suma relevância distingui-lo do processo de Medicalização da Educação que, apesar de em muitos casos ter como objeto o mesmo sujeito – a criança –, não se restringe a ele.

Ressalta-se que a Medicalização do Comportamento abrange uma diversidade de comportamentos humanos, como: comportamentos sexuais e reprodutivos, comportamentos criminosos, comportamento alimentar e comportamentos tidos como desviantes no ambiente escolar ou fora dele. Além disso, o público-alvo desse processo se mostra cada vez mais amplo, perpassando a vida de crianças, mulheres, profissionais de saúde, homens, usuários de serviços de saúde, alunos, trabalhadores, jovens, jovens judicializados e a população LGBTQI+.

Importa destacar a necessidade de se investigar, ainda, na temática da medicalização do comportamento, o tipo de orientação teórica que tem fundamentado esses estudos, bem como a sua filiação em termos de teoria social, além – ainda – da importância de avançar na direção da produção de pesquisas empíricas nesse tema. Esse trabalho pretendeu ser um contributo à sistematização dos processos de medicalização do comportamento.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, M. P., & Ortega, F. J. G. (2017). *Psiquiatria Biológica e Psicofarmacologia: a formação de uma rede tecnocientífica*. *Physis*, 27(4), 889-910. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400003>
- Almeida, M. R., & Gomes, R. M. (2014). *Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença*. *Revista Nuances: Estudos Sobre Educação*, 25 (1), 155-175. doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2728>
- Beltrame, R. L., Gesser, M., & Souza, S. V. (2019). *Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura*. *Psicologia em Estudo*, 24. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42566>
- Bezerra, I. C. Jorge, M. S. B., Gondim, A. P. S., Lima, L. L., & Vasconcelos, M. G. F. (2014). “Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá”: processo de medicamentação e (des)caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(48), 61-74. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0650>
- Brzozowski, F., & Caponi, S. (2013). *Medicalização dos Desvios de Comportamento na Infância: Aspectos Positivos e Negativos*. *Psicologia Ciência e Profissão*, (1), 208-221. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100016>
- Colombani, F., Carácio, F., Veríssimo, D. (2019). *A medicalização e sua história: normalização e disciplinamento da infância por meio da escola*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(4), 2057–2070. doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.4.12929>
- Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A. (2014). *A educação na era dos transtornos*. In: Viégas, L. S; Ribeiro, M. I; Oliveira, E. C; Teles, L. A. (Org.) *Medicalização da educação e da sociedade. Ciência ou mito?* (pp. 47-69). Salvador: Edufba.
- Conrad, P., Schneider, J. W. (1992). *Deviance and medicalization: From badness to sickness*. Philadelphia: Temple University Press.

- Corbanezi, E. (2018). Transtornos depressivos e capitalismo contemporâneo. *Cad. CRH*, 31 (83), 335-353. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000200011>
- Costa, N. R., & Silva, P. R. F. (2017). A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 22(5), 1467-1478. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33562016>
- Costa, T., Stotz, E. N., Grynspan, D., & Souza, M. C. B. (2006). Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 10(20), 363-380. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200007>
- Cross, D., Thomson, S., & Sincalir, A. (2017). *Research in Brazil - A report for CAPES*. Clarivate Analytics.
- Diniz, F. R. A., & Oliveira, A. A. (2014). Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. *Scientia*, 2(3), 01 – 217. Recuperado de: [http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site\\_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2\\_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf](http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf)
- Ferrazza, D. A., Luzio, C. A., Rocha, L. C., & Sanches, R. R. (2010). A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(47), 381-390. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300010>
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. (2015). *Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos*.
- Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2012). O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface*, 16(40), 21-34. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000020>
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Nova Fronteira.
- Lemos, F. C. S., Nascimento, M. L. & Galindo, D. (2021). Uma crítica às facetas da medicalização pela gestão dos riscos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(3), 165-172. Recuperado de: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i3/5746>.

- Lima, M. L. C. et al. (2021). Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, e222921. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392021222921>>.
- Luna, S. V. (2009). Revisão de literatura: conceito, função e estrutura. *Behaviors: Ciência Básica, Ciência Aplicada*, 13,62 – 67.
- Menezes, R., & Barbosa, P. A construção da “boa morte” em diferentes etapas da vida: reflexões em torno do ideário paliativista para adultos e crianças. (2013). *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013, 18(9), 2653-2662. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900020>.
- Oliveira, E. C., Harayama, R. M., & Viégas, L. S. (2016). Drogas e medicalização na escola: reflexões sobre um debate necessário. *Revista Teias*, 17(45), 99-118. doi: <https://doi.org/10.12957/teias.2016.24598>
- Pereira, N. C. (2018). *Psicologia e Medicalização: análise da produção do Portal de Periódicos da CAPES dos últimos 20 anos (Trabalho de Conclusão de Curso) UFMG*.
- Romanowski, J. P., Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, 6(19), 37-50. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>
- Secco, A.C., Kovalski, D.F. (2022). Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(05), 1911-1918. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.09572021>
- Silva, M. S. S. J., Deus, M. D., Kantorski, L. P. (2021). Medicalização na educação: formas de normalizar comportamentos no contexto escolar. *Psicologia, Educação e Cultura*, 25(3), 117-132.
- Thiago, C. C., Russo, J. A., & Camargo Junior, K. R. (2016). Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites. *Interface*, 20(56), 37-50. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0031>

Viégas, L. S., & Oliveira, A. R. F. TDAH: conceitos vagos, existência duvidosa. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(1), 39-58. doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2736>

Zorzanelli, R. T., Ortega, F., & Bezerra Junior, B. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciênc. saúde coletiva*, 19(6), 1859-1868. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013>

*Recebido em 07/10/2021*

*Aceito em 31/08/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Relações de trabalho e maternidade no contexto esportivo: um estudo de caso

*Labor and maternity relationships in the sports context: a case study*

*Relaciones de trabajo y maternidad en el contexto deportivo: un estudio de caso*

*Livia Gomes Viana-Meireles\**

*Antônia Vaneska Timbó de Lima Meyer\*\**

*Juliana Aparecida de Oliveira Camilo\*\*\**

## Resumo

*A Psicologia Social do Trabalho tem contribuído para a visibilidade e ampliação da compreensão do trabalho em seus diferentes formatos e contextos de atividade, alertando para a necessidade de se olhar para os trabalhos não regulamentados, como é o caso da atleta profissional. Nesse contexto, ainda mais fragilizada é a relação de trabalho da mulher atleta, principalmente, quando ela decide ser mãe e a precariedade no trabalho se acentua. Este artigo examina a trajetória de uma atleta de rendimento da seleção brasileira de vôlei, Tandara Caixeta, por meio do que tem sido veiculado nas mídias eletrônicas, especialmente os sites esportivos, sobre sua relação trabalhista com um clube. Foram analisadas 31 reportagens em sites que relacionavam com a gravidez e sua busca na justiça por seus direitos trabalhistas. A partir dos materiais coletados foi possível compreender que a problemática em questão versou sobre dois principais pontos: a relação contratual e a desproteção das atletas por ocasião da maternidade. Conclui-se que o apoio social, familiar e da equipe é*

---

\* Universidade Federal do Ceará, CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5367-7774>.  
E-mail: [liviagviana@ufc.br](mailto:liviagviana@ufc.br)

\*\* Universidade Estadual do Ceará, CE, Brasil. <https://orcid.org/0009-0000-3514-5291>.  
E-mail: [avaneskalima@gmail.com](mailto:avaneskalima@gmail.com)

\*\*\* Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3369-2878>.  
E-mail: [julianacamilo8@gmail.com](mailto:julianacamilo8@gmail.com)

*fundamental para um retorno saudável da atleta ao seu rendimento, mas o apoio financeiro é fundamental para a manutenção do bem-estar e satisfação laboral.*

**Palavras-chave:** precariedade do trabalho; sofrimento no trabalho; psicologia social do trabalho; psicologia social do esporte.

## Abstract

*Social Work Psychology has contributed to enhancing the visibility and understanding of work across its various formats and activity contexts, emphasizing the importance of considering unregulated forms of labor, as seen in the case of professional female athletes. Within this context, the working relationship of female athletes becomes even more fragile, particularly when they decide to become mothers, amplifying the challenges within their working arrangements. This article examines the journey of a high-performance athlete from the Brazilian volleyball team, Tandara Caixeta, based on her electronic media coverage, particularly on sports websites, regarding her employment relationship with a club. Thirty-one reports related to pregnancy and her pursuit of labor rights through legal action were analyzed. The collected materials enabled us to discern two primary issues: the contractual relationship and the lack of protection for athletes during maternity. The study concludes that social, family, and team support are crucial for a healthy return of the athlete to her performance, but financial support is essential for maintaining overall well-being and job satisfaction.*

**Keywords:** precariousness of work; suffering at work; social psychology of work; social psychology of sport.

## Resumen

*La Psicología del Trabajo Social ha contribuido para la visibilidad y ampliación de la comprensión del trabajo en sus diferentes formatos y contextos de actividad, alertando sobre la necesidad de mirar el trabajo no regulado, como es el caso del deportista profesional. En este contexto, la relación laboral de la deportista es aún más frágil, especialmente cuando decide ser madre y se acentúa la precariedad del trabajo. Este artículo propone seguir la trayectoria de una deportista de élite de la selección brasileña de voleibol, Tandara Caixeta, a través de lo publicado en medios electrónicos, especialmente sitios web deportivos, sobre su relación laboral con su club. Se analizaron 31 denuncias en sitios web relacionados con el embarazo, que reclamaron sus derechos laborales en los tribunales. A partir de los materiales recolectados se pudo entender que el tema en cuestión trataba sobre dos puntos principales: la relación contractual y la desprotección de los deportistas durante la maternidad. Se concluye que el*

*apoyo social, familiar y de equipo es fundamental para un retorno saludable de la deportista a su desempeño, pero el apoyo económico es fundamental para mantener el bienestar y la satisfacción laboral.*

**Palabras clave:** *precariedad del trabajo; sufrimiento en el trabajo; psicología social del trabajo; psicología social del deporte.*

As mais recentes transformações do campo laboral têm evidenciado um panorama precário e cada vez mais desregulado para a classe trabalhadora. Apenas para o segundo trimestre de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimava a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral, além de contabilizar que 1,6 bilhões de pessoas, trabalhadores/as informais, já estavam padecendo com o desmoronamento de “suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias” (Antunes, 2020, p. 13). Nesse contexto, a Psicologia Social do Trabalho tem historicamente contribuído para a visibilidade e ampliação da compreensão do trabalho em seus diferentes formatos e contextos de atividade, que vão para além do âmbito formal, alertando para a necessidade de se olhar para esses trabalhos atípicos. Assim, seria mais apropriado falar em trabalhos, no plural, dando novos contornos e visibilidade aos trabalhos não-regulados (Sato, 2013).

Nesse sentido, ampliar os olhares sobre o que é ser trabalhador(a) implica reconhecer as distintas realidades laborais que extrapolam os limites do trabalho regulado (aqueles com um registro na carteira profissional ou minimamente um contrato formal). Implica, também, dar-se conta de que o capital e os modos de produção atuais extrapolam os contextos tradicionais (fábricas, áreas de prestação de serviços, varejo), criando continuamente novas oportunidades de ganhos (Antunes, 2011; Pochmann, 2016) à custa da expropriação financeira do/a trabalhador (a).

É nesse contexto que encontramos a realidade das/os atletas profissionais (também chamados de atletas de rendimento) que vivem em um contexto de trabalho desregulado, muitas vezes, acabam ficando à mercê dos movimentos individualizantes em torno da sua performance (Camilo & Rabelo 2019). Tal realidade favorece a concepção hegemônica dessas pessoas como “máquinas de performance”, ou ainda como alguém que

“escolhe” essa prática laboral em função de uma suposta proximidade com o ócio (Camilo, 2020). No Brasil, somente os jogadores/as de futebol são regulamentados e reconhecidos como trabalhadores/as, excluindo uma gama de atletas profissionais que se encontram desprotegidos e desregulados em sua atividade laboral (Lei 9.615/98 de 24 de março de 1998).

Tal realidade no campo esportivo guarda reminiscência com o início do esporte competitivo, sobretudo na lógica postulada pelo Barão Pierre Cubertain, criador das Olimpíadas Modernas, onde esta modalidade de prática esportiva deveria ser uma atividade amadora (*amateur*), não-remunerada, figurando enquanto um absoluto privilégio da aristocracia européia do final do século 19, para o ócio e a disseminação de seus valores (Bourdieu, 1983). Ficaram assim afastados da possibilidade de competir os proletários e trabalhadores com suas longas jornadas laborais, tal contexto, manteve distante da competição olímpica os atletas que tentavam fazer de seu feito atlético a sua principal atividade de trabalho (Ferrando, 1990).

O contexto esportivo evidencia também importantes desigualdades de gênero, no que diz respeito a diferença salarial entre homens e mulheres, na falta de uniformes apropriados para o corpo feminino e até nas dificuldades da profissionalização do esporte, além dos poucos investimentos por parte das empresas e federações esportivas (Captanio, 2005). Tal questão é convergente ao discutido por Scott (2018), ao apontar que a estrutura social de poder que coloca mulheres como sendo inferiores aos homens, utiliza-se de conceitos patriarcais de diferenças sexuais inatas e hierárquicas para sustentar toda uma lógica de dominação e subjugação.

A disparidade de gênero, tão presente no mundo do trabalho tradicional, também se faz visível em números no contexto do esporte. De acordo com a Women’s Sports Foundation, os atletas masculinos recebem a mais US\$ 179 milhões em bolsas esportivas a cada ano, em comparação as mulheres. Além disso, as instituições envolvidas no esporte gastam apenas 24% de seus orçamentos operacionais atléticos em esportes femininos, bem como apenas 16% dos orçamentos de recrutamento e 33% dos orçamentos de bolsas de estudos em atletas femininas. Além disso, dados de 2020, apontavam que mulheres recebiam apenas 4% da cobertura total da mídia esportiva impressa e transmitida a elas, mesmo considerando as flutuações

durante eventos importantes, como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo (Women's Sports Foundation, 2020). No top 50 dos atletas mais bem pago, no levantamento feito pela Revista Forbes (2022), há apenas uma mulher, Serena Williams, que ocupava o 31º lugar (Birnbaum & Craig, 2022).

Contudo, essa realidade não vigora nos tempos atuais, com a profissionalização da prática esportiva de competição, houve a inclusão daqueles atletas que almejavam seu sustento através dela, caracterizando o esporte de competição como um nicho laboral. Atualmente, a imagem dos atletas está atrelada a grandes marcas e a visibilidade de seus feitos gera renda para os atletas, por meio de patrocínios e contratos publicitários, fazendo da prática esportiva um ofício. Desse modo, a prática esportiva competitiva passa a fazer parte dos setores produtivos, visto que entra na lógica do mercado, com geração de renda e venda da “força de trabalho” dos atletas.

Mediante tal cenário este artigo propõe seguir a trajetória de uma atleta de rendimento da seleção brasileira de vôlei de quadra, Tandara Caixeta, por meio do que foi veiculado nas mídias eletrônicas, especialmente os sites esportivos, sobre sua relação trabalhista com um clube. A atleta, entre 2015 e 2020, lutou na justiça por seus direitos trabalhistas, por ocasião de seu afastamento em decorrência da maternidade. O presente artigo objetiva, através da análise desse caso, defender a tese de que as atletas são trabalhadoras e que deveriam ter seus direitos reprodutivos e trabalhistas assegurados, visto que elas cumprem carga horária de treinos e competições que se assemelham a carga de trabalho, possuem metas a serem atingidas e tem objetivos a cumprir nos seus clubes (que são os empregadores), além de manterem, na maioria dos casos, um vínculo duradouro com estes.

## REVISÃO DE LITERATURA

Analisando a evolução da prática esportiva a uma prática profissional, evidencia-se não somente disparidades de classe ao longo de sua história, mas de gênero também, visto que inicialmente apenas aos homens era permitido competir. De fato, a prática esportiva, historicamente, se difere para homens e mulheres e se expressa de diferentes formas ao longo dos tempos. Em verdade, a possibilidade de participação das mulheres em

diferentes contextos sociais, invariavelmente, é cercada de lutas e reivindicações (Melo, 2007) e no esporte não é diferente. A participação e a proibição das mulheres na prática esportiva, inicialmente, estavam relacionadas à proteção do corpo para resguardar a função reprodutiva feminina e, assim, a manutenção da vida em sociedade (Meyer, 2018).

Assim, o cuidado com a capacidade reprodutiva feminina era um dos requisitos a priori ao se considerar o consentimento das primeiras participações das mulheres no esporte, resguardando às estruturas capitalistas a mão-de-obra responsável por sua reprodução. Filho (2011) pontua que a “permissão” para a prática esportiva feminina somente era possível naquelas modalidades em que fosse viável cuidar do “corpo-materno”, onde a mulher ficasse protegida do desgaste físico e que mesmo a educação física especial para as mulheres teria que obedecer às determinações biológicas desse corpo que é destinado à procriação.

A primeira edição dos Jogos Olímpicos modernos não permitia a participação de mulheres. Quando Coubertin negou a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos em 1920, Alice Milliat foi uma das protagonistas na luta pela participação das mulheres, lançando, inclusive, os Jogos Mundiais Femininos (Melo & Rubio, 2017). Contudo, a participação das mulheres no contexto esportivo só se firmou na década de 1980, sendo preciso a superação de inúmeras barreiras que que ainda hoje se mostram remanescentes.

Com a profissionalização do esporte e a inclusão das mulheres nesse contexto, diferentes estudos foram conduzidos para compreender o impacto da prática esportiva para as mulheres (Martinez-Pascual et al., 2014), mas pouco ainda se fala acerca da maternidade para as mulheres que tem no esporte sua principal atividade laboral. Isso se deve ao fato da maternidade e o esporte de rendimento serem vistos como distantes ou incompatíveis.

A compreensão de que a maternidade para atletas pode significar sua exclusão de clubes, campeonatos e de patrocínios, sugere a equivalência com outras tantas categorias profissionais. Bruschni (1994) explica que a maternidade é uma condição estritamente feminina, assim, o número da prole e a idade desta, na maioria das vezes, podem definir se a mulher vai ou não se habilitar a um trabalho remunerado externo ao lar, ou se ela terá que

se dedicar somente aos afazeres domésticos e/ou a trabalhos informais em sua moradia como estratégia de enfrentamento das tensões entre trabalho e família. No entanto, temos aqui um acento que diferenciam as esportistas: o fato de que quase sempre a carreira profissional de uma atleta é significativamente curta se comparada a outras profissões e que, muitas vezes, o auge da carreira se assemelha a idade reprodutiva “ideal” que é entre trinta e quarenta anos (Sundgot-Borgen et al., 2019). Tem-se ainda que se considerar o número reduzido de clubes (equivalente aos empregadores), patrocínios limitados e a falta de seguridade social.

Assim, a maternidade pode ser excludente na vida das esportistas na medida em que engravidar e ser mãe se associa quase sempre ao encerramento das carreiras esportivas ou ainda a desconfiança quanto ao retorno competitivo e a performance esperada/desejada (McGannon et al., 2012). Atualmente, os motivos de direcionamento da carreira têm mudado, mas quando se trata de maternidade as atletas precisam provar que são capazes de voltar às competições o mais rápido possível. A maternidade para a mulher é um período em que há uma desconstrução de uma identidade e reconstrução de outra, incluindo mudanças no autoconceito, no compromisso, no aprendizado, na recuperação e na busca de uma normalidade após o nascimento do filho (Martinez-Pascual et al., 2014).

Essa realidade na vida de uma atleta profissional, que inclui também a mudança física do corpo, pode gerar incertezas, inseguranças e desconfiança na sua capacidade de retorno ao seu contexto laboral. Entretanto, estudos em âmbito internacional (Sundgot-Borgen et al., 2012; Palmer, Leberman, 2009; Tekavc, Wylleman, Erpic, 2020) e nacional (Viana-Meireles et al., 2020) têm apontado que atletas de alto rendimento que se tornaram mães durante o período de auge das suas carreiras apontam que se sentem mais confiantes, mais concentradas e mais maduras emocionalmente para lidar com as derrotas e com as vitórias, demonstrando que a maternidade pode melhorar o foco e o rendimento nos jogos e treinos, como “se não tivessem mais tempo a perder”.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, natureza aplicada, objetivo descritivo e se situando no procedimento de estudo de caso. Neste caminho metodológico foi adotada a premissa de “seguir os atores” (Latour, 2012), rastreando suas associações e controvérsias, a partir de diferentes materiais compreendidos como de domínio público (Spink et al., 2014). Dessa forma, analisamos o caso da atleta por meio de reportagens de sites esportivos, levando em consideração que a mídia assume uma função primordial na constituição do sujeito contemporâneo (Fisher, 2002).

Os meios de comunicação de massa se utilizam do discurso para fundamentar uma determinada mensagem ao público e, neste sentido, as versões apresentadas buscam o envolvimento das/os leitoras/es, muitas vezes fazendo uso de instrumentos de convencimento para inspirar outras práticas e ações (Spink et al, 2014). Isso nos sinaliza que as narrativas são postas de modo que possam coexistir no campo discursivo, implicando jogos de força, em intensa competição sobre o estatuto hegemônico de verdade auxiliando na análise deste caso.

### Participantes

Constitui-se como participante deste estudo a jogadora de vôlei Tandara Caixeta que recentemente foi considerada a primeira atleta brasileira a buscar na justiça seus direitos trabalhistas, e que na ocasião ganhou a causa contra o clube que atuava em 2015. Todas as informações referentes à atleta foram retiradas de sites esportivos de acesso público. É interessante sinalizar que a jogadora de vôlei de quadra, atua como oposta na Seleção Brasileira, sendo considerada uma das atacantes com maior potência no voleibol mundial conseguindo atingir em seus ataques mais de 105 km/h (Caixeta, n.d.), além de ter sido campeã olímpica em 2012 e detentora de inúmeros títulos e recordes.

Cabe dizer que buscaremos inspiração no caso da jogadora Tandara para debater temas que vem atravessando a atuação das atletas de

rendimento e a questão da maternidade. No entanto, não faz parte dos nossos objetivos analisar o caso em questão de modo individualizante, ou seja, a história de vida da jogadora ou suas questões pessoais.

## Procedimentos

Foram selecionadas matérias publicadas em sites brasileiros com a palavra-chave “Tandara Caixeta”. Foram selecionadas as reportagens dos principais sites esportivos brasileiros no período de 2014 a 2020. Esse período diz respeito ao intervalo entre o ano de contrato da atleta com o clube em que ela estava quando engravidou até o ano em que saiu a decisão judicial na qual ela ganhou a causa sobre esse clube, que lhe concedeu o direito de receber todo o salário que auferia anteriormente à sua gestação. Foi realizada uma exaustiva pesquisa em diferentes sites (esportivos e jurídicos) que veicularam a decisão judicial da jogadora. Após excluir as matérias repetidas, foram selecionadas aquelas que tinham em seu teor explicações jurídicas sobre o caso, depoimentos da atleta, explicações da sua advogada e as do clube.

Como critério de inclusão, foram selecionadas todas as reportagens que tratavam da carreira (a partir de 2014 quando ela iniciou o contrato com o clube) até o ano de 2020 (quando ela ganhou o processo contra seu clube). Na tabela 1, a seguir, estão resumidos os sites que veicularam matérias sobre o tema.

Foram excluídos da nossa análise os comentários do grande público nas reportagens, mas vale ressaltar que em algumas delas havia mais de cem comentários, alguns a favor e outros contrários à decisão da atleta de ter entrado na justiça contra o clube. Não foram consideradas também reportagens em vídeo, pois os conteúdos também foram contemplados nas matérias escritas.

Tabela 1. Lista de sites e número de matérias analisadas

Site	Número de matérias	Período
<a href="https://globoesporte.globo.com/">https://globoesporte.globo.com/</a>	19	07/05/2014 até 25/05/2020
<a href="https://www.gazetaesportiva.com/">https://www.gazetaesportiva.com/</a>	1	06/06/2020
<a href="https://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque">https://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque</a>	1	23/11/2017
<a href="http://www.terra.com.br/esportes">http://www.terra.com.br/esportes</a>	2	21/07/2015 18/06/2020
<a href="https://folhapress.folha.com.br/">https://folhapress.folha.com.br/</a>	1	04/08/2020
<a href="https://www.uol.com.br/esporte">https://www.uol.com.br/esporte</a>	4	18/06/2020 até 03/08/2020
<a href="https://bellamais.correiodopovo.com.br">https://bellamais.correiodopovo.com.br</a>	1	Entrevista sem data
<a href="https://www.jornaljurid.com.br/">https://www.jornaljurid.com.br/</a>	2	23/22/2017 e 22/06/2020
<b>Total</b>	<b>31</b>	

Fonte: Autoras

Com relação aos procedimentos éticos, essa pesquisa segue as recomendações da Resolução 510 de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. O artigo 1, parágrafo único da resolução indica situações de pesquisa em que não precisa ser registrada e nem avaliada pelo sistema CEP/CONEP, entre elas, aquelas que utilizem informações de domínio público, caso em que se enquadra o presente artigo.

### Análise dos dados

Para discutir sobre as informações contidas nas reportagens, foi realizada a análise de discurso, partindo dos relatos textuais para a compreensão do exposto (Law, 2004). Faz-se fundamental pontuar que o desenvolvimento da organização dos materiais não foi definido *a priori*, mas a partir do arranjo do campo-tema, a partir das diversas leituras dos materiais. A partir dos materiais coletados foi possível compreender que a problemática em questão versou sobre dois principais pontos: a) sobre a relação contratual e b) sobre a desproteção das atletas por ocasião da maternidade.

## RESULTADOS

As reportagens envolvendo a jogadora de vôlei Tandara Caixeta destacam os recordes e vitórias da atleta, mas principalmente a sua gestação e sua decisão de acionar a justiça após o corte nos valores recebidos por ela na renovação do seu contrato. Todas as reportagens destacam que o ganho da causa é inédito no Brasil e que nenhuma outra atleta tinha ido à justiça em busca dos seus direitos. Para uma melhor compreensão, as reportagens foram organizadas cronologicamente.

### Sobre a relação contratual

As reportagens analisadas fazem menção, sobretudo, ao arcabouço jurídico, fundamental para que seja possível pensar e pleitear avanços neste campo a partir dos olhares da psicologia do trabalho (Camilo & Rubio, 2020) e/ou na psicologia social do esporte (Rubio & Camilo, 2019).

Atuando no principal campeonato de vôlei brasileiro, intitulado de Superliga, na temporada de 2014/2015, Tandara Caixeta descobriu em fevereiro de 2015 que estava grávida. Na época, ela tinha um contrato com um clube mineiro e jogou até a eliminação de seu clube nas quartas de final da Superliga do referido ano, momento em que completou seis meses de gestação (Castro, 2015a). De acordo com as reportagens, o contrato da atleta com o clube previa que ela receberia cerca de R\$ 1 milhão, dividido em 11 parcelas mensais de R\$ 99 mil, desdobradas em dois contratos: um de “trabalho”, com carteira assinada, no valor de R\$ 812 (valor do salário-mínimo na época do contrato); e outro de uso de sua imagem, no valor de R\$ 98.000 (Tribunal Superior do Trabalho, 2020; Nunes, 2017). A atleta relatou ter sido contratada em junho de 2014 e seu contrato seria até abril de 2015.

No momento da renovação do contrato (abril de 2015) da atleta, ocasião em que a gravidez já era fato público, o clube manteve o contrato de trabalho, mas o contrato de imagem foi rescindido. Em outubro de 2015, após o nascimento da filha, Tandara pediu desligamento do clube. Isso representou uma perda significativa no salário da atleta que durante

sua licença maternidade manteve apenas uma pequena porcentagem do seu salário referente a 0,5% do total. Ademais, nenhuma reportagem deixa evidente qual ocupação da atleta era assinada na carteira, visto que no Brasil atleta profissional não é uma profissão regulamentada, exceto o atleta de futebol, como já expusemos anteriormente.

Tandara, então, acionou a justiça em busca dos seus direitos trabalhistas, obtendo, inicialmente, decisão desfavorável. Por isso, a atleta e sua advogada recorreram a Subseção de Dissídios Individuais 1 (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que concluiu que o clube empregador não poderia ter rescindido o contrato de direitos de imagem com a jogadora durante a sua gravidez. Vale ressaltar que o fato de ter sido julgado pelo TST endossa a condição de trabalhadora da atleta.

Com relação ao processo implementado pela jogadora, as reportagens apresentaram que primeiro o juiz da 4ª Vara do Trabalho de Uberlândia julgou improcedente seu pedido de reconhecimento da natureza salarial dos valores relativos ao contrato rompido. Contudo, Tandara considera que não teve o apoio do clube como ela achava que teria anteriormente, como relata em uma das reportagens: “o clube fez a proposta de renovação sem saber que eu estava grávida. Eu fui totalmente aberta e conversei com eles sobre a gravidez logo no primeiro momento. Mas, no final, isso se tornou um problema” (Nunes, 2017).

Neste sentido, foi observado que parece ser comum que clubes de voleibol do Brasil firmem um contrato trabalhista (com um salário-mínimo ou próximo a isso) e outro contrato de licença de uso de imagem. O gerente do ex-clube da jogadora afirma que “os contratos desta forma ocorrem em todo vôlei nacional. Nenhum clube tem possibilidade de trazer uma jogadora dessa se não fizer um contrato diretamente com o patrocinador. Ou o esporte no Brasil não se sustenta” (Nunes, 2017). Essa realidade de precariedade nos contratos de trabalho é, portanto, comum nos diversos clubes, o que parece contribui para que as atletas grávidas se vejam desprotegidas.

Muitos clubes defendem essa prática baseados no artigo 87-A da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 que institui normas gerais sobre o desporto e é conhecida como Lei Pelé:

“Art. 87-A. O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo”.

Contudo, após ter sido negado seu pedido, Tandara decidiu recorrer, credora de que possuía chances de ganhar, como explicita em sua fala: “a decisão não foi tomada. Vamos recorrer e estamos bem conscientes que as coisas possam se reverter. O argumento do relator foi favorável a mim, mas a decisão não” (Nunes, 2017). O entendimento da atleta se confirmou quando, posteriormente, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) foi favorável à jogadora. A Vara entendeu que o desdobramento dos contratos teve por objetivo desvirtuar a aplicação da legislação trabalhista. A reversão da 5ª Turma foi baseada na atualização do mesmo artigo nº 87-A da Lei Pelé, ocorrida em 2015. O novo trecho estabelece que:

“Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem”.

Essa mudança na legislação foi um passo para favorecer os atletas, mas as reportagens analisadas ainda mostram a imagem da atleta grávida como pouco rentável. Muitas reportagens deixam a entender que a atleta não conseguiria retornar às quadras após a gestação, seja citando o ganho de peso durante a gravidez, seja questionando a decisão de engravidar durante o auge da carreira. Sobre a questão, a advogada Sílvia Pérola, que defendeu a jogadora no processo, questiona por que a imagem da atleta grávida não pode representar o clube: “importante essa vitória para que fique sinalizado aos clubes que a trabalhadora-atleta também tem direito à proteção constitucional à maternidade. Tandara inspira muitas atletas que se veem no desnecessário dilema entre jogar ou engravidar. É uma vitória da mulher a da constituição” (Agência Estado, 2020).

Para Tandara a decisão de ir à justiça não foi fácil e envolveu muita pressão social, pois apesar do apoio de algumas pessoas, a atleta enfrentou muitas críticas em relação a sua atitude, o que se evidencia em sua fala: e, “Só quem estava próximo a mim sabe tudo o que eu passei durante esse período. É um assunto delicado e que me deixa muito chateada” (Agência Estado, 2020). Para ela, uma atleta não precisa abdicar do trabalho para exercer seu papel de mãe.

A advogada acredita que a causa favorável à Tandara poderá significar um grande passo no campo da regulamentação dos direitos das mulheres no esporte, ajudando atletas que se encontram em situações semelhantes.

“Eu espero que o TST resgate a decisão regional, mesmo que sob fundamento processual, para que fique sinalizado aos clubes que a trabalhadora atleta também tem direito à proteção constitucional à maternidade. Que não precise escolher entre ser atleta e ser mãe, sendo repreendida e coibida essa prática fraudulenta de não renovação do contrato de imagem quando atleta engravidada. Na verdade, não se trata de um contrato de imagem, e sim um mascaramento de verbas tipicamente salariais” afirmou a advogada (Nascimento, 2020).

Percebe-se que essa relação contratual extremamente frágil e precária expõe a desproteção vivenciada pela atleta em questão, assim como inúmeras outras que não tiveram a oportunidade de tecer denúncias e/ou reivindicar direitos.

### **Sobre a desproteção (emocional) da atleta por ocasião da maternidade**

A rescisão do contrato de Tandara ilustra a insegurança que as atletas profissionais têm ao engravidar o que pode levar a um retorno precoce aos treinos e competições. Muitas reportagens mostraram que a atleta retornou aos treinos muito rapidamente após o nascimento da filha. Na semana de pós-parto ela já estava caminhando cinco quilômetros empurrando o carrinho da filha pelo parque, com um mês começou a fazer musculação e

em pouco tempo já estava saltando, como demonstra a atleta em sua fala: “Eu desconfeiei, claro, de que não poderia retornar com tanta facilidade. Mas voltei muito bem e até mais forte depois dessa gestação (Petrocilo, 2020).

Pelas reportagens analisadas fica evidente que, quando a atleta descobriu a gravidez, a notícia foi celebrada pelos familiares, integrantes da comissão técnica e companheiras de equipe. Na época, outra atleta também anunciou a gravidez no mesmo time. As reportagens citam as preocupações das atletas, mas, no início, elas parecem ter o apoio da diretoria e dos treinadores: “Foi surpreendente as duas jogadoras ficarem grávidas ao mesmo tempo. Porém, o mais importante é que as atletas e os bebês estão bem. Elas poderão terminar a Superliga sem problema algum. Essa notícia deu ainda mais força para o nosso grupo”, afirmou o técnico do time de 2015 (Redação, 2015).

Em um dos primeiros pronunciamentos da atleta, ela afirmou que ficou preocupada pensando que a gravidez poderia atrapalhar, mas após receber esse apoio da equipe, do clube e do técnico, ela se tranquilizou. Ela foi liberada para jogar até o final da Superliga, mesmo grávida, conforme relato: “a diretoria não trabalha com a possibilidade de liberar as atletas antes de terminar a superliga” (Castro, 2015b). No início da gestação a atleta sempre afirmou que os seus planos não haviam mudado e que após o nascimento do bebê ela pretendia voltar o mais rápido possível. A tranquilidade da atleta em manter seus planos está diretamente atrelada ao apoio da equipe médica, dos treinadores e da diretoria do clube conforme ela expressa em uma das reportagens: “fiquei preocupada pensando que a gravidez poderia me atrapalhar, mas agora estou mais tranquila, posso continuar treinando, só preciso ter alguns cuidados, especialmente ao cair” (Redação, 2015).

Com o passar dos meses, em algumas reportagens a atleta afirma ser difícil manter o ritmo de treino e a insegurança com a saúde do bebê é o que mais a deixava receosa: “está impossível treinar da mesma maneira, tenho receio de cair de bunda, de barriga, estou tentando fazer tudo da melhor forma possível e tentando não mudar muita coisa mas está sendo impossível” (Leme, 2015). Aqui, percebe-se o compromisso da atleta com

seu trabalho mesmo este se mostrando incompatível com sua condição gestacional o que também sinaliza a precariedade do seu vínculo contratual, mesmo antes da mudança no ato da renovação posterior.

As reportagens ao longo da gestação da atleta focam na queda de pontuação da atleta e nos ganhos de quilos a mais demonstrando que o clube não fez um bom investimento ao contratar a atleta, como exposto no trecho a seguir: “o investimento feito pelos patrocinadores e o objetivo traçado pela diretoria não foi cumprido” (Castro, 2015a). Isso fez com que a atleta sentisse que não deu o seu melhor, mesmo estando em um momento único, em que as mudanças corporais e comportamentais deveriam ser compreensíveis e acolhidas, entretanto, não é isso que ocorre. Em uma das reportagens Tandara afirma com lágrimas nos olhos (como citado na matéria): “saio devendo sim, minha cabeça virou do avesso. Não sabia o que fazer, o que pensar, fui lidando com o tempo, foi difícil. Nunca pensei que pudesse sentir tanto. É totalmente diferente, não sei o que vou fazer amanhã, sei que preciso me cuidar e cuidar do meu filho” (Castro, 2015a).

Mesmo após o nascimento da filha, as reportagens continuam a indicar uma certa incapacidade da atleta de voltar ao bom rendimento. Apesar de já ter sido contratada por outro clube, a mídia esportiva foca na descrença em relação ao retorno da atleta afirmando nas reportagens que ela “não terá condições de jogo tão cedo”. Dividindo as atenções entre a filha e a preparação física para voltar o mais breve possível, Tandara quer surpreender e retornar ainda em 2015 (Araújo, 2015). Essa pressão da mídia reflete também a pressão dos clubes pautada na dúvida em relação a capacidade da atleta, após a gestação, poder ter a mesma performance que tinha anteriormente. Os patrocinadores (que são responsáveis pela maior parte do salário das atletas) acabam também sendo influenciados pela imagem que é transmitida ao grande público, sendo, então, a imagem de uma atleta grávida ou mãe pouco atrativa?

As reportagens após o retorno da atleta às quadras também colocam as impressões dela sobre seu retorno, o que poderia ter influenciado negativamente também a sua imagem perante os patrocinadores: “fiquei muito feliz (com o retorno), me surpreendi. E surpreendi muita gente que não

acreditou. Estou trabalhando, lutando pelo meu espaço para jogar as olimpíadas. Eu era muito impaciente, depois da Maria Clara melhorei muito, sou muito mais paciente, a maturidade veio rápido” (Araújo, 2015).

Em suma, as análises das reportagens contemplaram a ideia das relações contratuais precárias que reflete na desproteção (financeira e emocional) da atleta durante a gestação.

## DISCUSSÃO

As reportagens abordam assuntos dos dois temas apresentados e aqui discutidos: as relações contratuais das atletas e a desproteção (emocional) da atleta por ocasião da maternidade. A gravidez e a maternidade têm sido apontadas como razões pelas quais as atletas podem encerrar suas carreiras esportivas ou não atingir seu pleno potencial no esporte (McGannon et al., 2012). Para as atletas de elite, o auge das suas carreiras muitas vezes coincide com o período em que muitas desejam ter filhos, por volta dos trinta anos (Sundgot-Borgen et al., 2019). Por mais que muitas atletas de elite planejem as suas gestações, quando uma atleta engravida parece ser algo incompatível com o exercício da sua profissão (Tecavc, Wylleman & Erpic, 2020), por isso ocorrem muitos problemas, falta de acolhimento e desproteção.

Ao analisar a mídia esportiva brasileira dos últimos dez anos, Viana-Meireles, Timbó e Aquino (2020) encontraram que as atletas costumavam esperar o final da carreira para engravidar, mas nos últimos dois anos, muitas têm retornado às competições após a gestação, mesmo diante das incertezas e dos duvidosos apoios. Cabe dizer que, entre as décadas de 1930 a 1960, as mulheres atletas justamente abandonavam a prática esportiva por motivo de casamento, maternidade, estudo e situação econômica desfavorável (Melo & Rubio, 2017), realidade que vem sendo combatida pelas atletas na atualidade, contudo mudar a realidade de desproteção não é uma tarefa fácil. Para as atletas, o planejamento da maternidade está atrelado a uma perspectiva de lidar com dificuldades laborais (retorno rápido aos treinos) e falta de regulação legal (lidar com questões de licença-maternidade), visto que a atenção à condição da mulher atleta não seguiu a evolução

da legislação trabalhista brasileira. Os contratos guardam especificidades que acabam deixando brechas em relação à proteção à maternidade conforme a CLT (Viana-Meireles et al., 2020), o que foi visto no caso da atleta aqui analisado.

Essa desproteção em relação ao contrato incide diretamente nas condições da atleta retornar ao alto rendimento, pois o apoio financeiro e social fica comprometidos. Além disso, a própria legislação brasileira que regulamenta a licença maternidade garante um “apoio” apenas nos primeiros meses de vida do bebê, esquecendo o quanto a vida da família se modifica após o nascimento da criança, agravando a falta de cuidado que o clube e a mídia dispensaram à Tandara. Nesse sentido, Sorj, Machado e Fontes (2007), analisando a legislação trabalhista brasileira, denunciam um explícito viés de gênero. As autoras argumentam que os benefícios advindos desta se concentram prioritariamente nos direitos reprodutivos femininos, tais como direito à estabilidade para gestantes, direito à licença maternidade de 120 dias, além de creches nos primeiros meses de vida para os filhos/as de trabalhadoras. Além do que as pesquisadoras entendem que a legislação trabalhista vigente não dá garantias ao/a trabalhador/a de tratar “das demandas familiares como um evento normal e regular da sua vida pessoal”, pois ao delimitar os direitos trabalhistas relativos aos cuidados com os filhos durante os primeiros meses de vida, deixa descoberta as demais etapas da vida cotidiana. Portanto, essa preocupação também atinge a realidade das atletas de forma ainda mais grave.

O anúncio da gestação para uma atleta de alto rendimento envolve inúmeros questionamentos da mídia acerca da possibilidade de retorno às competições e a quase imposição quanto a seu rápido retorno. A incerteza quanto ao retorno e a manutenção da performance anterior à gestação evidencia a histórica desconfiança na capacidade da mulher conseguir conciliar maternidade e trabalho. Historicamente, a designação da mulher ao campo reprodutivo pode ser compreendida à luz da teoria da divisão sexual do trabalho, tomada como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (Kergoat, 2000). Entende-se que esta forma de divisão do trabalho é configurada histórica e socialmente, caracterizando-se pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva

e das mulheres à esfera reprodutiva e, conjuntamente, a ocupação pelos homens das funções com elevado valor social agregado, tais como as militares, políticas e religiosas (Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat, 2000) e, por que não acrescentarmos, esportivas.

Essa lógica hierárquica e segregadora revela o discurso patriarcal por trás dessa forma de divisão advogando a favor da sobrecarga da mulher com as atividades domésticas, cuidado dos filhos e ainda atividades laborais. Em verdade, o lugar reservado à mulher na sociedade industrial, ocidental e capitalista, aproximadamente até o final dos anos de 1960, tinha caráter preeminente reprodutivo, estando associado à maternidade e a esfera doméstica, cabendo a elas “afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigem pouco esforço físico e mental” (Rago, 2004, p.31). Como Rocha-Coutinho (1994) recorda, foi na instauração da sociedade industrial que a mulher foi restringida ao papel de mãe e esposa, sendo consideradas inadequadas, e até mesmo merecedoras de pena, aquelas que não tivessem filhos, tornando quase impossível para estas renunciarem à maternidade e impensável optarem por outras formas de realização.

Nesse sentido, as fragilidades das relações contratuais e a desproteção da atleta por ocasião da maternidade, como visto no caso de Tandara, reforça um movimento histórico de desvalorização da força de trabalho feminina e uma necessidade de a mulher provar que pode conciliar as duas esferas. Essa exigência social faz com que as atletas busquem de forma acelerada o retorno aos treinos, muitas vezes sem o apoio dos clubes, ficando a cargo da família próxima esse apoio social.

O retorno às quadras está vinculado à liberação médica e ao apoio do clube. Sem o respaldo trabalhista, o apoio do empregador parece ser um “favor” ou uma bondade do clube, quando deveria ser obrigação. Essa incerteza de apoio financeiro do clube submete à responsabilidade de retorno aos treinos e competições quase exclusivamente às atletas que ainda tem que lidar com as questões próprias do puerpério.

Além do que, os clubes, patrocinadores e a mídia não conseguem perceber as vantagens psicológicas e emocionais da maternidade para a atleta. Conforme citado pela Tandara, a maternidade a deixou mais madura e concentrada, o que condiz com os achados na literatura internacional.

Aquelas atletas que conseguem retornar ao esporte competitivo e de alto rendimento após a gestação revelam algo comum: uma melhora da performance (principalmente emocional), pois elas se sentem mais fortes e motivadas ao retorno, sentem-se mais maduras emocionalmente, mais resistentes (focadas nos objetivos), mais pacientes, mais responsáveis, mais capazes a se adaptar rápido às mudanças (Tekavc & Erpič, 2020). Todas essas são características psicológicas necessárias e desejadas dentro do contexto esportivo de alto rendimento, e são citadas pelas atletas como aquisições decorrentes da maternidade.

Para atletas de elite da Eslovênia a maternidade e o esporte tiveram um efeito recíproco um no outro, em outras palavras, após o nascimento dos filhos as atletas viram alguns ganhos na sua performance e o fato de serem atletas auxiliou na criação dos seus filhos. Para essas atletas a maternidade influenciou positivamente em suas carreiras (Tekavc & Erpič, 2020).

Em pesquisa realizada com atletas de elite que engravidaram durante o auge das suas carreiras, a maioria das atletas sentiu que seu nível de desempenho era o mesmo ou melhor depois de se tornarem mães, mas ressaltam que o maior desafio foi o pouco tempo de recuperação, visto que 71% das atletas de elite entrevistadas retornaram a rotina de exercício entre 0 e 6 semanas após o parto (Sundgot-Borgen et al., 2019). Assim como apontado nas reportagens da Tandara, o apoio social e o tempo de recuperação foram fatores essenciais para a volta do desempenho das referidas atletas.

Tal como visto nas reportagens, a falta de apoio financeiro no período após o nascimento dos filhos é um dos principais desafios que as atletas precisam superar, o que ficou explícito no caso da atleta Tandara que precisou buscar na justiça seus direitos de receber o salário integral. O apoio financeiro e social é, sem dúvida, um fator preponderante para o retorno das atletas que têm que passar a dividir seu tempo de treino com o cuidado dos filhos. Contudo, atletas de elite que são mães apontam que passaram a ser mais focadas nos treinos e competições justamente por passarem a ter menos tempo, elas precisavam focar e se dedicarem ainda mais aos treinos (Tekavc & Erpič, 2020; Sundgot-Borgen et al., 2019). Dessa forma, os clubes devem ver as atletas que são mães de forma mais positiva, voltando o olhar para essas vantagens emocionais e psicológicas da maternidade no esporte.

Assim, a imagem da atleta grávida como incapaz de representar o clube é algo que precisa ser mudado, tal como foi questionado pela advogada da Tandara ao longo das reportagens: “por que ela não pode representar a imagem do clube estando grávida?”. Quando o clube, os treinadores, o grande público e a própria atleta percebem que o foco e a concentração podem mudar de forma positiva após a gestação, provavelmente o apoio financeiro, social e emocional pode ser modificado também. Cabe aos clubes e aos patrocinadores perceberem que a imagem da atleta grávida também pode ser lucrativa. A mídia tem se interessado pelas atletas que passam pela maternidade e gestação e retornam ao seu potencial, mostrando que maternidade e alto rendimento não são necessariamente excludentes (McGannon et al., 2012).

Por fim, as reportagens analisadas indicam que as atletas de elite precisam ser consideradas atletas profissionais na medida em que o apoio social, financeiro e o reconhecimento de que a maternidade não é um fator limitante para a sua performance precisam ser modificadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a precariedade das relações de trabalho sob a perspectiva da maternidade para atletas de alto rendimento mostrou ser um campo fértil para reflexões e mudanças de paradigmas. As relações contratuais devem ser apoiadas numa legislação que proteja as atletas no período gestacional e pós-parto. São necessárias para isso, diretrizes bem fundamentadas que assegurem um tempo mínimo de retorno às atividades esportivas (laborais). Além disso, as atuais diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI) trazem referência à prática de atividade física para atletas no que diz respeito à intensidade do esforço físico nos treinos, mas não se leva em consideração os aspectos psicológicos envolvidos na gestação.

A desproteção e falta de acolhimento à atleta mãe que retorna aos treinos e competições impõe uma necessidade de garantias legais, pois, a depender da visibilidade da atleta, algumas podem conseguir o respaldo financeiro por meio da superexposição da sua imagem, enquanto outras atletas acabam desistindo do mundo esportivo. Portanto, considerar as

atletas como trabalhadoras dentro das mesmas regras de outras categorias laborais, poderia contribuir para uma maior proteção às atletas de diferentes níveis competitivos, permitindo que, aquelas com pouca visibilidade e contratos laborais ultraprecários, possam seguir nas suas carreiras esportivas sem que haja uma desistência e abandono precoce por ocasião da gestação.

Estudos futuros sobre maternidade e esporte são essenciais para que as atletas e demais envolvidos no contexto esportivo possam identificar os principais indicadores para o retorno saudável da atleta ao alto rendimento. Assim, sugere-se estudos envolvendo a investigação do impacto emocional da gestação e maternidade para atletas de elite, considerações acerca do tempo precoce de retorno, quando a mulher passa ainda pelo período do puerpério, bem como compreender como treinadores, comissão técnica, fãs e familiares podem influenciar nesse retorno. São necessárias mais investigações para se mapear os principais indicadores para o retorno das atletas ao alto rendimento, sendo, assim, a maternidade na carreira da atleta compreendida também como uma transição de carreira, que precisa de um olhar cuidadoso e competente.

## REFERÊNCIAS

- Agência Estado (2020). Tandara vence ação no Tribunal Superior do Trabalho contra o Praia Clube (2020, June, 18) [Web page]. Retrieved September 20, 2020 from <https://www.terra.com.br/esportes/volei/tandara-vence-acao-no-tribunal-superior-do-trabalho-contra-o-praia-clube,3e32cdbc30e269b272cd7f2ea3607d3a7fzo8hq.html>
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serv. Soc. Soc.*, jul./set. (107), 405–419.
- Antunes, R (2020). *Coronavírus [recurso digital]: o trabalho sob fogo cruzado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

- Araújo, R. (2015). *Após nascimento da filha, Tandara traça objetivos para defender o Minas*. Retrieved September, 2, 2020 from <http://globoesporte.globo.com/mg/volei/noticia/2015/10/apos-nascimento-da-filha-tandara-traca-objetivos-para-defender-o-minas.html>
- Birnbaum, J., & Craig, M. (2022). Veja quem são os 50 atletas mais bem pagos do mundo. *Forbes*. <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/05/veja-quem-sao-os-50-atletas-mais-bem-pagos-do-mundo/>
- Bourdieu, P. (1983). Como é possível ser esportivo? In *Questões de sociologia* (pp. 136–153). Marco Zero.
- Brasil. *Lei no 9.615/98 (Lei Pelé)*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.
- Bruschini, M. (1994). Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: Brandão, M.; Bingemer, M. (orgs). *Mulher e relações de gênero* (pp.115-130). São Paulo: Edições Loyola.
- Caixeta, T. (n.d.) Retrieved September, 2, 2020 from *Tandara Caixeta*: <https://www.tandaracaixeta.com.br/carreira>
- Camilo, J. A. de O., & Rabelo, I. S. (2019). Precariedade e invisibilidade do trabalho dos atletas de alto-rendimento. In *Psicologia Social do Esporte* (pp. 73–88). Képos.
- Camilo, J. A. de O., & Rubio, K. (2020). In *Trabalho e Esporte: invisibilidade e desafios* São Paulo: Laços.
- Camilo, J. A. de O. (2020). A naturalização do mal e os assédios no esporte de rendimento. In *Trabalho e Esporte: precariedades, invisibilidades e desafios* (pp. 247–255). São Paulo: Laços.
- Capitania, Ana M. (2005). Gênero e Esporte: A análise da auto-percepção das desigualdades. 2005. *Dissertação de Mestrado*. Escola de Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Castro, G. (2015a, March, 28). *Tandara e Karine afirmam que as gestações atrapalharam o Praia Clube* [Web page]. Retrieved from <http://globoesporte.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2015/03/tandara-e-karine-reconhecem-que-gravidez-atrapalhou-praia-na-superliga.html>

- Castro, G. (2015b, February, 3). *Após comunicar gravidez, Tandara revela puxão de orelha de Zé Roberto* [Web page] Retrieved September, 2, 2020 from <http://globoesporte.globo.com/mg/triangulo-mineiro/volei/noticia/2015/02/apos-comunicar-gravidez-tandara-revela-puxao-de-orelha-de-ze-roberto.html>
- Ferrando, M. G. (1990). *Aspectos sociales del deporte: una reflexión sociológica*. Alianza.
- Filho, M. A. T. (2011). A identidade da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva. In: RUBIO, Katia (org). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro* (pp.69-84). 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fischer, R. M. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, 28(1), 151-162. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100011>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609. Disponível em: <<https://goo.gl/8t84Ck>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- Kergoat, D. (2000). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. *Dictonnaire critique du féminisme*. Paris: Ed. Presses Universitaires de France. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/g1KCBC>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução a Teoria do Ator-Rede*. EDUFBA.
- Law, J. (2004). *After method: mess in social science research*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Leme, F. (2015, March, 17). *Grávida, Tandara revela receio: “Medo de cair de barriga e de bunda”* [Web page]. Retrieved September, 2, 2020 from <http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2015/03/gravida-tandara-revela-receio-tenho-medo-de-cair-de-barriga-e-de-bunda.html>.
- Martinez-Pascual, B., Alvarez-Harris, S., Fernández-De-Las-Peñas, C., & Palacios-Ceña, D. (2014). Maternity in Spanish elite sportswomen: a qualitative study. *Women & health*, 54(3), 262–279. <https://doi.org/10.1080/03630242.2014.883660>

- McGannon, Kerry & McMahon, Jenny & Gonsalves, Christine. (2018). Juggling Motherhood and Sport: A Qualitative Study of the Negotiation of Competitive Recreational Athlete Mother Identities. *Psychology of Sport and Exercise*. 36. 41-49. 10.1016/j.psychsport.2018.01.008.
- Melo, G. F., & Rubio, K. (2017). Mulheres atletas olímpicas brasileiras: início e final de carreira por modalidades esportivas. *R. bras. Ci. e Mov.*, 25(4), p. 104-116. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.18511/rbcm.v25i4.7672>>. Acesso em 01 out. 2019.
- Melo, V. (2007). Mulheres em movimento: A presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*, 27 (54), p. 127-152.
- Meyer, A. (2018). *O lugar do trabalho reprodutivo: um estudo com donas de casa da cidade de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. 156f. Fortaleza, Ceará.
- Nascimento, P. (2020, Jun, 06). *Por direitos ligados à gravidez, processo de Tandara contra o Praia Clube volta ao TST* [Web page]. Retrieved August 30, 2020 from <https://www.gazetaesportiva.com/bastidores/por-direitos-ligados-a-gravidez-processo-de-tandara-contra-o-praia-clube-volta-ao-tst/>.
- Nunes, M. (2017). *Tandara x Praia Clube: campeã olímpica perde na Justiça por direito de imagem* [Web page]. Retrieved August 30, 2020 from <https://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/tandara-justica-praia-clube/>.
- Palmer, F. R., & Leberman, S. I. (2009). Elite athletes as mothers: managing multiple identities. *Sport Management Review*, 12, 241-254.
- Petrocilo, C. (2020, August, 4). *Gravidez não é doença, a atleta pode planejar e aproveitar, diz Tandara* [Web page] Retrieved October 1, 2020, from <https://esportes.yahoo.com/noticias/gravidez-n%C3%A3o-%C3%A9-doen%C3%A7a-atleta-042500043.html>.
- Pochmann, M. (2016). Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade* (pp. 59–68). Sindicato dos Químicos.

- Rago, M. (2004). Ser mulher no século XXI: Ou carta de alforria. In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 31-42.
- Redação (2015, February, 2). *Tandara e Karine Guerra estão grávidas!* [Web page]. Retrieved August 30, 2020 from <https://www.melhordovolei.com.br/tandara-e-karine-guerra-estao-gravidas>.
- Rocha-Coutinho, M. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rubio, K., & Camilo, J. A. de O. (2019). Por quê uma Psicologia Social do Esporte. In *Psicologia Social do Esporte* (pp. 9–18). Képos.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não-regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16, 99–110.
- Scott, J. (2018). The Persistence of Gender Inequality. Disponível em: <<https://www.ias.edu/ideas/scott-gender-inequality>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- Sorj, B.; Machado, D.; Fontes, A. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* [online], São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594. Disponível em: <<https://googl/652ZPm>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- Spink, M. J. P., Brigagão, J., Nascimento, V., & Cordeiro, M. (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Sundgot-Borgen, J., Sundgot-Borgen, C., Myklebust, G., Sølvsberg, N., & Torstveit, M. K. (2019). Elite athletes get pregnant, have healthy babies and return to sport early postpartum. *BMJ Open Sport & Exercise Medicine*, 5(1). <https://doi.org/10.1136/bmjsem-2019-000652>
- Tekavc, Wylleman & Erpič (2020) Becoming a mother-athlete: female athletes' transition to motherhood in Slovenia. *Sport in Society*, 23:4, 734-750, DOI: 10.1080/17430437.2020.1720200

Tribunal Superior do Trabalho (2020, June, 22). *Após clube não comprovar depósito recursal, TST dá ganho de causa a jogadora de vôlei da seleção brasileira* [Web page]. Retrieved from <https://www.jornaljurid.com.br/noticias/apos-clube-nao-comprovar-deposito-recursal-tst-da-ganho-de-causa-a-jogadora-de-volei-da-selecao-brasileira>.

Viana-Meireles, L. G., Timbó, A. V., & Aquino, C. B. (2020). Trabalho, maternidade e esporte. In *Trabalho e Esporte: invisibilidade e desafios* (pp. 213–232). Laços.

Women's Sports Foundation. (2020). *Chasing Equity: The Triumphs, Challenges, and Opportunities in Sports for Girls and Women*.

Recebido em 20/01/2021

Aceito em 18/04/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Liderança no exercício docente no ensino superior: um olhar psicodinâmico

*Leadership in teaching in higher education:  
a psychodynamic perspective*

*Liderazgo en la enseñanza en la educación superior:  
una perspectiva psicodinámica*

*Ana Mayra Berti Munhoz\**  
*Eneida Silveira Santiago\*\**

## Resumo

*O trabalho docente representa um campo fundamental na sociedade, dada sua importância na formação de futuros profissionais e, especialmente, cidadãos. Dessa forma, a intenção do presente artigo consiste em levantar as questões oriundas do exercício de liderança na atribuição docente e refletir acerca desta liderança no Ensino Superior no que tange à sua importância para o processo formativo, bem como a inspiração que esse ofício pode proporcionar aos educandos, partindo da ideia de que a docência é um exercício de liderança. A proposta metodológica com que analisamos tal exercício, consiste na perspectiva qualitativa de caráter descritivo-analítico. Dois professores foram entrevistados por meio de um roteiro semi-dirigido com vistas a levantar e compreender as experimentações oriundas de suas trajetórias de vida que culminaram no trabalho docente que atualmente exercem. Como fundamentação teórica e metodológica de análise, utilizou-se a Psicodinâmica do Trabalho, por seu olhar quanto aos modos de ser dos sujeitos provocados pelo encontro com o trabalho e as exigências pertinentes aos processos deste. Como resultado, a amostra revelou significativa concordância com os aspectos de liderança na prática docente que exercem, embora reiterassem que existem consideráveis dificuldades nesse ofício. Essa clareza requer uma mobilização por parte dos*

---

\* Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-5373-0355>.  
E-mail: [ma\\_bmunhoz@hotmail.com](mailto:ma_bmunhoz@hotmail.com)

\*\* Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5296-4341>.  
E-mail: [esantiago@uel.br](mailto:esantiago@uel.br)

*professores líderes que por vezes se sentem sobrecarregados e redescobrimo meios de não adoecerem. Tais resultados têm potência para que novos estudos sejam elaborados no sentido de ampliar a discussão e contribuir para ações docentes, mas, sobretudo, humanas, melhores e mais afetivas.*

**Palavras-chave:** liderança, trabalho, trabalho docente, ensino superior, psicodinâmica.

## Abstract

*Teaching work represents a fundamental field in society, given its importance in the training of future professionals and, especially, citizens. In this way, the intention of this article is to raise the matters arising from the exercise of leadership in teaching assignments and to reflect on this leadership in Higher Education in terms of its importance for the training process, as well as the inspiration that this craft can provide to students, based on the idea that teaching is an exercise in leadership. The methodological proposal with which we analyze this exercise consists of a qualitative perspective of a descriptive-analytical nature. Two teachers were interviewed through a semi-guided script which intended to raise and understand the experiences arising from their life trajectories that culminated in the teaching work they currently perform. As a theoretical and methodological basis for the analysis, the Psychodynamics of Work was used, due to its view on the subjects' ways of being, provoked by the encounter with work and the demands pertinent to its processes. As a result, the sample revealed significant agreement with the aspects of leadership in their teaching practice, although they reiterated that there are considerable difficulties in this job. This clarity requires mobilization on the part of leading teachers who sometimes feel overwhelmed and rediscover ways not to get sick. Such results have the power for new studies to be developed in order to broaden the discussion and contribute to teaching actions, but, above all, human, better and more affective actions.*

**Keywords:** leadership, work, teaching work, higher education, psychodynamics.

## Resumen

*El trabajo docente representa un campo fundamental en la sociedad, dada su importancia en la formación de los futuros profesionales y, en especial, de los ciudadanos. De esta forma, la intención de este artículo es plantear las cuestiones derivadas del ejercicio del liderazgo en la tarea docente y reflexionar sobre este liderazgo en la Educación Superior en cuanto a su importancia para el proceso formativo, así como la inspiración que este oficio puede brindar a los estudiantes, partiendo de la idea de que enseñar es un ejercicio de liderazgo. La propuesta metodológica con la que analizamos este ejercicio consiste en una perspectiva cualitativa de carácter descriptivo-analítico. Se entrevistó a dos docentes a través de un guion semidirigido con miras a plantear y comprender*

*las experiencias surgidas de sus trayectorias de vida que culminaron en la labor docente que desempeñan actualmente. Como base teórica y metodológica para el análisis, se utilizó la Psicodinámica del Trabajo, por su mirada sobre las formas de los sujetos de ser provocados por el encuentro con el trabajo y las exigencias propias de sus procesos. Como resultado, la muestra reveló un acuerdo significativo con los aspectos de liderazgo en su práctica docente, aunque reiteraron que existen dificultades considerables en este trabajo. Esta claridad requiere movilización por parte de los docentes líderes que a veces se sienten abrumados y redescubriendo formas de no enfermarse. Tales resultados tienen el poder de que se desarrollen nuevos estudios para ampliar la discusión y contribuir a la acción docente, pero, principalmente, a la acción humana, mejor y más afectiva.*

**Palabras clave:** liderazgo, trabajo, trabajo docente, educación superior, psicodinámica.

A partir dos estudos de Fonseca, Porto e Borges-Andrade (2015), o tema liderança faz parte dos estudos voltados ao comportamento organizacional, o qual abrange a investigação da postura de indivíduos e grupos inseridos no contexto das organizações, como também de sua própria conjuntura.

Nesse sentido, ainda que os primeiros estudos acerca da noção de liderança se concentrassem nas pautas administrativas e de cunho empresarial, isto é, voltadas às práticas da administração. Há alguns anos, a liderança vem sendo estudado no âmbito da Psicologia também, ainda que em menor proporção. De acordo com o levantamento de Fonseca et al. (2015), em uma busca sistemática por esse tema em publicações entre 1996 e 2013, dos 35 artigos que se centravam no tema papéis e perfis de liderança, 29 estavam em revistas de Administração e seis em revistas de Psicologia, ou seja, foi possível constatar, segundo os autores, que o tema é mais propagado em periódicos de Administração do que de Psicologia. No que tange à área de conhecimento dos autores, a maioria deles (40, ou próximo de 72%) era da Administração, enquanto os da Psicologia eram 15, (próximo de 24%), fortalecendo, portanto, o entendimento de que o tema historicamente tem recebido maior atenção pela Administração do que pela Psicologia.

No tocante à ideia de liderança, Bergamini (1994) destaca que, atualmente, existem duas características que soam comuns à boa parte das definições do conceito. Primeiramente, o fato de que a liderança está relacionada a um fenômeno grupal, quer dizer, abrange duas ou mais pessoas. Em segundo lugar, evidencia-se tratar-se de um processo em que há significativa influência praticada de maneira intencional por parte de quem exerce a liderança sobre outros.

É possível debruçar-se, portanto, sobre a ideia de que o professor também exerça o papel de ‘gestor do sentido’ (Bergamini, 1994), isto é, ser facilitador do encontro pessoal e autêntico do educador com seus alunos e, através da relação estabelecida, possibilitar aprendizagem e responsabilização pelo processo por parte dele, consigo e com outrem.

Diante de tantas transformações relacionadas ao mundo do trabalho, sobretudo sociais e tecnológicas na atualidade, torna-se imperativo discutir como elas impactam no dia a dia dos sujeitos, abarcando, inclusive, os desdobramentos para a docência, em virtude da necessidade cada vez mais emergente dos recursos tecnológicos para este exercício.

Tardif (2018) pontua que as práticas educativas apenas serão profícuas quando alcançarem sentido, não somente para o docente, mas para os discentes também, já que a educação se constrói artesanalmente, com ética e senso de responsabilidade frente a cada sujeito. Dessa forma, o papel do professor transcende a simples mediação do processo de ensino-aprendizagem, sua tarefa ampliou-se para além do espaço físico que delimita o encontro entre os sujeitos participantes (professor e alunos), favorecendo um diálogo entre sala de aula e sociedade (Gasparini, Barreto, Assunção, 2005).

À luz das considerações de Porto (2017), o papel social da educação é a mudança coletiva, potencializando a percepção das pessoas, transcendendo o limite daquilo que se pode conhecer apenas pelo meio racional e intelectual, ampliando a representação na sociedade com o intuito de promover o pensamento crítico e, por conseguinte, a ação concreta a partir dessa reflexão. Gatti (2017) aponta que, pensando no sentido mais amplo da formação humana, a educação implica ação entre pessoas, ou seja, não se detém a somente um meio para que um processo de aprendizagem

puramente intelectual ocorra. Assim, a questão educacional centra-se em uma perspectiva cultural, histórica, e não apenas nos conhecimentos atrelados às ciências e já cristalizado; portanto, este fazer implica ações que envolvem fatores de outras ordens do sujeito, como, por exemplo, os afetivos, sociais e morais. Desse modo, é um ofício que se constitui na relação, sendo o papel do professor central na preparação de seus discentes. Salienta-se, contudo, que esta preparação não se limita aos conteúdos, isto é, somente às disciplinas, mas, inclusive, à orientação para a formação ética dos estudantes. A autora vai dizer, então, que o processo relacional tem como premissa a contribuição intelectual junto ao alunado, mas também à sua constituição pessoal e social, que possibilitará um desenvolvimento que permita senso crítico por parte dos alunos, bem como estimule a autonomia deles frente ao próprio crescimento.

Entendemos ser necessário olhar para a cultura docente e a produção de sentidos do trabalho docente e do ser/estar professor (na perspectiva de transformações) quando se trata de discutir as possibilidades de um “devir” do corpo (ainda que seja o corpo sofrido, adoecido), do cuidado e do bem-estar docente, vinculados aos projetos de desenvolvimento profissional de professores e de profissionalização docente. Nessa linha, a atenção ao corpo e aos processos a ele relacionados, no âmbito da docência, pode ser promissora para a investigação da cultura docente e objetivação dos saberes docentes, bem como para o delineamento da identidade profissional dos professores (Penteado & Neto, 2019, p. 150).

A atuação no ensino superior, para Rover, Luchese, Morello e Müller (2010), constitui-se um dos recursos mais expressivos para as mudanças sociais, posto que é por meio da universidade e de sua composição docente que são ofertados os instrumentos necessários para as modificações da sociedade, motivo esse que se torna um dos mais importantes pelos quais se escolhe esta carreira para seguir, atribuído à vontade de relacionar-se e construir algo que seja reconhecido e valorizado socialmente.

Nesse sentido, o professor detém grande responsabilidade, pois seu trabalho não se limita a simplesmente explicar os conteúdos relacionados às disciplinas que leciona ou manter os alunos ordenados. A postura de liderança nesse aspecto amplia-se à capacidade de incentivar, motivar e,

principalmente, despertar o desenvolvimento de seus alunos. Por isso, é a interação entre docente e discente torna-se relevante, pois são essas vivências que possibilitarão as trocas e, conseqüentemente, o estímulo à autonomia por parte do aluno rumo à busca incansável pelo conhecimento. Espera-se que a preocupação de um esteja para além da exposição de conteúdos didáticos, pois, se assim não for, há uma significativa perda nessa relação. O professor, nessa conjuntura, é a pessoa com quem o aluno mais tem contato depois da família; portanto, ao pensar sobre isso, é tangível considerar que seu papel transpõe a mera explanação de matérias; sua ação nessa interrelação contribui para a formação pessoal e ética dos alunos (Furquim, 2020).

Nas palavras de Dweck (2017, p. 215), “ensinar é uma maneira maravilhosa de aprender. Aprender sobre as pessoas, e como funcionam. Sobre a matéria. Sobre si mesmos. E sobre a vida”. Nesta conjuntura, o alunado precisa ser estimulado e motivado constantemente para que procure suas próprias respostas de maneira autônoma, percorrendo a trajetória acadêmica de forma adequada. O professor, aqui, revela-se como elemento essencial nesse lugar, tecendo a trama de seu respectivo fazer docente, ressignificando práticas, atualizando ações e referenciais, estabelecendo os meios investigativos como postulados de sua prática pedagógica.

Ser líder, segundo Bennis (1996), é ter potencial de inovar e desenvolver, criando o que ainda não existe e melhorando o que já se encontra em exercício a partir de suas experiências e, ao mesmo tempo, com perspectiva de futuro, alicerçado na competência de resolução de dificuldades e alcance de objetivos. Planejar medidas que objetivem ser efetivas voltadas para o aprendizado e desenvolvimento não consiste em tarefa simples; contudo, faz parte da organização, seja ela qual for, ter esse panorama de mudança para que melhores resultados surjam (Senge, 2000).

Ulrich e colaboradores (2000), ainda contemplam a liderança orientada para resultados como uma liderança que agrega valor ao conhecimento e à educação, bem como à experiência e à criatividade que o trabalho exige, garantindo o desempenho daqueles que seguem suas orientações. Portanto, é possível constatar, além disso, que esta característica de liderança, inclusive no contexto do ensino, favorece a abertura aos sujeitos

diretamente implicados a respeito de seus objetivos, promovendo o sentimento de pertença por parte deles de tal forma que estes produzam, ainda mais, melhores resultados, para si e para a organização, lembrando que o ambiente acadêmico se concebe também enquanto uma organização, que espera resultados e o docente, nesse cenário, desempenha tarefa fundamental de ser o mediador entre as medidas burocráticas, administrativas e teóricas e o contato, sobretudo humano, com seus alunos e seu processo de aprender.

À luz de tais considerações, ressalta-se que a liderança partilhada junto aos seus liderados constitui um caminho de aprendizado, isto é, o compartilhamento de saberes, as trocas, todo o investimento dedicado à tarefa, seja ela de qual lado for, bem como a coparticipação dos resultados, a conquista comemorada em conjunto, entre outros, ressalta a importância de todos os sujeitos implicados na mesma trajetória.

O docente líder representa um papel significativo nas instituições, pois seu modo de exercer a docência pode culminar em um processo de aprendizagem positivo ou negativo e é por esta razão que se faz imprescindível refletir sobre a figura do professor, principalmente nas universidades, haja vista suas atribuições de alta responsabilidade, sobretudo no âmbito relacional com os alunos, nas quais metas são estabelecidas, ações traçadas, projetos idealizados, assim como a condução das orientações, especialmente as que possuem o intuito de motivar os alunos e mantê-los determinados nas tarefas, promovendo espaço para o desenvolvimento de autonomia e segurança por parte deles, como tratá-los como profissionais, exigindo a postura de tais, possibilitando que potencializem suas qualidades (Motta, 1995).

Motta (1995) refere-se ao trato com os discentes de maneira a instigar o pensamento crítico a respeito das próprias práticas docentes e como ressignificá-las sempre que necessário, pois, “ser líder é como reger uma orquestra, onde as partituras mudam a cada instante e os músicos têm liberdade para marcar seu próprio compasso” (p. 79). O modo da relação revela como a liderança pedagógica, dentro ou fora da sala de aula, pode ser descrita e vivenciada, cabendo ao docente líder compreender seus discentes singularmente, levando em consideração que cada um –

à sua maneira – possui uma história de vida e, nessa história de vida, estão abarcados sonhos, expectativas, frustrações, inseguranças, potencialidades e limitações, os quais carecem de um olhar atento e único.

Complementando a ideia anterior, faz-se importante conceber que a atitude frente a essa atribuição consiste em observar atentamente que cada sujeito leva, em sua bagagem de vida, aspectos próprios que dizem respeito ao seu contexto existencial único. Por esta razão, também, é necessária a capacidade de compreender e lidar com as circunstâncias inerentes, sobretudo no contexto da educação no ensino superior, dotado de tamanha diversidade.

Segundo Safanelli, Andrade, Brito, Klaes, Eyng e Ulbricht (2019), o professor deve levar em consideração fatores que se relacionam à liderança como aspectos imprescindíveis ao seu manejo no processo de ensino e aprendizagem. Muitas transformações têm ocorrido e suscitado que as instituições também se atualizem, de forma a inovar modos de ação, ter flexibilidade e, ao mesmo tempo, preservar a valorização das pessoas envolvidas. Para que isso se torne possível, contudo, é indispensável que os sujeitos que compõem esses locais estejam engajados com o movimento de mudança e se impliquem como agentes. Nesse sentido, o papel do professor líder é fundamental, haja vista sua corresponsabilidade pelo incentivo da participação integral por parte dos discentes, na tentativa de motivá-los e inspirá-los frente à aprendizagem.

Zabalza (2004) alega que “transmitimos valores não apenas quando os ensinamos, mas também quando nós mesmos os transformamos em nosso estilo de vida, pois os docentes são sempre modelos” (p.24). O autor, com essa passagem, aponta para a condição do docente de ser um recurso de algum tipo de convencimento diante seus discentes, como um exemplo, uma inspiração. Nesse sentido, com vistas a uma afetação que mobiliza, Zabalza reitera que se “[...] vive com intensidade um determinado valor, este acaba sendo transmitido com força aos discentes” (p. 32).

## MÉTODO

### Participantes

Participaram do estudo, com consentimento livre e esclarecido, 2 (dois) professores de ensino superior de uma instituição pública da cidade de Londrina (PR). Os critérios adotados para a escolha se deram no que concerne ao tempo de prática na docência (mínimo de 03 anos), obrigatoriamente docentes da ativa no momento das entrevistas, ambos os gêneros e da área de Ciências Humanas.

### Local

As entrevistas ocorreram em uma sala privadas em uma universidade no norte do estado do Paraná, na qual os professores trabalhavam.

### Materiais

A coleta de dados se constituiu por meio de entrevistas individuais semidirigidas, as quais foram orientadas por um roteiro semiestruturado, o que possibilitou – e incitou – o desvelar dos aspectos subjetivos dos colaboradores, por intermédio de um clima facilitador e acolhedor, no qual emoções e desdobramentos são bem-vindos e, especialmente, valorizados.

### Procedimento

O tipo de amostragem se compôs por meio através de estratégias de indicação, inspiradas pela modalidade bola de neve. A dimensão da amostra de participantes foi determinada durante o percurso da pesquisa pelo teor das entrevistas, as quais mostraram-se mais potentes do que o esperado e trouxeram conteúdos que abarcaram consideravelmente o interesse do presente trabalho.

## RESULTADOS

A psicodinâmica do trabalho, preconizada por Christophe Dejours no fim dos anos 1970, consiste na análise relacional entre saúde mental e trabalho, posteriormente interessada de maneira mais particular, na dinâmica do prazer e do sofrimento daquele que trabalha, no contexto laboral. A ideia de homem advém da antropologia freudiana, da qual se origina o entendimento de que o sujeito abarca o universo do trabalho com o aporte daquilo que o compõe e do que busca atingir. Nem sempre a consciência que possui desses fatos é clara e, quando essa busca de caráter pessoal tem condições de ser alcançada por meio de uma situação de trabalho, entende-se que o trabalho representa importante papel na autorrealização (Molinier, 2004).

A Psicodinâmica do Trabalho é, sobremaneira, uma perspectiva teórica e clínica que possui como objeto principal abarcar a mobilização subjetiva no espaço do trabalho, cujo cerne é o envolvimento afetivo intermediado pela palavra. Nesse desvelar, considera-se substancial compreender o sofrimento como o afeto que instiga a dedicação do sujeito para modificar a organização do trabalho (Mendes, 2012).

Nesse artigo serão destacados alguns pontos desvelados pelas entrevistas no que tange à perspectiva de ser um professor líder e seus desdobramentos para o sujeito. No decurso dos encontros com os professores participantes, oportunizou-se uma ocasião para que compartilhassem as experiências ao longo de suas trajetórias na docência, sendo apontadas passagens que os fizeram perceber, e talvez encontrar, o sentido para o seu ofício.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à concepção de trabalho docente partilhada pela amostra, a qual é compreendida pela perspectiva relacional entre professor e aluno, base para que as mudanças por meio da educação ocorram, conforme relato: “o trabalho docente, como eu acredito muito, eu já falei aqui, é essa relação dialética. A premissa é o ensinar e o aprender”.

Nesse sentido, a ideia de liderança também é partilhada quando explanam suas percepções acerca desse papel: “claro, ninguém nasce

liderança, as pessoas se constituem na relação, né, com as pessoas, nos momentos e nos espaços que se vive, né”. A segunda entrevistada complementa: “A liderança também, e mais ainda, o que eu gosto que ela diz, é que o liderado te autoriza a ser líder, então acho isso muito legal, e é verdade, então a liderança se faz na relação, na equipe, no contato, no vínculo, no botar a mão na massa, né, no fazer junto”.

Com base nos relatos acima, nos quais se destacam a premissa de relação no ato de liderar, agregamos, apoiados mais uma vez na própria narrativa de um deles, a dimensão humana da liderança. Exercer um papel de liderança nas organizações, atualmente, é o mesmo que exaltar sucesso, intimidade e autenticidade, princípios estes que fazem parte de sociedades narcísicas, portanto, o conceito atual de liderança sintetiza essas posições. Dessa forma, segundo Gomes (2017), faz-se importante compreender os desdobramentos dos comportamentos narcísicos nas lideranças e seus nexos com o sofrimento psíquico. De acordo com a autora, estudar o narcisismo é fundamental para uma análise que seja crítica da cultura vigente e suas formas de produzir subjetividades.

“Porque toda liderança é uma pessoa, né, um sujeito, é um ser humano, e por ser humano carrega todos os egocentrismos, as invejas...”. O narcisista moderno, conforme Gabriel (1988, p. 57), apresenta expressiva dificuldade de viver sem pessoas, geralmente muitas, que o admirem, altamente alarmado pela opinião dos demais e preocupação com sua reputação.

No tocante à prática docente, os participantes teceram suas considerações em relação a acreditarem ou não que exerçam um papel de liderança. “Eu penso que sim, eu penso que sim, e aí não necessariamente no meu departamento, é... mas na universidade eu penso que sim... eu sinto que as pessoas respeitam a opinião, respeitam o trabalho, a experiência.” Pela narrativa da segunda participante: “Acredito, principalmente porque a gente influencia muito o outro, né”, e reiterando a passagem a respeito da liderança enquanto relação dialética, completa: “pois eu influencio, mas eu também sou influenciada.”

Há um debate sobre o impacto da liderança e como ela pode ser vista em sala de aula, incitando os professores participantes a refletirem como – o modo, a ação – esse fazer poderia ser constituído ou modificado a partir das

necessidades constatadas na própria relação com os alunos. Essa inferência possibilita pensar na mobilização frente à ação de ser docente, bem como nas modificações que os professores estão dispostos – ou sujeitos – a fazer para que o processo de formação de seu alunado seja o melhor possível. A visão que os professores têm acerca da liderança favorece os meios utilizados para a condução das aulas, bem como parece contribuir para o manejo das relações e a própria organização do trabalho.

No trecho a seguir fica claro o senso de direção de liderança, uma vez que, novamente, o participante reitera seu entendimento de princípio constitucional democrático e o enfatiza enquanto diretriz para sua conduta humana e profissional, individual e coletiva. “Eu tô trabalhando pra ter coletivos e aí hoje nós temos, nessa universidade, um coletivo que não é fácil, porque isso depende do envolvimento das pessoas, pra gente coordenar juntos esse processo.”

O desenvolvimento profissional por parte do docente deve ser considerado uma caminhada contínua, conjugando suas formações desde o início da carreira, a longo prazo, sobretudo pela influência de fatores relacionados ao próprio docente, ou seja, de ordem pessoal, bem como suas necessidades e conteúdos específicos de cada fase do percurso, entendendo que o trabalho docente carrega aspectos de várias ordens, como históricos, institucionais, culturais e organizacionais. Sendo assim, o critério imprescindível de o ensino progredir de uma ordem individual para uma compartilhada deve ser considerado, principalmente com vistas a estimular a dimensão coletiva docente, com a premissa de que seu trabalho tem valor e caráter de significativa responsabilidade na construção da legítima formação dos discentes (Nóvoa, 2017); e como uma prática substancialmente emocional, o suporte que seu papel representa não pode ser desvalorizado (Juste, 2018).

Por essa ótica, o professor líder é importante representação que detém significativa responsabilidade frente à identificação e amparo nas adversidades enfrentadas pelos alunos; portanto, revela-se como um profissional que se engaja no contexto organizativo da educação, apoiando os que vislumbram atingir determinados objetivos junto a eles e à instituição (Oliveira & Jesus, 2019).

## DISCUSSÃO

A pauta que inaugurou o interesse deste trabalho centrou-se na questão entre o exercício de liderança e a prática docente no ensino superior. A hipótese inicialmente levantada era a de que ser professor nesse âmbito implicava exercer uma postura de liderança. Para tanto, percorreu-se pelos temas que contribuíram para a reflexão a respeito dos movimentos que envolvem a perspectiva de liderança na prática docente, bem como suas formas de relação e compreensão sobre esse fazer.

Nos encontros com os professores participantes significativas falas foram expressas, especialmente à luz das análises, porque ambos, em suas colocações, foram similares, evidenciando que, a despeito de suas especificidades, história de vida e experiência na docência, compartilham de preceitos e atitudes enquanto sujeitos que invariavelmente impactam suas ações docentes.

A perspectiva de liderar é vista por ambos como dialética, na qual um não passa por um outro sem ser influenciado de alguma forma; a dimensão humana – em sua potencialidade e fragilidade – também foi apontada como uma das dificuldades nesse ofício, sobretudo pelos desdobramentos, internos e externos, à liderança. A ação de ser docente, isto é, a mobilização frente ao próprio fazer, incita que os professores reflitam sobre sua prática bem como sobre o papel do professor líder, que atravessa e sensibiliza as relações como forma de contribuir positivamente para o desenvolvimento dos discentes. Em síntese, a hipótese que motivou esse trabalho fora respondida pelos participantes a partir de suas compreensões de que a prática docente é um exercício de liderança.

Para terminar, torna-se imperativo apontar a necessidade de novas pesquisas que se debrucem sobre o tema, levando-se em consideração fatores que vão desde problematizar o contexto educacional e as condições de trabalho às quais os professores estão submetidos, até a liderança. Outro ponto a ser considerado é sobre, mais uma vez, a importância da Psicologia se dedicar a pensar o trabalho (e o trabalhar) enquanto um modo de existência, caracterizado pela identidade e reconhecimento, para além da dimensão de subsistência.

## REFERÊNCIAS

- Bennis, W. (1996). *A formação do líder*. São Paulo: Editora Atlas.
- Bergamini, C. W. (1994). Liderança: a administração do sentido. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 34(3), (102-114). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/38274/36989>
- Dweck, C. (2017). *Mindset: a nova psicologia do sucesso*. São Paulo: Objetiva.
- Fonseca, A. M. D. O., Porto, J. B., & Borges-Andrade, J. E. (2015). Liderança: um retrato da produção científica brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 290-310. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552015000300290&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552015000300290&script=sci_arttext&lng=pt)
- Furquim, A. C. (2020). O poder da liderança do professor na sala de aula. Disponível em <http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1348>
- Gabriel, Y. (1988). "Narcisismo e cultura contemporânea". In *Freud e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gasparini, S. M., Barreto, S. M., & Assunção, A. Á. (2005). O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e pesquisa*, 31(2), 189-199. Disponível em 30 de junho de 2020, de [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200003&script=sci\\_abstract&lng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200003&script=sci_abstract&lng=es)
- Gatti, B. A. (2017). Formação de professores, complexidade e trabalho docente, *Revista Diálogo Educacional*, 17(53), 721-737. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8429>
- Gomes, A. M. G. (2017). Liderança e personalidade: reflexões sobre o sofrimento psíquico no trabalho. Disponível em <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27987>
- Juste, M. R. P. (2018). La salud ocupacional de los docentes no universitarios y su desgaste profesional. In I. Cantón Mayo e M. Tardif. *Identidad profesional docente*. (pp.183-197). Madrid: Narsea.

- Mendes, A. M. B. (2012). Entrevista realizada com Ana Magnólia Bezerra Mendes. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, 4(2), 50-56. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/1387>
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132004000300003&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132004000300003&script=sci_arttext)
- Motta, P. R. (1995). *Gestão contemporânea*. Rio de Janeiro: Record.
- Nóvoa, A. (2017). Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de pesquisa*, 47(166), 1106-1133. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000401106&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000401106&script=sci_arttext)
- Oliveira, V. A. Z., & de Jesus, J. S. (2019). A importância da liderança do professor no processo de ensino/aprendizagem de uma Instituição de Educação Superior do DF. *Projeção e Docência*, 10(1), 68-86. Disponível em <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/1329>
- Penteado, R. Z., & Souza Neto, S. D. (2019). Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde e sociedade*, 28, 135-153. Disponível em <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2019.v28n1/135-153/pt/>
- Porto, V.S.P. (2017) A educação tem uma função de mudança social. São Paulo: Web Artigos. Recuperado em 21 de fevereiro de 2021 de <https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-tem-uma-funcao-de-mudanca-social/81431/>
- Rover, A., Luchese, G. T., Morello, L. F., & Müller, V. (2010). Os sentidos do trabalho: um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior. *Unoesc & Ciência - ACSA*, 1(1), 79-88. Disponível em <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/141>

- Safanelli, A. S., de Andrade, D. F., Brito, J., Klaes, L. S., Eyng, L. M., & Ulbricht, V. R. (2019). Educação à distância: as características do líder aplicada ao papel do tutor no processo de ensino aprendizagem. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, (E17), 795-803. Disponível em <https://search.proquest.com/openview/d44603e1de6c06bc64c92b6fd134b8fc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1006393>
- Senge, P. M. (2000) *A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem*. (12. ed.) São Paulo: Best Seller.
- Tardif, M. (2018). *Saberes docentes e formação profissional*. (17. Ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ulrich, D., Zenger, J., & Smallwood, N. (2000). *Liderança orientada para resultados: como os líderes constroem empresas e aumentam a lucratividade*. Rio de Janeiro/RJ: Campus.
- Zabalza, M. A. (2004). *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. (trad. Ernani Rosa). Porto Alegre: Artmed.

*Recebido em 23/02/2021*

*Aceito em 18/04/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Especificidades dos erros cometidos e do tempo despendido na actividade de discriminação perceptiva de símbolos gráficos em alunos com dificuldades de aprendizagem

*Specifics of errors and time spent in perceptual discrimination of graphic symbols in students with learning difficulties*

*Particularidades de los errores cometidos y el tiempo empleado en la actividad de la discriminación perceptiva de símbolos gráficos en estudiantes con dificultades de aprendizaje*

*Fernando Oliveira Pereira\**

## Resumo

*A discriminação perceptiva de símbolos depende da organização perceptiva do sujeito da ação como sistema bio-psico-social complexo. Objectivo: estudo de especificidades da discriminação perceptiva de símbolos em alunos com dificuldades de aprendizagem. Amostra: 550 participantes – 275 com e 275 sem dificuldades de aprendizagem; idades 7 – 15 anos; escolaridade – 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico. Instrumentos metodológicos – entrevista clínico-psicológica, observação psicológica, Teste de Símbolos e Dígitos (SDMT). Resultados: Alunos com dificuldades de aprendizagem tendem a evidenciar mais emparelhamentos dígito-símbolo incorretos e menos corretos e a despendem bastante mais tempo na execução da tarefa; portanto, executam menos emparelhamentos corretos por minuto, comparativamente a alunos sem dificuldades de aprendizagem. Conclusão: Nas dificuldades de aprendizagem,*

---

\* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, Portugal. <http://orcid.org/0000-0003-1040-8926>. E-mail: [fmoliveirapereira@gmail.com](mailto:fmoliveirapereira@gmail.com)

cometem-se mais erros e assinalam-se menos emparelhamentos correctos na tarefa de emparelhamento, quando há limites no tempo de execução; caso contrário, a disponibilidade de tempo compensa, reduzindo a quantidade de incorreções. Nas dificuldades de aprendizagem, é necessário mais tempo para executar a tarefa de emparelhamento, devido ao processamento de informação mais lento; tempo consumido na decodificação e identificação das correspondências dígito-símbolo e a discriminação perceptiva não se infirma com a rapidez necessária à simultaneidade e automatização do ato.

**Palavras-chave:** Dificuldades de aprendizagem; discriminação perceptiva.

## Abstract

*The perceptual discrimination of symbols depends on the perceptual organization of the individual as a complex bio-psychosocial system in action. Objective: To study the specifics of perceptual discrimination of symbols in students with learning difficulties. Sample: 550 participants - 275 with learning difficulties and 275 without; aged 7 to 15; educational levels ranging from the 1st to 3rd cycles of basic education. Methodological instruments included clinical-psychological interviews, psychological observations, and the Symbols Digit Modalities Test (SDMT). Results: Students with learning difficulties tend to display more incorrect and fewer correct digit-symbol pairings, and they invest considerably more time in task execution. Consequently, they achieve fewer correct pairings per minute compared to students without learning difficulties. Conclusion: Learning difficulties are associated with increased errors and fewer correct pairings in the task of pairing symbols when time constraints exist. Conversely, when ample time is available, it mitigates the quantity of inaccuracies. Learning difficulties necessitate more time for task completion due to slower information processing. The time spent on decoding, identifying digit-symbol correspondences, and perceptual discrimination does not align with the speed required for simultaneity and automation of the task.*

**Keywords:** Learning difficulties; perceptual discrimination.

## Resumen

*La discriminación perceptiva de los símbolos depende de la organización perceptiva del sujeto de la acción como un complejo sistema bio-psico-social. Objetivo: estudiar las especificidades de la discriminación perceptiva de símbolos en estudiantes con dificultades de aprendizaje. Muestra: 550 participantes - 275 con y 275 sin dificultades de aprendizaje; edades de 7 a 15 años; escolaridad - 1º, 2º y 3º ciclo de educación básica. Instrumentos metodológicos: entrevista clínico-psicológica, observación psicológica, Test de Símbolos y Dígitos (SDMT). Resultados: Los estudiantes con dificultades de aprendizaje tienden a mostrar una mayor cantidad de emparejamientos dígito-símbolo incorrectos y menos correctos y dedican mucho más tiempo a la ejecución de*

*la tarea; por lo tanto, realizan menos emparejamientos correctos por minuto, en comparación con los estudiantes sin dificultades de aprendizaje. Conclusión: En las dificultades de aprendizaje se cometen más errores y se notan menos emparejamientos correctos en la tarea de emparejamiento, cuando hay límites en el tiempo de ejecución; de lo contrario, la disponibilidad de tiempo es compensatoria, reduciendo el número de inexactitudes. En las dificultades de aprendizaje, se necesita más tiempo para realizar la tarea de emparejamiento, debido al procesamiento más lento de la información; el tiempo que se consume en decodificar e identificar las correspondencias dígito-símbolo y la discriminación perceptiva no ocurre tan rápidamente como es necesario para la simultaneidad y automatización del acto.*

**Palabras clave:** *Dificultades de aprendizaje; discriminación perceptiva.*

O ser humano como entidade funcional é um sistema bio-neuro-psico-socio-cultural em que a sua complexidade de acção resulta das especificidades estruturais de integração interior de todos os fatores inerentes; por isso, no âmbito da ciência psicológica, é um sistema de integração psíquica (Lomov, 1984; Morin, 1994; Pereira, 2018b). O cérebro é o substrato neurofisiológico do psiquismo e este é o reflexo subjetivo da realidade objetiva (Ganzen, 1984; Lomov, 1984; Petrovski, 1989).

Na corrente filosófica empirista, a mente humana é entendida como uma “tábula rasa”, sendo as sensações as principais fontes receptoras de informação do mundo circundante (Schiffman, 2005; Schultz & Schultz, 2009). A sensação é o processo pelo qual se transforma a energia física e química existente no ambiente em impulsos nervosos capazes de serem identificados pelos neurônios (Lent, 2010). A percepção é o processo psicológico básico capaz de atribuir significado a estímulos sensoriais, a partir de experiências passadas (Collins & Wyart, 2018; Kandel, Schwartz, Jessel, Siegelbaum & Hudspeth, 2013). O processo perceptivo está relacionado com a aquisição, interpretação, seleção e organização de informações adquiridas pelos sentidos; por conseguinte, é o processo em que se atribui sentido e significado aos *inputs* sensoriais que chegam ao córtex cerebral (Gazzaniga, Ivry & Mangun, 2006).

As abordagens da psicologia cognitiva adotaram a perspectiva teórica do processamento da informação, dando-se o processamento perceptivo em

dois sentidos: inicialmente num processo ascendente, processamento de baixo para cima (*bottom-up*) do estímulo para níveis mais elevados; depois num processo descendente, processamento de cima para baixo (*top-down*), ou seja, o processamento dirigido à conceituação, influenciado pelo conhecimento e pelas expectativas do sujeito da ação (Eysenck & Keane, 2007; Schiffman, 2005). Na dimensão neuroanatômica, o processamento visual dá-se por duas vias: a ventral responsável pelo reconhecimento de objetos e a dorsal ligada à percepção espacial (Lent, 2010).

No âmbito da teoria da Gestalt, a percepção visual não é a somatória de informações fornecidas pelas sensações, resultando do agrupamento de um conjunto de elementos visuais organizado em padrões, configurações e formas (Hockenbury & Hockenbury, 2002). Além da lei da pregnância, a percepção visual é orientada com base nos princípios de proximidade, similaridade, continuidade e simetria (Gordon, 2004), assim como também a relação figura-fundo (Gordon, 2006).

A percepção visual comporta vários aspectos, resultantes das suas propriedades internas – coordenação visomotora, relação figura-fundo, constância da forma, posição no espaço, relações espaciais –, os quais foram levados em linha de conta na construção do Teste de Desenvolvimento da Percepção Visual (*Developmental Test of Visual Perception*) (Frostig, Lefever & Whittlesly, 1961) para usar em crianças com dificuldades de aprendizagem.

Para Clutten (2009), os aspectos a serem medidos na percepção visual são: a discriminação visual – capacidade de diferenciar objetos; a constância da forma – habilidade para reconhecer uma forma independentemente do tamanho, cor ou posição; posição no espaço – identificação de figuras, formas ou objetos invertidos ou em diferentes rotações; relações espaciais – reconhecimento de objetos em determinada posição ou orientação no espaço; figura-fundo – capacidade de discernir um objeto ou uma forma do seu fundo.

Com base na teoria da velocidade de processamento, verifica-se que o desempenho na maioria das tarefas cognitivas depende da rapidez

perceptiva dos participantes; daí que os défices cognitivos estejam relacionados à lentidão no processamento a partir dos mecanismos do tempo limitado e de simultaneidade (Salthouse, 1996).

Portanto, no âmbito da teoria sistêmico-integrativa do psiquismo, a percepção de objetos, a tomada de decisão e o comportamento humano resultam da ação de um conjunto variado de fatores, cuja elaboração, processamento e consequente representação interior influem no produto final (Pereira, 2018b). O sistema de integração psíquica é concebido por níveis de funcionalidade, sendo o primeiro constituído pelo subsistema sensório-perceptivo, em que a sensação como fenômeno psicológico é em grande parte resultante da qualidade da ação neuronal, influenciando a estruturação funcional da percepção, a qual, por sua vez, em termos de conduta, depende muito da organização perceptiva interna; por conseguinte, o principal aspecto a ter em conta no processamento perceptivo é o reconhecimento de objetos, o qual envolve a identificação dos objetos no mundo exterior (Collins & Wyart, 2018; Eysenck & Kean, 2007). Portanto, na percepção de objetos, a sua identificação e reconhecimento são influenciados pela capacidade de discriminação perceptiva de características constituintes do objeto, na qual se repercutem os processos psíquicos superiores como atenção, memória, pensamento e, principalmente, a dimensão “consciência” no processo e consequente ato de tomada de decisão perceptiva (Eysenck & Kean, 2007; Pereira, 2018b).

As dificuldades de aprendizagem inicialmente foram abordadas sob a perspectiva médica, concebendo que resultavam de lesões, danos ou disfunções cerebrais; posteriormente foi adotada a perspectiva psicológica e educativa cujo enfoque é assentado nos processos psicológicos básicos, em que uma orientação envolve as percepções visuais e auditivas e outra os processos linguísticos (González, 2004). Em ambas as perspectivas, as dificuldades de aprendizagem têm lugar no sistema interno do sujeito e não considerando o papel dos fatores ambientais, extrínsecos (Sternberg & Grigorenko, 2003). Numa terceira etapa, surge a abordagem que dá atenção às dificuldades de aprendizagem específicas, onde predomina o modelo baseado na instrução direta, em que o foco dos problemas foi centrado no processo de aprendizagem, evidenciando o que se passa verdadeiramente

nas situações de aprendizagem em termos de processamento da informação, vindo a afirmar-se o paradigma cognitivista como o que melhor explica as questões envolvidas nas dificuldades de aprendizagem (González, 2004).

Nas dificuldades de aprendizagem gerais e específicas, é relevante o diagnóstico de processos cognitivos e neuropsicológicos para a compreensão do rendimento escolar, de modo a identificar as competências e défices do processamento cognitivo e também desenhar intervenções adequadas ao perfil do aluno (Hale, Kaufman, Naglieri & Kavale, 2006).

Habitualmente, os diversos autores consideram que os processos cognitivos básicos envolvidos na aprendizagem são a atenção, a percepção e a memória. A atenção no processamento da informação desempenha a função de manutenção da focalização dos recursos perceptivos no estímulo ou a função de seleção dos estímulos relevantes entre os que foram recebidos pelo sistema (Ramalho, 2009; Ramalho, García-Señoran & González, 2009). A percepção é o processo cognitivo por meio do qual se executa o reconhecimento, a organização e a compreensão dos estímulos envolventes, extraindo-se a significação deles (Cole & Cole, 2003; Papália et al., 2006; Sierra & Martini, 2002; González-Pienda & Nuñez-Pérez, 2002; Fonseca, 2008); os sujeitos com dificuldades de aprendizagem, em particular as específicas, habitualmente apresentam ao mesmo tempo problemas motores e perceptivos, uma vez que a percepção comporta necessariamente uma componente motora; o processo de reconhecimento dos objetos (contorno, forma, orientação, altura etc.) implica a manipulação de objetos (Fonseca, 2008, 2014). A Percepção visual é um processo cognitivo da visão e as disfunções cognitivas ao nível da percepção traduzem-se em dificuldades de decodificação visual, discriminação visual, figura-fundo, constância da forma, coordenação visomotora (Fonseca, 2008, 2014). A memória é o processo de acesso às experiências passadas para uso da informação no presente (Sternberg, 2008), sendo um processo cognitivo envolvido no reconhecimento e na reutilização daquilo que foi aprendido e retido (Fonseca, 2008, 2014).

A atividade cognitiva da percepção visual evidencia particularidades, características, as quais advêm dos processos de discriminação, análise, seleção, identificação e armazenamento dos estímulos visuais associados

a experiências sensório-motoras anteriores (Frostig, 1963). A percepção visual é uma competência fundamental nas aquisições escolares; por isso, é importante ser desenvolvida e otimizada para potenciar e assegurar a aprendizagem adequada ao nível de exigências e treinar certos aspectos como orientação espacial, dificuldades em discriminar aspectos essenciais das imagens que lhes são apresentadas bem como problemas na organização da informação quando se trabalha com crianças com dificuldades de aprendizagem (Frostig et al, 1994; Dias & Chaves, 2000; Dias & Chaves, 2001). Por conseguinte, é importante promover programas que permitam desenvolver as funções sensoriais e motoras, a linguagem, a percepção auditiva, visual, cinestésica e tátil, a capacidade de pensar, aprender e recordar, a adaptação e o comportamento emocional, porque parte do insucesso escolar está associada à dificuldade dos alunos em organizar os conhecimentos e sistematizar estratégias de resolução de problemas (Dias, 1996, 1999; Frostig, 1979). As investigações mostram que alunos com dificuldades de aprendizagem alcançaram desempenho inferior em provas de função motora fina, sensorial e perceptiva, quando comparados com escolares sem dificuldades de aprendizagem (Coppede, Okuda & Capellini, 2012). Os alunos com dificuldades de aprendizagem, nos dois primeiros anos de escolaridade, apresentam contato frustrante com a leitura devido à decodificação dos grafemas ter se tornado uma tarefa difícil da qual não se conseguem libertar (Lopes, 2010). Por conseguinte, existe uma multiplicidade de fatores que têm interferência nas dificuldades de aprendizagem, desde os de ordem emocional e social aos relacionados com a funcionalidade psíquica integral em termos processuais, nomeadamente o processamento cognitivo. Daí que, nesta investigação, o foco do problema incida na procura de aspectos do processamento perceptivo, mais concretamente da competência de discriminação perceptiva, que eventualmente condicionem o processo de aprendizagem dos alunos que evidenciam dificuldades.

Além dos problemas das aprendizagens escolares básicas, como a leitura, a escrita e a matemática, os alunos com dificuldades de aprendizagem podem apresentar outros problemas característicos; por exemplo, a criança pode ter quociente de inteligência normal, mas revelar dificuldades relacionadas com inversão e confusão de letras e números semelhantes pela

grafia, esquecer a sequência dos dias da semana, meses, estações do ano, sendo comum fazer referência a que alunos com dificuldades de aprendizagem têm problemas de atenção, estando desatentos e distraíndo-se facilmente (Artigas-Pallarés, 2009; Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas [APPDAE], 2014; Cadin, 2016; Fonseca, 2014). Cerca de 50% das crianças no 1º ano do ensino básico têm desenvolvimento perceptivo inadequado, repercutindo-se nas dificuldades de aprendizagem da leitura, escrita e cálculo (Frostig s. d., cit. in Fonseca, 2014). Além dos fatores cognitivos, em particular os perceptivos e de operacionalização, existem outros fatores como o envolvimento e compromisso motivacional que podem conduzir ao insucesso na execução das tarefas (Pereira, 2015, 2019, 2020).

A problemática exposta conduz à questão de partida desta investigação, a qual consiste na especificação de diferenças na atividade de discriminação perceptiva de símbolos gráficos, quanto às variáveis “erros cometidos” e “tempo despendido” entre alunos com e sem dificuldades de aprendizagem.

## MÉTODO

### Amostra

*Tabela 1. Distribuição dos participantes por idades*

Idades		Grupos	
		Com Dificuldades de Aprendizagem	Sem Dificuldades de Aprendizagem
Anos	Meses	Alunos	Alunos
7	85 – 96	35	35
8	97 – 108	40	40
9	109 – 120	50	50
10	121 – 132	45	45
11	133 – 144	30	30
12	145 – 156	25	25
13	157 – 168	25	25
14	169 – 180	25	25

A amostra de participantes desta investigação é constituída por 275 alunos de ambos os gêneros, havendo mais do sexo masculino que do feminino, referenciados pelas escolas que frequentam por revelarem dificuldades de aprendizagem dos conteúdos escolares; sendo confirmado o diagnóstico pelo psicólogo que os atende no serviço de pediatria do sistema hospitalar. Esses alunos encontram-se distribuídos por diversas idades, compreendidas entre 7 e os 15 anos. Uma parte significativa desses alunos – metade – frequentava o 1º ciclo (4 anos) e a outra parte, a outra metade, frequentava o 2º ciclo (2 anos) e o 3º ciclo (3 anos) do ensino básico.

Paralelamente foi constituído um grupo de 275 alunos que não experimentavam qualquer dificuldade de aprendizagem e que apresentavam correspondência identitária quanto às características etárias, de gênero e de condição socioeconômica. Da mesma forma, esse grupo integral de alunos foi distribuído por grupos menores idênticos, quanto à dimensão e características sociodemográficas, ao grupo que revela dificuldades de aprendizagem.

## Metodologia da investigação

O objetivo principal desta investigação consistiu na procura de características diferenciais no processo perceptivo de discriminação de símbolos gráficos entre alunos com e sem dificuldades de aprendizagem. Consequentemente, foram colocadas as seguintes hipóteses:

$H_0$  – Não existem diferenças significativas quanto às características – erros cometidos e tempo de execução – escolhidas nesta investigação entre os grupos de alunos com e sem dificuldades de aprendizagem;

$H_1$  – Há diferenças significativas quanto à quantidade de erros cometidos no processo de discriminação perceptiva, entre os dois grupos de alunos: com e sem dificuldades de aprendizagem;

$H_2$  – Existem diferenças significativas quanto ao tempo de execução no processo de discriminação perceptiva, entre os dois grupos de alunos.

Com base nessas hipóteses, formulam-se as seguintes questões de investigação:

1. Haverá diferenças significativas quanto aos erros cometidos no processo de discriminação perceptiva entre os alunos com e sem dificuldades de aprendizagem?
2. Haverá diferenças significativas quanto ao tempo de execução no processo de discriminação perceptiva entre os alunos com e sem dificuldades de aprendizagem?

## **Delineamento da investigação**

Em primeiro lugar, procedeu-se ao estabelecimento e conseqüente confirmação do diagnóstico “dificuldades de aprendizagem”: existência ou ausência. Em seguida, com base no critério de existência ou ausência de dificuldades de aprendizagem, foram constituídos dois grupos de alunos.

Formados os dois grupos de alunos, com e sem dificuldades de aprendizagem, todos os alunos de ambos os grupos foram chamados a realizar a mesma prova SDMT (*Símbol Digit Modalities Test*), a qual consistiu na execução da tarefa de substituição de símbolos por dígitos (algarismos) do par correspondente, visando diferenciar a capacidade de discriminação perceptiva de símbolos gráficos dos participantes.

Durante a realização da atividade pelos alunos, o investigador registou os dados de quatro variáveis: emparelhamentos incorretos; emparelhamentos corretos; tempo despendido na execução da tarefa; quantidade de emparelhamentos corretos por minuto. Nesta investigação, os resultados de execução da tarefa não foram limitados a 120 segundos, conforme instruções dos autores do teste, consistindo na quantidade de símbolos errados e certos durante o tempo necessário a cada participante para executar a prova na totalidade.

Por fim, os dados obtidos foram submetidos ao tratamento estatístico, aplicando o critério t de Student, tendo por finalidade confirmar, ou não, a existência de diferenças significativas.

## **Instrumentos metodológicos**

**Entrevista clínico-psicológica** orientada para o diagnóstico especificado e de confirmação, ou não, da existência de dificuldades de

aprendizagem nos alunos referenciados e identificados pela escola como tal, tendo por finalidade manter ou excluir esses alunos do grupo ao qual foram dirigidos. Além disso, as informações recolhidas por meio da entrevista não tiveram a finalidade de serem expostas como resultados da investigação, mas serem utilizadas como auxiliar de interpretação qualitativa dos resultados quantitativos obtidos.

**Observação psicológica e psicopedagógica** orientada para a verificação do modo como os participantes executavam as tarefas; assim como para a detecção e registo de especificidades psicológicas de operacionalização. Por conseguinte, dados e informações decorrentes do processo de observação, quer de natureza psicológica, quer psicopedagógica, são relevantes principalmente para a especificação de mecanismos de operacionalização no âmbito da execução da tarefa de substituição de símbolos por dígitos (algarismos), evidenciando pormenores individuais, específicos e talvez gerais, que conduzem aos erros cometidos e ao tempo, maior ou menor, gasto na respectiva prova.

### **Teste de Símbolos e Dígitos** (SDMT – *Symbol Digit Modalities Test*)

O Teste de Símbolos e Dígitos foi criado por Aaron Smith (1982) e consiste numa tarefa de substituição de símbolos por dígitos (algarismos), havendo um modelo instrutório de correspondência dígito – símbolo, sendo que o executante deve colocar na quadrícula por baixo do símbolo o dígito correspondente ou desenhar na quadrícula por baixo do dígito o símbolo correspondente, em conformidade com a forma A ou B aplicada. O teste está indicado para ser aplicado a crianças a partir dos 8 anos e a adultos sem limite de idade máxima.

É um instrumento orientado para a detecção rápida de disfunções cognitivas e é útil na detecção de disfunções cerebrais tanto em crianças como em adultos. Estudos de carácter neuropsicológico demonstram ser um instrumento sensível para medir a recuperação espontânea das funções

cerebrais e de melhorias resultantes dos tratamentos (Pereira, 2018a; Spreen & Strauss, 1998); é uma prova de referência na avaliação dos sintomas cognitivos na esclerose múltipla (Pereira, 2018a).

No âmbito da educação, também se demonstra a sua utilidade na avaliação da capacidade leitora e na predição de problemas de leitura no início da escolaridade.

No manual do SDMT, há referência a estudos que mostram a efetividade do instrumento no campo da aplicação clínica para diferenciar disfunções cerebrais de psicóticas, orgânicas de depressivas, detecção precoce da demência, diagnósticos em crianças com dificuldades de aprendizagem, identificação precoce de crianças com problemas de leitura, detecção de mudanças no funcionamento cognitivo ao longo do tempo ou no processo terapêutico em pessoas com lesões traumáticas vasculares, neoplásicas e outros danos cerebrais (Smith, 1982; Spreen & Strauss, 1998).

O SDMT é um teste que consiste na tarefa de substituição de símbolos por dígitos ou de dígitos por símbolos correspondentes, tendo sido criado com o objetivo de avaliar as disfunções cerebrais em crianças e adultos (Spreen & Strauss, 1998). É similar à tarefa de substituição de dígitos por símbolos do subteste Código – B da bateria de inteligência para crianças WISC III (Wechsler, 1991), consistindo de fileiras que contêm ao todo 100 quadrículas em branco, as quais formam pares uma a uma com um número aleatoriamente alocado de 1 a 9. Por cima das fileiras com quadrículas em branco encontra-se impresso uma legenda-padrão de pares símbolo – dígito. No SDMT, a apresentação do material reverte a existente na WISC - III, ou seja, os símbolos são impressos e os números serão escritos pelo examinando. Contudo, em ambos os testes de substituição de dígitos por símbolos o limite de tempo de aplicação sugerida pelas instruções do autor é de 120 segundos. O resultado será a quantidade de substituições corretas. O teste permite mensurar primariamente o aspecto do rastreamento atencional e a varredura visual, a destreza visomotora, atenção seletiva e sustentada e organização perceptiva (Lezak, 1995).

## RESULTADOS

*Tabela 2. Erros de emparelhamento dígito-símbolo cometidos na execução da tarefa por idades dos participantes*

Anos	Idades Meses	Grupos				Diferencial	t – critério de Student	Nível de diferenciação estatística p <
		Com Dificuldades de Aprendizagem		Sem Dificuldades de Aprendizagem				
		M	DP	M	DP			
7	84 – 96	2,57	2,23	1,57	3,91	1,00	1,26	0,216
8	96 – 108	4,00	6,43	1,25	2,07	2,75	2,43	0,020
9	108 – 120	0,60	1,03	0,90	1,15	- 0,30	- 1,35	0,182
10	120 – 132	2,11	1,99	1,67	1,91	0,44	1,22	0,228
11	132 – 144	0,50	0,51	3,00	4,23	- 2,50	- 3,12	0,004
12	144 – 156	6,00	7,50	1,40	1,89	4,60	2,85	0,009
13	156 – 168	0,40	0,50	2,40	2,38	- 2,00	- 4,67	0,000
14	168 – 180	2,80	3,73	1,20	1,00	1,60	2,31	0,029

Os dados inscritos na tabela 2 mostram que, em cinco das idades representadas, os alunos com dificuldades de aprendizagem cometem em média mais erros na execução da tarefa do que os alunos sem dificuldades de aprendizagem; contudo, em três das idades são os alunos sem dificuldades de aprendizagem que cometem mais erros. Em cinco das idades – 8, 11, 12, 13 e 14 anos – existem diferenças estatisticamente significativas, sendo que nos 8, 12 e 14 anos há mais erros cometidos pelos alunos com dificuldades de aprendizagem e nos 11 e 13 anos é ao contrário. Nos 7, 9 e 10 anos não há diferenças estatísticas significativas.

**Tabela 3.** Emparelhamento dígito-símbolo correcto na execução da tarefa por idades dos participantes

Anos	Idades Meses	Grupos				Diferencial	t – critério de Student	Nível de diferenciação estatística p <
		Com Dificuldades de Aprendizagem		Sem Dificuldades de Aprendizagem				
		M	DP	M	DP			
7	84 – 96	107,57	2,29	108,43	3,91	- 0,86	- 1,012	0,319
8	96 – 108	106,00	6,43	108,75	2,07	- 2,75	- 2,43	0,020
9	108 – 120	109,40	1,03	109,10	1,15	0,30	1,35	0,182
10	120 – 132	107,89	1,99	108,33	1,91	- 0,44	- 1,22	0,228
11	132 – 144	109,50	0,51	107,00	4,23	2,50	3,12	0,004
12	144 – 156	104,00	7,50	108,60	1,89	- 4,60	- 2,85	0,009
13	156 – 168	109,60	0,50	107,60	2,38	2,00	4,67	0,000
14	168 – 180	107,20	3,73	108,80	1,00	- 1,60	- 2,31	0,029

Na tabela 3, os resultados mostram que, em cinco das idades representadas, os alunos com dificuldades de aprendizagem têm em média menos emparelhamentos dígito-símbolo corretos na execução da tarefa do que os alunos sem dificuldades de aprendizagem; contudo, em três das idades são os alunos sem dificuldades de aprendizagem que alcançaram menos emparelhamentos corretos. Em cinco das idades – 8, 11, 12, 13 e 14 anos – existem diferenças estatisticamente significativas, sendo que nos 8, 12 e 14 anos há menos emparelhamentos corretos nos alunos com dificuldades de aprendizagem e nos 11 e 13 anos é ao contrário. Nos 7, 9 e 10 anos não há diferenças estatísticas significativas.

**Tabela 4.** *Tempo despendido na execução da tarefa de emparelhamento dígito-símbolo por idades dos participantes*

Idades		Grupos				Diferencial	t – critério de Student	Nível de diferenciação estatística p <
		Com Dificuldades de Aprendizagem		Sem Dificuldades de Aprendizagem				
Anos	Meses	M	DP	M	DP			
7	84 – 96	642,4	173,5	488,7	160,1	153,7	3,56	0,001
8	96 – 108	542,2	90,4	384,8	110,9	157,3	9,95	0,000
9	108 – 120	444,2	103,8	330,0	40,9	114,2	6,89	0,000
10	120 – 132	372,3	89,2	295,0	33,4	77,3	4,80	0,000
11	132 – 144	349,0	25,4	310,0	83,9	77,3	2,45	0,020
12	144 – 156	284,8	29,6	256,0	63,2	28,8	1,93	0,065
13	156 – 168	386,4	44,5	250,2	63,0	136,2	11,68	0,000
14	168 – 180	280,2	78,9	221,0	18,7	59,2	3,92	0,001

Na tabela 4, os resultados inscritos revelam que em todas as idades dos participantes existem diferenças estatisticamente significativas, exceto na idade de 12 anos, na qual se encontra tendência para a significação estatística, mas já muito próxima de a atingir; quanto ao tempo despendido na execução da tarefa de emparelhamento dígito-símbolo, entre alunos com e sem dificuldades de aprendizagem, verifica-se que os alunos com dificuldades de aprendizagem em todas as idades despendem mais tempo.

**Tabela 5.** *Quantidade de emparelhamentos dígito-símbolo por minuto na execução da tarefa por idades dos participantes*

Idades		Grupos				Diferencial	t – critério de Student	Nível de diferenciação estatística p <
		Com Dificuldades de Aprendizagem		Sem Dificuldades de Aprendizagem				
Anos	Meses	M	DP	M	DP			
7	84 – 96	11,14	2,39	14,86	4,00	- 3,71	- 4,59	0,000
8	96 – 108	14,13	2,70	18,63	5,86	- 4,50	- 5,64	0,000
9	108 – 120	15,70	3,78	20,20	2,96	- 4,50	- 6,19	0,000
10	120 – 132	18,78	4,20	22,78	2,32	- 4,00	- 4,69	0,000
11	132 – 144	19,00	1,02	22,83	6,14	- 3,83	- 3,35	0,002
12	144 – 156	23,40	2,29	27,20	7,51	- 3,80	- 2,39	0,025
13	156 – 168	17,60	2,00	27,80	6,07	- 10,20	- 9,28	0,000
14	168 – 180	25,60	7,38	29,80	2,69	- 4,20	- 2,79	0,010

Na tabela 5, os resultados inscritos revelam que em todas as idades dos participantes existem diferenças estatisticamente significativas na execução da tarefa de emparelhamento dígito-símbolo; quanto à média de emparelhamentos corretos por minuto, entre alunos com e sem dificuldades de aprendizagem, observa-se que os alunos com dificuldades de aprendizagem em todas as idades alcançaram menos emparelhamentos por minuto.

## DISCUSSÃO

Esta investigação, cujo objetivo consistiu em estudar as especificidades da discriminação perceptiva em alunos que evidenciam dificuldades de aprendizagem, comparativamente aos padrões revelados por alunos sem dificuldades de aprendizagem, é assentada em quatro indicadores da funcionalidade perceptiva quando da execução da tarefa em que a capacidade de discriminação perceptiva é imprescindível para o desempenho adequado na operação de emparelhamento dígito-símbolo gráfico: quantidade de emparelhamentos errados, quantidade de emparelhamentos corretos, tempo despendido na execução total da tarefa, quantidade de emparelhamentos corretos por minuto.

A lógica da funcionalidade infere que os alunos com dificuldades de aprendizagem tendem a cometer mais erros na execução das tarefas. No entanto, nesta investigação, embora essa lógica se confirme na maior parte das idades reportadas, há idades em que foram os alunos sem dificuldades de aprendizagem que cometeram mais erros de emparelhamento dígito-símbolo. Fato que vem confirmar que não se poderá, de forma absoluta, considerar a relação de correspondência entre dificuldades de aprendizagem e maior quantidade de erros na execução da tarefa. É necessário relativizar essa questão, visto que existem vários fatores de natureza psicológica que atuam ao mesmo tempo sobre a ação de execução da tarefa; por exemplo, a atenção concentrada no processo de seleção e verificação, a memória como processo de recurso, o envolvimento motivacional, a vontade de querer ter sucesso, a responsabilidade sentida, são alguns dos fatores que podem compensar as insuficiências de discriminação perceptiva em alunos com dificuldades de aprendizagem, e quando esses fatores estão menos presentes

em alunos sem dificuldades de aprendizagem pode levá-los a cometer mais erros, apesar das suas capacidades para a discriminação perceptiva adequada à execução da tarefa com êxito (Fonseca, 2014; Pereira, 2015, 2019; Sternberg, 2008).

A relação de proporcionalidade entre emparelhamentos “dígito-símbolo” errados e certos mostra que quanto mais emparelhamentos incorretos, menos são os corretos e vice-versa. Portanto, também nesta contagem de emparelhamentos certos, a lógica de análise dita que os alunos com dificuldades de aprendizagem assinalam menor quantidade de emparelhamentos corretos. A investigação revela que das oito idades em análise, há cinco com diferenças estatisticamente significativas, sendo que em três os alunos com dificuldades de aprendizagem apresentam de fato menor quantidade de emparelhamentos certos corroborando a lógica interpretativa, mas, em duas das idades, a quantidade menor de emparelhamentos corretos pertence aos alunos do grupo sem dificuldades de aprendizagem. Nas três idades em que não foram encontradas diferenças estatísticas significativas, praticamente a menor quantidade de emparelhamentos certos pertence ao grupo das dificuldades de aprendizagem. Por conseguinte, também aqui nos emparelhamentos corretos, tal como nos incorretos, a explicação de não existir um sentido único de menor quantidade de emparelhamentos certos, que deveria decorrer da menor capacidade de discriminação perceptiva nos alunos com dificuldades de aprendizagem, é justificada pelo fato desse indicador, baseado nos emparelhamentos corretos assinalados, não ter apenas por causa fatores de insuficiência perceptiva, mas ser influenciado pelas repercussões de fatores atencionais, mnésicos, motivacionais e de responsabilidade pessoal, corroborados por vários autores (Fonseca, 2014; Pereira, 2015, 2019; Sternberg, 2008).

O tempo despendido na prova completa de emparelhamento dígito-símbolo foi, em todas as idades da investigação, superior nos participantes com dificuldades de aprendizagem. Nas idades de 7, 8, 9 anos, os alunos com dificuldades de aprendizagem necessitaram mais 1/4 do tempo do que os alunos sem dificuldades de aprendizagem para completar a prova. Nas idades 10, 11, 12 anos os alunos com dificuldades de aprendizagem continuaram a necessitar mais tempo para executar a prova de emparelhamento

dígito-símbolo, mas agora oscilando o acréscimo entre  $1/5$  e  $1/9$  do tempo. Nas idades de 13 e 14 anos o tempo despendido pelos alunos com dificuldades de aprendizagem na execução da prova continuou a ser superior ao despendido pelos alunos sem dificuldades de aprendizagem, sendo agora de  $1/3$  a  $1/4$  mais.

Entretanto, a lógica do desenvolvimento humano é reafirmada nesta investigação à medida que quanto mais se avança na idade decresce progressivamente o tempo despendido na execução da tarefa de emparelhamento dígito-símbolo, sendo válido para alunos com e sem dificuldades de aprendizagem, não obstante os primeiros necessitem de mais tempo. Resultados inferem que na generalidade a maturação do sistema nervoso e conseqüente desenvolvimento neuropsicológico reforçam o aumento da velocidade de processamento da informação e daí advém a necessidade de menos tempo despendido na execução das tarefas. As diferenças mais acentuadas em termos de dispêndio de tempo entre alunos com e sem dificuldades de aprendizagem reporta-se às idades até aos 10 anos, sendo que a partir dessa idade ambos os grupos adquirem maior capacidade de processamento, aumentando a velocidade, embora diminuam as diferenças de tempo na execução das tarefas entre os dois grupos, elas perduram estatisticamente significativas. Há aspectos relacionados com o tempo despendido no processamento da informação, que decorrem da influência de fatores de ordem neurodesenvolvimental e especialmente da funcionalidade psíquica, tais como, organização perceptiva, envolvendo características de discriminação perceptiva, decodificação e identificação, recuperação da memória a longo prazo para a memória de trabalho, sucessividade e simultaneidade, antecipação e estimativa dos resultados na operacionalização do cálculo mental (Fonseca, 2014; Pereira, 2020).

A quantidade média de emparelhamentos dígito-símbolo corretos por minuto aumenta progressivamente em todas as idades da investigação, tanto nos participantes com como sem dificuldades de aprendizagem, demonstrando o impacto do desenvolvimento humano nos resultados de execução de tarefas e revelando subidas maiores nas idades de passagem da infância para a adolescência inferior, cuja correspondência etária são os 11, 12 e 13 anos, e desta para a adolescência média que corresponde a 14,15 e 16 anos,

demonstrando no período de desenvolvimento, à medida que se avança na idade, que também aumenta o índice de maturação neuropsíquica e, por conseguinte, maior capacidade e rapidez de execução de tarefas (Cole & Cole, 2003; Papalia et al., 2006). Em todas as idades da investigação, os alunos com dificuldades de aprendizagem emparelharam menos pares dígito-símbolo corretamente, por minuto, existindo diferenças estatísticas bastante significativas. A menor quantidade de emparelhamentos dígito-símbolo por minuto, evidenciada nos alunos com dificuldades de aprendizagem, é correlacionada com a necessidade de mais tempo despendido na execução da tarefa, mostrando que a proveniência poderá ter origem causal em questões do âmbito do neurodesenvolvimento devido à ação de condições adversas em períodos sensíveis e críticos do processo de desenvolvimento do ser humano em fases mais precoces (Cole & Cole, 2003; Papalia et al., 2006), mas também se poderá reportar exclusivamente a fatores da funcionalidade psíquica, os quais apresentam certo grau de disfuncionalidade decorrente de insuficiente desenvolvimento de competências mentais necessárias à eficaz execução da tarefa; em particular competências de natureza cognitiva reportadas ao nível sensorio-perceptivo, implicando défices no plano da organização perceptiva envolvendo características responsáveis pela discriminação perceptiva, processos de decodificação e identificação, processamento sucessivo e simultâneo, transdução da informação recuperada da memória a longo prazo para ser utilizada operativamente na memória de trabalho, funcionalidade dos processos de antecipação e estimativa de resultados a serem utilizados em passos seguintes na operacionalização cognitiva (Fonseca, 2014; Pereira, 2019, 2020).

## CONCLUSÃO

Os alunos com dificuldades de aprendizagem habitualmente cometem mais erros e assinalam menos emparelhamentos corretos na tarefa de emparelhamento dígito-símbolo; em particular quando o tempo de execução tem limites. Contudo, se não existirem constrangimentos de tempo é possível reduzir o montante de erros cometidos, sendo em alguns casos idêntica, e até menor, a quantidade observada em alunos sem dificuldades de

aprendizagem. Consequentemente, recomenda-se a introdução de tempos de compensação na prática do apoio pedagógico disponibilizado a alunos com dificuldades de aprendizagem.

Os emparelhamentos dígito-símbolo incorrectos nem sempre foram superiores no contingente de alunos com dificuldades de aprendizagem; por um lado, porque, não existindo limitação de tempo, é possível a compensação e, por outro lado, as incorreções poderão resultar não apenas de insuficiências nas competências de organização e discriminação perceptiva, mas também da influência de fatores atencionais, motivacionais e de responsabilidade pessoal negativos.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem despendem mais tempo, evidenciando diferenças bastante significativas na execução da tarefa de emparelhamento dígito-símbolo comparativamente a alunos sem dificuldades de aprendizagem.

A necessidade de mais tempo para os alunos com dificuldades de aprendizagem para executar a tarefa de emparelhamento dígito-símbolo é explicada e justificada pela presença do processamento da informação mais lento, sendo o tempo consumido na decodificação e identificação das correspondências dígito-símbolo em que a discriminação perceptiva não se infirma com a rapidez necessária de modo a ter aparência de simultaneidade ou automatização.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem assinalam menor quantidade de emparelhamentos dígito-símbolo corretos por minuto em todas as idades da investigação, evidenciando insuficiências de discriminação perceptiva quando do processamento da informação. Insuficiências no nível de desenvolvimento de competências de decodificação e consequente identificação, comprometendo a rápida atualização, confirmação e decisão mental da resposta correta. Por conseguinte, os processos de sucessividade e simultaneidade no ato de antecipação e previsibilidade estimada poderão comportar pequenos momentos de hesitação que não permitem assegurar a decisão mental suficientemente rápida e automatizada para o efeito almejado.

Contudo, admite-se que, em certos casos concretos, as insuficiências detectadas, em termos de rapidez de decisão correta, não são oriundas de

problemas de organização e discriminação perceptivos, mas de questões de atenção focalizada e seletiva, memória operativa, motivação para a tarefa e envolvimento responsável.

Entretanto, também se vislumbram limitações nesta investigação, admitindo que existe uma multiplicidade de fatores que interferem nas dificuldades de aprendizagem, nomeadamente fatores de ordem emocional e social, mas apenas foram foco desta investigação fatores de natureza neurocognitiva. Outras limitações advêm da utilização de poucos instrumentos metodológicos e consequente ausência de correlação de resultados diversificados e ainda por não terem sido usadas amostras maiores para cada idade separadamente.

Os resultados do estudo têm implicação positiva para a prática do ensino-aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem, permitindo otimizar o processo de execução de tarefas, tendo em conta as características individuais dos alunos no que reporta às suas capacidades de discriminação perceptiva e tempo de reconhecimento e identificação de símbolos e respectivas correspondências. Em futuras pesquisas, adverte-se para a necessidade de correlacionar dados obtidos por instrumentos distintos orientados para o mesmo objeto de estudo e também envolver na investigação a maior parte possível de fatores que se suspeita terem influência naquele tipo de tarefa.

## REFERÊNCIAS

- Artigas-Pallarés, J. (2009). Dislexia: enfermedad, trastorno o algo distinto. *Rev Neurol*; 48 (Supl 2): S63-S69.
- Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas [APPDAE] (2014). *Prevalência das DAE's*. Consultado em 25 abril 2016. Disponível em: <http://goo.gl/pn5A8C>.
- Cadin (2016). *Sinais de Alerta: Dislexia e Outras Dificuldades de Aprendizagem Específicas*. Disponível em [http://www.cadin.net/wp-content/uploads/SinaisAlerta\\_DAE.pdf](http://www.cadin.net/wp-content/uploads/SinaisAlerta_DAE.pdf).
- Cole, M. & Cole, Sh. (2003). *O desenvolvimento da criança e do adolescente* (4<sup>a</sup> ed.). Porto Alegre: ArtmedEditora.

- Collins, T. & Wyart, V. (2018). La perception visuelle. In T. Collins, D. Andler & Tallon-Baudry (Orgs.). *La cognition: du neurone à la société* (p. 239 – 269). Paris: Gallimard.
- Coppede, A. C., Okuda, P. M. M. & Capellini, S. A. (2012). Desempenho de escolares com dificuldades de aprendizagem em função motora fina e escrita. *Journal of Human Growth and Development* 2012; 22(3): 297-306
- Dias, M. M. (1996). O Treino da Percepção Visual na Deficiência Mental. *Actas do II.º Congresso Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 68-73.
- Dias, M. M. (1999). *A Imagem no Ensino de Crianças com Necessidades Educativas Especiais*. Braga: Edições Casa do Professor.
- Dias, M. M. & Chaves, J. H. (2000). Percepção Visual e Dificuldades de Aprendizagem: Um estudo com Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación, Actas do V Congresso Galego-Português de Psicopedagogía, n.º 4 (vol. 6), Ano 4.º- 2000*. Corunha: Universidade da Corunha & Braga: Universidade do Minho, 389-398.
- Dias, M. M. & Chaves, J. H. (2001). O Programa de Treino da Percepção Visual para Alunos com Dificuldades de Aprendizagem do 1º ciclo do Ensino Básico. In P. Dias & C. V. de Freitas (Org.), *Actas da II Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, Desafios 2001, Challenges 2001*. Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 707-721.
- Eysenck, M. W. & Keane, M. T. (2007). *Manual de psicologia cognitiva* (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, V. (2008). *Dificuldades de aprendizagem. Abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar* (4ª ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Fonseca, V. da (2014). *Dificuldades de Aprendizagem - Uma Abordagem Neuropsicopedagógica* (5ª ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Frostig, M. (1963). *Frostig Development Test of Visual Perception*. Palo Alto, Califórnia: Ed. Consulting Psychologist Press.

- Frostig, M. (1965). An Approach to the treatment of Children with Learning Disorde. *Learning Disorders*, vol. 1. Seattle: J. Hellmuth Spec. Child Pub.
- Frostig, M. (1979). *Programa para el Desarrollo de la Perception Visual(Figuras y Formas)*. Buenos Aires: Medical Pan-American.
- Frostig, M.; Horne, D.; Miller, A. (1994). *Figuras y Formas*. Madrid: Editorial Medica Panamericana, S. A.
- Frostig, M., Lefever, D. W. &Whittlesey, J. R. B. (1961). A developmental test of visual perception for evaluating normal and neurologically handicapped children. *Perceptual and Motor Skills*, 12, 383 – 394.
- Ganzen, V. A. (1984). *Descrições sistêmicas em psicologia*. Leninegrado: Universidade Estatal de Leninegrado.
- Gazzaniga, M. S., Ivry, R. B. & Magnun, G. R. (2006). *Neurociência cognitiva: A biologia da mente* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- González, M. (2004). *Manual de dificultades de aprendizaje*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- González-Pienda, J. A. & Nuñez-Pérez, L. A. (2002). Dificultades específicas relacionadas com las matemáticas. In J. A. González-Pienda & L. A. Nuñez-Pérez (Cords.). *Dificultades del aprendizaje escolar* (pp. 315 – 340). Madrid: EdicionesPirámide.
- Gordon, I. E. (2004). *Theories of visual perception*. New York: Psychology Press.
- Hale, J. B., Kaufman, J. A., Naglieri, A. &Kavale, K. A. (2006). Implementation of idea: integrating response to intervention and cognitive assessment methods. *Psychology in the Schools*, 43 (7), 753 – 770.
- Hockenbury, D. H. &Hockenbury, S. E. (2002). *Descobriendo a psicologia* (2ª ed.). São Paulo: Manole.
- Kandel, E. R., Schwartz, J. H., Jessel, T. M., Siegelbaum, S. A. & Hudspeth, A. J. (Eds.) (2013). *Principles of neuroscience* (5th ed.). New York: MacGraw-Hill.
- Lent, R. (2010). *Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais de neurociência* (2ª ed.). São Paulo: Editora Atheneu.

- Lezak, D. M. (1995). *Neuropsychological Assessment, II. A compendium of tests and assessment techniques (3rd ed.)*. Oxford: Oxford University Press.
- Lomov, B. F. (1984). *Problemas teóricos e metodológicos da psicologia*. Moscovo: Ciência.
- Lopes, J. A. (2010). *Conceptualização, Avaliação e Intervenção nas Dificuldades de Aprendizagem: A sofisticada arquitetura de um equívoco*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Maslow, P., Frostig, M., Lefever, D. W. & Whittlesey, J. R. B. (1964). The Marianne Frostig Developmental Test of Visual Perception, 1963 standardization. *Perceptual and Motor Skills*, (19), 463 – 499.
- Morin, E. (1994). *La complexité humaine*. Paris: Flammarion.
- Papalia, D. E., Feldman, R. D. & Olds, S. W. (2006). *Desenvolvimento Humano (12ª ed.)*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Pereira, F. O. (2015). Especificidades do rendimento, aptidão e motivação escolares em alunos com dificuldades de aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional* [en línea]. 2015, 19(3), 525 – 536 [fecha de Consulta 3 de marzo de 2021]. ISSN: 1413-8557. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282343250012>
- Pereira, F. O. (2018a). *Estudo neuropsicológico longitudinal de funções cognitivas na esclerose múltipla*. Lisboa: Autor.
- Pereira, F. O. (2018b). Teoría sistémico-integrativa del psiquismo humano. *Teoría y Crítica de la Psicología*, Núm. 10 (2018), 1-23. <http://www.teocripsi.com/ojs/> (ISSN: 2116-3480).
- Pereira, F. O. (2019). Aptitud cognitiva y compromiso motivacional en el éxito educativo de estudiantes con y sin dificultades de aprendizaje. *Propósitos y Representaciones*, 7 (2), 11-44. Dóí: <http://dx.doi.org/10.20511/pyr2019.v7n2.292>
- Pereira, F. O. (2020). Particularidades de operacionalização do cálculo mental nas dificuldades de aprendizagem. *Obutchénie: Revista de Didáctica e Psicologia Pedagógica*, 4 (3), 758 – 792. <https://doi.org/10.14393/OBv4n3.a2020-58436>
- Petrovski, A. V. (1989). *Psicologia*. Moscovo: Progresso.

- Ramalho, J. (2009). *Psicologia e psicopatologia da atenção*. Braga: APPACDM.
- Ramalho, J. M. F., García-Señoran, M. M. & González, S. G. (2009). Mecanismos de atenção selectiva na perturbação de hiperactividade com défice de atenção. e *Psicología: Reflexão Crítica*, 22 (3), 317 – 323.
- Salthouse, T. A. (1996). The processing-speed theory of adult age differences in cognition. *Psychological Review*, 103, 403 – 428.
- Schiffman, H. R. (2005). *Sensação e Percepção* (5ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2009). *História da psicologia moderna* (9ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Sierra, M. & Martini, M. (2002). Habilidades e processos cognitivos básicos. In J. A. González-Pienda & L. A. Nuñez-Pérez (Cords.). *Dificuldades del aprendizaje escolar* (pp. 91 – 125). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Smith, A. (1982). *Teste de Símbolos y Dígitos. Symbol Digit Modalities Test (SDMT)*. Madrid: TEA-Hogrefe.
- Spreen, O. & Strauss, E. (1998). *A Compendium of Neuropsychological Tests: Administration, Norms, and Commentary*. New York: Oxford University Press.
- Sternberg, R. J. (2008). *Psicologiacognitiva* (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Sternberg, R. J. Grigorenko, E. L. (2003). *Crianças rotuladas: o que é necessário saber sobre as dificuldades de aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Wechsler, D. (1992). *WISC-III, Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças III* (2ª ed.). Lisboa: CEGOC.

Recebido em 14/04/2021

Aceito em 14/04/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Instagram e COVID-19: recursos para promoção de saúde de gestantes e puérperas

*Instagram and COVID-19: resources for health promotion  
of pregnant women and mothers*

*Instagram e COVID-19: recursos para la promoción  
de la salud de las mujeres embarazadas  
y las que han dado a luz recientemente*

Ana Cristina Barros da Cunha\*

Karolina Alves de Albuquerque\*\*

Amanda Roseira Ramos\*\*\*

Clara Manhães de Pazos\*\*\*\*

Stephanie Vieira Veloso\*\*\*\*\*

## Resumo

*A pandemia da COVID-19 resultou em grande estresse, especialmente para populações mais vulneráveis, como mulheres grávidas e no pós-parto. Devido ao isolamento social, durante o início do período pandêmico, as redes sociais tornaram-se recursos importantes para informar e promover saúde e bem-estar. O objetivo deste estudo é apresentar uma proposta psicoeducativa de intervenção positiva na forma de posts para o Instagram e sua validade de*

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0839-0130>. E-mail: [acbcunha@yahoo.com.br](mailto:acbcunha@yahoo.com.br)

\*\* Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6044-3570>. E-mail: [karol.arcos@gmail.com](mailto:karol.arcos@gmail.com)

\*\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4057-3247>. E-mail: [amandarramos95@gmail.com](mailto:amandarramos95@gmail.com)

\*\*\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8228-5390>. E-mail: [manhaesclara@gmail.com](mailto:manhaesclara@gmail.com)

\*\*\*\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9189-6014>. E-mail: [stephanie.teffi@gmail.com](mailto:stephanie.teffi@gmail.com)

conteúdo para o enfrentamento do estresse provocado pela pandemia por gestantes e puérperas no ano de 2020. A validade de conteúdo foi avaliada por 64 juízas, que analisaram 29 posts adotando uma escala Likert de 5 pontos para validar linguagem, relevância, pertinência e apresentação da proposta. Observou-se coeficientes de validade de conteúdo acima do ponto de corte ( $\geq 0.80$ ) para todos os critérios, o que indica a adequação da proposta para enfrentar os estressores da pandemia pela população alvo. Dessa forma, confirmou-se a possibilidade de utilização das mídias sociais visando o aumento no acesso a materiais de qualidade que promovem a democratização do cuidado à saúde mental.

**Palavras-chave:** COVID-19; estresse; enfrentamento; maternidade; Instagram.

## Abstract

*The COVID-19 pandemic has induced significant stress, particularly among vulnerable populations, such as pregnant and postpartum women. Given the social isolation measures implemented at the onset of the pandemic, social media has emerged as a vital tool for disseminating health information and promoting well-being. This study aims to present a psychoeducational intervention proposal in the form of Instagram posts and assess its content validity in addressing pandemic-induced stress among pregnant and postpartum women in the year 2020. Content validity was evaluated by 64 female judges who assessed 29 posts using a 5-point Likert scale to validate language, relevance, pertinence, and presentation of the proposal. Results indicated content validity coefficients exceeding the established threshold ( $\geq 0.80$ ) for all criteria, affirming the suitability of the proposal for mitigating pandemic-related stressors among the target population. Thus, the utilization of social media to enhance access to high-quality resources promoting mental health care democratization is confirmed.*

**Keywords:** COVID-19; stress; coping; maternity; Instagram.

## Resumen

*La pandemia de COVID-19 resultó en un gran estrés, especialmente para poblaciones más vulnerables, como mujeres embarazadas y postparto. Debido al aislamiento social durante el periodo pandémico, las redes sociales se volvieron en recursos importantes para informar y promover la salud y el bienestar. El objetivo del estudio es presentar una propuesta psicoeducativa de intervención positiva en forma de posts para Instagram y su validez de contenido para el enfrentamiento del estrés provocado por la pandemia por gestantes y puérperas en el año de 2020. La validez del contenido fue evaluada por 64 jueces, que analizaron 29 posts adoptando una escala Likert de 5 puntos para validar lenguaje, relevancia, pertinencia y presentación de la propuesta. Se*

*observaron coeficientes de validez de contenido por encima del punto de corte ( $\geq 0.80$ ) para todos los criterios, lo que indica la adecuación de la propuesta para enfrentar los estresores de la pandemia por parte de la población objetivo. Así, sabemos que es posible utilizar las redes sociales para incrementar el acceso a materiales de calidad que promuevan la democratización de la atención de la salud.*

**Palabras clave:** COVID-19; estrés; enfrentamiento; maternidad; Instagram.

No final de 2019, na China, foi identificado o *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2), vírus inédito que provoca a *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19). Devido à alta contaminação e à propagação acelerada da COVID-19, a Organização Mundial da Saúde (2020) decretou situação mundial de emergência pública, caracterizando um estado de pandemia. Diante dessa situação crítica, a população mundial sofreu com o impacto da pandemia da COVID-19, apresentando riscos para a saúde mental. De acordo com Raony *et al.* (2020), durante eventos como esse, pessoas sem educação formal estão mais vulneráveis à depressão, por exemplo. Isso demonstra a importância de se oferecer recursos com foco na disseminação de informações sobre a pandemia e na apresentação de estratégias eficazes para o manejo do estresse, principalmente para populações mais vulneráveis, como a população de mulheres grávidas e puérperas.

Essa população vivencia um ciclo gravídico-puerperal, marcado por inúmeras mudanças físicas, psíquicas e sociais, tornando gestantes e puérperas mais vulneráveis ao sofrimento psíquico, como o estresse. Estudos mostram que o tipo e a intensidade do estresse na gestação têm impacto no desenvolvimento fetal, com consequências para o desenvolvimento do bebê (Charil, Laplante, Vaillancourt & King, 2010; Glover, 2011; Franke *et al.*, 2017) e também para a mãe, aumentando as chances de depressão pós-parto (Rodrigues & Schiavo, 2011; Arrais & Araujo, 2017; Kliemann, Böing & Crepaldi, 2017).

Considerando o estresse como uma resposta típica perante a pandemia, que pode se agravar em gestantes e puérperas, medidas preventivas são importantes. Compreende-se, pela perspectiva cognitivista do *coping*, que o enfrentamento (*coping*, em inglês) do estresse ocorre por

meio de estratégias cognitivas e comportamentais usadas pela pessoa para se adaptar frente às demandas, que podem ser interpretadas como desafiadoras, ameaçadoras ou danos ao *self* (Carver & Scheier, 1994; Carver & Connor-Smith, 2010). Fundamentada nessa perspectiva, a Teoria Disposicional do *Coping*, de C. S. Carver e colaboradores, propõe os estilos de *coping*, que são tendências habituais adotadas individualmente para enfrentar os problemas, variando conforme a personalidade, capacidade de autorregulação e nível de otimismo para lidar com eventos potencialmente estressores. As estratégias de *coping* podem ser mediadas por fatores externos ou internos, levando a pessoa a adotar uma postura engajada ou desengajada no enfrentamento do estresse. Assim, as estratégias de *coping* adotadas impactam a saúde física e mental, de forma positiva ou negativa (Carver, Scheier & Weintraub, 1989; Carver & Scheier, 1994; Carver & Connor-Smith, 2010). Segundo os estilos de *coping*, existem duas formas para enfrentar determinado estressor: ora a pessoa pode apresentar um *coping* engajado, quando tende a usar estratégias ativas e positivas de enfrentamento, como reinterpretação positiva, aceitação, planejamento e busca por suporte, ora ela pode adotar o *coping* desengajado, quando tende a fazer esforços para ignorar o estressor, usando a negação ou estratégias evitativas e ilusórias (Carver & Connor-Smith, 2010).

Baseado na Teoria Disposicional do *Coping*, o cenário causado pela COVID-19 é um evento potencialmente estressor para a população, porque exige que as pessoas adotem estratégias para o enfrentamento da vulnerabilidade física e psicológica imposta. Essa vulnerabilidade é ainda maior para populações de risco, cujos desdobramentos da pandemia exigem medidas para minimizar o impacto sobre sua saúde mental. Por meio de estratégias de enfrentamento, reconhecidas como recursos pessoais que podem ser aprendidos, é possível que as pessoas se engajem em um enfrentamento mais resiliente deste novo cenário estressor. Essas estratégias podem ser focadas tanto no problema, quanto na emoção ou em ambos, mas sempre com um caráter disposicional, já que envolve mecanismos de autorregulação variáveis de acordo com as características da personalidade (Carver & Scheier, 1994; Carver & Connor-Smith, 2010). Assim, intervenções que

promovam estratégias engajadas de *coping*, isto é, um enfrentamento positivo do evento estressor, podem ter resultados favoráveis durante momentos críticos, como a pandemia.

A Psicologia Positiva, proposta por M. Seligman e colaboradores, é um campo promissor para ajudar no enfrentamento de eventos estressores. Para a Psicologia Positiva, a saúde mental diz respeito a uma habilidade pessoal de conseguir manter seu bem-estar psicológico através de estratégias positivas, para, assim, ser capaz de desenvolver suas virtudes e suas potencialidades (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Intervenções positivas ajudam a manejar estresse e garantir bem-estar e resiliência, através da autorregulação emocional e dos afetos positivos, para, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Zanon, Dellazzana- Zanon, Wechsler, Fabretti & Rocha, 2020). A resiliência, auto-compaixão, criatividade, otimismo, esperança e bem-estar subjetivo (ou felicidade) são afetos positivos que podem ser aprendidos e têm a função de mediar e/ou moderar a resposta pessoal ao estresse (Carver & Connor-Smith, 2010; Zanon, Dellazzana- Zanon, Wechsler, Fabretti & Rocha, 2020).

A autocompaixão, por exemplo, está diretamente relacionada à capacidade de ser bondoso consigo, manifestando atitudes positivas direcionadas para si, principalmente em situações de sofrimento, estresse e incertezas. Praticar a autocompaixão permite que os eventos negativos, como a pandemia da COVID-19, tenham impacto reduzido sobre a saúde mental, o que é essencial para encarar momentos difíceis e desafiadores (Zanon, Dellazzana- Zanon, Wechsler, Fabretti & Rocha, 2020). Logo, intervenções positivas, que considerem os pressupostos do *coping* disposicional, podem ser medidas eficientes para ajudar no enfrentamento de situações estressoras de forma mais resiliente, dado que a compreensão e o enfrentamento do estressor acontecem de forma mais positiva. Nesse sentido, partindo dos pressupostos da Teoria Disposicional do Coping e da Psicologia Positiva, é possível propor intervenções voltadas para o manejo do estresse da pandemia, de forma a promover saúde mental e bem-estar da população, especificamente por meios digitais acessíveis, considerando o isolamento social.

Na atual era da informação, a sociedade tornou-se uma rede, e a Internet passa a ser um ambiente de trocas, tanto de experiências quanto de conhecimentos (Vaz, 2010). Durante a pandemia, as redes sociais se tornaram o principal meio de comunicação responsável por conectar famílias e amigos, as quais não puderam estar juntas fisicamente devido ao isolamento social. Além disso, a Internet serviu como meio de obter informação, destacando-se o *Instagram*. Este tem se apresentado como uma ferramenta versátil e acessível para compartilhar informações e materiais diversos, além de ser uma das redes sociais que mais cresce no mundo, com um aumento de 450% nos últimos quatro anos (Pereira, Borges, Batista & Teles, 2020). Por meio do *Instagram*, é possível democratizar o conhecimento científico em um espaço informal e garantir a acessibilidade de recursos e medidas de intervenção por públicos específicos, como, por exemplo, a população gestante, puérpera e suas redes de apoio.

Considerando que um manejo do estresse eficiente pode prevenir desfechos negativos para a saúde mental, garantindo pleno bem-estar, o objetivo deste artigo é apresentar uma proposta psicoeducativa de intervenção positiva na forma de *posts* para o *Instagram* e sua validade de conteúdo, a qual foi utilizada para promover um melhor enfrentamento do estresse provocado pela pandemia da COVID-19, no ano de 2020, por gestantes e mães com bebês menores de seis meses.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo metodológico, realizado a partir da avaliação da população-alvo, gestantes e puérperas, para verificar a validade de conteúdo de uma proposta psicoeducativa de intervenção positiva, na forma de *posts* para o *Instagram*, conduzida por uma Força Tarefa NN [eliminado para efeitos da revisão por pares], que reuniu profissionais de Psicologia, Terapia Ocupacional e colaboradores de outras áreas. Embora sem ter um caráter experimental, define-se o presente estudo como metodológico, já que, segundo Polit e Beck (2011), a pesquisa metodológica envolveria três processos (1- desenvolvimento, produção, construção de ferramentas; 2- validação de ferramentas; e 3- avaliação e ou aplicação de avaliação e

ou aplicação de ferramentas), os quais nortearam a metodologia aplicada. Desde o início da pandemia, essa FT reuniu profissionais *experts* na área de Saúde Materno-infantil e Psicologia Perinatal para desenvolver produtos psicoeducativos digitais a fim de auxiliar no enfrentamento dos estressores da pandemia específicos para a população gestante e puérpera.

Com a chegada da pandemia ao Brasil, o trabalho dessa Força Tarefa focou-se no oferecimento de informações seguras, baseadas em evidências científicas, sobre as medidas de proteção e prevenção da COVID-19 e os efeitos emocionais que ela acarreta. Assim, este estudo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (N. 4448918), foi conduzido entre abril de 2020 a março de 2022, quando, logo no início da pandemia da COVID-19, foi criado, no 1º semestre de 2020, um perfil na rede social *Instagram* para divulgar, através de *posts*, a proposta de intervenção positiva voltada para a comunicação e promoção do bem-estar de gestantes e puérperas, durante os períodos mais intensos da pandemia da COVID-19. Atualmente, os *posts* da página estão voltados para todo o universo gravídico-puerperal, com o objetivo de informar a população de gestantes e puérperas, além de estudantes e profissionais das áreas da saúde, sobre temáticas relativas aos campos da Saúde Materno-infantil, Saúde e Psicologia Perinatal, e Parentalidade.

### Proposta teórica de psicoeducação via *Instagram*

O aplicativo *Instagram* foi desenvolvido, em 2010, por Kevin Systrom e Mike Krieger. Sua criação permitiu maior contato entre as pessoas através de seus recursos, como o compartilhamento de imagens e vídeos, curtidas e comentários dos seguidores e o uso das *hashtags* para direcionar o conteúdo a um público-alvo. Pelo *Instagram* também é possível rastrear dados das postagens, como o número de visualizações, curtidas, impressões e o alcance da publicação. Ademais, tem como vantagens a comunicação rápida e direta, independente de fronteiras geográficas, econômicas e políticas (Pereira, Borges, Batista & Teles, 2020).

Dessa forma, os *posts* da proposta de intervenção positiva reuniram informações pesquisadas em políticas públicas, nacionais e internacionais, bem como na literatura nacional e internacional, sobre COVID-19, gestação

e pós-parto. Possíveis estressores da pandemia foram levantados a partir de artigos nacionais e internacionais, relatos de gestantes e mulheres no pós-parto divulgados em sites, *blogs e vlogs* voltados para essa população, além de publicações das organizações de saúde internacionais, como o Royal College de Londres, e nacionais, como o Ministério da Saúde do Brasil, a Sociedade Brasileira de Pediatria e a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

Visando analisar esses estressores e propor estratégias de enfrentamento para as gestantes e puérperas, foi adotada a Teoria Disposicional do *Coping* (Carver & Scheier, 1994) e a Psicologia Positiva como bases teóricas para o desenvolvimento dos conteúdos dos *posts* que subsidiaram a proposta de intervenção positiva. Aspectos individuais e contextuais do público-alvo frente à pandemia da COVID-19 foram considerados no conteúdo proposto, uma vez que essas teorias consideram a personalidade do indivíduo e a forma como ele interpreta o estressor, quer seja como um desafio ou uma ameaça ao *self* (Carver & Scheier, 1994; Carver & Connor-Smith, 2010). Na Figura 1, pode-se observar estratégias de *coping* e as principais intervenções positivas com exemplos dos conteúdos apresentados nos *posts*.

POST	ESTRATÉGIAS DE COPING	INTERVENÇÕES POSITIVAS
"Meu acompanhante poderá permanecer comigo também durante o período de internação?"	<b>Coping ativo</b> "Mas não se sinta desamparada desde já! Se você estiver preocupada em ficar sem seu acompanhante no pós-parto, lembre-se que você não ficará sozinha durante a internação! Além das outras mães e seus bebês, você pode contar com os profissionais, que estarão mais atentos aos cuidados pós-natais neste período de pandemia."	<b>Criatividade</b> "Lembre-se também que você tem tudo que seu bebê precisa! Que tal usar esse momento para se conectar ainda mais com ele e conhecer seus sinais? Além disso, você pode aproveitar para usar e abusar das ferramentas tecnológicas, elas são ótimas para apresentar seu bebê às pessoas queridas!"
"Eu tenho que mudar os planos que fiz para o meu parto?"	<b>Reinterpretação Positiva</b> "Pense que, mesmo não sendo o que tanto sonhou, você estará fazendo um bem para você e para seu bebê! Então, se estava querendo ter seu bebê em casa, não fique triste! Saiba que é para proteção de vocês dois!"	<b>Otimismo</b> "Mantenha-se otimista que nada irá se alterar para ter que mudar o parto vocês escolheram! Mas se algo mudar na última hora: confie na equipe médica, pois ela saberá lidar com a situação!"
"E se eu não conseguir amamentar?"	<b>Aceitação</b> "Amamentar NÃO é uma escolha obrigatória para toda mulher! Se não conseguir amamentar, você pode oferecer ao seu bebê o seu leite (extraído manualmente ou por bomba extratora) ou outros alimentos recomendados pelo pediatra com o mesmo afeto. Qualquer forma que escolher para amamentar seu bebê, a nutrição e os demais benefícios da amamentação estarão garantidos!"	<b>Autocompaixão</b> "Você não será menos mãe por amamentar ou não e nem estará prejudicando o vínculo afetivo entre você e seu bebê. Amamentar é um ótima forma para se relacionar com o seu bebê, mas não é a única! Você pode aproveitar outras oportunidades para criar laços de afeto entre vocês, olhando nos olhos, brincando e conversando com seu bebê, oferecendo todo seu amor e carinho!"
"Ando tão preocupada que não consigo curtir esse momento com meu bebê!"	<b>Coping ativo</b> "Preocupações e sentimentos de como insegurança por ex., são naturais para o período do pós-parto! Com a pandemia, isso tudo pode aumentar, pois afinal nunca passamos por uma situação assim, não é mesmo?!"	<b>Resiliência</b> "Vamos tentar ver essa situação por outro lado? Mais do que nunca você pode usar esse momento para se conectar com seu bebê, para se conhecerem ainda mais e aumentarem o vínculo afetivo entre vocês!"

Figura 1. Estratégias de *coping* e as principais intervenções positivas com exemplos apresentados nos *posts*

## Desenvolvimento da proposta psicoeducativa via *Instagram*

A partir das pesquisas realizadas, através de revisão da literatura, definiram-se alguns indicadores de alterações na rotina e no bem-estar de gestantes e puérperas. Baseado nisso, o conteúdo dos *posts* para ambos os públicos reuniu informações sobre: a) novas recomendações sobre a realização do pré-natal, parto e pós-parto, divulgadas nas políticas públicas e artigos científicos, nacionais e internacionais; b) principais estressores

para gestantes e puérperas, assim como a forma como esses estressores poderiam afetar e seriam sentidos por elas; c) estratégias de enfrentamento ( *coping* ) para lidar com os estressores, apresentadas junto com intervenções positivas, como a prática do  *mindfulness* , por exemplo, para promoção de bem-estar. Nessa direção, a produção dos  *posts*  com conteúdo informativo e psicoeducativo adotou os pressupostos teóricos e os dados das pesquisas realizadas a fim de manter o rigor científico, traduzindo as evidências científicas encontradas em linguagem clara e acessível para todas as classes sociais.

Na Figura 2, observam-se os principais estressores e as especificidades para o público-alvo, que foram encontrados na literatura nacional e internacional.

AMBOS OS PÚBLICOS	GESTACÃO	PUERPÉRIO
O isolamento social	Possíveis mudanças no plano de parto devido às novas medidas de prevenção adotadas pelos hospitais e maternidades.	Preocupação com a amamentação em geral, principalmente no que tange à transmissão do vírus pelo leite materno e um possível impedimento de amamentar em caso de adoecimento da puérpera.
As incertezas do cenário da pandemia	Medo da instabilidade emocional provocada pela pandemia ter impactos sobre o bebê intra-útero.	Falta de suporte pela rede de apoio devido ao isolamento social.

**Figura 2.** Principais estressores para ambos os públicos e seus estressores específicos

Para a redação dos  *posts* , adotou-se uma linguagem direta, no formato de pergunta e resposta, a fim de atingir prontamente o público-alvo, privilegiando uma comunicação clara, objetiva e educativa, tornando acessível e compreensível o conteúdo da proposta de intervenção. Quanto ao  *design*  das postagens, as cores seguiram o logotipo do NN [eliminado para efeitos da revisão por pares], para que fossem convidativas e transmitissem tranquilidade. As imagens escolhidas, todas de domínio público, buscavam atrair a atenção do público-alvo, além de representarem o cotidiano da maternidade.

No total, foram propostos 10 *posts* para gestantes e 19 *posts* para puérperas, seguindo essa organização: (1º) esclarecimentos sobre parto em meio à pandemia da COVID-19; (2º) principais cuidados com a saúde da mulher e da criança durante a pandemia; (3º) apresentação de estratégias para lidar com os sentimentos decorrentes da pandemia; (4º) esclarecimentos sobre amamentação; (5º) apresentação do Método Canguru e como tem ocorrido durante a pandemia; (6º) estratégias para se adaptar à nova rotina com o bebê. Um cronograma de postagens foi organizado, partindo da organização apresentada acima (Figura 2), para que primeiro fossem apresentados os conteúdos voltados para gestação e, em seguida, os conteúdos voltados para o puerpério, seguindo a cronologia do ciclo gravídico-puerperal e evitando que os assuntos se sobrepusessem, a fim de facilitar o entendimento dos leitores.

### **Avaliação do conteúdo dos *posts* pelo público-alvo**

Para a validação da proposta de intervenção positiva, foram convidadas 64 mulheres (juízas) do público-alvo, sendo 25 gestantes e 39 mães com bebês menores de seis meses, para a avaliação quantitativa do conteúdo dos *posts* do *Instagram*. Tal avaliação tinha por objetivo medir se as informações advindas dos posts eram adequadas para esse público. As juízas tinham em média 29,84 anos (A.V.19-47), sendo 13 com pós-graduação, 25 com ensino superior, 23 com ensino médio e três com ensino fundamental. Além disso, 35 eram casadas, enquanto 27 eram solteiras, duas declararam união estável e duas divorciadas.

O recrutamento das juízas foi feito através do *Instagram* e por indicações da equipe do NN [eliminado para efeitos da revisão por pares]. Para garantir maior fidedignidade das avaliações, realizou-se a randomização dos *posts* para que cada *um* fosse avaliado três vezes por juízas diferentes. A avaliação foi feita através de um formulário *on-line*, desenvolvido no *Google Form*, enviado para as juízas junto com o *post* via *Whatsapp*. Esse formulário era composto por: 1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); 2) Protocolo de dados gerais, para coleta de dados sociodemográficos; e 3) Questionário de avaliação dos *posts*, com perguntas baseadas nos

critérios de validação do conteúdo. Para cada juíza foi solicitado atribuir uma nota, baseada em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos (1 = poucoíssimo, 2 = pouco, 3 = médio, 4 = muito, e 5 = muitíssimo) para os seguintes critérios de avaliação do conteúdo dos posts: a) clareza; b) pertinência; c) relevância do material; e d) apresentação.

Baseado em diretrizes para a avaliação da validade de conteúdo de instrumentos psicológicos (Hernández-Nieto, 2002; Cassepp-Borges, Balbinotti, Teodoro & Pasquali, 2010), foram calculados Coeficientes de Validade de Conteúdo (CVC). Os cálculos dos CVCs foram realizados na plataforma Excel, conforme sugerido pela referência utilizada (Pasquali, 2010). Para estimar a adequação dos posts e sua validade, foi considerado um CVC  $\geq 0,80$  como ponto de corte para analisar a ocorrência dos critérios de validade indicados (Hernández-Nieto, 2002).

## RESULTADOS

Até o fechamento desta produção, a página do *Instagram* contava com 577 seguidores, majoritariamente mulheres (93%) e grande parte residente na cidade do Rio de Janeiro (62%) na faixa etária entre 25 e 34 anos de idade. É importante salientar que os dados foram coletados até o dia 18 de novembro de 2020 e, portanto, são passíveis de mudanças.

Quanto à avaliação das gestantes e puérperas juízas do estudo de validação de conteúdo dos posts, foram atingidos altos Coeficientes de Validade de Conteúdo (CVC). Os CVCs para todos os posts atingiram valores acima do ponto de corte estabelecido ( $\geq 0,80$ ), o que evidencia a adequação do material perante a avaliação do público-alvo. Os posts voltados para gestação obtiveram CVC entre 0.90 e 0.97, e os CVCs dos posts direcionados para o puerpério alcançaram coeficientes entre 0.88 e 0.94, o que sugere que a proposta de intervenção, veiculada nos posts, pode ser considerada pertinente, clara, relevante e bem apresentada. Calculados com base nas respostas das juízas participantes (N=64), que foram divididas entre gestantes (n=25) e puérperas (n=39), os CVCs dos dois públicos alvo da intervenção podem ser observados na Tabela 1.

**Tabela 1.** CVC dos posts para *Gestação e Puerpério* de acordo com os critérios de avaliação

Posts	Clareza	Pertinência	Relevância	Apresentação
Gestação	0,97	0,92	0,90	0,95
Puerpério	0,94	0,88	0,89	0,90

\*CVC= Coeficiente de Validade de Conteúdo

## DISCUSSÃO

A pandemia da COVID-19 é uma situação com repercussões de dimensão mundial, nunca antes vivenciada. Os sentimentos que a acompanharam, como por exemplo, a solidão, sobretudo no seu início, em março de 2020, foram preocupações do público-alvo da proposta de intervenção aqui apresentada. Assim, as medidas de controle da COVID-19, no período da proposta deste estudo, foram capazes de gerar estresse com consequências negativas para a saúde mental da população, as quais podem ser agravadas naqueles que se apresentavam em maior condição de vulnerabilidade biológica ou psicossocial, como é o caso das gestantes e puérperas (Strapasson & Nedel, 2010; Fiorillo & Gorwood, 2020).

Ademais, pode-se observar, através de comentários nas postagens, que gestantes e puérperas puderam se beneficiar da proposta de intervenção positiva, como, por exemplo, no comentário deixado na publicação sobre estresse e produção de leite: “Tinha muitas dúvida. Obrigada! Vocês são demais!!!”. Assim, a proposta baseada em evidências científicas, teóricas e práticas, especificamente sobre a pandemia e o público-alvo, pareceu ter alcançado o objetivo almejado.

No que diz respeito à clareza de linguagem, que indica o quanto a informação foi transmitida de maneira clara e compreensível, os resultados foram satisfatórios com CVC  $\geq 0,97$  para os posts da gestação e  $\geq 0,94$  para os do puerpério, sendo o critério melhor avaliado pelas juízas de ambos os grupos. Os resultados da análise da linguagem dos *posts* demonstraram

êxito em adaptar o conteúdo para as redes sociais, permitindo que todos os seguidores, um público variado, conseguissem assimilar a informação transmitida pela proposta.

Levando em consideração os postulados da Teoria Disposicional do *Coping*, a pessoa responde ao estressor baseada na sua interpretação cognitiva (Carver & Scheier, 1994), os dados sobre a clareza de linguagem parecem indicar que a população alvo foi capaz de compreender as informações passadas. Evidenciou-se, assim, a capacidade da proposta em auxiliar no reconhecimento do estressor, bem como no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento que possibilitassem um manejo do estresse na busca de garantir o bem-estar psicológico, como ilustrado com este comentário de uma das juízas:

“Achei esclarecedor o material e com certeza traz informações importantes para as mães que desejam ter sucesso na amamentação!”.

A pertinência é um critério que se propõe a avaliar se a proposta de intervenção por meio dos *posts* foi elaborada de acordo com o interesse do público em questão (Cassepp-Borges, Balbinotti, Teodoro & Pasquali, 2010). Esse foi o critério com pior avaliação pelas juízas do grupo de puérperas, no caso CVC  $\geq 0.88$ , mas ainda assim acima do ponto de corte estabelecido. Essa avaliação pode ser explicada pelas críticas nos comentários das avaliadoras, que esperavam que os *posts* tratassem de temas mais específicos e aprofundados sobre o período pós-natal, como, por exemplo, os cuidados com a amamentação em locais públicos ou como proteger o bebê se precisar ir à rua. De fato, as demandas de puérperas após o nascimento do bebê se referem ao enfrentamento de situações práticas da rotina de cuidados de um recém-nascido. A vivência prática do “ser mãe” é intensa e repleta de responsabilidades, particularmente pela dependência incondicional do bebê (Barros *et al.*, 2020). Certamente, isso faz com que mulheres no puerpério sintam-se mais inseguras, especialmente em um momento como o da pandemia no qual elas não puderam contar com sua rede de apoio.

A necessidade de esclarecimentos específicos sobre como agir em sua rotina com o novo membro da família foi uma demanda presente na avaliação das juízas mães de bebês menores de seis meses. A partir

dessa demanda, novos *posts* foram produzidos e postados na página do *Instagram* e a proposta de intervenção se direcionou para a elaboração de conteúdos psicoeducativos que auxiliassem na reorganização da rotina familiar. Contudo, é importante apontar que, apesar de todas as sugestões das avaliadoras serem muito importantes, algumas demandas eram específicas do campo médico; portanto, não foram contempladas na proposta de intervenção, que tinha um caráter psicoeducativo com foco principal para a promoção de estratégias resilientes de *coping* e do bem-estar da população gestante e puérpera durante a pandemia.

Além disso, para adequar o conteúdo psicoeducativo ao formato do *Instagram*, alguns temas foram divididos em mais de uma publicação, formando uma série de *posts*. Com isso, algumas das informações solicitadas pelas juízas ainda seriam divulgadas posteriormente. Assim, muitas sugestões indicadas durante a avaliação se referiam a conteúdos que seriam ainda divulgados em *posts* que já se encontravam na lista de publicação. Importante lembrar que foi feita uma randomização desses materiais para que as juízas avaliassem apenas três *posts*, impedindo que elas tivessem acesso a todas as postagens programadas.

Com relação à relevância do conteúdo, ou seja, a avaliação do quanto o público alvo considerou os *posts* relevantes para suprir suas demandas, os CVCs foram  $\geq 0.90$  e  $\geq 0.89$  para as gestantes e puérperas, respectivamente. Comentários como o mencionado abaixo ilustram o quanto o conteúdo da proposta de intervenção parece ter cumprido esse critério de validação.

Achei um máximo, e eu nessa noite, nesse dia 14/05/20 era o que eu precisava pra poder ler, esse excesso de informações sobre o COVID-19 está me deixando atormentada, triste, um pouco desesperada, olho pro lado fala sobre o COVID, olho pro outro lado e é a mesma coisa (...) Obrigada por estar me ajudando nesse momento que estou gestante e nesse momento complicado que o nosso Brasil está passando...

Para a Psicologia Positiva, uma postura mais otimista, enfrentando os desafios e as adversidades com criatividade e prezando pela autocompaixão, é importante para lidar com momentos de estresse. Além disso, a proposta de intervenção por meio dos *posts* do *Instagram* buscou promover

o autocuidado, ferramenta eficaz para a mediação do estresse. Dessa forma, considerou-se a proposta relevante, uma vez que propôs que o público-alvo adotasse novas habilidades e comportamentos para enfrentar a pandemia, a partir de esclarecimentos e da apresentação de estratégias engajadas de *coping*, com exemplos práticos voltados para o cotidiano de gestantes e puérperas, o que está ilustrado neste comentário:

“Achei o material de suma importância no momento que estamos vivendo”.

Os dados indicaram que os conteúdos propostos se aproximaram das necessidades das gestantes e puérperas, alcançando possíveis preocupações e dúvidas, e as beneficiando no resgate de sua confiança e na promoção de um maior bem-estar, mesmo em tempos de adversidade como é a pandemia da COVID-19. De fato, tanto a gestação quanto o puerpério são períodos na vida em que a mulher está mais sujeita a crises devido à ambivalência causada pela chegada do bebê e reorganização familiar (Strapasson & Nedel, 2010). Tal condição pode se agravar ainda mais em um contexto como o da pandemia, no qual a mulher fica exposta a mais desafios e ameaças em sua rotina.

Estudos sobre gestação e puerpério durante a pandemia da COVID-19 que abordam os desfechos psíquicos são escassos. Entretanto, há comprovação de prejuízos à saúde mental da população adulta, com aparecimento de transtornos mentais (Duarte, Santo, Lima, Giordani & Trentini, 2020; Takemoto *et al.*, 2020). Além disso, a ameaça pareceu ser maior para aqueles que faziam parte de grupos de risco, como é o caso de gestantes e puérperas (Duarte, Santo, Lima, Giordani & Trentini, 2020; Takemoto *et al.*, 2020). Logo, propostas de intervenção voltadas para esse público, especialmente com enfoque positivo para a promoção de um enfrentamento mais adaptativo aos estressores pandêmicos e seus desdobramentos até os dias atuais, são fundamentais.

Sobre a apresentação da proposta de intervenção, que diz respeito à aparência, design e organização dos *posts*, os CVCs obtidos foram de  $\geq$

0.95, para as juízas gestantes, e  $\geq 0.90$ , para as puérperas. Inicialmente, no estudo de validação do conteúdo foram observados comentários com críticas e sugestões, como:

“Faltaram mais figuras no material para prender a atenção do leitor” ou “Acho que poderia ter um pouco menos de texto e mais figuras, porém estas informações do material são importantíssimas!”.

Como estratégia para atender a essas demandas apresentadas, a aparência e o design dos posts foram analisadas pela equipe, e o conteúdo foi reorganizado, adequando os posts às observações das juízas avaliadoras. Para isso, foram inseridas mais imagens representativas do público-alvo, bem como estruturados novos *layouts*. Dessa forma, no decorrer das avaliações seguintes, os comentários das juízas passaram a confirmar a melhora da apresentação da proposta, conforme ilustra este comentário:

“O material estava bem visível, para ajudar mulheres gestantes a lidar com a pandemia da COVID-19”.

Além disso, após as mudanças, o CVC de apresentação dos *posts* voltados para as puérperas melhorou expressivamente, levando a um resultado superior. Importante destacar que o processo de desenvolvimento da intervenção positiva, via *posts* do *Instagram*, passou por essa etapa de reformulação de acordo com as exigências e avaliação do próprio público-alvo. Com isso, os *posts* se tornaram mais atraentes e personalizados, o que contribui para que a página seja mais convidativa e acolhedora.

A literatura confirma que o *Instagram* é uma ferramenta de grande alcance e que, por isso, pode ser útil para atingir um público específico, como a população gestante e puérpera, a qual foi considerada um público mais vulnerável aos desfechos negativos da pandemia (Takemoto *et al.*, 2020). Logo, são pertinentes e necessárias intervenções, breves e acessíveis, para esse tipo de público, quase sempre estressado pelas inúmeras demandas da sua condição de gestar e maternar, sobretudo em uma pandemia em que o isolamento social reservou um lugar de solidão e desamparo para essas mulheres.

Embora o estudo de validação do conteúdo da proposta de intervenção tenha seguido todas as etapas de rigor metodológico para esse tipo de pesquisa (Polit & Beck, 2011), e os achados tenham revelado fortes índices de validade de conteúdo da proposta, é importante discutir algumas limitações deste trabalho. Primeiramente, ainda que a pesquisa tenha ocorrido simultaneamente à publicação dos *posts* no *Instagram*, permitindo que os conteúdos pudessem se adequar em tempo real à avaliação das juízas e suas sugestões e necessidades, considera-se a avaliação dos *posts* individualmente, ou seja, fora de suas respectivas séries de publicação, como uma limitação do estudo. Além disso, a disparidade em relação à escolaridade das mulheres juízes do estudo pode ter sido outro fator limitador, já que esse desequilíbrio pode impactar a avaliação. Importante, ainda, destacar que a atualidade da COVID-19, um evento de impacto em tempo real, pode ter impedido a realização de estudos que investigassem seu impacto na saúde mental em longo prazo. Para tal, sugerem-se futuros estudos com objetivo de rastrear longitudinalmente os desfechos psíquicos no pós-pandemia, principalmente dos grupos mais vulneráveis. Por fim, conclui-se que, baseado nos resultados das avaliações e nos comentários das gestantes e puérperas, tanto no estudo de validação de conteúdo da proposta de intervenção, quanto no acesso, curtidas e avaliações diretas dos *posts* na página do *Instagram*, que os objetivos do estudo de validação e da proposta de intervenção positiva foram alcançados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo proposto e dos resultados obtidos através do CVC, pode-se inferir que a proposta psicoeducativa de intervenção positiva por meio dos *posts* no *Instagram* é válida para a população-alvo como ferramenta para o reconhecimento dos estressores específicos podendo, consequentemente, auxiliar o enfrentamento da pandemia, garantindo seu bem-estar e promovendo sua saúde mental naquele momento de maior vulnerabilidade. Baseado nessa proposta, com caráter científico e ao mesmo tempo prático e acessível, é possível usar as mídias sociais para aumentar o acesso a materiais de qualidade, com informações seguras e baseadas em

evidências científicas, capazes de promover a democratização do cuidado à saúde mental, especialmente para grupos mais vulneráveis aos impactos da pandemia da COVID-19. Ressalta-se que a página do *Instagram* segue em atividade, divulgando tanto atualizações sobre a COVID-19 e novas estratégias de enfrentamento, como outras temáticas importantes para os públicos-alvos do LEPIDS - Laboratório de Estudos, Pesquisa e Intervenção em Desenvolvimento e Saúde, da Maternidade Escola e do Programa Pós-Graduação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (@lepids,ufjr) - com informações científicas sobre parentalidade, infância, saúde e psicologia perinatal, e o ciclo gravídico-puerperal.

## REFERÊNCIAS

- Arrais, A. R. & Araujo, T. C. C. F.. (2017). Depressão pós-parto: uma revisão sobre fatores de risco e de proteção. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(3), 828-845. <https://dx.doi.org/10.15309/17psd180316>
- Barros, M. B. A., Lima, M. G., Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Azevedo, R.C. S., Romero, D., Souza Júnior, P. R. B., Azevedo, L. O., Machado, Í. E., Damascena, G. N., Gomes, C. S., Werneck, A.O., Silva, D. R. P., da Pina, M. F., & Gracie, R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4), e2020427. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000400018>
- Carver, C. S., & Connor-Smith, J. (2010). Personality and coping. *Annual review of psychology*, 61, 679–704. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.093008.100352>
- Carver, C. S., & Scheier, M. F. (1994). Situational coping and coping dispositions in a stressful transaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(1), 184–195. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.66.1.184>

- Carver, C. S., Scheier, M. F., & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: a theoretically based approach. *Journal of personality and social psychology*, 56(2), 267–283. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.56.2.267>
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A., Teodoro, M. L. M. & Pasquali, L. (2010). Tradução e Validação de conteúdo: Uma proposta para adaptação de instrumentos Em L. Pasquali et al. (Orgs.), *Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Práticas* (pp.506-520). Porto Alegre: Artmed.
- Charil, A., Laplante, D. P., Vaillancourt, C., & King, S. (2010). Prenatal stress and brain development. *Brain research reviews*, 65(1), 56–79. <https://doi.org/10.1016/j.brainresrev.2010.06.002>
- Duarte, M.Q., Santo, M.A.S., Lima, C.P., Giordani, J.P.& Trentini, C.M.(2020) COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 25( 9 ): 3401-3411. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>.
- Fiorillo, A., Gorwood, P. (2020). The consequences of the COVID-19 pandemic on mental health and implications for clinical practice. *European Psychiatry*, 63(1), e32, 1–2. <https://doi.org/10.1192/j.eurpsy.2020.35>
- Franke K., Bergh B. v. d., Rooij S. R., Roseboom T. J., Nathanielsz P. W., Witte O. W., et al. (2017) Effects of Prenatal Stress on Structural Brain Development and Aging in Humans. *bioRxiv*, 1-24. <https://doi.org/10.1101/148916>
- Glover, V. (2011). Annual Research Review: Prenatal stress and the origins of psychopathology: an evolutionary perspective. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, 52(4), 356–367. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2011.02371.x>
- Hernández-Nieto, R.A. (2002). *Contributions to Statistical Analysis: The coefficients of proportional variance, content validity and kappa*. 1a ed. Charleston: Booksurge.

- Kliemann, A., Böing, E. & Crepaldi, M.. (2017). Fatores de risco para ansiedade e depressão na gestação: Revisão sistemática de artigos empíricos. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 25(2), 69-76. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v25n2p69-76>
- Maldonado, M.T.(2017). *Psicologia da Gravidez: Gestando pessoas para uma sociedade melhor*. 1a ed. São Paulo: Ideias e Letras.
- Pasquali L. Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2010; p. 506-20.
- Pereira, P. C., Borges, F. F., Batista, V. P. S., & Teles, L. F. (2019). Identificando práticas educacionais no Instagram: uma revisão sistemática. *Itinerarius Reflectionis*, 15(2), 01-19. <https://doi.org/10.5216/rir.v15i2.55543>
- Polit, D.F. and Beck, C.T. (2011). *Delineamento de Pesquisa em Enfermagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Raony, Í., Figueiredo, C. S., Pandolf, P., Giestal-de-Araujo, E., Oliveira-Silva, B. P. & Savino, W. (2020). Psycho-Neuroendocrine-Immune interactions in COVID-19: Potential impacts on mental health. *Front. Immunol*, 11, 1-15. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2020.01170>
- Rodrigues, O. M. P. R. & Schiavo, R. A. (2011). Stress na gestação e no puerpério: uma correlação com a depressão pós-parto. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 33(9), 252-257. <https://doi.org/10.1590/S0100-72032011000900006>
- Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5–14. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.5>
- Strapasson, M.R. & Nedel, M. N. B. (2010). Puerpério imediato: Desvendando o significado da maternidade. *Rev. Gaúcha Enferm*, 31(3): 521-528. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000300016>
- Takemoto, M. L. S., Menezes, M.O., Andreucci, C. B., Nakamura-Pereira M., Amorim M. M. R., Katz, L.& Knobel, R..(2020) The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 154-156. <https://doi.org/10.1002/ijgo.13300>

Vaz CA. (2010). *Google marketing: o guia definitivo de marketing digital*. São Paulo, SP: Novatec.

Zanon, C., Dellazzana-Zanon, L. L., Wechsler, S. M., Fabretti, R. R. & Rocha, K. N. (2020). COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200072. Epub June 01, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200072>

*Recebido em 15/06/2021*

*Aceito em 13/06/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Subjetivar-se em situação de violência: a violência de estado e a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais

*Becoming subjects in a context of violence:  
state violence and criminality in the lives of adolescent  
offenders from the periphery*

*Subjetivación en situación de violencia: la violencia  
del estado y la criminalidad en la vida de los adolescentes  
de la periferia autores de actos infraccionales*

*Carolina Almeida Rode\**

*Maria de Lourdes Trassi Teixeira\*\**

## Resumo

*Na pesquisa em questão, relaciona-se a violência de Estado com a criminalidade na vida dos adolescentes da periferia autores de atos infracionais, partindo do viés da Psicologia Social. Abordando a historicidade das violências estruturais no Brasil, enquanto configuração de um Estado democrático de exceção permanente - pela implementação de um projeto necropolítico -, o trabalho baseou-se em quatro eixos teóricos principais: a violência de Estado, a necropolítica, o racismo estrutural e os adolescentes autores de atos infracionais. Para pensar os efeitos psicossociais da segregação, da violência, do racismo e da criminalização da pobreza na construção da subjetividade dos adolescentes autores de atos infracionais, o trabalho teve como método a análise do livro “Memórias de um Sobrevivente”, de Luiz Alberto Mendes. As discussões abrangem o crime enquanto status e visibilidade; as análises de*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8018-1037>. E-mail: [carolina\\_cnb@hotmail.com](mailto:carolina_cnb@hotmail.com)

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2235-3697>. E-mail: [lurdinhatrassi@uol.com.br](mailto:lurdinhatrassi@uol.com.br)

*uma vida imersa em violência generalizada; e as torturas policiais em relação com a violência por vingança. Conclui-se que os estigmas aprisionam o sujeito em crenças de que ele só tem capacidade de ser o “marginal esperado”, quem reage violentamente como efeito psicossocial de uma violência estrutural que produz sujeitos agressivos. Assim, a criação de novas práticas de atuação em psicologia nas situações sociais críticas se faz imprescindível e urgente.*

**Palavras-chave:** *adolescentes autores de atos infracionais, violência de Estado, necropolítica, psicologia social.*

## Abstract

*In the research at hand, we explore the relationship between State violence and criminality in the lives of adolescents residing in marginalized communities who have committed delinquent acts, from the perspective of Social Psychology. Addressing the historical context of structural violence in Brazil as a manifestation of a democratic state of permanent exception - through the implementation of a necropolitical agenda - this study is founded on four primary theoretical pillars: State violence, necropolitics, structural racism, and adolescent offenders. To contemplate the psychosocial repercussions of segregation, violence, racism, and the criminalization of poverty in the formation of the subjectivity of adolescent delinquents, this work employs the analysis of the book “Memórias de um Sobrevivente” by Luiz Alberto Mendes as its methodology. Discussions encompass the concept of crime as a social status and its visibility; analyses of a life deeply entrenched in pervasive violence; and police brutality within the context of retaliatory violence. Our conclusion asserts that the societal stigmas ensnare these adolescents, confining them to the belief that they are destined to be the “expected delinquent,” predisposed to react violently as a psychosocial response to the structural violence that fosters aggressive behaviors. Consequently, the development of novel psychological interventions in critical social contexts is both imperative and urgent.*

**Keywords:** *adolescent offenders, State violence, necropolitics, social psychology.*

## Resumen

*En la investigación en cuestión, la violencia estatal está relacionada con la criminalidad en la vida de los adolescentes de la periferia que cometieron delitos, por la perspectiva de la Psicología Social. Abordando la historicidad de la violencia estructural, en Brasil, como una configuración de un estado democrático de excepción permanente - a través de la implementación de un proyecto necropolítico. El trabajo se basó en cuatro ejes teóricos: la violencia de Estado, necropolítica, racismo estructural y adolescentes autores de actos infraccionales. Para reflexionar sobre los efectos psicossociales de la segregación, violencia, racismo y criminalización de la pobreza en la construcción*

*de la subjetividad de los adolescentes en conflicto con la ley, fue utilizado el análisis del libro “Memórias de um Sobrevivente”, de Luiz Alberto Mendes. Los debates abarcan el crimen como estatus y visibilidad; análisis de una vida inmersa en la violencia generalizada; y tortura policial en relación con la violencia por venganza. Se concluye que los estigmas aprisionan al sujeto en creencias de que solo tiene la capacidad de ser el “marginal esperado”, que reacciona violentamente como efecto psicosocial de una violencia estructural que produce sujetos agresivos. Así, la creación de nuevas prácticas en psicología en situaciones sociales críticas es fundamental y urgente.*

**Palabras clave:** *adolescentes perpetradores, violencia estatal, necropolítica, psicología social.*

O processo de implementação democrática faz emergir e consolidar aspectos essenciais à garantia de uma democracia: sociedade civil, sociedade política, Estado de Direito, aparato estatal e sociedade econômica. No entanto, o regime constitucional democrático, no Brasil, se apresenta distante de muitos desses valores intrínsecos a uma democracia, por intermédio da ilegalidade e da arbitrariedade. As perpetuações dos muitos anos de excessivas concentrações de renda e desigualdades sociais fazem com que, junto dos “aspectos positivos” também se faça presente uma sociedade incivil; sociedade política submissa ao controle das elites, com pouco poder de decisão; um não-Estado de Direito para a maioria avassaladora da não-elite, que também não tem acesso à justiça; um aparelho de Estado não-responsabilizável, frequentemente marcado por corrupções e infiltrado por organizações criminosas; e uma sociedade econômica que despreza as leis e regulamentações. A cotidianidade de tais “aspectos negativos” que regulamentam as regras sociais e as práticas civis rotineiras enfraquecem, enquanto garantias democráticas, as instituições de “forças políticas democráticas”, uma vez que a política social brasileira institui discriminações por raça, classe e condição social (Méndez, O’donnell, & Pinheiro, 2000, p. 13)

Atualmente, a repressão está na contenção das periferias, na manutenção dos altos índices de vulnerabilidade, pobreza e mortes dos jovens da periferia. Há, em vigor, novas formas de autoritarismo que dispensam o golpe militar, mas que não suavizam a *ditatoriedade* dos fatos (Turriani, 2018). A consequente insegurança social por falta de garantia de direitos aponta para o aumento dos índices de violência e criminalidade,

descredibilizando o processo de desenvolvimento de uma sociedade democrática pela banalização da violência no campo dos lampejos de legitimidade democrática (Caetano, 2018). É nesse cenário que “o Estado de exceção cessa, assim, de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo factício e tende a confundir-se com a própria norma (...), como um ‘estado de exceção desejado’” (Agamben, 2007, p. 175), no qual o que antes era essencialmente uma suspensão temporária de direitos, adquiriu uma disposição permanente. Desta forma, não se nega a importância do constitucionalismo democrático, que abriu diversas perspectivas, mas aponta-se para suas limitações devido às discrepâncias entre as garantias constitucionais e as práticas institucionais.

Entra em ação a disciplinarização da vida, normatizadora de condutas e detectora dos “degenerados” que se tornam os inimigos a serem combatidos. O sujeito criminoso que danifica a sociedade e é uma ameaça social interna ganha atenção dos aparatos e instituições repressores pelas vias da punição e da produção da “normalidade” desejada. O poder disciplinador cria aqueles que devem ser os marginais da vida pública, quem pode aceitavelmente morrer. O agente político que “transgride” a “legalidade” o faz pela “necessidade” de eliminação daquele que é considerado perigo social (Gomes & Silva, 2017). O necropoder entrelaça-se com o Estado de exceção, a fragmentação do território e a imagem ficcional do inimigo: “já não basta mais deixar a plebe entregue à sua própria sorte, o que implica certa aniquilação passiva das massas sobrantes, mas sim passar a ativamente aniquilá-las por meio da força policial legitimamente ancorada no Estado” (Hilário, 2016, p. 208).

No entanto, o enfoque nas polícias enquanto únicos agentes estatais propagadores de violência deve ser complementado. Afinal, as diversas facetas das violências de Estado englobam um conjunto diverso de instituições e agentes de poder que atuam em prol da violência, seguindo uma lógica de “(...) extermínio de pessoas como uma prática policial banalizada e que só é possível em face da omissão, quando não da cumplicidade, de instâncias políticas superiores e das agências que deveriam atuar no controle da atividade policial” (Caetano, 2018, p. 101).

Oliveira (2018), que discute a conceitualização da violência estrutural pela perspectiva de Martín-Baró, a define não só como produto de uma sociedade dividida em classes e, conseqüentemente, produtora de desigualdades, mas também produtora de legislações e mecanismos sociais de manutenção dessas condições desiguais, encorpendo toda uma sociabilização dos sujeitos pela violência. Assim, a violência estrutural abre caminhos para a violência institucional - incorporada na ordem social, é justificada e legalizada na ordem normativa, que naturaliza a violência como prática sociopolítica. A apatia do que é reduzido à conformidade de um simples funcionamento operacional aumenta os riscos das ações tomadas. Quanto mais indiferentes, não há problema aparente em aumentar os índices de agressividade, coercitividade e brutalidade. Uma vez que o mal é banal, deixar-se morrer é mera expressão dessa indiferença. Tanto o grupo oprimido é impessoalizado e cristalizado em comportamentos naturais e esperados, quanto o grupo opressor - que, sendo sujeitos sociais com um determinado papel institucionalizado, são também despersonalizados.

Há, portanto, uma estrutura de encadeamento institucional do ato violento que aliena o violentador tanto quanto aliena o trabalhador na linha de produção, podendo-se pensar em uma indústria da violência (Oliveira, 2018). Métodos de morte tornam-se meros procedimentos técnicos: impessoais, rápidos e práticos (Mbembe, 2016). Refere-se, pois, a pensar a necropolítica enquanto uma forma de fazer política. É a resposta que se dá à pergunta: “existem vidas humanas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor?” (Agamben, 2007, p. 144). Fixa-se um limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante e pode ser morta sem que se cometa homicídio. Uma vida identificada como matável está intimamente relacionada com questões políticas: o poder soberano daquele que decide sobre o valor ou o desvalor da vida de alguém. A grande questão, então, que percorre os territórios onde impera a morte não é o questionamento sobre como é possível o cometimento de delitos tão fatais contra seres humanos, mas sim quais

os procedimentos jurídicos e dispositivos políticos que permitem que tais seres humanos sejam a tal ponto privados de seus direitos que qualquer ato cometido contra eles não seja apresentado como crime (Agamben, 2007).

A cumplicidade de grande parte da população às práticas condenatórias, mortíferas e excludentes complexifica ainda mais o debate - visto que os assassinatos da população pobre têm apoio não só da elite, como também da própria classe pobre que é a mais atingida e prejudicada pelos crimes violentos. O legado histórico autoritário, incorporado pela sociedade civil, e a resistência das corporações que deveriam cumprir a lei a se submeter ao controle democrático, fazem com que a própria lei seja pautada na violência endêmica e sistematicamente discriminatória. Pela legitimação dos atos policiais, o direito dos criminosos ou a inocência dos suspeitos até que se prove o contrário é rechaçada por uma sociedade aterrorizada (Méndez, O'donnell, & Pinheiro, 2000).

Complementarmente, vale abordar que a instauração da soberania de um Estado, ou da indústria da violência, é composta também pela construção geográfica dos territórios, com delineamentos intencionais de dominação racial e socioeconômica. A gestão segregatória do espaço urbano mantém interfaces entre espaço, raça e classe. Ao se pensar em uma necropolítica espacial, há em questão uma espacialidade seletiva da morte - as periferias. Afinal, matar o que está à margem - em humanidade e em territorialidade - é canalizar o escoamento de um sangue anônimo em um mar vermelho confinado e tapado demais para chegar à vista do sofrimento (Gomes & Silva, 2017). Ao Estado de exceção, o espaço de exceção: um pedaço de território colocado fora do ordenamento jurídico normal, em que questionamentos acerca da legalidade ou da ilegalidade do que ocorre ali se tornam simplesmente desprovidos de sentido - tudo é possível, à mercê do próprio senso ético da polícia; um lugar incluído na sua própria exclusão, onde a exceção pode ocorrer livremente contra os pobres e periféricos, a engessada “classe perigosa” (Agamben, 2007).

As marcas, ainda, de um país invadido pelo colonialismo e pela escravização, onde a violência institucional é não só atravessada, mas constituída estruturalmente pelo racismo, constroem as desigualdades sociais como produto de uma lógica de poder racial que vem desde os tempos

coloniais. Uma ideologia que violenta física e simbolicamente os sujeitos por uma clara divisão político-racial entre os “superiores” e os “inferiores” e, portanto, entre quem pode ser humano e quem já “naturalmente” não é, como uma condição de desprivilegio racial intrínseca - recaindo às falácias biologizantes da superioridade racial branca que escancara o caráter social do preconceito (Bernardino-Costa, 2016).

É essa premissa branca que fixa o corpo negro no campo do não-ser, do não-existir, não-humano - em que querer a condição de ser, a condição de direitos, perpassa querer ser ou ter-que-ser branco. É essa desigualdade que propaga uma divisão racial das funções e dos papéis sociais de cada um, e a uma circulação restrita a determinados espaços geográficos e sociais a depender de sua raça (Bernardino-Costa, 2016). A antecipação do ato de matar por estereótipos que compõem um imaginário social racista e des(in)criminatório da pobreza e da juventude generaliza a liberação da violência, sejam quais forem as características do suspeito estigmatizado. É esse controle racial, advindo de um racismo estrutural, que pressupõe a experiência demolidora da alteridade e a noção de raça atrelada à política de morte.

Vai, assim, consolidando-se a necropolítica através do limiar que separa o que está dentro do que está fora não só dos limites do direito como dos limites da vida. Trata-se de considerar que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123), definindo a vida como manifestação de poder, em que o controle dos corpos, somado a um contexto político de ação através da matança, torna o ser humano sujeito na sua luta histórica contra a morte. A morte apropriada como ato do próprio ser humano e não mais condição da natureza passa a ter uma dimensão sócio-histórica.

É dentre essas tantas violências de Estado, que Caetano (2018) aponta que uma de suas máximas encontra-se na agressividade com que se vem produzindo opressões aos adolescentes, evidenciados pelo aprisionamento juvenil sob o eufemismo da internação e da socioeducação, utilizado para afirmar as ilegalidades contra os jovens nas práticas encarceradoras. Com a violência sendo fartamente vivenciada e presenciada no cotidiano

contemporâneo, o adolescente autor de ato infracional tem radicalizado sua posição de insubmissão. A delinquência se torna meio de luta pela própria vida, resistência à opressão - sendo os jovens porta-vozes dos dramas e das contradições sociais (Vicentin, 2005).

A repetição da lógica segregacionista, em diversos âmbitos e espaços da vida, em que ao mesmo tempo em que tudo o que lhes foi retirado foi extorquido violentamente e tudo o que possuem é através da violência, geram contradições que causam instabilidades pessoal, social e moral. Defrontar-se com uma sociedade que lhes é violenta, sem saber como lidar com todos os seus efeitos psicossociais, faz com que ganhe legitimidade o ato de tornar-se infrator. Afinal, qual o desenvolvimento e as transformações possíveis dentro de uma cultura da exclusão que torna este processo limitado pelas próprias condições da exclusão? (Vicentin, 2005).

O ato infracional como uma resposta à omissão social é representação de uma recusa recíproca de integração: uma sociedade que marginaliza os jovens autores de atos infracionais faz com que tais adolescentes recusem respeitar os parâmetros socialmente aceitos. Os estigmas e preconceitos do “maloqueiro perigoso” ou da “guria perdida” correspondem a um ato acusatório de intolerância das existências dos próprios jovens, como se estereótipos bastassem para que pudessem ser deslegitimados e incriminados (Soares, 2004).

Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. Essa é a caprichosa incongruência do estigma, que acaba funcionando como uma forma de ocultá-lo da consciência crítica de quem o pratica: a interpretação que suscita será sempre comprovada pela prática, não por estar certa, mas por promover o resultado temido. Os cientistas sociais diriam que este é um caso típico de “profecia que se auto-cumpre” (Soares, paginação irregular, 2004).

Frente ao apagamento e ao círculo vicioso do estigma constitui-se o espaço vazio de uma vida que não os alcança, por não pensá-los, e é ocupado, então, por delitos. A composição de uma recusa do reconhecimento simbólico de tais jovens faz com que eles busquem outras formas

de reconhecimento pela invenção de um outro espaço, de um lugar em que possam pertencer. Jovens em busca de reconhecimento e identidade pela violência (Vicentin, 2005).

São pelas marcas de contradições fundamentais que essa caminhada se expressa como condição de subjetivação do jovem; por um esforço de produzir por meios próprios o que é comumente dado pela cultura ou pelas instituições. Refere-se a contradições que são modos de subjetivação de um adolescente em conflito consigo e com a lei, em que as expressividades juvenis, a depender dos seus agenciamentos sociais, podem configurar cenários completamente distintos (Vicentin, 2011). É, portanto, através de um olhar sensível às violências e às contradições nesse período de adolescência que a presente pesquisa busca identificar quais são os efeitos psicossociais de vidas vividas na violência. Em um momento de formação subjetiva de si e do outro, pretende-se compreender quais as consequências das violências estruturais e da criminalidade na formação da identidade, da autoestima e da relação com o outro e com a sociedade.

## METODOLOGIA

Primeiramente, foram realizadas pesquisas teóricas de quatro eixos temáticos centrais para o trabalho, contidos no espectro da violência: a violência de Estado; a necropolítica; o racismo estrutural; e, por fim, os adolescentes autores de atos infracionais. Então, partiu-se para a análise da história de Luiz Alberto Mendes, contada em seu livro “Memórias de um sobrevivente”, alguém que viveu condições tão violentas e desestabilizadoras em casa que a crueza da vida na rua, somada às variáveis do crime, dos roubos e prisões, fez-se escolha cabível.

O uso de uma narrativa literária trouxe à tona a temática do conceito de hiper-realismo, trabalhada em Vicentin (2005), tanto como fenômeno de resistência dos adolescentes em vulnerabilidade quanto como aposta política da pesquisa na narrativa de um jovem: uma estratégia utilizada por eles que consiste em “mandar a real” sobre a realidade que vivem. Uma representação sobre si e tudo o que os cercam que vai ao encontro aos excessos, por meio de narrativas escancaradas que exaltam o absurdo improcessável

de suas vidas, que desestabilizam suas capacidades simbólicas e subjetivas devido à realidade intensamente concreta em abusos, opressões e violências. Através das emoções exaltadas, que mostram o quanto ainda podem estar “à flor da pele”, firmam em relevo o marco das suas existências. A análise de um livro autobiográfico, portanto, tem sua relevância em marcar uma escuta dessas vidas invisibilizadas e de seus modos de narrar a sociedade e que passam, então, a ganhar protagonismo.

Importante ressaltar o esforço em, a partir de uma experiência pessoal, não concentrar o estudo de fenômenos sociais tais como a violência e a criminalidade nas particularidades de um caso único, mas sim no que se repete enquanto estrutura: no que há de coletivo, histórico e social nos discursos de alguém que viveu a criminalidade e as suas consequências. Refere-se, assim, a Luiz enquanto uma identidade que é também História em pessoa; personificação de condições histórico-sociais de jovens em conflito com a lei sem perdê-los tanto quanto sem massificá-los. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o estudo de um ser humano é um corte de uma formação material e universal inserida em relações dialeticamente recíprocas, havendo personalidade no coletivo e coletividade no pessoal (Ciampa, 2001)

## DISCUSSÃO

### 1. DO LIXO AO LUXO: da violência em casa à violência por status

Logo no início do livro, Luiz já traz seus estigmas: chamado de santo pela mãe e de débil mental pelo pai, até de diabo por consenso. Introduz os leitores em sua vida familiar, sempre agitada pelo pai alcoólatra e violento em casa, que não media esforços para bater na mãe ou no próprio menino; achava o pai um sádico torturador que mantinha intacta a impressão de que sua casa se tornara uma prisão. Na escola, não era diferente: a solidão vivida lá era tão real quanto o cabo de enxada que levava na pasta escolar para se proteger dos meninos maiores. Sufocado pelos socos e surras, sempre almejou a liberdade dos meninos na rua. Com a falta de reconhecimento e

visibilidade em casa e na escola, procurava ser reconhecido por esses garotos - todos sociabilizados às leis da rua, já vistos como “futuros marginais”. Saía escondido para as ruas, arrumava confusão, brigava com os outros garotos, bebia, fumava e roubava para satisfazer as suas necessidades de menino. Não podia jamais ser desafiado que lá ia ele provar, com o maior medo, o quanto tinha coragem. Afinal, queria ser falado, temido, famoso - e faria o que fosse preciso para assim ser, por mais desinteressante e inferior que se sentisse. Foi assim que “aos 10 anos já era um ladrãozinho bastante bem-sucedido e oportunista” (Mendes, 2009, p. 23).

Apresenta, portanto, uma somatória de fatores inter-relacionais que o inserem à malandragem das ruas. As violências sofridas, a falta de reconhecimento dos seus potenciais e de estímulos ao engajamento em atividades escolares e culturais, a contínua desvalorização das suas qualidades, lhe renderam sempre sentimentos de desajuste, inadequação e desvalor. O fato de não lhe confiarem segurança, valor e amor sempre o inclinaram à rua e, principalmente, à necessidade de se provar aos outros - tendo como fator construtor de identidade a aprovação externa a todo e qualquer custo. Por se sentir rebaixado e inferior aceitava fazer todas as traquinagens, e quanto maiores, melhor - afinal, impressionar seu grupo de amigos significava tanto (porque ele era tão pouco), que superava todas as possíveis consequências negativas.

Além disso, sendo pobre, e o dinheiro tão desejado quanto precário, o almejo por qualquer trocado era tão importante que se tornou uma angústia viver na pele a contradição social de ser pobre e “querer coisas”. Roubar não era só ter dinheiro para comprar maconha, roupas e prostitutas, mas todo o poder de impressionar - o que significava respeito, inclusão, pertencimento. Precisava possuir as coisas da moda, mesmo que admitisse ser impossível para pobres como ele, legitimando, em sua cabeça, o crime como resolução para seus problemas. A pobreza em que vivia; o meio violento em que cresceu; a masculinidade que cobrava atividade e posturas resolutivas e dominadoras; o consumo altamente induzido ao mesmo tempo que impossibilitado pela sua condição social são entrelaces da violência familiar, da violência escolar e da violência de Estado que impulsionaram Luiz à violência por status.

As desapropriações materiais e simbólicas sofridas pelos adolescentes autores de atos infracionais, que os tornam vulnerabilizados, servem também como fontes de decepção consigo mesmos, visto que frente ao segmento majoritário da sociedade são insuficientes e inferiores. Em uma fase da vida tão relevante para a formação de identidade quanto a adolescência, o reconhecimento e o olhar do outro são parte essencial desse processo histórico-social de produção da autoimagem. Uma vez que não recebem um bom referenciamento da sociedade, que os criminalizam e invisibilizam, decorrem-se diversos efeitos subjetivos na autoestima dos indivíduos estigmatizados, tendo como consequência uma fome de sentido e valor imensurável (Soares, 2004). Ao não serem reconhecidos, idealizam quem é, buscando tal reconhecimento através da rebeldia reativa, do consumismo. A mesma rebeldia que é motivada como forma de luta às injustiças da desigualdade social a que estão expostos é usada também como artifício de aproximação dessa mesma sociedade que os exclui, mas que mantém também seus ideais de ser (Vicentin, 2005).

Trata-se de um mundo que estava sendo apresentado a Luiz como realidade que limitava seus próprios processos de desenvolvimento pessoal para além dessas violências. Afinal, se não se sabe como lidar com os efeitos psicossociais de todo esse cenário, ganha força o ato de tornar-se infrator como resposta, principalmente quando o jovem das favelas é recorrentemente vinculado à violência e à criminalidade. Força e voz se configuram como grito de denúncia de toda essa desordem social e representação pura da desorganização individual como consequência. A identificação social que lhe resta é a que lhe é atribuída pela homogeneização do estereótipo: “bandido”, “infrator”, “vagabundo” (Vicentin, 2005).

A sociedade lhe tirava a singularidade e ele buscava construir identidade justamente em cima do que sempre lhe proferiram. O ambiente em que cresceu não só falhou em lhe apresentar alternativas à vida que estava conhecendo quanto o empurrou cada vez mais para o meio violento que se apresentava. E, assim, as respostas violentas de Luiz reproduziam também a dinâmica estrutural de produção da violência de Estado contra ele mesmo, seja pela não resolução dos conflitos (em que o Estado não se ocupa do dever de proteção social; e Luiz não se engaja em buscar outros modos de

vida), seja pela intencionalidade de causar dano ao outro indesejado (o Estado utilizando-se das suas forças institucionais repressivas contra populações vulnerabilizadas; e Luiz infringindo dor ao próximo, sendo violento generalizadamente). Todas essas contradições fazem parte da condição de subjetivação dos adolescentes autores de atos infracionais - imersos em conflitos -, que buscam por modos de produzir os seus próprios sentidos.

E, desse modo, o status de ladrão ia lhe subindo à cabeça. Seus heróis eram os bandidos mais perigosos do Estado e assim o queria ser, andar armado em belos e velozes carros roubados. No entanto, toda essa vida era parte de alguém que sentia um grande vazio, rumo à superação de todos seus limites e circunstâncias - botando sua vida e sua liberdade em jogo - para provar-se para os outros e para si mesmo. Sabia que sua aposta no crime prometia uma felicidade efêmera. Mas enquanto isso, todos os seus sonhos e fantasias estavam se concretizando: ele era o poder, o próprio crime personificado. Um pedido de socorro asfixiado transmuta-se em visibilidade pela violência, em alguém que se recompõe pelos lampejos do poder impositivo.

Para nós, a vida só tinha sentido se estivéssemos vivendo o que julgávamos que havia de melhor para ser vivido. Não achávamos que ninguém tinha mais direito que nós de ser feliz. A felicidade para nós eram armas, carros velozes, mulheres fáceis, droga, bebidas e curtição. Significava liberdade para fazermos o que aprendêramos no juizado e nas ruas, como o mais significativo para uma vida.

Sermos bandidos era a glória. O nosso poder parecia infinito dentro do carro, com as armas. Tudo era nosso. Era só descer e tomar. Se tudo o que tinha significado estava nas mãos dos outros, nada mais justo que fôssemos tomar nossa parte. Por que tudo para eles e nada para nós? Cabia-nos buscar nossa parte da maneira como aprendêramos a buscá-la (Mendes, 2009, p. 322).

É através do ciclo aprisionador do estigma e dos seus consequentes atos de rebeldia que Luiz escancara a contradição social das vidas “sub-humanas”. Ao contrário da sociedade que lhe retira toda a dignidade, ele tinha a noção da garantia universal de direitos: ele sabia que, como cidadão, as coisas que só os outros usufruíam também deveriam ser estendidas a ele. A consciência de classe que traz é a consciência que denuncia uma vida às

margens da sociedade. “Por que tudo para eles e nada para nós?”. É o grito contra um Estado que não cumpre seu dever em construir um Estado de direitos. Ao não garantir vidas cidadãs, portanto, tornam a criminalidade um caminho de vida cada vez mais plausível. Assim, o prazer em roubar classes ricas não é fruto somente de uma sociedade dividida em classes, mas de um projeto segregatório profundamente produtor e mantenedor de desigualdades sociais que relegam a toda uma população a socialização pela violência. Assim, os gritos de desespero de Luiz, imerso em profundo desespero social, não são mais gritos de rebeldia - de onde ecoa sentido de reparação -, mas gritos de pura vingança, de onde emerge uma violência por status marcada pela cegueira e pelo ódio.

## 2. ROUBOS DE VIDAS ROUBADAS: sobre as violências que se espalham

O meio em que andava estava cada vez mais violento. Os meninos de seu grupo já tinham passado, em maioria, pelo Juizado de Menores. Brigas com canivete ou facas eram constantes - quando não com trocas de tiros, já que quase todos possuíam armas. Luiz já estava a par de todas as leis do crime. Tinha de responder a um proceder rigoroso, caracterizado como um conjunto de normas formuladas e concretizadas pelos próprios adolescentes, mais atuante do que as leis oficiais das instituições prisionais, incrementadas com cada vez mais barbáries, em que ou reagia com violência ou era violentado sexualmente. “Se o pivete apanhasse, mas apanhasse brigando, batendo também, era considerado malandro. Se apanhasse e se acovardasse, logo outro estaria batendo nele, e mais outro (...), passando a pertencer a alguém ou a todos.” (Mendes, 2009, p. 50). O que imperava era sempre a lei do mais forte, os grupos dos dominantes que já tinham assimilado o modo de bater da polícia - sem escrúpulos e sem deixar marcas - e que covardemente batiam nos menores, os estupravam e os maltratavam incessantemente. Submeter-se aos abusos dos próprios companheiros de cela é visto como uma passividade desqualificante que permite violências

sexuais, físicas e morais - sendo o imperativo ser violento em resposta. O regime social secreto, estabelecido dentro das cadeias, é, como ele mesmo traz, uma expressão cultural - havendo até estratificação social.

Com 14 anos, Luiz já tinha sido preso, ido ao pau de arara e sofrido diversas torturas, o que lhe fez expandir suas experiências de violência. Somava-se ao leque das violências de Estado, os maus tratos policiais e as brutalidades cometidas entre os próprios jovens presos. O medo que sentia, no entanto, era combustível para ainda mais generalização da violência. O terror sob o qual vivia evidenciava a impossibilidade de manter-se são: “Qualquer um de nós, dos menores, estaria com o futuro comprometido. A pressão que vivíamos era contínua, alucinante.” (Mendes, 2009, p. 104). Não há paz que seja possível, nem possibilidade de estar alheio à tamanha expansão da violência.

Assim, os atos brutais vividos por Luiz são representativos das mediações históricas de construção das violências, que se expressam em um ambiente imediato (as ruas, as prisões, sua casa) para, então, serem inseridas nas dinâmicas de sociabilidades (as agressões de seu pai contra sua mãe e contra ele mesmo; a violência policial; as brutalidades cometidas entre os presos). Diz respeito a uma violência vinda de todos os lugares para a violência cometida contra qualquer um - expandida a tantos âmbitos que compreende a formulação foucaultiana de poder, difuso em diversas práticas sociais - discursos, instituições, saberes, moralidade -, compondo todo um sistema social de guerra que parte de uma centralidade de poder nas mãos do Estado, mas que também a extrapola, escapando das mãos de quem a “detinha” primeiramente (Hilário, 2016).

Assim, os adolescentes desenvolvem mecanismos de resistência a todo esse cenário complexo de violações. As rebeliões dos adolescentes em conflito com a lei ganham diversos sentidos: “reação ‘legítima’ à violação de direitos; estratégia de sobrevivência; estratégia de comunicação; insurgência corporal quando os constrangimentos são insuportáveis; contrapartida de adrenalina e desabafo ante o isolamento e a solidão; ‘atitude’ de resistência; (...) movimento disruptivo, irradiador, capaz, na ‘rebelião que virá’” (Vicentin, 2011, p. 100). Logo, se antes eram invisibilizados, agora se impõem e são vistos pela violência, exigem respeito pelo poder da

truculência, pois se têm de submeter-se às opressões policiais, aos parceiros de cela, eles exercem sua autoridade. Os jovens produzem, por suas próprias violências, uma outra história - que condenada a tantas violações - agora os condena a atos de rebelião. Um pedido de socorro asfixiado transmuta-se em visibilidade pela violência. Passam, através do sofrimento-resistência, para o lugar de testemunhas (Vicentin, 2011).

No entanto, ao contrário de uma busca por autonomia, que levaria a um campo de individuação e transformação social, suas rebeliões garantem um emaranhamento maior à teia social, ainda que, efetivamente, seja pela política do desamparo. O caminho de busca por uma “autonomia reativa” converge para uma cultura narcísica em que predomina o modo dominante de subjetivação pautado na confrontação arbitrária com o outro pela ausência de possibilidade de diálogo e oposição - não havendo resistência nem luta política, mas sim individualismo.

Afinal, como parte dessas atitudes violentas que se referem a confrontações construídas em sua compulsoriedade, em uma cultura da violência, que não deixa impune nem mesmo seus pares, destroem a si mesmos, seus entornos, sua geração e referências identitárias, em que a afirmação narcísica está diretamente associada à eliminação do outro, e de qualquer outro (Vicentin, 2011). Como parte intrínseca dos efeitos de uma guerra, os jovens negros e pobres do sexo masculino (entre 15 e 24 anos), os mais imersos no ciclo da violência, já são o menor grupo na estrutura demográfica brasileira. Trata-se de uma guerra autofágica: sem perspectivas e esperanças, angariados pelo tráfico e por facções criminosas, matam-se, condenando-se ao círculo vicioso da tragédia que tem como pretexto a substituição da vida pela morte precoce (Soares, 2004). O que poderia emergir enquanto sementes de uma contracultura não germinou diante da capacidade de sedução das armas, do dinheiro e do “poder”.

A esta altura, Luiz já estava na Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. O estado de espírito de lá ele já conhecia desde o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), mas “ali não eram crianças e rapazes, não havia a alegria irresponsável, aquilo de fazer para se divertir (...). O que eu via naqueles olhos sofridos (...) era o ódio nervoso (...), a agonia que leva à perversidade, à maldade em suas

mais agudas manifestações” (Mendes, 2009, p. 230). A compreensão de seu apreço por armas e por *status* faz entender que os efeitos subjetivos na autoestima estigmatizada vão ser pulsão para que de todo o sofrimento se produza o mesmo tanto de dor. Tudo isso não porque Luiz tornou-se alguém viril e potente, mas justamente pela sua impotência mais desesperada. A força do desejo de inserção de Luiz na vida do crime é a força do desejo de ser visto e querido tanto quanto ele foi rebaixado e oprimido, porque agora ele carrega consigo a inferioridade, a solidão e o desvalor como as características mais suas. Mas Luiz, em seu livro, ganha a palavra, se apropria da sua própria narrativa e não a faz em vão. Ele questiona, denuncia:

(...) em nome dessa justiça, teríamos de ter recebido um tratamento que respeitasse as condições existenciais humanas em nossa infância e adolescência.

Éramos ainda adolescentes, tínhamos entre dezoito e dezenove anos, e se não nos mataram fisicamente, roubaram todo o conteúdo que poderia existir em nossas vidas. Nos enterraram vivos. Estávamos mortos, bem mortos. E me pareceu sempre uma enorme incoerência matar gente que mata gente apenas para mostrar que não se deve matar gente (Mendes, 2009, p. 346).

### 3. PRISÕES E TORTURAS: violência policial e a violência por vingança

Luiz conta como foi torturado pela primeira vez por eletrochoque. O ódio que sentia perpassava seu corpo tão intensamente quanto as ondas de choque, dilacerando tudo. Os tiras sabiam onde doía mais e procuravam sempre as extremidades (pés e mãos) e os órgãos genitais. Mas o que mais doía era que ele, enquanto alvo, não tinha nem quinze anos. Mas não lhes importavam os danos causados física e mentalmente, nem se o matariam ou não. “Era só me colocar num saco de estopa, com umas pedras, e jogar no rio. Muitos dos meus amigos da praça desapareceram em delegacias. Sempre soube disso.” (Mendes, 2009, p. 63). Os torturadores não mais respondem a um pacto social que garante a necessidade de manutenção da vida. Os bandidos de nada servem (porque nada são). Como elementos desagregados permanentemente de valor, são totalmente dispensáveis,

assujeitados à necropolítica. Dentre todos do seu xadrez, Luiz foi o único que sobreviveu. Reeducado não saiu nenhum: viravam bandidos, reincidentes, desaparecidos ou mortos.

Assim, os mecanismos de tortura ganham legitimidade e espaço, sendo variados e aprimorados, buscando sempre garantir os maiores requintes de crueldade. Buscavam sempre bater em Luiz e nos demais presos onde sabiam não deixar muitas marcas, onde elas saíam mais rapidamente ou, ainda, criavam situações de isolamento para escondê-los, levando-os para celas-fortes. Isso porque a necropolítica também diz respeito à criação de espaços de exceção (as prisões ou as periferias), onde afastados da vista de todos, à margem de qualquer rastro de humanidade, quaisquer brutalidades possam ser cometidas. Os espaços de exceção são partes do território que estão fora do ordenamento jurídico normal, não havendo ilegalidades porque não há nem sequer leis que se cheguem ali (Agamben, 2007).

O uso abusivo da violência, advindo dos policiais, demonstra a inconsistência de uma ordem jurídica-social que, em detrimento de cuidar das causas sociais que produzem a violência, permanecem apostando nela, consolidando-a enquanto uma política de ação e reação, morte e vingança. Assim, em busca de alguma estabilidade para o funcionamento de suas instituições (ineficientes), o Estado banaliza a violência dentro dos lampejos de legitimidade democrática que possui, tornando o Estado de Exceção não uma excepcionalidade, mas uma norma permanente de suspensão de direitos (Caetano, 2018). O sujeito criminoso, “inimigo a ser combatido”, é sentenciado com vistas a um bem-estar maior da vida social. A sociedade que cria os marginais da vida pública é a mesma que produz a matabilidade destes (Gomes & Silva, 2017).

Assim, o eufemismo das unidades de recolhimento juvenil não garante a mesma atenuação dos atos lá praticados. Atualmente, a Fundação Casa já alcança os níveis de violência das penitenciárias, apesar de afirmar agir de acordo com as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A reinserção propagandeada pela instituição, como garantia à assistência a adolescentes autores de ato infracional, inserindo-os em

medidas socioeducativas de privação de liberdade e semiliberdade, mascara o cotidiano de superencarceramento, violência interna, internações psiquiátricas compulsórias, rebeliões, torturas e mortes (Caetano, 2018).

Certa vez, li não sei onde, que condenava-se o rio por ser caudaloso e devastador em sua corrente, mas nada se dizia das margens que o limitavam e comprimiam, tornando-o tão violento. Era o caso ali. Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é pra se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade (Mendes, 2009, p.125).

O projeto político do Estado de não promover uma garantia digna dos direitos dos adolescentes, autores de atos infracionais, os levam para o caminho exatamente oposto ao presente no imaginário social em relação ao papel das instituições penais. A maioria da população civil acredita nas instituições do Estado, mas no lugar da reabilitação, entram as violências. Soam, para os adolescentes, como traição, roubo - legitimando ideias de ódio e vingança ao contrário de estimular o desejo de se envolver em atividades legais. Para Luiz, achar que não merecia o sofrimento que passava lhe armava: se o tratavam assim, ele agora achava que tinha razão em revidar toda a dor, retroalimentando o ciclo. A displicência do poder público em lidar com a criminalidade infringe também e diretamente no modo da sociedade civil agir em relação aos adolescentes autores de atos infracionais. Ao invés de lutarem por uma maior integração social, se engajam em todo e qualquer discurso e ação contrários aos direitos humanos desses jovens.

‘Esses pirralhos mereciam nascer mortos. O que vai dar um moleque desses? Futuro bandido. Vai matar e roubar muita gente até ser caçado e morto. Veja: o senhor queria lhe dar um abrigo, matar sua fome, e o desgraçado o rouba! (...) Devíamos exterminar esses animaizinhos antes que se tornem um problema insolúvel para o futuro. Vai para o juizado e é provável que amanhã mesmo já esteja aí nas ruas atacando algum trabalhador!’ (Mendes, 2009, p. 70)

O estigma de bandido - carregado da possibilidade de morte - fortalece, em uma sociedade dividida entre os que podem viver e os que devem

morrer, os componentes ideológicos da meritocracia (Oliveira, 2018). Uma vez imerso no mundo do crime, Luiz não faz por merecer para viver. Já estando despojado do *status* de cidadão, da proteção legal do Estado, e dos pactos sociais que lhe garantem a vida, o modo como ele age torna sua morte merecida - afinal, a instituição incumbida do dever de reeducá-lo será exitosa em tamanha tarefa desde o início perdida. Explicações orgânicas e biologizantes não de responsabilizar o sujeito eximindo a sociedade de qualquer relação com a violência produzida socialmente. A não visualização dos problemas sociais como processos históricos e socialmente construídos, inseridos em um contexto sociotemporal, visa uma naturalização da pobreza, da criminalidade e das desigualdades sociais, que encerram o problema em soluções individualizantes que desconsideram, por exemplo, as instituições sociais violentas com as quais esse jovem entra em contato. Está colocada a ideologia da necropolítica presente na sociedade civil: “eles mereciam nascer mortos” - reproduzindo a necessidade de morte do outro para proteção do privilégio dos demais cidadãos.

As concessões legais às opressões contra a população preta e pobre advêm também de patamares muito mais altos de poder, remetendo ao emaranhamento da necropolítica na estrutura do Estado. Do mesmo modo que a participação, a omissão dos órgãos fiscalizadores também impede que torturas e assassinatos sejam investigados e os culpados responsabilizados. Os altos escalões do governo e seus apoios ideológicos às instituições prisionais do Estado seguem ganhando legitimidade, em reforço a um modelo de civilização pautado na negação da diferença, na violação e na agressão ao outro. Sintomas sociais de espaços e dinâmicas que recusam a circulação da palavra e do diálogo (Turriani, 2018).

O que Luiz vê sendo feito contra ele, em inúmeras formas de violações, ele crê ter advindo sempre de uma sociedade, um corpo social que não o quer e que o destrói. Da violência em casa, passando pela violência ainda criança nas ruas, chegando à violência por *status* e ancorando-se na violência por vingança, sua trajetória é composta pelas inúmeras vezes em que foi levado ao pau de arara. Passa por celas-fortes e é preso dez vezes até sua prisão definitiva, no Carandiru, aos 19 anos, de onde é transferido para a Penitenciária do Estado de São Paulo. Condenado por latrocínio e

diversos outros assaltos, sua pena somava, ao todo, mais de 100 anos de prisão. Vítima de tantas violências e autor de tantas outras, ele é, neste trabalho, representação de todos os adolescentes e crianças que, no Brasil, em 2019, tiveram aproximadamente 15% de chance a mais de, a partir dos 13 anos, morrer por morte violenta e intencional ocasionada pela polícia, sendo 70% dessas vítimas corpos negros, relegados ou não à vida no crime. Sua história surge para denunciar o dado de que 13 crianças e adolescentes morrem de forma violenta por dia no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

## CONCLUSÃO

A violência é um tema multifacetado, com diversas expressões e extremamente complexo. As diversas manifestações dela - advindas tanto dos discursos de Luiz, em sua experiência de vida, quanto das análises teóricas e dos dados de órgãos brasileiros de pesquisa - apontam para uma convergência de informações que trazem um olhar para a violência que não pode ser resumido a um campo ideológico sobre a segurança pública. A história de Luiz e as pesquisas científicas dizem da realidade social brasileira vivida por muitos, mas ignorada por vários.

Assim, é preciso entender que as cenas inaugurais de violência ou são devidamente cuidadas ou apontarão para uma série de capítulos ainda mais violentos. Logo, se há, no início da vida infracional, um apelo frustrado e contraditório de recuperação de um valor e um sentido, vindo de um sentimento constitutivo de impotência e desamparo, a cadeia de eventos criminais que se seguirá garantirá em ato a cruzeza e a impiedade de uma vida relegada à própria morte. O caráter aprisionador do estigma, ao contrário de apresentar possibilidades, as reduz nelas mesmas, em que as trajetórias de vida se constituem a partir de onde acharam que o jovem poderia chegar. Autodestrutivo em si. Afinal, o reconhecimento pela violência não é o reconhecimento sonhado: impositivamente, ele provoca a pior das repulsas - sentimento de vingança, aniquilação, exclusão, extermínio.

Assim, o estudo dos adolescentes autores de atos infracionais escancara os problemas de um tecido social adoecido pela violência. Os jovens

são sintomas de algo muito maior e mais grave, estrutural. E, por isso, quando as instituições pretendem resolver algum problema social através da repressão de jovens “perdidos”, estão colocadas em cena as suas próprias incongruências, a transferência da responsabilidade pelas relações sociais destrutivas - agora personalizadas em um jovem, negro, periférico, que contém em si a delinquência (Malvasi & Teixeira, 2010). É preciso, portanto, fazer um furo nessa lógica pela construção de uma nova prática, em que a compreensão do fenômeno da violência na vida dos adolescentes em conflito com a lei seja pautada na desconstrução necessária da associação histórica entre juventude e violência, que encobre as problemáticas de uma sociedade produtora de desigualdades e violações dos direitos mais básicos - como o de poder existir.

Da mesma forma, é importante o trabalho que pela via do afeto e do vínculo transforme a palavra, possibilitando que o sujeito ressignifique suas concepções sobre si e sobre o outro, através da criação de um lugar possível de acolhimento e fala, onde caibam as expressões juvenis particulares para uma prática necessariamente singular. Que associe suas autoimagens aos direitos humanos. Para isso, é preciso conhecer os interesses, anseios e expectativas desse sujeito, seus caminhos, ideias e vontades. Que pela via do engajamento cultural, através de manifestações com as quais o adolescente consiga identificar seu papel no mundo e adentre ao universo dos símbolos e das imagens - pelo rap, pelo funk, literatura, audiovisual -, se torne possível dar palavra às dores e denúncias que antes solicitavam a entrega de seu corpo à mira da morte. As políticas públicas de assistência devem, portanto, ser condição-suporte para a singularização do sujeito, possibilitando que as posições de vítimas dos jovens em vulnerabilidades se transformem em narrativas potentes de testemunho - levando-os a lugares de sujeitos de desejos e sujeitos de direitos.

Afinal, será que a perda de sentido, a desesperança, a violência e a frustração são as únicas linguagens possíveis da adolescência? Será que não é preciso a transformação do estigma em afirmação identitária? Afinal, há uma lógica social dominante que os reduzem à imagem de delinquência, enquanto há uma criação por parte dos jovens de um campo de identidade em comum, contrário às qualificações negativas que lhes são imputadas

(Vicentin, 2011). Trata-se, portanto, de compreender que as definições de sentido, que atravessam as diversas concepções de juventude, fazem parte de um campo em disputa. Fixam os jovens no lugar da desordem e da exclusão enquanto, dicotomicamente, é tal o imaginário social que produz os efeitos de realidade que tais concepções estão provocando. “Delinquentes”, “marginais”, “baderneiros”, “narcisistas” não são traços de personalidade por si só, mas sim enunciações que contêm uma aposta ética, política, comunicativa, cultural e educativa que o mundo adulto-social faz em torno das experiências juvenis (Vicentin, 2005).

É necessário, portanto, a recuperação de uma vida por uma mudança que venha do cuidado: “ninguém muda para melhor se não calçar em terreno firme a fundação da nova pessoa que deseja construir” (Soares, 2004, paginação irregular). O solo firme precisa ser a confiança, pelo outro e por si mesmo, pois transformações dizem respeito não a “pessoas fundamentalmente más”, mas sim a pessoas que contêm em si a capacidade de reconhecer seus erros e transformá-los.

Por fim, é imprescindível ressaltar que não se trata nem de vitimizar o adolescente frente às injustiças nem de levar suas ações transgressoras para debaixo do tapete. Precisam ser responsabilizados pelas decisões que tomam, mobilizando suas rebeldias para novas formas de agir que não seja pelo modo “fora-da-lei”. Afinal, ao contrário da sociedade que se desocupa do seu dever quanto aos jovens, a responsabilização é motor significativo de tomadas de consciência e transformações subjetivas e sociais (Vicentin, 2005). De todo modo, não basta que os indivíduos se desvinculem do círculo vicioso da violência se a violência não cessa de os alcançar.

## REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2007). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Bernardino-Costa, J. (2006, julho-setembro). *A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!* 16(3), 504-521. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>

- Caetano, H. (2018). Terrorismo de Estado e Privação da Liberdade: a guerra do Estado brasileiro contra seu próprio povo. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro*, 3, 97-110.
- Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>.
- Gomes, F. B., & Silva, J. M. (2017, dezembro). *Necropolíticas Espaciais e Juventude Masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino*. 21(3), 703-717. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.127748>.
- Hilário, L. C. (2016, janeiro-junho). *Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo*. 7(12), 194-210. doi: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p194>
- Malvasi, P. A., & Teixeira, M. L. T. (2010). *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo, SP: Cortez
- Mbembe, A. (2016, dezembro). *Necropolítica*. (32), 123-151. Recuperado de: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>.
- Mendes, L. A. (2009). *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Méndez, J. E., O'donnell, G., & Pinheiro, P. S. (2000). *Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra.
- Oliveira, D. (2018, janeiro-junho). *A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder*. 11(2), 39-57. doi: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.145010>
- Soares, L. E. (2004). *Juventude e violência no Brasil Contemporâneo*. In Novaes, R.; Vannuchi, P. (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação* (paginação irregular). [S.I.]: Fundação Perseu Abramo.

- Turriani, A. (2018). *Violência política e o que resta da ditadura*. In Turriani, A.; Lanari, L. (Coords). *Margens clínicas: dispositivos de escuta e deformação* (p. 31-48). São Paulo, SP: Margens Clínicas. Recuperado de: [https://www.margensclinicas.org/images/biblioteca/Margens\\_Clinicas\\_dispositivos\\_de\\_escuta.pdf](https://www.margensclinicas.org/images/biblioteca/Margens_Clinicas_dispositivos_de_escuta.pdf).
- Vicentin, M. C. G. (2005). *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Vicentin, M. C. G. (2011, junho). *Corpos em Rebelião e o Sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei*. 23(1), 97-113. Recuperado de: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702011000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt).

Recebido em 12/03/2021

Aceito em 13/06/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Comentários nas mídias sociais e a banalização da violência psicológica contra as mulheres

*Comments on social media and the trivialization  
of psychological violence against women*

*Comentarios en las redes sociales y la banalización  
de la violencia psicológica contra las mujeres*

*Camila Florim\**

*Leticia Harumi Kobashigawa\*\**

*Manoela Koury de Lima\*\*\**

*Tamires Barbosa de Moura\*\*\*\**

*Andressa Melina Becker da Silva\*\*\*\*\**

## Resumo

*A violência psicológica é frequente, porém, de difícil detecção, muitas vezes presente em relacionamentos abusivos e confundida com ciúmes e cuidado. Nas mídias sociais isso pode ser incentivado através de postagens, assim como pode servir de espaço de suporte e compartilhamento de experiências. Objetivou-se analisar comentários publicados em mídias sociais relacionados à violência contra a mulher e sua associação à violência psicológica. Utilizou-se o método da netnografia, através de análise textual dos comentários de*

---

\* Universidade de Sorocaba, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-4363-6749>. E-mail: [camilaa.florim@hotmail.com](mailto:camilaa.florim@hotmail.com)

\*\* Universidade de Sorocaba, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-1563-5757>. E-mail: [leticiahkoba@gmail.com](mailto:leticiahkoba@gmail.com)

\*\*\* Universidade de Sorocaba, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-8435-7805>. E-mail: [manoelakourylimao5@gmail.com](mailto:manoelakourylimao5@gmail.com)

\*\*\*\* Universidade de Sorocaba, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1975-0568>. E-mail: [tamireszbarbosa@gmail.com](mailto:tamireszbarbosa@gmail.com)

\*\*\*\*\* Universidade de Sorocaba, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-5630-7843>. E-mail: [andressa\\_becker@hotmail.com](mailto:andressa_becker@hotmail.com)

um vídeo publicado na rede social Facebook chamado: “Não confunda amor com abuso”. Foram transcritos 571 comentários da publicação, sendo o corpus analisado pelo software Iramuteq. Os comentários analisados mostram que questões culturais contribuem para a banalização da violência contra a mulher, principalmente da violência psicológica, pois geralmente só é considerado como violência quando há agressão física. Percebe-se a importância de um trabalho de psicoeducação, como por exemplo através de vídeos orientativos, visando a conscientização da população e possível redução da violência.

**Palavras-chave:** Violência Psicológica; Relacionamento Abusivo; Mídias Sociais.

## Abstract

*Psychological violence is frequently encountered but often difficult to detect, as it is commonly present in abusive relationships and can be mistaken for jealousy and care. In the realm of social media, it can either be encouraged through posts or serve as a space for support and the sharing of experiences. The objective of this study was to analyze comments posted on social media platforms related to violence against women and its association with psychological violence. The netnography method was employed, involving textual analysis of comments on a video posted on the social media platform Facebook, titled “Não confunda amor com abuso” (Do Not Confuse Love with Abuse). A total of 571 comments from the post were transcribed and analyzed using the Iramuteq software. The analyzed comments reveal that cultural factors contribute to the trivialization of violence against women, particularly psychological violence, since the term violence is often only recognized when it escalates to physical aggression. The significance of psychoeducational efforts, such as informative videos, becomes apparent in raising awareness among the population and potentially reducing instances of violence.*

**Keywords:** Psychological Violence; Abusive Relationships; Social Media.

## Resumen

*La violencia psicológica es frecuente, sin embargo, difícil de detectar, a menudo presente en relaciones abusivas y confundida con celos y cuidados. En las redes sociales, esto se puede fomentar a través de publicaciones, así como un espacio de apoyo e intercambio de experiencias. El objetivo fue analizar los comentarios publicados en las redes sociales relacionados con la violencia contra las mujeres y su asociación con la violencia psicológica. Se utilizó el método de la netnografía, mediante el análisis textual de los comentarios de un video publicado en la red social Facebook denominado: “Não confunda amor com abuso”. Se transcribieron 571 comentarios de la publicación, siendo analizado el corpus por el software Iramuteq. Los comentarios analizados muestran que las cuestiones culturales contribuyen a la banalización de la violencia contra*

*la mujer, especialmente la psicológica, ya que generalmente solo se considera violencia cuando hay agresión física. Uno se da cuenta de la importancia del trabajo psicoeducativo, por ejemplo, a través de videos de orientación, destinados a sensibilizar a la población y posible reducción de la violencia.*

**Palabras clave:** *Violencia psicológica; Relación abusiva; Redes sociales.*

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública, devendo ser discutida na sociedade brasileira. Pode-se relacionar o elevado índice de casos de violência contra a mulher com relação a valores culturais e patriarcais machistas, ainda presentes em nossa sociedade, estando também relacionados a casos de desigualdades sociais de poder e gêneros (Fundação Perseu Abramo, 2010). Uma pesquisa realizada no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que no ano de 2017 a porcentagem de mulheres entrevistadas que relataram ter sofrido algum tipo de assédio, violência psicológica ou física foi de 28,60%. Já no ano de 2019, o número de mulheres nesta situação foi de 27,40%. Esta pesquisa ressalta a importância da conscientização a respeito do tema, enfatizando que cerca de 16 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência no período analisado no Brasil. Dentre as entrevistadas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), 76,40% relatam que foram violentadas por pessoas de seu convívio. Os vínculos com o agressor que mais foram citados são, 23,80% sendo seus companheiros, 15,20% sendo seus ex-companheiros e 21,10% sendo seus vizinhos.

A violência contra a mulher existe desde os primórdios da sociedade, entretanto, passou-se a compreender a gravidade da temática, no nosso país, a partir do século XVIII, com o movimento feminista no Brasil (Guimarães & Pedroza, 2015). O movimento feminista é considerado como uma teoria crítica em constante desenvolvimento, atuando na sociedade em razão da desigualdade de gênero existente na mesma. Tem como objetivo a luta pelos direitos das mulheres e visa a igualdade e justiça social, através de um movimento político que reúne discursos para alcançar seus objetivos (Campos, 2017).

De acordo com Guimarães e Pedroza (2015), a partir da década de 60 o movimento feminista no Brasil inquiriu o rompimento com as dicotomias entre o público e o privado reivindicando responsabilidades do Estado e da sociedade com o intuito de garantir a todas(os) o respeito, enfatizando a dignidade humana e uma vida sem violência. A partir de então, observou-se diversas denúncias com relação à esta violência. Apesar de existir o avanço nas discussões sobre violência contra mulher e a tentativa de conscientização a respeito do tema, nota-se que muitas vezes, ainda permanece o pensamento populista que “em briga de homem e mulher, não se mete a colher” (Guimarães & Pedroza, 2015). Esse simples ditado ocultou o sofrimento e até mesmo a morte de muitas mulheres ao longo dos anos. Foi somente a partir do final da década de 1970 e início da de 1980 que as manifestações protagonizadas pelos movimentos feministas demonstraram sua indignação contra a negligência do Estado e da sociedade diante do julgamento de casos de homicídios de mulheres sob a justificativa que aconteciam “em defesa da honra” ou “por amor”, ocasionando a absolvição ou uma reduzida pena para os agressores. (Queiroz, Diniz, Costa, Almeida, Pereira, & Leite, 2019)

A violência pode acontecer dentro dos relacionamentos, entre os parceiros íntimos, independente da coabitação (Krug et al., 2002), entretanto, durante o período de distanciamento social, necessário para a contenção da Pandemia da COVID-19, houve um aumento do número de denúncias de violência contra a mulher. De acordo com dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), durante o período entre 1 e 25 de março de 2020, foi observado um aumento de 18% de denúncias sobre violência doméstica, registradas pelos serviços do Disque 100 e Ligue 180 (Vieira, Garcia, & Maciel, 2020). Esses dados mostram que as vítimas não estão seguras nem mesmo dentro de suas próprias casas. Deveria ser direito básico, presente na vida das mulheres, poder desfrutar do lar sendo um ambiente seguro, de descanso e proteção, entretanto, este é um privilégio de gênero, não sendo presente em muitas famílias (Silva, Medeiros, Nascimento, & Duarte, 2018). Observa-se que no contexto do distanciamento social é mais frequente que as mulheres sejam vigiadas e

impedidas de conversar com familiares e amigos, aumentando a possibilidade de ação para a manipulação psicológica (Vieira, Garcia, & Maciel, 2020). Isso demonstra ainda mais a importância da conscientização, mas também de ações virtuais, que possam ser acessadas, mesmo em períodos de distanciamento social.

A lei N. 11.340 no ano de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, apresenta uma classificação dos tipos de violência contra a mulher (Instituto Maria da Penha, 2018) de forma acessível, para que fosse possível a compreensão a respeito do tema abordado, principalmente para pessoas leigas sobre o assunto. A violência física é classificada como qualquer comportamento que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher (Instituto Maria da Penha, 2018). A violência psicológica é classificada como qualquer conduta que cause dano emocional, redução da autoestima, prejudique o desenvolvimento da mulher ou vise controlar suas ações, crenças, comportamentos e decisões, podendo ser controlado por ameaças, insultos, manipulações, humilhações, chantagens, entre outros comportamentos dos agressores (Instituto Maria da Penha, 2018). A violência sexual é classificada como qualquer conduta que venha a constranger ou forçar a participação sexual da mulher, sem sua vontade e autorização (Instituto Maria da Penha, 2018). A violência patrimonial é classificada como qualquer ato que configure retenção, subtração, destruição de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos (Instituto Maria da Penha, 2018). A violência moral é classificada por qualquer comportamento que seja categorizado como calúnia, difamação ou injúria (Instituto Maria da Penha, 2018).

Porém, mesmo após a “Lei Maria da Penha”, a violência contra a mulher ainda é uma situação socialmente aceita e vista como algo natural dentro de um relacionamento. Uma das violências mais naturalizadas pela sociedade é a violência psicológica contra a mulher, cometida, principalmente, por seus parceiros. Há uma naturalização da violência quando psicológica, devido a uma cultura de subordinação da mulher ao homem de quem ela é considerada alienável, sendo muitas vezes considerada violência somente quando já houve agressão física (Silva et al., 2018).

A violência psicológica é considerada uma violência invisível pois, geralmente, quando a violência é praticada através de palavras, xingamentos, frases desrespeitosas, humilhações em casa ou em público, pode não ser vista como agressão (Queiroz & Cunha, 2018). Esse tipo de violência é muito praticado dentro das relações conjugais, e é uma prática considerada comum e em poucos casos, visto como uma forma de abuso. A prática dessa violência tem como característica comportamentos, em muitos casos, sutis e discretos, porém, que são realizados com intenção de causar sofrimento à outra pessoa. Tem seu desenvolvimento de forma silenciosa e progressiva e, mesmo não sendo de fácil identificação, deixa marcas em todos os envolvidos (Queiroz & Cunha, 2018).

Como é uma violência que não deixa marcas aparentes, até a vítima, em muitos casos, não consegue reconhecer que está sendo vítima de uma violência psicológica. Mesmo que, a cada dia, o comportamento do parceiro vá diminuindo seu bem-estar e sua autoestima, criando um estado de confusão e incapacidade (Queiroz & Cunha, 2018). Quando a vítima começa a identificar os comportamentos abusivos do companheiro, em muitos casos, começa a se sentir confusa em relação aos sentimentos, envolvendo o agressor e a violência sofrida. A vítima precisa lidar com sentimento de culpa por passar por essa situação, sentimentos de vergonha e medo de ser humilhada, receio de falar qualquer coisa que possa a vir desagradar o parceiro, além da esperança de que o companheiro possa mudar (Silva et al., 2018)

A violência contra a mulher, atualmente, vem ocorrendo também no ambiente virtual, por meio da influência da mídia e das redes sociais, algumas propagandas, piadas ou cenas de novela/programa de TV continuam a propagar, ainda que de forma subliminar, ideias machistas que pregam a mulher como ser frágil e inferior ao homem e reforçam estereótipos e preconceitos (Curty, Crespo, Brito, Moreira, & Cabral, 2018). É necessário discutir de que forma as redes sociais virtuais influenciam na construção de pensamentos e opiniões sobre discussões importantes, como a da violência contra a mulher. As redes sociais, de fato, têm o poder de transformar o modo com que a sociedade se comporta, influenciando

rapidamente a opinião pública por meio do compartilhamento extremamente veloz de informações, o que está acarretando uma verdadeira revolução (Barros, Carmo, & Silva, 2012).

Nesse sentido, o presente estudo objetiva analisar comentários publicados em mídias sociais relacionados à violência contra a mulher e sua associação à violência psicológica. Mais especificamente pretende-se verificar se os comentários em mídias sociais abordam uma banalização da violência contra a mulher e do relacionamento abusivo; analisar se há mais suporte ou mais críticas em resposta a esses comentários relacionados a violência contra a mulher nas mídias sociais; analisar os comentários classificados como críticos ao tema do vídeo. Como hipóteses postula-se que: (i) em muitos casos a violência psicológica é menosprezada ou desconsiderada, pois entende-se como violência contra a mulher apenas a violência física; (ii) há mais críticas do que suporte para quem faz postagens relacionadas à violência psicológica contra a mulher; (iii) há muitos comentários em forma de humor sobre o tema.

## MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa foi a netnografia, que é um método de pesquisa, baseado na observação participante e no trabalho de campo online, que utiliza as diferentes formas de comunicação mediada por computador como fonte de dados para a compreensão e a representação etnográfica dos fenômenos culturais e comunais (Corrêa & Rozados, 2017). A netnografia é utilizada em levantamento de dados em meios virtuais, onde o conhecimento está atrelado a cibercultura (Mesquita, Matos, Machado, Sena, & Baptista, 2018).

Esse método de pesquisa, não trata as comunicações realizadas no ambiente digital como conteúdo, mas como interações sociais, expressões carregadas de significado e artefatos culturais (Corrêa & Rozados, 2017). A netnografia possibilita o encurtamento da distância entre tempo e espaço devido à própria dinâmica da Internet, em que os agrupamentos sociais estão dispostos em rede. Tais agrupamentos podem funcionar somente no espaço *online*, como também podem coexistir fora dele, no espaço *offline*

(Silva, 2015). Como esta pesquisa *online* não apresenta a identificação do indivíduo, e analisa conteúdos publicados e disponibilizados na internet, dispensa-se o parecer do Comitê de Ética de Pesquisa segundo a Resolução Nº 510 de 2016 (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

## Fonte dos dados

Para a coleta de dados, utilizou-se a rede social *Facebook*, pois, segundo o relatório *Digital in 2019*, do site *We Are Social*, é a rede social mais utilizada pelos brasileiros atualmente. O vídeo selecionado foi uma publicação da página “Quebrando o Tabu”, publicado no dia 28 de fevereiro de 2018, que tem como título “Não confunda amor com abuso”<sup>1</sup>. A escolha desta publicação para a coleta de dados foi definida através de alguns critérios, como: ser de uma página com mais de um milhão de seguidores, considerando que esse número foi estabelecido pelo grupo através da perspectiva de que quanto mais usuários a página possuísse, maior seria a probabilidade de discussões nos comentários, bem como publicações de conteúdos políticos que gerem debate entre os usuários. A publicação escolhida deveria ser relacionada ao tema violência psicológica contra a mulher, ter mais de mil comentários e ter sido publicada no período de 2018 a 2020.

O vídeo escolhido para a análise foi um vídeo da organização norte-americana *DayOne - Love should always be safe*<sup>2</sup>, que tem como objetivo acabar com o abuso no namoro e a violência doméstica por meio de educação comunitária, serviços de apoio, defesa legal e desenvolvimento de liderança. O vídeo é uma animação que tem como enredo um casal e o desenvolvimento de um relacionamento abusivo. No início a jovem se apaixona por um rapaz e tudo parece ir muito bem no relacionamento, porém, ao passar do tempo a jovem passa a ser alvo de situações extremas de controle em seu relacionamento, mostrando como se inicia este ciclo da relação abusiva, e para que não se confunda abuso com amor.

---

1 [https://www.facebook.com/watch?ref=search&v=1810005585722487&external\\_log\\_id=af38ab3a-ba55-40af-9757-a575c2034d7a&q=n%C3%A3o%20confunda%20abuso%20com%20amor](https://www.facebook.com/watch?ref=search&v=1810005585722487&external_log_id=af38ab3a-ba55-40af-9757-a575c2034d7a&q=n%C3%A3o%20confunda%20abuso%20com%20amor)

2 Tradução livre das autoras: Amor deveria ser sempre seguro

## Procedimentos e Análise de dados

Após a escolha do vídeo, foi aplicado aos comentários da publicação alguns critérios de inclusão e exclusão, a fim de filtrar os comentários a serem analisados. Os critérios de inclusão utilizados foram: comentários relacionados ao conteúdo do vídeo. Os critérios de exclusão utilizados foram: comentários com marcações de outras pessoas; comentários em outros idiomas; comentários repetidos; comentários em resposta a outro comentário anterior; comentários somente com *emojis*.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nos comentários da publicação, realizou-se a análise textual dos comentários selecionados, utilizando o *software* Iramuteq. A análise textual é um tipo específico de análise de dados, que trata especificamente da análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes contextos (Salviati, 2017). Os comentários selecionados foram transcritos para o formato aceito pelo *software*, organizados em linhas de comando com as variáveis propostas para a análise, como número do comentário e gênero da pessoa que publicou o comentário.

O Iramuteq permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, auxiliando na análise dos dados coletados para a discussão. Para esta pesquisa, o conteúdo lexical contido neste corpus foi subordinado à Análise Hierárquica Descendente (CHD), análise de similitude e a nuvem de palavras.

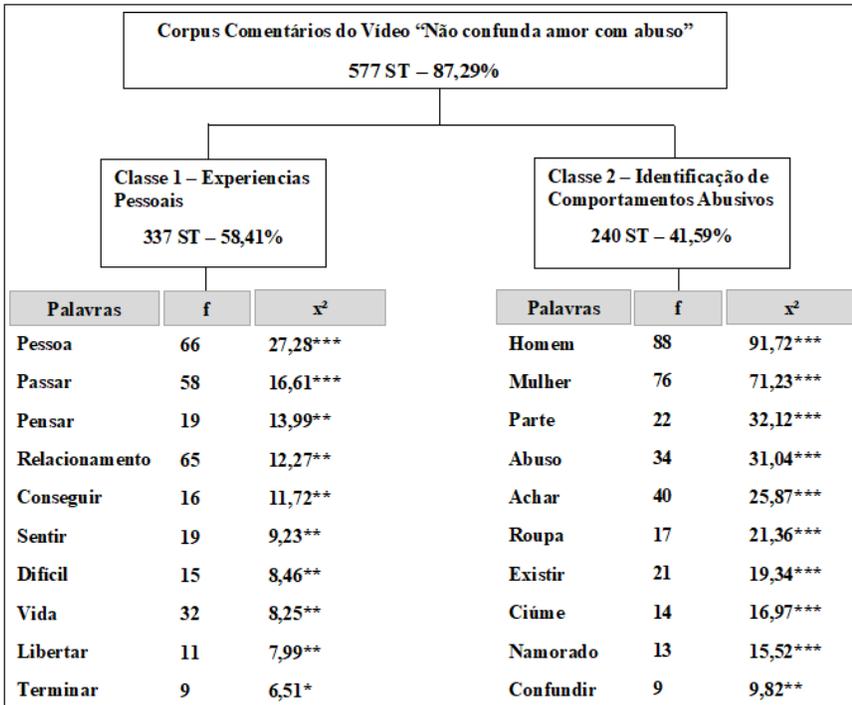
## RESULTADOS

Na publicação do vídeo selecionado, foram analisados ao todo 10.540 comentários feitos na publicação, porém, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram transcritos 571 comentários na íntegra. Dos 571 comentários transcritos, observou-se que foram feitos por 564 perfis diferentes, sendo esses perfis classificados como 416 do gênero feminino, 144 como gênero masculino e 4 perfis classificados como gênero não definido.

A partir da análise dos comentários transcritos, foi observado que, dos 571 comentários lidos na íntegra, 479 eram comentários considerados

positivos, que demonstravam concordância com o tema do vídeo ou expressavam apoio e suporte às vítimas de violência psicológica. Também foram observados 87 comentários considerados negativos diante do vídeo apresentado. Esses comentários negativos, expressavam discordância com o tema do vídeo, relativizavam a violência sofrida pela vítima de violência psicológica, e criticavam a página “Quebrando o Tabu” por apresentar apenas a mulher como vítima no vídeo. Dos 87 comentários negativos, 60 comentários foram feitos pelo gênero masculino.

O corpus textual analisado pelo *software* Iramuteq apresentava os 571 comentários retirados da publicação do vídeo selecionado para uma análise monotemática. A primeira análise realizada foi através do método de Reinert, que propõe uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Esse tipo de análise visa obter classes de segmentos de texto (ST) que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das ST das outras classes (Salviati, 2017). Conforme a CHD, foram analisados 577 ST, de um total de 661 ST, em que foi gerado uma retenção de 87.29% do total. Os segmentos analisados foram distribuídos em duas classes formadas pelo Iramuteq, sendo elas: Classe 1, denominada experiências pessoais e Classe 2, denominada identificação de comportamentos abusivos (Figura 1).



Nota: \* $p \leq 0,05$ ; \*\*  $p \leq 0,01$ ; \*\*\* $p \leq 0,001$ , teste Qui-Quadrado, software Iramuteq.

Figura 1. Classificação Hierárquica Descendente de comentários do vídeo “Não confunda amor com abuso”.

A classe 1, nomeada como “Experiências Pessoais”, obteve 58.41% dos segmentos de texto. As palavras mais significativas para essa classe foram: pessoa, passar, pensar, relacionamento, conseguir, sentir, difícil, vida, libertar, terminar, entre outras (Figura 1). Essas palavras expressam relatos de pessoas que passaram por um relacionamento abusivo e mostram como conseguiram superar essa situação. É possível observar isso através dos comentários a seguir:

“Já passei por todos esses momentos em um relacionamento que tive. Pior que além de deixar marcas pro resto da vida eu não conseguia terminar o namoro porque eu o amava muito, mas conforme o tempo pensei que aquilo ninguém nessa vida deve passar e terminei.” (Comentário 083, gênero feminino);

“Pra quem já viveu um relacionamento abusivo de 3 anos é difícil confiar em alguém de novo, é difícil amar de novo, é difícil viver depois do fim, hoje sou feliz com uma pessoa que me respeita e me trata exatamente como mereço, bem diferente do que passei.” (Comentário 016, gênero feminino);

“Só quem já passou ou passa por isso, sabe o quanto é triste e ruim viver em relacionamento abusivo, onde uma pessoa te humilha e sente prazer em te ver mal, a gente acaba se culpando por determinadas situações.” (Comentário 018, gênero feminino);

“É, me vi nesse vídeo, já passei por isso quando tinha 26 anos de idade. Você não faz nada de errado, mas a pessoa que está contigo faz você se sentir culpada de tudo.” (Comentário 008, gênero feminino);

“Eu já vivi dessa forma, graças a Deus consegui me libertar. Fica a dica pra quem vive essa situação, se ame em primeiro lugar pode demorar, mas conseguimos nos livrar.” (Comentário 295, gênero feminino);

“Exatamente como me sentia, com meu ex. Nunca chegou a me encostar dedo, mas só o que ele falava atacava diretamente meu estima. Chegou a me dizer, que se terminasse com ele, seria difícil arrumar outra pessoa, porque homem não gosta de mulher que tem filho. E realmente a gente não percebe. Me sinto muito feliz hoje e com mais vida.” (Comentário 262, gênero feminino);

“Acabei de sair de um relacionamento assim, o pior é que eu me sinto culpada, por terminar, ele vem com show, dizendo que está mudando, que quer ficar comigo. Mas já foram tantas promessas, tantas coisas que eu aguentei calada achando que a culpa era minha. Talvez seja por eu ter deixado chegar nesse ponto. Parece que eu to sempre voltando.” (Comentário 243, gênero feminino).

A classe 2, denominada como “Identificação de comportamentos abusivos”, obteve 41,59% dos segmentos de texto. As palavras mais relevantes para essa classe foram: homem, mulher, parte, abuso, achar, roupa, existir, ciúme, namorado, confundir, entre outras (Figura 1). As palavras que compõem a classe 2 expressam alguns comportamentos que podem ser identificados em um relacionamento abusivo. Os comentários abaixo expressam esse contexto:

“O homem acha normal esse comportamento e a mulher também, porque foram ensinados assim. Conheço muitas mulheres que sofrem em relações abusivas principalmente psicologicamente, no entanto, não enxergam assim, acha que faz parte.” (Comentário 406, gênero feminino);

“Lembrando que, isso acontece muito com homens também. Já cansei de ver mulher falando que mexe em celular de namorado sim, que exclui contatos, que escolhe a roupa que vai sair, e nem deixa ter espaço com amigos.” (Comentário 368, gênero feminino);

“Essa ilustração é na minha opinião falha. Pois tanto homens como mulheres têm opiniões, e decisões, é simplesmente uma questão de escolha ou permissão se preferir.” (Comentário 425, gênero feminino);

“Que que tem haver com abuso? Achei \*\*\* (palavrão) que o vídeo mostra algo como se apenas o homem tivesse ciúmes, e gerasse esse cenário onde acaba se criando uma jaula de maus tratos.” (Comentário 325, gênero masculino);

“Realmente o vídeo mostra claramente o abuso por parte da mulher, pois apenas o homem se dedicou no relacionamento, cuidou dela, deu presentes, deu flores, mandou mensagens carinhosas no dia seguinte, e na primeira oportunidade ela trocou ele pelas amigas. Lamentável.” (Comentário 302, gênero masculino);

“Relacionamento abusivo tem tanto por parte do homem quanto da mulher, e quem é muito ciumento sempre acha que tá com razão. Quando se trata da mulher todo mundo acha bonitinho, fofo, e isso é perigoso também porque o hábito é incentivado. Quando se trata do homem não existe essa coisa de achar bonitinho, mas o problema é que pode ter um ou outro descontrolado que pode agredir.” (Comentário 116, gênero masculino);

“Querida saber por parte dos homens que vivem isso também. Tem aos montes os casos de mulher possessiva, histérica, ciumenta, obsessiva e etc, mas só vejo muita gente passando pano pra isso.” (Comentário 146, gênero masculino).

Outra análise realizada através do Iramuteq foi a análise de similitude, que apresenta em formato de grafo a ligação entre as palavras do *corpus textual*. A partir desta análise é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras. Ela auxilia o pesquisador na identificação da estrutura da base de dados (*corpus*), distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes (Salviati, 2017). Através da análise de similitude foi possível verificar que as palavras que apresentaram mais destaque foram: relacionamento, pessoa, passar, vídeo e homem, como pode-se observar na Figura 2.



“Relacionamentos abusivos começam com ele romântico e amoroso até que se torna dono até dos seus costumes. Nunca permita alguém te colocar em um lugar abaixo do que você mereça! Se ame sempre, procure ajuda e não permita nenhum tipo de falso amor.” (Comentário 271, gênero feminino).

A palavra pessoa está ligada às palavras: amar, aceitar, errar, dever, gostar, pensar, entre outras. Essa relação entre as palavras demonstra relatos de pessoas que foram abusivas em relacionamentos passados, e se identificaram com o papel do abusador no vídeo. Pode-se observar nos trechos a seguir:

“Eu já fui um homem assim. Me arrependo amargamente das escolhas que fiz, das privações que acabei submetendo a pessoa que estava ao meu lado. Ser guiado por ciúmes, conceitos machistas e por sentimentos de posse, te levam a um caminho de desgraça, moldando seu caráter, escolhas e verdades que significam muito pra você, no mundo torto que criou. Mas na realidade, são mentiras vazias, baixa estima e falta de amor próprio. Esse é um caminho fadado ao fracasso, pra qualquer relacionamento. Estou evoluindo, buscando aprender com meus erros, me esforçando para não cometê-los novamente. Ninguém merece passar por situações desse tipo. Ninguém!” (Comentário 301, gênero masculino);

“Nessa animação foi retratado o homem como abusivo e controlador. Mas muitas mulheres são assim também, eu mesmo já fui assim, queria controlar tudo como se a pessoa fosse minha. Mas eu mudei, vi que as coisas não eram daquele jeito. Sou contra qualquer tipo de restrição, manipulação e controle. Tudo começa pelo respeito e diálogo, e claro, muito amor.” (Comentário 380, gênero feminino).

A palavra passar está ligada às palavras: vida, melhor, ser, começar, ano, novo, sair, entre outras. Essa relação entre as palavras associadas a “passar” mostra que é possível sair de um relacionamento abusivo, enfatizando que sempre há a possibilidade de recomeçar. Isso pode ser observado nos comentários relacionados abaixo:

“Já passei por isso, você se sente um lixo, você perde sua essência e acha que nunca vai ter forças para sair desse inferno. Muitas pessoas julgam e dizem “parece que gosta de sofrer, porque não sai disso “. Mas não é tão fácil assim, parecia que ele tinha poder sobre mim, me deixava tão mal que eu acreditava que era tudo aquilo que me dizia era verdade, e infelizmente isso deixa marcas doloridas. Mas eu quero dizer para quem esteja passando por isso,

seja forte, você não é aquilo que te dizem ser e você vai ficar bem sozinha, não precisa se submeter a essa humilhação, e quando acabar vai sentir como se tivesse tirado um peso das costas.” (Comentário 182, gênero feminino); “Esse vídeo retrata o que eu passei durante anos em minha vida, hoje estou liberta, feliz, e melhor ainda, conheci o verdadeiro amor.” (Comentário 216, gênero feminino).

A palavra vídeo está ligada às palavras: ver, abuso, amor, atitude, mostrar, psicológico, violência, próprio, confundir, sofrer, libertar, sentimento. Essa relação entre as palavras associadas à palavra vídeo, relata a respeito do objetivo principal do vídeo analisado, que é demonstrar o que é relacionamento abusivo e como ocorre a violência psicológica, foi alcançado. Através dos comentários, pode-se observar a compreensão da mensagem que o vídeo buscou transmitir, estando relacionada também na identificação de semelhanças nas experiências vivenciadas pelo público-alvo. Isso pode ser observado nos comentários relacionados abaixo:

“Vídeo sensacional. Serve de alerta pra muita gente por aí. Tem gente que chega achar bonitinho um amor assim. As flores também morrem.” (Comentário 121, gênero feminino); “É, me vi nesse vídeo, já passei por isso quando tinha 26 anos de idade. Você não faz nada de errado, mas a pessoa que está contigo faz você se sentir culpada de tudo. Depois a pessoa que está contigo chora e diz que tem medo de te perder e que nunca mais aquilo vai acontecer, a pessoa fica muito querida por um tempo, parece que tudo fica perfeito mas depois de um tempo novamente ele repete o erro porém pior ainda, fica violento, grita, te segura pelo braço, te tranca dentro do carro e começa a andar em alta velocidade dizendo que se é para morrer vocês vão morrer juntos, que se tu não é dele tu não vai ser de ninguém.” (Comentário 008, gênero feminino).

A palavra homem está ligada às palavras: mulher, achar, querer, ficar, só, existir, dizer, lembrar, deixar, entre outras. Essa relação entre as palavras associadas a homem mostra que existem diversas opiniões a respeito do assunto “relacionamento abusivo”, dando ênfase também, no abuso cometido por mulheres dentro dos relacionamentos. Isso pode ser observado nos comentários relacionados abaixo:



Os resultados apontados através das análises produzidas pelo *software* Iramuteq, demonstraram que muitos comentários analisados eram relatos de pessoas que passaram por uma situação de relacionamento abusivo, e outra parte eram comentários de observações sobre o comportamento abusivo ser praticado também pela mulher e não só pelo homem, como retratado no vídeo. Pode-se observar que alguns comentários analisados encorajavam as vítimas de um relacionamento abusivo a se libertar dessa situação, incentivando-as com relatos de experiências motivacionais, alertando sobre as dificuldades para conseguir romper o relacionamento, mas também enfatizando nos sentimentos de liberdade e leveza em conseguir superar essa situação conflitante. Foi observado também, comentários em que ambos os gêneros ressaltavam a força, coragem e poder para que as mulheres consigam sair do relacionamento abusivo.

## DISCUSSÃO

Nas últimas décadas observa-se cada vez mais o avanço da tecnologia no cotidiano. Com isso, a internet vem transformando a vida social, junto com a tecnologia, em um ambiente virtual com diversidade de possíveis interações. É observável que muitas ações do espaço físico podem ser substituídas dentro do ambiente virtual, contribuindo assim, para o surgimento da cibercultura (Mesquita et al., 2018). A tecnologia contribuiu também, com ênfase nas redes sociais, na disseminação de estratégias de marketing de empresas e do governo, onde é possibilitado acesso a comentários instantâneos, positivos ou negativos a respeito das publicações. O uso da internet proporciona a expressão e sociabilização através das redes sociais, onde é criado uma persona resultante de um perfil ou página pessoal. Apesar das redes sociais possuírem suas regras, sendo possível denunciar publicações que ofendam grupo ou pessoa, ou incitem ação criminosa, é comum observar comentários que disseminam o discurso de ódio (Stein, Nodari & Salvagni, 2018).

De acordo com Stein, Nodari e Salvagni (2018), o discurso de ódio tem o intuito de diminuir a autoestima das vítimas, desqualificando e inferiorizando a pessoa ou grupo, intensificando assim os estigmas sociais,

muitas vezes acompanhados de termos pejorativos e preconceituosos. Essa ação, consiste na incitação à discriminação racial, social ou religiosa, voltada para determinados grupos, considerados minoria. A violência apresenta-se instrumental e a dominação se dá pela coerção. Segundo Arendt (2009), o domínio que ocorre pela violência se instala onde o poder vem sendo perdido, o que se explica socialmente pelas transformações sociais. Além disso, para Chauí (1985), há uma ideologia que define a condição feminina inferior a masculina e que, assim, a mulher deveria ser submissa ao homem. No presente trabalho, foi possível a identificação de discurso de ódio voltado para o público feminino cometido por ambos os gêneros, especialmente na Classe 2 da CHD, havendo comentários banalizando a violência psicológica, diminuindo mulheres que vivem em relacionamentos abusivos e diversas críticas a respeito do tema analisado. Assim, os comentários na mídia, ao mesmo tempo que produzem a banalização, refletem a banalização existente.

Ainda que observado o discurso de ódio presente em alguns comentários, verificou-se que há mais comentários positivos, de suporte e apoio ao tema do vídeo e as vítimas, do que comentários negativos. Os comentários que relataram a experiência de viver um relacionamento abusivo, buscando incentivar as vítimas desse tipo de violência a perceber essa situação e se fortalecer para conseguir se libertar dessa relação. Também haviam comentários que elogiavam o vídeo publicado e exaltavam a importância da discussão desse tema, tão presente socialmente.

Também analisou-se que dos comentários negativos, a maioria foi feita pelo gênero masculino, em que muitos desvalorizavam a situação da vítima que passa pelo abuso da violência psicológica, e a diferença de percepção de homens e mulheres em relação a este tipo de violência. Com essa análise pode-se partir do pressuposto que o papel internalizado de gênero em homens e mulheres poderia influenciar em como as agressões são percebidas – de forma mais ou menos “natural” – dentro dos padrões relacionais legitimados socialmente (Cunha, 2016).

Através dessa análise, pode-se identificar a questão cultural associada à violência contra a mulher, principalmente a violência psicológica, que é o tema do vídeo. Alguns comentários mostram pessoas que se identificaram

com os comportamentos do abusador apresentado no vídeo, reconhecendo que foram pessoas abusivas em seus relacionamentos passados. Observou-se também comentários que expressavam opiniões contrárias à mensagem do vídeo, criticando o conteúdo e menosprezando a relação abusiva apresentada.

Esses comportamentos observados nesses comentários podem ser relacionados com a cultura patriarcal em que nossa sociedade está inserida. De acordo com Balbinotti (2018) a cultura patriarcal é um tipo de organização social em que as relações são instituídas através de dois princípios: mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e jovens são hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. O patriarcado traz consigo diversos estigmas, dentre eles o maior valor às atividades masculinas em comparação às atividades femininas, enfatizando o controle do homem com relação à sexualidade, corpo e autonomia das mulheres. Estereótipos construídos a partir desta cultura incentivam os homens a exercer sua masculinidade através de atos agressivos e as mulheres a se mostrarem submissas e dóceis (Sant'anna & Penso, 2015).

Pode-se observar que ainda atualmente, vive-se em uma cultura machista e misógina, podendo ser constatada através de “brincadeiras” infantis a propagandas veiculadas na mídia que mostram diariamente que as mulheres ainda se encontram numa posição “inferior” aos homens. Desde comentários corriqueiros como “mulher no volante, perigo constante” a pessoas que não confiam em profissionais (por exemplo, médicas ou policiais) pelo simples fato de serem mulheres. Se faz salientar que o machismo está intrincado muito fortemente na cultura brasileira (Souza, Silva, & Abreu, 2017).

Dentro dessa cultura, que pode ser observado em alguns comentários analisados, existe uma pressuposição social e cultural de que o homem deve usar a agressão para ter o domínio sobre a mulher e esta, por sua vez, deve suportar tais agressões por se tratar do seu destino (Sant'anna & Penso, 2015). A questão cultural por trás da violência contra a mulher normaliza os comportamentos violentos do homem. Dentre tais comportamentos, destaca-se o homem que dita as vestimentas da mulher, a ideia do homem que deve ser obedecido, a exigência da maternidade, entre outros (Guahyba,

Scheeren, & Falceto, 2019). Desta forma, a violência tem como intuito o ataque ou destruição ao subjetivo da mulher, sua afetividade e seus pensamentos (Balbinotti, 2018).

Conforme Sant'anna e Penso (2015), a incorporação dessa lógica patriarcal é caracterizada como uma violência simbólica, pois proporciona aval para a dominação masculina na medida em que prevê a adequação da mulher às normas impostas pelo discurso masculino. No resultado da análise textual, realizada com os comentários selecionados, pode-se observar comentários que culpabilizam a vítima por ela estar passando por aquela situação, outros comentários que minimizam ou justificam os comportamentos abusivos do agressor. Uma vez que a violência é um mecanismo social disciplinar de correção das mulheres usado pelo patriarcado para mantê-las subordinadas, esse comportamento é difícil de ser mudado (Meneghel & Margarites, 2017).

Alguns comentários analisados expressam que a cultura patriarcal e a violência de gênero ainda fazem parte do discurso para justificar a violência contra a mulher, consequentemente, contribuindo para a banalização desse tipo de violência. Conforme Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017), a violência de gênero é um fenômeno psicossocial que se articula com as questões políticas, econômicas, morais, psicológicas, institucionais das relações humanas e pessoais.

Mesmo com toda a questão cultural por trás dos comentários negativos, o apoio às vítimas e incentivo a sair dessa situação fazem parte da maioria dos comentários, mostrando que a violência contra a mulher, mais especificamente a violência psicológica, é um tema de grande relevância para a sociedade e está sendo debatido, contribuindo para que agressores e vítimas tomem consciência e se percebam como tais, sendo parte essencial do diagnóstico e consequentemente do combate ao problema. (Cunha, 2016).

Após a promulgação da Lei Maria da Penha, as vítimas de qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher, devem receber atendimento de uma equipe multidisciplinar, pois a lei normatiza a atuação de diversos atores que intervêm no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, tanto no sistema judicial, como na saúde e na assistência

social, cobrindo um arco que envolve defesa e promoção de direitos, bem como responsabilização. A eficácia e a efetividade almejadas dependem não apenas do desempenho de cada um desses atores, mas também do grau de articulação e coordenação deles (Coimbra, Ricciardi, & Levy, 2018).

A atuação do psicólogo junto a essa equipe multidisciplinar deve oferecer informações sobre a rede de atendimento para construir juntamente com a vítima um plano de enfrentamento à violência. Além de potencializar a crítica social sobre o papel da mulher na sociedade e sobre as formas que esta sociedade cria para enfrentar a violência (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

O psicólogo diante de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher auxilia na identificação dos sinais de que uma mulher está em situação de violência ou para avaliar as possibilidades de que a violência possa vir a ocorrer. A intervenção psicológica deve ocorrer no sentido de auxiliar a mulher a desenvolver condições para evitar ou superar a situação de violência, a partir do momento em que favorece o seu processo de tomada de consciência (Conselho Federal de Psicologia, 2012). Em situações como essa, o acolhimento psicológico e seus derivados métodos de aplicação pode ser descrito como um instrumento facilitador no resgate de uma visão do indivíduo em sua totalidade, pois é visto como um diálogo confidencial entre o(a) acolhido(a) e o acolhedor, cujo objetivo é o de auxiliar para que o oprimido possa ser capaz superar o seu estado de estresse e tome decisões saudáveis no que se refere à demanda explicitada, o que poderá viabilizar a mediação de conflitos ou, ainda, a resolução de problemas. (Adames, Bonfíglio & Becker, 2018)

O psicólogo também pode auxiliar no fortalecimento da subjetividade para entender, criticar e enfrentar a sociedade, assim como apresentar a esta mulher os dispositivos (institucionais, egóicos e comunicacionais) que permitam a produção de mudança, de transformação da sua vida e da sociedade (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Como forma de prevenção para esse tipo de violência, é necessário um trabalho que envolva também os agressores, que na grande maioria são homens. As construções de masculinidade perpetram essa violência e desempenham um papel crucial nas suas formas. Os homens também

têm a ganhar com a diminuição da violência, tanto em relacionamentos mais saudáveis, quanto em uma maior liberdade em relação às “definições dominantes de masculinidade”. Nesse sentido, só será possível prevenir violências se atitudes forem mudadas, bem como identidades e relações que encorajam violência, pois a linguagem relacional violenta não se modifica sem mudanças de percepção dos atores envolvidos (Nothaft & Beiras, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da pesquisa que era analisar os comentários publicados em mídias sociais relacionados à violência contra a mulher e sua associação à violência psicológica. Através dos resultados obtidos com essa pesquisa foi possível concluir que o ambiente virtual é um espaço em que as pessoas se expressam, interagem com outras e formam sua opinião sobre determinado assunto. Os comentários analisados mostram que a violência psicológica e o relacionamento abusivo ainda são questões que envolvem convicções pessoais, e em muitos casos, pautados em referências de uma cultura que vê a mulher em uma posição inferior ao homem. Considerando os comentários da Classe 2 da CHD, infere-se que esse discurso permeado por crenças pessoais podem levar a uma banalização da violência psicológica, pois há um desmerecimento da mesma, como se fosse algo inferior a uma violência física. Por outro lado, na Classe 1 da CHD é possível observar que diversas mulheres se identificaram e reconhecem que passaram por isso em suas relações.

Porém, foram analisados muitos comentários positivos, que incentivavam as vítimas de um relacionamento abusivo a sair dessa situação, mostrando que é possível se libertar do abusador. Assim, entende-se que os objetivos específicos, que eram - verificar se os comentários em mídias sociais abordam uma banalização da violência contra a mulher e do relacionamento abusivo; analisar se há mais suporte ou mais críticas em resposta a esses comentários relacionados a violência contra a mulher nas mídias sociais; analisar os comentários classificados como críticos ao tema do vídeo- foram cumpridos.

Considerando as hipóteses postuladas para essa pesquisa, pode-se afirmar que em muitos casos a violência psicológica é menosprezada, pois se entende a violência doméstica como sinônimo a violência física, confirmando assim as hipóteses (i). Ao analisar os comentários da publicação escolhida, percebeu-se que, apesar de haver muitos comentários criticando o conteúdo do vídeo, encontraram-se mais comentários positivos, demonstrando suporte às vítimas. Encontraram-se poucos comentários tratando o tema com humor ou satirizando o tema e a situação apresentada no vídeo, refutando dessa forma as hipóteses (ii) e (iii).

Enfatiza-se que como sugestão para a próxima pesquisa, trabalhar a respeito do impacto que a violência psicológica causa nas mulheres, tendo como possibilidade o trabalho em campo. Acredita-se que o trabalho em campo é acompanhado de grande responsabilidade e sendo praticado presencialmente, é possível a obtenção de resultados consistentes e o mais importante, realizar o acolhimento para as vítimas. Durante a pesquisa teórica sobre o tema, apesar de encontrar material científico a respeito da violência psicológica, percebe-se que ainda é um assunto popularmente pouco conhecido. Por fim, conclui-se que a violência psicológica ainda é um tipo de violência invisível, pois muitas pessoas só consideram violência quando há agressão física, e a violência psicológica ainda é caracterizada como o cuidado com a(o) companheira(o), sendo considerada uma forma de amar.

## REFERÊNCIAS

- Adames, B., Bonfiglio, S. U., Becker, A. P. S. (2018). Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. *Pesquisas de práticas sociais*, 13(2), e2392. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/12.pdf>
- Arendt, H. (2009). *Sobre a violência*. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Balbinotti, I. (2018). A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista ESMESC*, 25(31), 239-264. doi: <http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v25i31.p239>

- Barros, A. A., Carmo, M. F. A., & Silva, R. L. (2012). A influência das redes sociais e seu papel na sociedade. *Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre*, 1(3). Recuperado em 10 de setembro de 2020 de <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/3031>
- Biografia. Instituto Maria da Pena (2018).
- Campos, M. L. (2017). Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: A constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais & Humanas*, 30(2), 35-54. doi: <http://doi.org/10.5902/2317175827310>
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In: Franchetto, B.; Cavalcanti, M. L. V. C. & Heilborn, M. L. (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher IV*. São Paulo: Zahar Editores.
- Coimbra, J. C., Ricciardi, U., & Levy L. (2018). Lei Maria da Pena, equipe multidisciplinar e medidas protetivas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 70 (2), 158-172. Recuperado em 11 de setembro de 2020 de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200012)
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (Crepop). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília, DF: CFP.
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510/2016, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

- Corrêa, M. V., & Rozados, H. B. F. (2017). A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 22(49), 1-18. doi: <http://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p1>
- Cunha, M. L. G. (2016). A percepção social da violência psicológica contra a mulher. (Monografia de especialização, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil). Recuperado em 12 de maio de 2021 de <http://www2.eca.usp.br/pospesquisa/monografias/Maria%20Luciana%20Garcia%20Cunha.pdf>.
- Curty, L., Crespo, M., Brito, I. S., Moreira, R. V., & Cabral, H. L. T. B. (2018). O papel das redes sociais no combate ao feminicídio. *Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online*, 7(1), 1-6. Recuperado em 10 de setembro de 2020 de [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais\\_linguagem\\_tecnologia/article/view/15069](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/15069)
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*.
- Guahyba, B. L., Scheeren, P., & Alceto, O. (2019). Feminismo na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 23(1), 213-224. Recuperado em 15 de outubro de 2020 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n1/v23n1a16.pdf>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia e Saúde*, Belo Horizonte, 27(2), 256-266. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
- Krug, E. G. et al. (eds.) (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Meneghel, S. N., & Margarites, A. F. (2017). Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(12). doi: <http://doi.org/10.1590/0102-311x00168516>

- Mesquita, R. F., Matos, F. R. N., Machado, D. Q., Sena, A. M. C., & Baptista, M. M. R. T. (2018). Do espaço ao ciberespaço: sobre etnografia e netnografia. *Perspectivas em Ciências da Informação*, 23(2), 146-165. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2998>
- Paulino-Pereira, F. C., Santos, L. G. A., & Mendes, S. C. C. (2017). Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. *Psicologia & Sociedade*, 29(e172013). doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i172013>.
- Quebrando o Tabu. [quebrandooutabu] Não confunda amor com abuso. Recuperado em 10 de junho de 2020. Facebook. [https://www.facebook.com/watch?ref=search&v=1810005585722487&external\\_log\\_id=af38ab3a-ba55-40af-9757-a575c2034d7a&q=n%C3%A3o%20confunda%20abuso%20com%20amor](https://www.facebook.com/watch?ref=search&v=1810005585722487&external_log_id=af38ab3a-ba55-40af-9757-a575c2034d7a&q=n%C3%A3o%20confunda%20abuso%20com%20amor).
- Queiroz, F. M., Diniz, M. I., Costa, I. M. H., Almeida, J. V. S., Pereira, J. L. F., Leite, M. H. M. (2019). *Em briga de marido e mulher se mete a colher: Mapeamento analítico dos serviços de prevenção e combate às violências contra as mulheres no Rio Grande do Norte*. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília DF. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1172/1150>
- Queiroz, R. A., & Cunha, T. A. R. (2018). A violência psicológica sofrida pelas mulheres: Invisibilidade e memória. *Revista NUPEM*. Campo Mourão, 10(20), 86-95. doi: <http://doi.org/10.33871/nupem.v10i20.310>
- Nothhaft, R. J., Beiras, A. (2018). O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? *Revista Estudos Feministas*, 27(3), e56070. Doi: <http://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>
- Salviati, M. (2017). E. Manual do Aplicativo Iramuteq: compilação, organização e notas. In: *Iramuteq.org*. Planaltina, DF.
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2015). A violência contra a mulher na perspectiva da terapia feminista da família. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 24(53), 95-110. Recuperado em 16 de outubro de 2020 de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/149>

- Silva, A. L. S., Medeiros, D. P. A., Nascimento, V. M. S., & Duarte, C. R. F. (2018). A percepção das mulheres vítimas de violência psicológica: uma revisão integrativa. *Anais III Conbracis*. v. 1. Recuperado em 10 de outubro de 2020 de <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40641>
- Silva, S. A. (2015). Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom – RBCC*. São Paulo, 38(2), 339-342. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-58442015217>
- Souza, M. B., Silva, M. S., & Abreu, G. S. (2017). Violência Doméstica Entre Parceiros Íntimos: Questões Culturais e Sociais acerca de Homens Autores de Violência. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 11(38), 388-407. doi: <http://doi.org/10.14295/online.v11i38.897>
- Stein, M., Nodari, C. H., & Salvagni, J. (2018). Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. *Interações*, Campo Grande, 19(1), 43-59. doi: <http://doi.org/10.20435/inter.v19i1.1535>
- Tipos de violências. Instituto Maria da Penha (2018).
- Venturi, G.; Godinho, T. (2013). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc SP. *Revista Espaço Acadêmico*, 13(150), 108-109. Recuperado em 09 de setembro de 2020 de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22393>
- Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(E200033), 1-5. doi: <http://doi.org/10.1590/1980-549720200033>

Recebido em 10/12/2020

Aceito em 18/04/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## **"Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?", de Diogo Bogéa.\***

*"Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?", by Diogo Bogéa.*

*"Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?", de Diogo Bogéa.*

*Luiz Gustavo Mendel Souza\*\**

Por que tantas pessoas se curvam ao mito? Essa é uma questão que traz a originalidade da obra e aponta para as potencialidades do trabalho de Diogo Bogéa, professor de Filosofia da Educação e Psicanálise da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sua proposta, nesse livro, é utilizar uma ferramenta teórica capaz de compreender a adesão incondicional dos defensores do então presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro.

A ideia do livro nasce nos incontáveis confrontos, nos meses que antecederam as eleições de 2018, entre os argumentos cientificamente fundamentados e as *fake news*. Segundo o autor, não era uma disputa pela razão, mas sim pela hegemonia de desejos, vontades, da “pulsão de poder absoluto”. Havia algo a mais, algo que não poderia ser explicado pela simples realidade material e objetiva. Bogéa propõe analisar psicanaliticamente os desejos subjetivos dos apoiadores e apoiadoras de um personagem fantasioso denominado “mito”.

---

\* BOGÉA, DIOGO. *Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?* 1. ed. Niterói: Oficina de Filosofia, 2021. v.1. 90p.

\*\* Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4820-5166>. E-mail: [luizgmendel@gmail.com](mailto:luizgmendel@gmail.com)

Para isso, Bogéa realiza um diálogo interdisciplinar entre a Filosofia e a Psicanálise, operando com conceitos de Schopenhauer, Nietzsche, Freud, Lacan e MD Magno. Um exercício teórico fruto do amadurecimento de sua tese de doutorado (Bogéa, 2018) que lhe permitiu cunhar o conceito de “pulsão de onipotência”. Em suma, é a blindagem fantasiosa criada pelo aparelho psíquico como manifestação do desejo de não experienciar a realidade cotidiana desoladora, pois esta seria a primeira experiência humana com o mundo material: o desamparo absoluto. Uma ferramenta teórica inovadora que contribui para a compreensão do fenômeno do legado bolsonarista no Brasil. A esse desejo Diogo Bogéa denomina “pulsão de onipotência”, que “impõe para a espécie uma finalidade para além de qualquer finalidade, uma finalidade alucinatória, que só comparece por meio da fantasia – fantasia, portanto, intrínseca ao movimento pulsional: a fantasia primordial de onipotência” (Bogea, 2018, p. 47).

É aqui que a fantasia toma corpo e narrativa em um personagem que não poderia existir no mundo real, seria apenas um mito. Muito mais do que compreender a figura do presidente, Bogéa investiga o bolsonarismo, um fenômeno conservador que atrai para seu núcleo todos os desejos delirantes da hegemonia masculina, heteronormativa, branca, de classe média (que sonha ser elite) e cristã. Não estamos diante de um movimento racional, ele é puramente subjetivo e fantasioso.

De fato, é paradoxal pensarmos que um sujeito movido pelo desejo de onipotência curve-se à autoridade de outro, mas, para responder a essa problemática, Bogéa vincula o desejo pelo poder absoluto a outro desejo, o de submissão e subserviência a um “outro”: o cuidador e protetor. Como nós somos incapazes de controlar as infinitas possibilidades do cotidiano e precisamos conter nossa sensação de desamparo existencial, colocamo-nos na condição de servir e nos submeter a uma figura que encarna o signo de poder e autoridade. Um homem que pode enfrentar qualquer problema e gerar a sensação de segurança, provendo fartura e garantindo um futuro próspero. Um sujeito em quem é projetada a representação de infalibilidade, uma entidade protetora que vigia e pune. Não é por acaso que podemos realizar aqui uma aproximação com a imagem de um Deus onipotente: a figura mítica do bolsonarismo dá corpo e catalisa tanto o

desejo de onipotência quanto o de submissão. A defesa da moral e dos bons costumes é o carro chefe dos discursos presidenciais, não por ser uma fala vazia, mas por carregar o sentido do desejo coletivo de retorno aos tempos áureos onde todos nós éramos mais felizes e seguros. Um discurso perigoso que direciona a corrupção do tempo presente aos sujeitos marginalizados e desviantes, todo aquele que não seguir a cartilha hegemônica do cidadão de bem é um alvo em potencial. O “outro” é materializado nas minorias e em suas demandas: mulheres, negros, gays, esquerdistas, estrangeiros, todos são culpabilizados pela corrosão da moralidade e pelas crises econômicas, políticas e na saúde.

Outro elemento que blinda a imagem incorruptível da figura presidencial é a negação da realidade. O que motiva o bolsonarismo a ultrapassar a fronteira da racionalidade é justamente a pulsão desejante. Esse movimento se torna claro no momento em que nos deparamos com as centenas de milhares de mortos infectados pela Covid-19 e na voracidade implacável do discurso bolsonarista sobre os métodos de combate à doença. Não há uma possibilidade de autocrítica, apenas de autoafirmação, de culpabilização da vacina, criada por um país comunista, pelas pressões globais de órgãos internacionais que estariam massacrando a soberania brasileira ou qualquer outra fala que não condiz com a realidade, apenas com o desejo de se sobrepôr ao “outro”. No tocante a esse aspecto, Bogéa traz a incômoda reflexão de como todos somos atravessados por esta mesma pulsão desejante e nos tornamos alvo daquilo que mais acusamos: propagar as *fake news*.

Para a elaboração de sua obra, Diogo Bogéa divide o livro em dezesseis capítulos, apresentando uma estrutura argumentativa que se inicia com a apresentação de seu arcabouço teórico, a formulação de sua ferramenta analítica e segue para a aplicação dela na compreensão do fenômeno bolsonarista. A análise de Bogéa traz consigo outra incômoda constatação, a de que o fenômeno bolsonarista não se encerra com o fim da gestão presidencial. O bolsonarismo traz para a superfície o que há de mais vil na história de nosso país, a permissão e a concretização dos desejos de onipotência de uma elite conservadora e violenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGÉA, Diogo (2021). *Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?* Niterói: Oficina de Filosofia.

BOGÉA, Diogo Barros (2018). *Metafísica da vontade, metafísica do impossível: a dimensão pulsional como terceiro excluído*. Rio de Janeiro: Universitá. 336p.

*Recebido em 29/12/2022*

*Aceito em 02/10/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.